



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA POLÍTICA MUNDIAL

Dimalice Gonçalves Nunes

**Escalada da precariedade: os efeitos das transformações do trabalho na subjetividade
das mulheres jornalistas na cidade de São Paulo**

**São Bernardo do Campo
2020**

DIMALICE GONÇALVES NUNES

**Escalada da precariedade: os efeitos das transformações do trabalho na subjetividade
das mulheres jornalistas na cidade de São Paulo**

Dissertação apresentada à Universidade Federal do ABC para a
obtenção do título de mestre em Economia Política Mundial
Linha de Pesquisa: Conhecimento, Produção e Trabalho
Orientadora: Profa. Dra. Maria Caraméz Carlotto

**São Bernardo do Campo
2020**

Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do ABC
Elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da UFABC com os dados
fornecidos pelo(a) autor(a).

Gonçalves Nunes, DIMALICE

Escalada da precariedade : os efeitos das transformações do trabalho
na subjetividade das mulheres jornalistas na cidade de São Paulo /
DIMALICE Gonçalves Nunes. – 2020.

223 fls. : il.

Orientadora: Maria Caraméz Carlotto

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do ABC, Programa de
Pós-Graduação em Economia Política Mundial, São Bernardo do Campo, 2020.

1. Comunicação. 2. Jornalismo. 3. Trabalho. 4. Gênero. 5. Mulheres.
I. Caraméz Carlotto, Maria. II. Programa de Pós-Graduação em Economia
Política Mundial, 2020. III. Título.

DECLARAÇÃO

Este exemplar foi revisado e alterado em relação à versão original, de acordo com as observações levantadas pela banca no dia da defesa, sob responsabilidade única do(a) autor(a) e com a anuência do(a) orientador(a).

São Bernardo do Campo/SP ☒ **21 de setembro de 2020**

Assinatura do(a) autor(a):

Wimalu Gomes

Assinatura do(a) orientador(a):

Prof.ª Mariana Costa



SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
 UFABC - Fundação Universidade Federal do ABC
 Programa de Pós-Graduação em Economia Política Mundial
 CNPJ nº 07.722.779/0001-06
 Av. dos Estados, 5001 - Bairro Santa Terezinha - Santo André - SP - Brasil
 ppg.epm@ufabc.edu.br



FOLHA DE ASSINATURAS

Assinaturas dos membros da Banca Examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata DIMALICE GONÇALVES NUNES, realizada em 2 de Setembro de 2020:

Dra. MARIA CAMEZ CARLOTTO, UFABC
 Presidente - Interno ao Programa

Dra. CLÁUDIA DO CARMO NONATO LIMA, USP
 Membro Titular - Examinador(a) Externo à Instituição

Dra. REGIMEIRE OLIVEIRA MACIEL, UFABC
 Membro Titular - Examinador(a) Interno ao Programa

Dr. VALTER VENTURA DA ROCHA POMAR, UFABC
 Membro Suplente - Examinador(a) Interno ao Programa

Dra. CAROLINA GABAS STUCHI, UFABC
 Membro Suplente - Examinador(a) Externo ao Programa

UFABC - Fundação Universidade Federal do ABC

CAPES

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001"

"This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"

*Ao Daniel,
que me segura forte nas ventanias, mas garante que minha mente voe o quão alto ela possa alcançar.*

AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Maria Caraméz Carlotto, pela competência, conhecimento e acolhida. Pela leitura sempre atenta e contribuições imprescindíveis. Por ver sempre o potencial para além das limitações.

À Universidade Federal do ABC e seu programa de pós-graduação em Economia Política Mundial, pela qualidade de ensino e diversidade transformadoras.

Às mulheres que tão generosamente confiaram a mim suas histórias de vida, fragilidades, conquistas e dilemas. Foi uma experiência intensa e extremamente rica as mais de 30 horas de escuta e aprendizado.

Aos homens que me atenderam e que, contrariando estereótipos, expuseram suas fragilidades, medos, angústias e se mostraram atentos em desconstruir as barreiras que moldam preconceitos e exclusões.

Ao Dieese e ao Sindicato dos Jornalistas do Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo pela disposição em colaborar e fornecer dados imprescindíveis para a construção deste trabalho.

Aos meus amigos, que souberam compreender as ausências e dar abraços fortes nas presenças.

À minha família, pela torcida e aplauso a cada passo.

Ao Daniel, pelos apoios afetivo e financeiro incondicionais, sem os quais essa pesquisa não teria acontecido.

RESUMO

Esta pesquisa analisa de que maneira as transformações da mídia brasileira desde os anos 1990 afetam o mundo do trabalho dos jornalistas, especialmente das mulheres com mais de 40 anos. O crescimento da mídia digital em detrimento da imprensa tradicional e a concentração do setor de comunicação são pontos essenciais para tal investigação. Procuramos mostrar como cinco famílias controlam metade dos 50 veículos com maior audiência no Brasil, uma estrutura patriarcal que se reflete no mercado de trabalho da área. Sabe-se que as mulheres são maioria nesta categoria profissional e, embora mais escolarizadas, são submetidas a posições mais precárias e a uma saída mais precoce do mercado de trabalho especializado. Esta pesquisa parte do diagnóstico de que faltam estudos sobre a relação entre essa estrutura patriarcal e o mercado de trabalho majoritariamente feminino, bem como quem são essas mulheres e como elas vivenciam esses processos. Para tanto, propõe, como objetivo geral, avançar nessa compreensão, tomando como campo a cidade de São Paulo, maior centro do jornalismo impresso do país. Também são objetivos específicos desta pesquisa compreender quando e como se dá a entrada na informalidade e a saída do mercado de trabalho; identificar se essa saída do mercado de trabalho foi compulsória ou voluntária; investigar quais as alternativas que essas mulheres buscam para manter ou obter renda; e compreender como a expulsão precoce do mercado de trabalho atinge a identidade social dessas mulheres. Para responder a estas perguntas, partiu-se de uma criteriosa revisão bibliográfica, cujo principal desafio foi criar um diálogo entre os campos de Economia Política, Comunicação, Estudos de Gênero e Sociologia do Trabalho. É a partir dessa literatura, e de dados específicos sobre o caso brasileiro, que as transformações da mídia, enquanto negócio inserido na lógica capitalista, são sistematizadas, assim como suas consequências para o trabalho dos jornalistas, considerando os recortes de gênero, de idade e de localidade propostos. A partir daí, foram feitas entrevistas qualitativas não dirigidas com o objetivo de desenhar a trajetória profissional das mulheres jornalistas objeto deste estudo para investigar e analisar como as transformações da mídia influenciaram suas carreiras e suas identidades. Ou seja: a partir da experiência individual, buscou-se compreender como as mulheres jornalistas percebem e reagem aos fenômenos que as levam a não conseguirem se colocar no mercado de trabalho de forma segura e como essa fragilidade impacta as diversas esferas de suas vidas. Foram ouvidas 23 mulheres entre 36 e 63 anos, todas com experiências sólidas em redações na cidade de São Paulo. Foram ouvidos, ainda, para efeito de controle e comparação de trajetórias, cinco homens, entre 35 anos e 54 anos, com o mesmo perfil profissional.

PALAVRAS-CHAVE: Comunicação; Jornalismo; Trabalho; Gênero; Mulheres

ABSTRACT

This research analyzes how the Brazilian media's transformations since the 1990s affect the world of journalists' work, especially women over 40 years old. The growth of digital media against traditional printed and the concentration of the communication sector are essential points for such an investigation. We seek to show how five families control half of the 50 vehicles with Brazil's highest audience, a patriarchal structure reflected in the sector's labor market. It is known that women are the majority in this professional category and, although more educated, they are under more precarious positions and submitted to an earlier exit from the specialized labor market. This research starts with the diagnosis that there is a lack of studies on the relationship between this patriarchal structure and the mostly female labor market and who these women are and how they experience these processes. To this end, it proposes, as a general objective, to advance this understanding, taking the city of São Paulo, the largest center of printed journalism in the country, as a field. Specific goals of this research are also to understand when and how to enter informality and exit the labor market; identify whether this exit from the labor market was compulsory or voluntary; investigate what alternatives these women seek to maintain or earn income, and to understand how early expulsion from the labor market affects the social identity of these women. To answer these questions, a thorough bibliographic review was started, whose main challenge was to create a dialogue between the fields of Political Economy, Communication, Gender Studies, and Sociology of Work. From this literature and specific data about the Brazilian case, the transformations of the media, as a business inserted in the capitalist logic, are systematized, as well as their consequences for the work of journalists, considering the cutouts of gender, age and proposed locality. After that, qualitative, non-directed interviews were conducted to draw the professional trajectory of the female journalists who were the object of this study to investigate and analyze how the media's transformations influenced their careers and identities. In other words: from the individual experience, we sought to understand how women journalists perceive and react to the phenomena that lead them to fail to place themselves in the job market safely and how this fragility impacts the different spheres of their lives. 23 women between 36 and 63 years old were heard, all with concrete experiences in newsrooms in the city of São Paulo. Five men, between 35 and 54 years old, with the same professional profile, were also heard to control and compare trajectories.

KEY WORDS: Communication; Journalism; Work; Gender; Women

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1. “Cala a boca, não perguntei nada!”	15
2. Mulheres e isolamento social	21
3. Os porquês desta pesquisa	25

PARTE 1 - A TEORIA QUE DESENHOU A EMPIRIA

Apresentação: o ponto de partida teórico	32
--	----

CAPÍTULO I - A IMPRENSA COMO EMPRESA CAPITALISTA

1.1. Apresentação	42
1.2. Da formação dos conglomerados à crise	42
1.2.1. Política aberta, mercado fechado	47
1.2.2. Século XXI e o negócio em crise	51

CAPÍTULO II - JORNALISTA PROFISSIONAL, EMPRESA FAMILIAR

2.1. Apresentação	57
2.2. O que a imprensa brasileira tem?	57
2.3. Herança de pai para filho: sucessão, concentração e financeirização	61
2.3.1. <i>Abril, Estado</i> e a morte de seus patriarcas	68
2.4. Do bloquinho ao <i>podcast</i> : o novo fazer jornalístico	76
2.5. Quantas são as mulheres jornalistas?	90

PARTE 2 - CÉREBRO, CORAÇÃO E ÚTERO: AS MULHERES JORNALISTAS POR ELAS MESMAS

Apresentação	99
1. Escolhas metodológicas	102
1.1. A caracterização da amostra	113

CAPÍTULO III - ESTRUTURA SOCIAL E HIERARQUIAS: A ESCALADA DA PRECARIIDADE

3.1. Apresentação	127
3.2. Origem social e elitização da profissão jornalista	127
3.3. Hierarquias e aspirações: até onde chegam as mulheres jornalistas?	138

3.4. “Quanto jornais você já fechou?”: o sentimento do desemprego	158
3.5. A escalada da precariedade: prestígio, desprestígio e fragilidade profissional	165

CAPÍTULO IV - IDENTIDADES E SUBJETIVIDADES: AS CONSEQUÊNCIAS DA ESCALADA DA PRECARIIDADE

4.1. Apresentação	173
4.2. Os desafios da conciliação para o desenvolvimento profissional das mulheres jornalistas	174
4.2.1. “Para ele não pesou em nenhum momento”: mãe jornalista, jornalista mãe	180
4.3. “Depender dos outros, para mim, é a morte”: expulsão precoce e alternativas	187
4.4. “Existe vida fora da redação”: adoecimento e tomada de consciência	195
Considerações finais	207
Referências Bibliográficas	212

Lista de quadros e gráficos

Quadro 1: Cinco famílias detêm 26 veículos entre as 50 maiores audiências	61
Quadro 2: Reconfiguração das redações a partir da década de 1990	79
Quadro 3: Como era e como ficou o trabalho nas redações dos anos 1990 a 2020	87
Quadro 4: Diferença salarial entre homens e mulheres, por cargo, em 2018	92
Quadro 5: Identificação das mulheres entrevistadas ordenadas pelo ano de nascimento	113
Quadro 6: Identificação dos homens entrevistados ordenados pelo ano de nascimento	115
Quadro 7: Formação e experiência profissional das mulheres entrevistadas por ano de ingresso no curso de Jornalismo	115
Quadro 8: Formação e experiência profissional dos homens entrevistados por ano de ingresso no curso de Jornalismo	115
Quadro 9: Geração 1 - Jornalistas com início de carreira nas décadas de 1970 e 1980	121
Quadro 10: Geração 2 - Jornalistas com início de carreira na década de 1990	122
Quadro 11: Geração 3 - Jornalistas com início de carreira a partir do ano 2000	122
Quadro 12: Evolução da concorrência no vestibular para Jornalismo na USP entre 1995 e 2020	170
Gráfico 1: Proporção de trabalhadores formais e informais no jornalismo brasileiro em 2017	90
Gráfico 2: Proporção de trabalhadores formais e informais no jornalismo de São Paulo em 2017	91
Gráfico 3: Proporção de homens e mulheres por tipo de vínculo trabalhista na cidade de São Paulo em 2010	94
Gráfico 4: Demissões de jornalistas por tipo de mídia entre 2012 e 2018	95
Gráfico 5: Percentual de jornalistas que ganham mais de 10 salários mínimos em relação ao total por sexo em 2012	98

INTRODUÇÃO

Houve no mundo tantas pestes quanto guerras. E contudo, as pestes, como as guerras, encontram sempre as pessoas desprevenidas (...) Impacientes com o presente, inimigos do passado e privados do futuro, parecíamos assim efetivamente com aqueles que a justiça ou o ódio humano fazem viver atrás das grades (...) É que nada é menos espetacular que o flagelo e, pela sua própria duração, as grandes desgraças são monótonas (...) De tanto esperar, ninguém mais espera. E nossa cidade inteira vivia sem futuro. (A peste, Albert Camus)

Vivida por telas e janelas, uma nova realidade se impôs em todo o mundo nos primeiros meses de 2020. O alastramento da covid-19, doença causada pelo novo coronavírus, perdera o controle. No Brasil, com o registro dos primeiros casos, já nas primeiras semanas de março muitas empresas, inclusive de comunicação, adotaram o regime *home*.

Em um primeiro momento, a imprensa profissional orgulhou-se do ganho de credibilidade por parte de sua audiência, sedenta por informação sobre a doença. Pesquisa realizada pelo DataFolha, ainda em março, mostrou que programas jornalísticos da TV (61%) e jornais impressos (56%) lideravam o índice de confiança, seguidos por programas jornalísticos de rádio (50%) e sites de notícias (38%). Apenas 12% das pessoas entrevistadas manifestaram confiança no conteúdo compartilhado no *WhatsApp* ou no *Facebook* quando o assunto era a pandemia. Coincidentemente, no mesmo dia em que o DataFolha mostrava a confiança da população na imprensa, o presidente Jair Bolsonaro usou a rede nacional de rádio e TV para atacá-la. Para o mandatário, a imprensa seria a principal causadora “dessa histeria coletiva que domina o país e o mundo inteiro”. Simultaneamente ao ataque, conclamou o fim do isolamento social da população com menos de 60 anos, contrariando as medidas de seu próprio Ministério da Saúde e de órgãos internacionais, que tentava ser seguida pela maioria dos governadores. Nova pesquisa¹, realizada pelo mesmo instituto duas semanas depois, mostrou que de quase a totalidade dos brasileiros adultos que possui celular (99%), 78% declararam estar bem informados sobre o assunto.

Incoerentemente, foi no momento em que a informação confiável se converteu como nunca em ferramenta de preservação da vida que começaram a surgir as primeiras notícias de aumento da falta de condições de trabalho dos jornalistas e episódios de violência contra a imprensa. Os domingos da quarentena se tornaram palco de manifestações antidemocráticas, com a reunião nas ruas de diversas capitais de negacionistas apoiadores do presidente Jair Bolsonaro que, em pessoa, se juntou diversas vezes a esses grupos em Brasília, estimulando

¹ Disponível em <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2020/04/1988655-78-se-consideram-bem-informados-sobre-coronavirus.shtml>> Acesso em 19/05/2020.

aglomerações, abraçando fãs, tudo diametralmente oposto às recomendações das autoridades em saúde. Nessas manifestações, ocorreram episódios de violência explícita contra jornalistas. Em 3 de maio, apoiadores de Bolsonaro agrediram² com chutes, socos e empurrões a equipe de profissionais do jornal *O Estado de S. Paulo*. O fotógrafo Dida Sampaio registrava imagens do presidente em frente à rampa do Palácio do Planalto, numa área restrita à imprensa, quando foi agredido. Duas semanas depois, uma apoiadora de Bolsonaro bateu com o mastro de uma bandeira do Brasil na cabeça de uma jornalista da *Band News TV* que esperava para entrar ao vivo pela emissora durante mais uma dessas manifestações em apoio ao governo. O episódio ocorreu pouco antes da participação de Bolsonaro no protesto. Segundo relato³ da jornalista agredida, Clarissa Oliveira, depois do incidente o tom dos manifestantes era agressivo em relação à imprensa. A responsável pela agressão, identificada mais tarde como a servidora pública Angela Berger, circulava com a bandeira do Brasil chamando profissionais da imprensa de lixo. Após acertar com a bandeira na cabeça da profissional, a mulher riu da situação.

1. “Cala a boca, não perguntei nada!”

O próprio presidente Jair Bolsonaro, à semelhança de seus apoiadores, passou a agredir a imprensa. No dia 5 de maio, ao se dirigir a uma repórter do jornal *O Estado de S. Paulo*, quando questionado sobre suas interferências no comando da Polícia Federal⁴, o presidente a mandou calar a boca. Para muitos, a atitude foi uma das cenas mais violentas propagadas por um chefe de Estado contra profissionais de imprensa no Brasil desde a ditadura militar. Na mesma ocasião, o presidente atacou a *Folha de S. Paulo*, chamando o jornal de "canalha", "patife" e "mentiroso", enquanto sacudia a primeira página do impresso com as denúncias de suas tentativas de barrar investigações envolvendo seus filhos na Superintendência da Polícia Federal no Rio de Janeiro. O mês de maio terminou com quatro empresas de comunicação - *Folha*, *UOL*, *Globo* e *Band* – suspendendo a cobertura jornalística na porta do Palácio do Alvorada, em Brasília, alegando falta de condições de segurança para os profissionais que fazem plantão no local. O clima hostil entre apoiadores e profissionais da imprensa foi se acirrando ao longo de maio, alimentado pelo próprio presidente. Em 25 de maio, dia em que as empresas anunciaram a retirada de seus jornalistas da portaria do Alvorada, os profissionais

² Disponível em <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,profissionais-do-estadao-sao-agredidos-com-chutes-murros-e-empurros-por-apoiadores-de-bolsonaro,70003290864>> Acesso em 19/05/2020.

³ Disponível em <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,manifestante-bate-com-mastro-de-bandeira-na-cabeca-de-jornalista-em-brasilia,70003305885>> Acesso em 19/05/2020.

⁴ O escândalo foi o estopim para a saída de Sergio Moro do governo e desencadeou o aprofundamento da crise do governo visto a partir de então.

foram alvo da agressão dos apoiadores após Bolsonaro esbravejar: "No dia que vocês tiverem compromisso com a verdade, eu falo com vocês de novo".

Mas as dificuldades no exercício do Jornalismo não se restringiram aos momentos em que os profissionais estavam no centro da guerra narrativa entre ciência e governo federal, entre fanatismo e razão, agredidos física e verbalmente, num desrespeito ao livre exercício da atividade. Dentro de algumas redações - não à toa as mais alinhadas ao governo Bolsonaro - negar a gravidade da pandemia custou empregos e vidas. O editor José Augusto Nascimento Silva morreu em 13 de abril em decorrência do novo coronavírus, expondo a situação de insalubridade no *SBT* Rio⁵. Três semanas antes de sua morte, o jornalista enviou áudios pelo *WhatsApp* acusando a emissora de negligência por manter trabalhando profissionais suspeitos de terem a covid-19. No áudio, o jornalista apresentava-se indignado com o descaso da emissora, a qual classificou como o "epicentro do coronavírus na cidade do Rio de Janeiro". Segundo funcionários, o *SBT* Rio não deu a devida atenção a quem apresentou sintomas logo de início e os obrigou a trabalhar normalmente na sede da emissora enquanto não recebessem o diagnóstico com a confirmação da doença. No dia seguinte à morte do editor, o Ministério Público⁶ entrou com pedido para uma inspeção sanitária na sede do *SBT* no Rio de Janeiro, considerando que a redação de Jornalismo da emissora teria se tornado foco da proliferação do coronavírus. Ao todo, 36 funcionários estavam afastados com suspeita de terem contraído a covid-19, quase metade da equipe.

Na mesma semana, o repórter especial da *Record* Rodrigo Vianna foi demitido depois de 13 anos na empresa. O motivo seriam os questionamentos feitos pelo profissional das medidas de proteção dos jornalistas adotadas pela emissora⁷. Ainda em março, em um grupo de *WhatsApp* de profissionais da empresa, o jornalista fez críticas à maneira que a *Record* estava lidando com o isolamento de funcionários que trabalhavam próximos a um cinegrafista infectado. Esta e outras denúncias chegaram ao Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, que interpelou a *Record* em busca de informações. A emissora negou, em nota, que tivesse se descuidado da política de isolamento dos funcionários. Uma denúncia ao Ministério Público do Trabalho ocorreu, segundo o sindicato, porque a *Record* não prestou os esclarecimentos necessários. Em seu *Twitter*⁸, o próprio Vianna falou sobre as dificuldades de trabalhar em um

⁵ Disponível em < <https://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/televisao/antes-de-morrer-por-coronavirus-jornalista-do-sbt-acusou-emissora-de-negligencia-35657>> Acesso em 19/05/2020.

⁶ Disponível em <<https://m.natelinha.uol.com.br/televisao/2020/04/14/por-coronavirus-ministerio-publico-pedira-fechamento-da-sede-do-sbt-no-rio--143657.php>> Acesso em 19/05/2020.

⁷ Disponível em < <https://tvefamosos.uol.com.br/colunas/mauricio-styler/2020/04/17/reporter-que-questionou-medidas-da-record-contr-a-covid-19-e-demitido.htm>> Acesso em 19/05/2020.

⁸ Disponível em < <https://twitter.com/rvianna/status/1251300093279571969>>

veículo alinhado profundamente a Bolsonaro: “há espaço para trabalhar de forma correta na mídia comercial, desde que se tenha consciência desses limites, e alguma capacidade de dizer “não” quando necessário. Nos últimos tempos, procurava me guiar pelo ensinamento de um velho repórter: ‘ao inimigo não se pede nada, nem demissão’”. O caráter estrutural da deterioração das condições de trabalho dos jornalistas ao longo das últimas décadas permeia toda essa pesquisa, mas importante nota é como a conjuntura política, neste momento, também contribui para tal piora.

Levantamento feito pela coluna de Maurício Stycer⁹, no *UOL*, indicou que a *TV Record*, do bispo da Igreja Universal Edir Macedo, é a favorita de Bolsonaro, para a qual concedeu 13 entrevistas exclusivas ao longo de 2019. Na segunda posição vem o *SBT*, com oito entrevistas exclusivas em um ano. A emissora de Silvio Santos está empatada com a *Bandeirantes*, que também recebeu oito entrevistas em 2019. A *RedeTV!* conseguiu fazer apenas uma, com Luciana Gimenez. E a *Globo*, principal canal de TV aberta do país, não entrevistou o presidente da República nenhuma vez.

Entre as entrevistas concedidas pela *Record* estão duas conversas do presidente com repórteres da emissora durante agendas de trabalho - uma visita à casa da menina Yasmin¹⁰ e um culto no Templo de Salomão¹¹. Também foram incluídas duas exclusivas à filial da *Record* em Santa Catarina, que tiveram repercussão nacional. Ao *SBT*, as entrevistas de Bolsonaro são de dois tipos - ao Jornalismo da emissora e a apresentadores populares: o dono da emissora Silvio Santos, Ratinho e Danilo Gentili. À *Band*, chama a atenção a boa relação de Bolsonaro com o apresentador José Luiz Datena. Ele deu quatro entrevistas ao apresentador em 2019 e uma para o seu filho, Vicente, de uma filial da emissora em Goiânia. Tratado como inimigo por Bolsonaro, o *Grupo Globo* conseguiu duas entrevistas exclusivas em 2019, uma para o jornal *O Globo* e outra para o *GI*. Para a TV o presidente não falou.

Relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) mostrou que o governo Bolsonaro mudou também a lógica de distribuição de verbas publicitárias para TVs abertas ao destinar os maiores percentuais de recursos para *Record* e *SBT*. Embora dona da maior audiência, a *Globo* tem, agora, participação no bolo bem menor que a das duas concorrentes, o que não se verificava no passado. O tema será detalhado no *Capítulo II* desta dissertação, que trata das particularidades da imprensa brasileira e sua relação de interdependência com o Estado.

⁹ Disponível <<https://tvefamosos.uol.com.br/colunas/mauricio-stycer/2019/12/03/bolsonaro-deu-13-entrevistas-exclusivas-a-record-e-nenhuma-a-globo-em-2019.htm>> Acesso em 19/05/2020.

¹⁰ Em abril de 2019 garota apareceu em vídeo em que parecia negar-se a cumprimentar Bolsonaro, que a visitou para provar que tratava-se de um mal entendido.

¹¹ Sede mundial da Igreja Universal do Reino de Deus, é uma réplica do Templo de Salomão, citado na Bíblia, construída no bairro do Brás, em São Paulo.

Esse olhar de “amigo” e “inimigo” que o governo federal lança sobre a imprensa tem efeitos imediatos na guerra de narrativas travada no noticiário durante a pandemia. Só para citar um exemplo, enquanto os veículos do *Grupo Globo* passaram a classificar as manifestações dominicais de *antidemocráticas*, *Record* e *SBT* seguiram a linha de chamar pessoas que defendem a ditadura apenas de *apoiadores do presidente*. Numa manobra fisiologista para acomodar o chamado “centrão”¹² em seu governo, no início de junho Bolsonaro não só recriou o até então extinto - por ele mesmo - Ministério das Comunicações¹³, como colocou no comando da pasta o deputado Fábio Faria, genro de Silvio Santos. Não houve tentativa de minimizar a relação: a proximidade foi interpretada pelo presidente não como um movimento questionável no toma-lá-dá-cá entre governo e conglomerados de comunicação, mas como uma vantagem. Nas palavras de Bolsonaro, sem experiência alguma no setor, o deputado seria capaz de fazer um bom trabalho por fazer parte da família do dono do *SBT*.

O reconhecimento dos próprios jornalistas como trabalhadores é abordado mais de uma vez ao longo desta dissertação. Classificados na pandemia não só como trabalhadores, mas também como essenciais, foram alvo de uma das medidas econômicas mais questionáveis do governo durante a pandemia: a Medida Provisória (MP) 936, de 1º de abril, instituiu o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, que previa suspensão de contratos ou corte de salários em nome da manutenção de postos de trabalho. A MP permitia a redução de até 70% do salário dos funcionários, com redução paralela da jornada de trabalho, por até três meses. A maioria das empresas jornalísticas aderiu, com reduções de 25% dos salários. Todos os trabalhadores poderiam ser intimados por acordos individuais, independentemente da faixa salarial. Foi o que aconteceu na maioria dos casos, com jornalistas pressionados por seus patrões a assinarem acordos. Para além da legitimidade ou não da medida, algo salta aos olhos mesmo para aqueles que não são íntimos das redações: se em condições normais é absolutamente corriqueiro que esses profissionais cumpram jornadas de 12 horas, com inúmeros plantões aos feriados e finais de semana, como ficariam as jornadas daqueles envolvidos diretamente na cobertura da pandemia?

Entre os grandes veículos, o jornal *O Estado de S.Paulo* foi o primeiro a aderir à redução de salários e jornadas mas, num momento em que o trabalho remoto foi amplamente

¹² Bloco informal na Câmara dos Deputados que reúne parlamentares de legendas de centro e centro-direita, um grupo menos conhecido por seus posicionamentos políticos, mas sim por aliar-se a todos os governos, independentemente da ideologia, em trocas de cargos e outras vantagens.

¹³ Disponível em <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/10/bolsonaro-anuncia-criacao-do-ministerio-das-comunicacoes-e-deputado-fabio-faria-como-ministro.ghtml>> Acesso em 11/06/2020.

adotado, o controle das jornadas, já difícil com a presença física dos profissionais nas redações, tornou-se ainda mais complicado. A editora *Globo* propôs a redução de 25% dos salários dos jornalistas, assim como a *Folha*, que segurou a medida algumas semanas mais que os demais veículos, mas anunciou sua adoção a partir de junho, com validade até 31 de agosto. Dentre as contrapartidas, a empresa garantiu a manutenção dos empregos dos signatários do acordo até o final do ano e a redução não afeta férias e 13º salário, nem os salários das profissionais em licença-maternidade. Apesar de terem aprovado o acordo, os profissionais divulgaram nota em que criticam a “posição pouco conciliadora adotada pela empresa durante o processo de negociação”¹⁴. Já a *Band* reduziu os vencimentos de todos os profissionais que prestam serviço como pessoa jurídica - que são os apresentadores de telejornais, repórteres e profissionais de microfone do departamento de esportes. O *SBT* fez o mesmo, reduzindo em 25% os salários de todos os seus funcionários. Na editora *Abril* não foi adotado um corte linear, cabendo aos chefes de redação efetuar cortes de acordo com os valores determinados pela direção da empresa para cada uma das publicações. Numa categoria fortemente marcada pela informalidade, medir dos efeitos da pandemia sobre os jornalistas e a produção jornalística ainda é embrionário, mas já há dados importantes.

Entre os dias 20 de maio de 10 de junho de 2020, a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) promoveu uma pesquisa¹⁵ nacional para verificar como a pandemia está afetando os jornalistas que trabalham em redação, com ou sem vínculo formal de emprego. Para a maioria dos entrevistados (55,5%) a pandemia aumentou a pressão no trabalho, com acúmulo de tarefas, sobrecarga de horário e cobrança por resultados. A maioria (75,2%) está trabalhando em *home office*, enquanto 24,8% seguem trabalhando presencialmente.

Em relação ao combate à pandemia, apesar de 79% terem respondido que as empresas têm garantido condições de saúde e segurança para o exercício da profissão, apenas 17,5% dos entrevistados consideram satisfatória a quantidade de equipamentos de proteção fornecida, enquanto 47,7% acreditam que as empresas poderiam melhorar as condições de trabalho diante do quadro de pandemia. Ainda segundo a pesquisa, houve redução salarial em cerca de 29% dos locais de trabalho, as demissões atingiram mais de 20% das redações, provocando sobrecarga para quem ficou.

Infelizmente, embora mais acentuado, o cenário de precarização do exercício do Jornalismo durante a pandemia não é exclusividade do Brasil. De acordo com uma sondagem

¹⁴ Informações da edição 1259, de 3 a 9 de junho, do semanário Jornalistas&Cia.

¹⁵ Disponível em < <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2020/06/pesquisa-covid-2020.pdf> > Acesso em 18/06/2020.

realizada no fim de abril pela Federação Internacional dos Jornalistas (FIJ)¹⁶, com mais de 1,3 mil jornalistas, de 77 países ao redor do mundo, três em cada quatro jornalistas sofreram restrições, obstruções ou intimidação ao reportar sobre a pandemia. Quando questionada sobre a liberdade de imprensa em seus países, a grande maioria dos jornalistas afirmou que havia piorado. Os jornalistas usaram palavras como “precária”, “problemática”, “terrível”, “pior”, “em declínio” ou “restrita” para descrever a situação em seus países. Muitos citaram a perda de empregos, o aumento do horário de trabalho e a diminuição de recursos como obstáculos à cobertura adequada da pandemia. A pesquisa, realizada entre 26 e 28 de abril, revelou também que dois terços dos jornalistas empregados e *freelancers* sofreram cortes salariais, redução de renda, perda de empregos, cancelamento de empregos ou agravamento de suas condições de trabalho. A mesma pesquisa foi aplicada no Brasil pela FENAJ em abril e apontou que quase todos os jornalistas *freelancers* perderam renda ou oportunidades de emprego e mais da metade dos jornalistas sofreram estresse e ansiedade. Além disso, mais de um quarto não possui o equipamento necessário para trabalhar com segurança em casa, enquanto um em cada quatro não possui equipamento de proteção para trabalhar em campo.

Em contrapartida, a busca da população por informação confiável e o maior tempo das pessoas em casa elevaram audiências. De acordo com dados da ComScore¹⁷, a audiência do UOL cresceu 11,6% em março deste ano em relação ao mesmo período do ano passado. Na mesma comparação, o aumento em abril foi de 7,2%¹⁸. O aumento da audiência do G1 foi bem mais expressivo, de 20% em março e 30% em abril. Em março, primeiro mês da pandemia, o *Jornal Nacional*, principal jornalístico da TV Globo, bateu seu recorde de audiência em oito anos, alcançando 148 milhões de telespectadores, acima dos 135 milhões registrados no mesmo período do ano passado. Entre os jornais, a *Folha*, pioneira entre os jornalões a oferecer sua versão impressa na internet, registrou crescimento de 200%¹⁹ nas vendas de assinaturas digitais desde o início da pandemia. De acordo com os dados do Instituto Verificador de Comunicação (ICV), em maio, a *Folha* vendeu em média 338.675 exemplares diários, na soma de suas versões digital e impressa. Em segundo lugar está *O Globo*, com 333.653, e em terceiro o *Estadão*, com 240.093. Os números do IVC mostram que em maio

¹⁶ Disponível em <<http://www.sjsp.org.br/noticias/liberdade-de-imprensa-e-covid-19-pesquisa-da-fij-revela-crise-na-cobertura-da-pa-4091>> Acesso em 19/05/2020.

¹⁷ Empresa que faz a medição da audiência online, uma espécie de Ibope da internet. Os dados compilados por ela são usados especialmente para a compra de espaços publicitários pelas áreas de mídias das agências de publicidade.

¹⁸ A comparação foi feita com base no número de visitantes únicos, que mede a quantidade de pessoas que visitaram um determinado site sem considerar a quantidade de vezes que elas o fizeram. Por isso, é essa a medida mais acertada para medir audiência digital.

¹⁹ Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/06/maior-jornal-do-brasil-folha-consolida-crescimento-digital.shtml?>> Acesso em 29/06/2020.

as vendas da *Folha* cresceram 0,69% na comparação com o mês anterior e as do *Estadão* 0,66%, enquanto as de *O Globo* caíram 0,54%. A *Folha* lidera o ranking digital com 268.557 assinantes digitais, enquanto o *Globo* tem 245.440 e o *Estadão*, 150.852. Quando se conta apenas o jornal impresso, a liderança de vendas é do *Estadão*, que comercializou 89.241 exemplares em maio, seguido de *O Globo*, com 88.230, e pela *Folha*, com 70.118.

2. Mulheres e isolamento social

Jornalistas ou não, a crise do coronavírus deixou claro que a pandemia impacta as mulheres de forma diferente²⁰, que sofrem suas consequências de maneira ainda mais perversa, em diversas dimensões. Do aumento da violência doméstica²¹, verificado em diversas partes do mundo, à redução da produção científica das mulheres e mães²², é evidente que o confinamento, o desemprego, a informalidade, a precariedade sanitária são problemas ainda maiores para elas, que estão mais sujeitas aos efeitos da redução da atividade econômica, uma vez que representam boa parte dos trabalhadores informais, os mais vulneráveis em períodos de recessão. Além disso, são a maioria no trabalho doméstico remunerado, que é majoritariamente informal. Neste momento, também lidam com a sobrecarga do trabalho doméstico não-remunerado, acumulando ainda mais tarefas relativas ao cuidado, com mais integrantes da família em casa em função do fechamento de escolas, da saturação do sistema de saúde e das recomendações de isolamento social. Afinal, embora o número de homens se dedicando a afazeres domésticos tenha um lento crescimento, eles ainda gastam metade do tempo dedicado pelas mulheres às atividades como cozinhar, lavar louça, limpar os cômodos ou lavar roupa, segundo os últimos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)²³. Em 2019, 80,6% dos homens de 14 anos ou mais se dedicaram a algum trabalho doméstico ou de cuidado contra 80,4% em 2018. Mas eles gastam, em média, 11 horas por semana com esses afazeres, enquanto as mulheres gastam 21,4 horas semanais. As mulheres trabalham mais em casa mesmo quando também têm uma ocupação remunerada fora dela. Quando empregados, os homens dedicam 10,4 horas por semana ao trabalho doméstico contra

²⁰ O relatório *Mulheres em tempos de pandemia: os agravantes de desigualdades, os catalisadores de mudanças*, da ONG Think Olga, fez uma análise da vulnerabilidade das mulheres sob três eixos: violência contra as mulheres, economia e trabalho e mulheres e saúde. Disponível em <<https://thinkolga.squarespace.com/>> Acesso em 19/05/2020.

²¹ Disponível em <<https://oglobo.globo.com/celina/coronavirus-durante-quarentena-violencia-domestica-aumenta-ainda-mais-nos-paises-da-america-latina-24387467>> Acesso em 19/05/2020.

²² Disponível em <<https://ciencia.estadao.com.br/noticias/geral,producao-cientifica-de-mulheres-despenca-em-meio-a-pandemia-de-coronavirus,70003306675>> Acesso em 19/05/2020.

²³ Disponível em <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,mais-homens-fazem-tarefa-domestica-mas-mulheres-ainda-trabalham-o-dobro-em-casa-aponta-ibge,70003324400?utm_source=facebook%3Anewsfeed&utm_medium=social-organic&utm_campaign=redes-sociais%3A062020%3Ae&utm_content=%3A%3A%3A&utm_term&fbclid=IwAR1hltazCiPFXDfo0Zu84OKITz68T9HfV2JoM3TJP5DQApdiPwajOUG2bkE> Acesso em 7/6/2020.

18,5 horas das mulheres ocupadas. Os homens sem ocupação aumentam essa dedicação para 12,1 horas semanais, enquanto, no caso das mulheres sem ocupação, são 24 horas semanais dedicadas a afazeres domésticos ou cuidados com pessoas.

Algumas pesquisas relevantes nasceram no contexto da pandemia para estudar os vínculos entre informação, comunicação e Jornalismo neste novo momento da história mundial e pelo menos uma delas dialoga com o que está sendo discutido nesta dissertação. A pesquisa *Como trabalham os comunicadores em tempos de pandemia da covid-19?*, do Centro de Pesquisa Comunicação e Trabalho (CPCT) da Escola de Comunicação e Arte (ECA) da Universidade de São Paulo (USP) já recebeu respostas de mais de 500 profissionais. O objetivo é apresentar um diagnóstico sobre como esses profissionais desenvolvem suas atividades e quais são os cuidados adotados no dia a dia para se prevenirem do contágio do novo coronavírus. Segundo a coordenadora do CPCT, Roseli Figaro²⁴, já foi possível verificar questões significativas a partir dos comentários dos respondentes: “É fato que o trabalho, na sua maioria realizado via *home office*, está mais pesado, seja pelo aumento do número de horas ou pela própria intensificação da atividade.” Ela pondera que a interferência da covid-19 expôs ainda mais a situação de precarização que já estava presente no cotidiano dos comunicadores, cuja forma de atuação é dada por contratos sem garantia alguma de benefícios, como *freelancers*, autônomos ou mesmo por trabalho vinculado à duração de projetos específicos. E a *práxis* da atividade de maneira remota é um ponto que precisa ser discutido. Para Figaro, é preciso refletir sobre a naturalização do *home office*, como também da “própria cobertura que é feita por jornalistas que estão no *front* da produção das notícias diárias sobre a pandemia”. De acordo com a coordenadora do CPCT, a organização da jornada produtiva é outra questão que merece atenção. “Afim, isso tem demandado outra lógica de tempo e de espaço, outra forma de relação do comunicador com os grupos profissionais em que está inserido”, afirma.

Há, ainda, uma iniciativa para investigar a saúde mental dos profissionais de imprensa em meio à pandemia, liderada pela Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP). De acordo com Antônio Geraldo da Silva, presidente da ABP e da Associação Psiquiátrica da América Latina (Apal)²⁵, a ideia surgiu de relatos informais coletados de jornalistas. Em um dos episódios, ele ouviu de profissionais da imprensa que jornalistas estavam com dificuldade de diferenciar se a falta de ar que passaram a sentir no dia a dia era um sintoma da covid-19 ou

²⁴ Disponível em <<http://www2.eca.usp.br/comunicacaoetrabalho/coleta-de-dados-de-pesquisa-sobre-covid-19-e-comunicadores-vai-ate-final-de-abril/>> Acesso em 19/05/2020.

²⁵ Disponível em <https://www.abraji.org.br/noticias/pesquisas-alertam-para-agravamento-do-estresse-emocional-de-jornalistas-brasileiros>. Acesso em 7/6/2020.

de um quadro de ansiedade. “Estresse é uma palavra que não vem da medicina, é emprestada para medir a tolerância a algo. E o jornalista, que estava acostumado com uma rotina, agora já soma três meses trabalhando em uma situação atípica”, descreve. “Outro conceito importante nessa discussão é a resiliência, outra palavra emprestada pela medicina que está ligada à adaptabilidade. É importante reforçar que a adaptação de cada jornalista é diferente e deve ser respeitada”, completa. De acordo com o presidente da ABP, o cenário que se desenha é de que a sociedade experimentará uma ‘quarta onda’ da pandemia, marcada pelo agravamento das doenças mentais. “Índices de suicídio, depressão, ansiedade, consumo de álcool e drogas aumentarão”.

A Federação Internacional de Jornalistas também investigou as especificidades das condições de trabalho das mulheres jornalistas em meio à pandemia²⁶. Os resultados indicam que mais da metade das entrevistadas não consegue conciliar vida profissional e pessoal (62%). Além disso, 46% das mulheres sofrem consequências severas em suas responsabilidades profissionais e 27% tiveram alterações no salário. A FIJ entrevistou 558 mulheres jornalistas, em 52 países. Os dados mostram, ainda, que aproximadamente 75% das participantes declararam aumento de estresse por causa de múltiplas tarefas e 70% afirmaram que os níveis de assédio e intimidação não mudaram durante a pandemia. Mais da metade teve a saúde mental afetada e problemas com insônia e 40% receberam equipamento de proteção de suas empresas. As entrevistadas enumeraram alguns motivos para o aumento de estresse: trabalho em isolamento, assédio dos chefes, cuidado da família e da educação domiciliar, tensões domésticas, aumento da carga de trabalho e habituais ajustes de prazo, longas jornadas de trabalho, impacto psicológico da cobertura da Covid-19 e temor de perder o emprego.

Foi neste contexto político, sanitário e emocional que a maior parte desta dissertação foi redigida. Uma pesquisa que nasceu em 2016, como trabalho de conclusão de curso da pós-graduação *lato-sensu* em Mídia, Política e Sociedade na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (Fesp-SP), tornou-se projeto para o ingresso no programa de pós-graduação em Economia Política da Universidade Federal do ABC em meados de 2018, memorial de qualificação no fim de 2019 e agora chega à sua forma final, a dissertação. Um contexto que, inclusive, deu novo fôlego a esta pesquisa, que tem como objetivo analisar como as transformações da mídia, pensadas na chave da Economia Política, afetam o mundo do trabalho dos jornalistas, especialmente das mulheres com mais de 40 anos, averiguando como

²⁶ Informações da edição 1267, de 28 de julho a 4 de agosto, do semanário Jornalistas&Cia.

as transformações do “negócio” jornalismo contribuem para um novo formato do mundo do trabalho do jornalista.

O crescimento da mídia digital - que por atrair receitas publicitárias mais tímidas é menos rentável - em detrimento da mídia impressa e a concentração do setor de comunicação são pontos essenciais para esta investigação. O controle de cinco famílias sobre metade dos 50 veículos com maior audiência no Brasil reafirma uma estrutura patriarcal que se reflete no mercado de trabalho da área. Sabe-se que as mulheres são maioria nesta categoria profissional e, embora mais escolarizadas, são submetidas a posições mais precárias e a uma saída mais precoce do mercado (ROCHA, 2004; SANTOS, 2006; NONATO, 2010; MICK, 2013; LEITE, 2015; FIGARO, 2013).

A vulnerabilidade dos trabalhadores mais velhos, incluindo recortes de gênero, é objeto de estudo recorrente da Sociologia do Trabalho e conceitos como *fantasma da inutilidade* (SENNET, 2006) e *fragilização da segunda metade da carreira* (GUILLEMARD, 2010) serão mobilizados no arcabouço teórico desta pesquisa, assim como a literatura sobre precarização e fim do emprego. A produção científica da Sociologia do Trabalho e dos Estudos de Gênero já concluiu que mulheres são mais vulneráveis do que homens em um mesmo contexto, o que as leva para posições mais precárias e a serem expulsas do mercado de trabalho mais precocemente. Segundo Mosco (2016), a Economia Política tem dado passos importantes na abordagem da intersecção entre estudos feministas e de economia política dos meios de comunicação, que aborda a dupla opressão que as mulheres trabalhadoras enfrentam. “O jornalismo continua enfrentando problemas de gênero persistentes no ambiente de trabalho, como a concentração de trabalhadoras mulheres nos níveis mais baixos das profissões com a esmagadora maioria dos cargos de gestão concentrada entre homens” (Mosco, 2016, p.58).

Porém, faltam estudos sobre quem são essas mulheres e quais as alternativas profissionais e de renda elas encontram a partir do momento em que deixam de exercer o Jornalismo. Sobretudo, faltam pesquisas que investiguem a subjetividade das mulheres diante desses processos, pois se coloca relevante captar como elas, inseridas nas transformações estruturais e afetadas de maneira particular, compreendem tais mudanças. Também são objetivos desta pesquisa compreender quando e como se dá a entrada na informalidade e a saída do mercado de trabalho quando olhamos especificamente para mulheres jornalistas com mais de 40; identificar se essa saída do mercado de trabalho foi compulsória ou voluntária; investigar quais as alternativas que essas mulheres buscam para manter ou obter renda; e compreender como a expulsão precoce do mercado de trabalho atinge a identidade social

dessas mulheres. No entanto, esta pesquisa tem a pretensão de analisar a situação, não de propor soluções. Esta pesquisa também pode ser vista como uma fotografia dessas experiências subjetivas. Em uma profissão dinâmica como é o Jornalismo, e inseridas num contexto político econômico e social como o atual, certamente o olhar delas sobre elas mesmas mudou ou mudará, assim como também mudará suas visões de mundo, suas análises sobre a profissão. São trajetórias ainda em construção. O que esta pesquisa quer, sobretudo, é trazer à luz questões do universo particular dessas mulheres que muitas vezes permanecem à sombra da naturalização de estereótipos e dos papéis atribuídos aos gêneros.

3. Os porquês desta pesquisa

Antes de uma inquietação acadêmica, esta pesquisa nasce de uma angústia profissional. Dos 22 aos 35 e dos 37 aos 41 anos estive em uma redação - ou cobertura de rua ou comitês de imprensa - praticamente todos os dias, produzindo ou editando notícia. E esse “praticamente” não é força de expressão: foram pouquíssimos períodos de férias, a maioria sem remuneração, incontáveis plantões em finais de semana e feriados e jornadas que frequentemente passavam das 12 horas sem pausa. O corpo sedentário doía, assim como a cabeça sempre exausta. A saúde mental - diferentemente da de muitos colegas - resistiu, mas a vida pessoal também cobrava um preço alto. Em 2010, aos 32 anos, eu era uma das mais jovens editoras em uma redação tradicional de São Paulo, reconhecida pela experiência de seus profissionais, uma redação que contava, então, com mais de 100 jornalistas contratados com carteira de trabalho assinada. A dúvida sobre como manter-me no mercado já pairava, mas tinha um caráter muito mais de “eu não vou aguentar esse ritmo por muito mais tempo” do que “eles não vão mais me querer”. Em busca de alternativas profissionais que pudessem abrir espaço para uma vida pessoal mais saudável, com a busca de realizações que transcendessem os limites impostos por uma profissão que absorve todo o tempo de não trabalho de seus profissionais, deixei aquele veículo em 2013 e fui trabalhar com conteúdo para marcas. À época do meu pedido de demissão, após sucessivos passaralhos ²⁷, a redação tinha metade do tamanho de três anos antes e eu me tornara uma das mais velhas. Então, para além da viabilidade de manter uma rotina pouco salubre por muito mais tempo, um novo desafio se apresentava, embora eu já desenhasse uma tentativa de carreira fora das redações. As demissões daquele período não só reduziram o contingente de profissionais, como cortou ao mínimo o número de “cabeças brancas”, substituídas por jovens profissionais que sequer

²⁷ Jargão do jornalismo, surgido nos anos 1970, para as demissões em massa que acometem as redações e se tornaram cada vez mais frequentes a partir dos anos 2000. Tem sua origem na figura de uma revoadada de pássaros.

ganhavam o achatado piso da categoria. Superqualificados em sua maioria, mas sem experiência profissional. E se a geração anterior foi capaz de ascender socialmente em relação a de seus pais, essa certamente iniciava uma trajetória inversa. Minha experiência na publicidade durou pouco e acabei voltando às redações, em um veículo menor, mas de projeção. Meu chefe direto era um homem oito anos mais jovem que eu e o restante da equipe composto por mulheres que tinham entre 20 e 30 anos. Apenas as estagiárias eram formalizadas, ainda que as jornadas de trabalho não respeitassem as exigências desse tipo de contrato. A herdeira da empresa via sua voz ser sistematicamente abafada por outras masculinas que, embora sem vínculos de parentesco, contavam com a admiração, o prestígio e a confiança de seu pai. Iniciei o mestrado em junho de 2018, logo após completar 40 anos e trabalhando nesta redação. Após seis meses de tentativas de conciliação entre estudo e trabalho, pedi demissão: casada e sem filhos, tive apoio – afetivo e financeiro – para dar uma pausa na carreira e concluir esta dissertação. Voltei aos trabalhos de reportagem e edição apenas nos últimos meses da conclusão deste texto, prestando serviço para múltiplos contratantes em vínculos informais, como foram os vínculos em praticamente toda a minha carreira, mesmo em contratos de exclusividade com apenas um veículo.

A digressão em primeira pessoa na apresentação deste trabalho serve para localizar a pesquisadora diante do seu objeto de estudo, pois nota metodológica fundamental é a sua inserção neste universo, uma vez que sua trajetória profissional coincide com a das profissionais que são objeto desta pesquisa. Se, por um lado, esse fato auxilia no acesso a essas mulheres e dá um conhecimento de antemão de muitas das questões que serão levantadas ao longo do estudo, é necessário manter vigilância constante para preservar a objetividade. E, quando houver algum nível de envolvimento, que este seja devidamente objetivado, analisado e explicitado.

A observação e as vivências profissionais foram ignição de um processo de pesquisa que ganhou forma, corpo e propósito no Programa de Pós-Graduação em Economia Política Mundial da Universidade Federal do ABC. A dissertação teve como base uma criteriosa revisão bibliográfica, cujo principal desafio foi criar um diálogo pertinente e frutífero entre os campos da Economia Política, da Comunicação, dos Estudos de Gênero e da Sociologia do Trabalho. É a partir da literatura que as transformações da mídia, enquanto negócio inserido na lógica capitalista, serão sistematizadas, assim como suas consequências para o trabalho dos jornalistas, considerando os recortes de gênero, de idade e de localidade propostos. E se a ideia da pesquisa nasce da observação das redações, é para a subjetividade das profissionais que exercem ou exerceram o jornalismo nestes locais que ela se volta. A voz das mulheres

jornalistas deu corpo à teoria. Para isso, foram feitas entrevistas qualitativas não dirigidas com o objetivo de desenhar a trajetória profissional das mulheres jornalistas objeto deste estudo, buscando investigar e analisar como as transformações da mídia influenciaram em suas carreiras e em suas identidades como profissionais e mulheres financeiramente independentes, apurando, inclusive, quais as alternativas encontradas por elas para obtenção de renda quando o jornalismo das redações deixa de ser seu campo de atuação. Ou seja: a partir da experiência individual, o objetivo é compreender como as mulheres jornalistas enfrentam e percebem os fenômenos que as levam a não conseguirem se colocar no mercado de trabalho de forma segura depois dos 40 anos e como essa fragilidade impacta as diversas esferas de suas vidas. Para tal, foram ouvidas 23 mulheres entre 36 e 63 anos, todas com experiências sólidas em redações na cidade de São Paulo, entrevistas que duram entre 50 minutos e 3 horas. Foram ouvidos, ainda, para efeito de controle e comparação de trajetórias, cinco homens, entre 35 anos e 54 anos, todos também com experiências sólidas em redações na cidade de São Paulo. As entrevistas aconteceram em dois períodos: primeiro foram ouvidas dez mulheres entre julho e agosto de 2019. As demais entrevistas aconteceram entre janeiro e fevereiro de 2020.

Com o fazer jornalístico entregue a profissionais precarizados, o exercício do jornalismo se enfraquece, enfraquecendo consigo sua função social. As mulheres ocupam mais da metade dos postos de trabalho na imprensa, mas as pesquisas realizadas até agora (ROCHA, 2004; SANTOS, 2006; NONATO, 2010; MICK, 2013; LEITE, 2015; VELOSO, 2017; ROCHA e KIKUTI, 2016; PONTES, 2017; FIGARO, 2013 e 2018b) indicam que enquanto elas são maioria no exercício do jornalismo, são minoria em cargos fixos e estáveis, concentradas em vagas precárias ou sem vínculo. Mostram, ainda, que embora mais escolarizadas, saem do mercado formal mais cedo e ainda antes dos 30 sofrem com a precarização. Os melhores salários e os cargos de chefia estão, na maioria das vezes, nas mãos dos homens. Diante do exposto até aqui, considerando que o jornalismo sente as consequências acumuladas das crises econômica, estrutural do emprego, além dos efeitos dos problemas estruturais de sustentabilidade do segmento da comunicação, temos o recorte que será alvo da investigação: mulheres jornalistas com mais de 40 na cidade de São Paulo, que abriga os principais empregadores da mídia do país.

Quando olhamos para a inserção das mulheres no mercado de trabalho jornalístico, vemos que em 1986 elas ocupavam 36% dos quadros profissionais do Brasil na área. Dez anos mais tarde já passavam de 40%. Em 2006, segundo dados do Ministério do Trabalho, 52% das vagas eram ocupadas por mulheres, patamar que se manteve até 2018, último dado

disponível²⁸. Naquele ano, de acordo com dados Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) compilados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), havia 13.604 profissionais do jornalismo no estado de São Paulo com carteira assinada, sendo que as mulheres predominam na categoria. No entanto, a remuneração média das mulheres era de R\$ 6.116,70, enquanto a dos profissionais do sexo masculino era de R\$ 7.287,80, ou seja, 16,1% maior. Esses números, que serão detalhados adiante, para além da desvalorização do trabalho feminino que se vê em toda a sociedade, apontam para outro tema que será abordado aqui: como se constitui uma espécie de rede para a manutenção de empregos e privilégios dos homens, que conseguem avançar a postos de poder, em carreiras mais longevas nas redações, em detrimento das mulheres, maioria na categoria.

Uma hipótese preliminar era que essa expulsão precoce das mulheres do mercado de trabalho na imprensa se dá pela confluência de dois fatores estruturais: aqueles que atingem as mulheres no mercado de trabalho como um todo, tais como maternidade e desvalorização cultural da experiência feminina, aliados a uma estrutura de mercado altamente concentrada e patriarcal, que dificulta a ascensão profissional das mulheres, inclusive das herdeiras. É necessário verificar, ainda, o peso de uma outra pergunta: a evolução tecnológica da mídia torna mulheres mais velhas menos "empregáveis" do que os homens da mesma idade?

Não há a intenção de colocar a profissão de jornalista em nível diferente das demais, pelo contrário. Essa pesquisa tem também o propósito de defender a ideia de que não importa o nível de paixão e envolvimento que um profissional tenha com o seu trabalho, ele segue sendo um trabalhador, no sentido mais literal da palavra. Precisa, então, estar protegido dos efeitos das várias dimensões da precarização. Mas, neste caso, a precarização ganha contornos mais expressivos porque, em última instância, a precarização do profissional da imprensa impede o livre e eficiente fazer jornalístico, um dos alicerces de democracias maduras. É, portanto, a precarização da democracia em si. Além disso, como defende Fonseca (2008, p.13), discutir jornalismo e o papel exercido pela mídia na sociedade não é questão restrita aos jornalistas ou pesquisadores da área, “mas do interesse de todos os cidadãos, dada a centralidade que as indústrias culturais contemporâneas ocupam no processo de informar e formar a opinião pública”. O que há, sobretudo, é a intenção, por meio das vozes das mulheres, trazer a subjetividade necessária para a análise de um fenômeno que afeta diretamente as experiências destas mulheres. Se a Economia Política concederá as ferramentas estruturais

²⁸ Disponível em <<http://www.sjsp.org.br/noticias/perfil-dos-jornalistas-em-sao-paulo-emprego-encolhe-a07f>> Acesso em 30/01/2020

para tal análise, serão as percepções de suas experiências, o olhar sobre suas próprias histórias e identidades, que conferirá a camada subjetiva buscada neste trabalho.

No que diz respeito à estrutura, esta dissertação foi organizada em duas partes principais que, por sua vez, foram divididas em dois capítulos cada. Embora pouco usual, dividir o texto em dois, com uma primeira parte mais voltada à teoria e a segunda à pesquisa empírica, foi um recurso de redação para organizá-lo, já que há organicidade entre teoria e empiria não só porque a segunda não existe sem a primeira, mas principalmente porque elas se sustentam mutuamente.

A *Parte I - A teoria que desenhou a empiria* - tem como marco inicial o ponto de partida teórico para a investigação proposta nesta pesquisa, mas não só: por meio de dados numéricos e material veiculado pela imprensa, atualiza as discussões e desenha o percurso que leva à segunda parte, onde a pesquisa de campo é o centro. É na *Parte I* que são mobilizados conceitos e autores já consagrados, criando o diálogo entre os campos da Economia Política, da Comunicação, dos Estudos de Gênero e da Sociologia do Trabalho.

O *Capítulo I - A imprensa como empresa capitalista* - discute como os 20 anos que se seguiram à redemocratização no Brasil, com o neoliberalismo como ideologia hegemônica, coincidem com o que podemos classificar como uma espécie de “era de ouro” do jornalismo profissional brasileiro. De um lado, a consolidação dos veículos de comunicação como empresas capitalistas profissionalizou as redações, melhorando a remuneração e alçando o jornalista a um lugar de trabalhador e não mais de “apaixonado” que conciliava a atividade com outras que pudessem lhe garantir a sobrevivência. É no início desse período que se dá um importante aumento do número de cursos superiores de Jornalismo, que se seguiu à regulamentação da profissão, elevando salários e garantindo direitos. Além disso, a profissionalização do jornalismo se deu paralelamente a um acentuado aumento da escolaridade das mulheres, o que as levou às carreiras que exigem qualificação de nível superior e, conseqüentemente, a territórios até então predominantemente masculinos. Assim, esse capítulo tem como objetivo descrever a constituição da imprensa como empresa capitalista no Brasil, apresentar como as transformações tecnológicas mudaram esses negócios, compreender as especificidades das empresas de comunicação no Brasil e como esses fatores se colocam no que pode ser genericamente chamado como *crise da imprensa*.

O *Capítulo II - Jornalista profissional, empresa familiar* - mostra como a umbilical relação entre imprensa e Estado é marcante no desenvolvimento dos grandes conglomerados brasileiros de comunicação. Dentro deste contexto, as relações patriarcais se manifestam de diversas maneiras, dos acordos de cavalheiros feitos entre políticos e barões da imprensa ao menor valor dado ao trabalho das mulheres nas redações, passando, inclusive, pela dificuldade

de herdeiras em assumirem os negócios de mídia deixados por seus pais. O objetivo deste capítulo é, portanto, expor as peculiaridades da imprensa brasileira, em particular seu caráter marcadamente patriarcal, e seus efeitos, inclusive, no padrão de sucessão das empresas de comunicação. É partindo desse contexto que busco reconstruir como transformações dos meios de comunicação chegaram ao mundo do trabalho dos jornalistas. Ainda neste capítulo, apresento em termos numéricos como esses efeitos se dão de formas diferentes entre homens e mulheres jornalistas trabalhadores da imprensa.

A *Parte 2 - Cérebro, coração e útero: as mulheres jornalistas por elas mesmas* - é dedicada a expor e analisar a fala das mulheres entrevistadas sobre os diferentes fenômenos abordados na primeira parte. O foco é o que dizem as mulheres sobre cada um dos pontos abordados, sendo que as falas dos homens ouvidos na pesquisa de campo serão usadas como comparativo, contraponto ou confirmação, sempre que pertinente. Como na primeira parte, esta também foi dividida em dois capítulos.

No *Capítulo III - Estrutura social e hierarquias: a escalada da precariedade*, o objetivo é mostrar que as hierarquias não existem apenas no organograma das empresas de comunicação, mas também numa espécie de “escala de valor” entre veículos, editorias e atividades intra e extrarredação, mais ou menos almejadas pelos profissionais da área ainda durante suas formações, escala, essa, que fica clara no discurso das mulheres entrevistadas. Para compreender onde chegam as mulheres jornalistas, e como chegam, é importante investigar de onde elas vieram. Para isso, esse capítulo analisa, também, as origens socioeconômicas das entrevistadas e os desafios e facilidades que tiveram em função dessa origem. A partir disso, a ideia é mostrar o aumento da precariedade da profissão, com seu concomitante desprestígio ao longo das últimas três décadas, cenário que afeta de maneiras distintas homens e mulheres, e entre as mulheres, aquelas de diferentes idades ao longo de suas vidas laborais, que acabam por registrar períodos de estabilidade mais breves quanto mais jovens são. Tal fenômeno será chamado de *escalada da precariedade*, uma vez que é possível fazer uma relação entre a deterioração das condições de trabalho - em termos de renda, prestígio e intensificação da atividade - e o aprofundamento da chamada *crise da imprensa*. O capítulo se encerra mostrando que a precarização da atividade jornalística atinge, também os homens, mas de maneira diferente, já que são eles a se beneficiar de uma rede de manutenção de direitos que não só alivia os efeitos da precarização, mas os leva com mais facilidade ao topo da carreira.

Quais são as barreiras para que as mulheres alcancem os mesmos lugares de estabilidade e prestígio que os homens nas redações? O *Capítulo IV – Identidades e*

subjetividades: as consequências da escalada da precariedade, se propõe a expor objetivamente, pela voz das mulheres que vivenciam esses processos, os obstáculos que elas enfrentam ou enfrentaram ao longo de suas vidas profissionais. Este capítulo tem como pilar a percepção, registrada no discurso das mulheres, de que há uma tentativa constante de conciliação, muitas vezes conflituosa, entre vida afetiva e vida profissional, inclusive para as mulheres que não são mães. Uma guerra interna que gera frustrações, culpa, esgotamento e, por vezes, faz com que as mulheres busquem alternativas profissionais fora das redações, numa constante negociação entre o que gostariam de fazer e o que precisa ser feito em suas vidas. A maternidade é ponto determinante, mas seus efeitos são sentidos de forma diferente de acordo com a idade da mulher entrevistada. As mais velhas, que experimentaram maiores períodos de estabilidade e proteção social, puderam vivenciar a maternidade com efeitos mais discretos sobre suas carreiras. Para as mais jovens, a intensificação das jornadas nas redações ao longo das últimas décadas, aliada à fragilidade dos direitos trabalhistas, acaba por impedir, em alguns casos, a conciliação entre maternidade e redação, levando-as para atividades extrarredação ou a outras áreas de atuação profissional. É nesse contexto que surge a busca por alternativas profissionais e a necessidade, negociada ou não, de apoio familiar. Há, ainda, um relevante número de mulheres que não são mães e atribuem a decisão ao jornalismo. E os efeitos da escalada da precariedade chegaram também às profissionais mais velhas, que preteridas pouco a pouco nas redações, optam pela aposentadoria. Por fim, este capítulo aborda questão fundamental e vivida de maneira equânime entre os homens e as mulheres ouvidos: a deterioração da saúde mental decorrente da pressão do trabalho nas redações. Se inicialmente este não era um tema relevante para a pesquisa, a fala de entrevistados e entrevistadas mostrou como é comum que a intensidade do trabalho nas redações e episódios de abuso e assédio afetem a saúde física e mental dos jornalistas e que, em alguns casos, a necessidade de recuperar o equilíbrio físico e psicológico é o fator determinante para sua saída das grandes redações.

PARTE 1 - A TEORIA QUE DESENHOU A EMPIRIA

Apresentação: o ponto de partida teórico

Na *acumulação flexível* - segundo o conceito de David Harvey (2008) - a economia é capaz de ser eficiente e lucrativa contando com uma elite cada vez menor de trabalhadores, sobreviventes ou escolhidos em meio a uma tendência de exclusão precoce do mercado de trabalho. De acordo com esse marco conceitual, a acumulação flexível desmonta a antiga lógica capitalista e torna voláteis todas as relações sociais, não só as trabalhistas. Como se não bastasse um cenário de crise estrutural do emprego (ANTUNES, 2011), a crise econômica global iniciada em 2008 agravou a situação, precarizando e desempregando um contingente expressivo de trabalhadores. Para o sociólogo alemão Wolfgang Streeck (2018), depois da crise de 2008, ficou impossível compreender instituições políticas, estruturas de classe e os conflitos que delas resultam sem as colocar em relação aos interesses econômicos (p. 47). Para ele, as crises do capitalismo não são perturbações técnicas, mas sim crises de “legitimação *sui generis*”:

O baixo crescimento e o desemprego são consequências de “greves de investimento” daqueles que dispõem de capital, sendo que a sua aplicação poderia eliminar estas consequências, mas não o faz, enquanto faltar confiança aos detentores do capital. No capitalismo, o capital da sociedade é propriedade privada, que os seus proprietários privados podem utilizar ou não, em princípio, com quizerem (STREECK, 2018, p.71).

No Brasil, esses efeitos demoraram algum tempo para chegar e se agravaram especialmente a partir de 2015. Entre 2014 e o segundo trimestre de 2019, o índice de desemprego medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)²⁹ subiu de 4,8% - menor taxa da história - para 12%. Mesmo em um mercado de trabalho em que mulheres ainda ganham apenas 77% do salário dos homens para desempenhar a mesma função, de acordo com dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT)³⁰, o desemprego entre as mulheres - que em meados de 2019 era de 14,1% ante 10,3% para os homens - mostra que elas são excluídas em maior volume do mercado de trabalho.

Portanto, os efeitos acumulados das crises econômica e estrutural do emprego se apresentam de forma diferente para homens e mulheres. Para Helena Hirata, se nas primeiras décadas do neoliberalismo o emprego masculino regrediu ou se estagnou, a liberalização do comércio e a intensificação da concorrência internacional tiveram por consequência um

²⁹ Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas>> Acesso em 20/8/2019

³⁰ Disponível em <https://www.ilo.org/brasil/publicacoes/WCMS_457096/lang--en/index.htm> Acesso em 20/8/2019

aumento do trabalho remunerado das mulheres em todo o mundo. A autora destaca, porém, que essa participação se dá em postos de trabalho precários e vulneráveis e, além disso, a divisão do trabalho doméstico não se modificou substancialmente, a despeito de um maior envolvimento das mulheres nas responsabilidades profissionais. Entretanto, passada essa primeira fase de elevação do emprego da mão de obra feminina, mais precária e barata, vê-se uma acomodação dos números e uma inversão de tendência (HIRATA, 2001, p.143-144). Ou seja: se o primeiro reflexo da precarização do mercado de trabalho é o aumento da ocupação feminina, em um cenário de intensificação da má qualidade do emprego e da escassez de postos disponíveis são as mulheres que se tornam mais vulneráveis.

Richard Sennett (2006, p.81) condensa a vulnerabilidade do trabalhador na figura do *fantasma da inutilidade*. O autor inicia seu raciocínio com mais um dos efeitos da acumulação flexível sobre o mercado de trabalho: em um capitalismo de enormes conglomerados transnacionais, o emprego tem a tendência de migrar para onde ele for mais precário, o que leva a uma concorrência global no mercado de trabalho. Embora, hoje, ele apareça de forma robusta e evidente, o *fantasma da inutilidade* não é um fenômeno contemporâneo. Ele nasce com o desenvolvimento das cidades, quando o trabalhador deixa de tirar da terra seu sustento e passa a ser operário, a depender de uma renda. Desde os primórdios do operariado fabril, a tecnologia elimina pouco a pouco postos de trabalho e coloca na “inutilidade” um contingente de pessoas que não tem espaço para a readaptação. O avanço da educação e da capacitação é incapaz de anular esse efeito que mantém, década após década, profissionais qualificados fora de suas áreas de atuação. Como diz o autor (2006, p.83), “a máquina econômica pode ser capaz de funcionar de maneira eficiente e lucrativa contando apenas com uma elite cada vez menor de trabalhadores”.

A ideia de trabalho flexível pode parecer atraente para o trabalhador contemporâneo de classe média, que acredita poder ter nas mãos maior controle sobre seu tempo e carreira. Sennett (1999, p.66) afirma que o que ele chama de “flexitempo” - a flexibilidade de jornadas e contratos de trabalho - surge justamente do influxo de mulheres ao mercado de trabalho. Segundo dados do autor, nas economias desenvolvidas, a força de trabalho nos anos 1990 já era proporcionalmente equânime entre homens e mulheres nos postos de profissionais liberais e com qualificação técnica, a maioria empregada em tempo integral. As mulheres, porém, precisam de mais flexibilidade para conciliar suas atividades profissionais e domésticas, uma vez que a divisão do trabalho doméstico e de cuidado, especialmente com os filhos, ainda é extremamente injusta com as mulheres. Para Sennett (2006, p.84), são três as forças que configuram a moderna ameaça do *fantasma da inutilidade*: a oferta global de

mão de obra, a automação e a gestão do envelhecimento. Esta nesta terceira força, embora não exclusivamente nela, um dos focos desta pesquisa, que aborda como o amadurecimento penaliza mais as mulheres trabalhadoras, já que a idade afeta diretamente a questão do talento, pesando sobre a durabilidade de uma capacitação. Nesta estrutura laboral, a experiência perde valor quanto maior ela for, uma fórmula perversa para o trabalhador mais velho.

O tema também é analisado por Angela Araújo (2007, p.3). Segundo a autora, o novo paradigma produtivo reforça as diferenças entre homens e mulheres através de múltiplas formas de exclusão. Para a maioria das mulheres, esse processo de mudança teve o efeito perverso de manter ou aumentar a segregação e a exclusão. Assim, a reestruturação produtiva tem utilizado as diferenças de gênero como mecanismo para aprofundar a exploração e o papel das mulheres na sociedade se fragiliza.

Na visão de Ricardo Antunes, as modalidades de trabalho flexíveis nada mais são do que precarização que, entre suas diferentes formas, destacam-se “a salarial, de horário, funcional ou organizativa”.

A flexibilização pode ser entendida como “liberdade da empresa” para desempregar trabalhadores; sem penalidades, quando a produção e as vendas diminuem; liberdade, sempre para a empresa, para reduzir o horário de trabalho ou de recorrer a mais horas de trabalho; possibilidade de pagar salários reais mais baixos do que a paridade de trabalho exige; possibilidade de subdividir a jornada de trabalho em dia e semana segundo as conveniências das empresas, mudando os horários e as características do trabalho (por turno, por escala, em tempo parcial, horário flexível etc.); dentre tantas outras formas de precarização da força de trabalho (ANTUNES, 2009, p.234).

O trabalho assalariado, no sentido contemporâneo, como define André Gorz (2003), não se confunde nem com os afazeres cotidianos necessários para a reprodução da vida, nem com o labor que um indivíduo realiza para cumprir uma tarefa da qual ele mesmo ou seus próximos serão os beneficiários. Não deve se confundir, também, com o que se faz por conta própria e cuja finalidade só interessa a quem o realiza. Isso porque a característica mais importante do trabalho nesta definição é ser uma atividade feita na esfera pública, definida e reconhecida útil por outros além de nós mesmos e, por isso, remunerada. “É pelo trabalho remunerado (mais particularmente pelo trabalho assalariado) que pertencemos à esfera pública, adquirimos existência e identidade sociais (isto é, uma profissão), inserimo-nos em uma rede de relações e de intercâmbios”, afirma Gorz (2003, p.21).

Robert Castel (2012) vê o enfraquecimento da condição salarial como o primeiro ponto de fragilidade e precarização do mercado de trabalho, uma vez que a natureza dos

vínculos se torna mais nebulosa. Embora o autor se refira à Europa, a análise pode ser transposta para a observação dos vínculos de trabalho da classe média urbana brasileira, numa categoria profissional que exige qualificação, como se propõe esta pesquisa. Isso porque, embora a realidade do mundo do trabalho no Brasil seja muito diferente da europeia, como esta pesquisa aborda uma categoria profissional qualificada e de classe média urbana, as análises feitas sobre a Europa podem ser tomadas como referência para o estudo desse recorte profissional no Brasil. Com a fragilidade do salário, quebra-se a coesão social, com a zona de integração substituída pela zona de vulnerabilidade, que atinge todos os níveis de trabalhadores, inclusive os qualificados e de alto escalão. “Enfatizar essa precarização do trabalho permite compreender os processos que alimentam a vulnerabilidade social e produzem, no final do percurso, o desemprego e a desfiliação” (CASTEL, 2012, p.516), com as empresas se tornando “máquinas de vulnerabilizar e excluir”. Ainda segundo Castel (2012, p.519), quando as empresas entendem que devem adaptar a qualificação dos trabalhadores às transformações tecnológicas, a *formação permanente* pode funcionar como uma *seleção permanente*, excluindo primeiramente os trabalhadores mais velhos. Incluem-se aí, ainda, os trabalhadores com menos acesso à requalificação ou atualização de suas habilidades, seja por razões econômicas ou de disponibilidade de tempo. Em um contexto de dupla ou tripla jornada e no auge dos gastos familiares, as trabalhadoras são as primeiras a serem invisibilizadas neste processo. Sem espaço no mercado de trabalho, mesmo que no informal, essas mulheres são destituídas de suas rendas. Num cenário familiar tradicional, essas profissionais são empurradas para uma situação de dependência não imaginada ao longo de seus anos de trabalho remunerado, enfraquecendo sua identidade como indivíduo independente: “Quando falta a base sobre a qual havia sido edificada sua identidade social, é difícil falar em seu próprio nome, mesmo para dizer não”, diz Castel (2012, p. 531), referindo-se ao desempregado. Trata-se, no entanto, de uma fala que pode ser extrapolada para as relações familiares em que as mulheres, que constituem o objeto deste estudo, estão inseridas. Sabe-se que base importante da emancipação feminina em suas diversas frentes é a independência financeira. Minimizar a fragilidade destas profissionais diante da crise global do trabalho e dos meios de comunicação e colocar nas mãos delas a responsabilidade por viabilizar meios de sobrevivência é penalizá-las duplamente. A compreensão deste cenário, por meio do discurso das próprias mulheres inseridas neste contexto, é o objetivo central desta pesquisa.

Há, ainda, a questão da informalidade. Como explica Félix (2016), na passagem do século XX para o XXI verificou-se uma heterogeneização do mercado de trabalho, com três

características marcantes. A primeira compreende a automação, os postos de trabalho perdidos com o desenvolvimento tecnológico. A segunda, decorrente da primeira, é o processo de informalidade, acompanhado de um *desemprego estrutural* (ANTUNES, 2011). Por fim, há a incorporação do trabalho feminino, concomitante à exclusão de jovens e idosos do mercado de trabalho. De acordo com Félix, há um limbo onde se instalam os trabalhadores maduros, definido como *fragilização da segunda metade da carreira* (GUILLEMARD, 2010, *apud* FÉLIX, 2016). Guillemard constatou que este fenômeno do capitalismo contemporâneo está se tornando tão perverso quanto o desemprego estrutural, sendo-lhe, inclusive, quantitativamente maior. Isso porque a questão de gênero deságua de maneira inquestionável na fragilização da segunda metade da carreira e na saída precoce da vida ativa, já que a divisão sexual do trabalho diminui as chances de as trabalhadoras estenderem sua vida laboral. No Brasil, o emprego formal para as mulheres cai já a partir dos 25 anos de idade. Entre os 45 a 49 anos, somente 28% das mulheres trabalham e depois dos 55 anos, esta taxa estaciona em menos de 20% (FÉLIX, 2016, p.254). Ainda segundo o autor, outro dado importante na trajetória da mão de obra feminina é que, a partir dos 70 anos, o “trabalho para consumo próprio” atinge 45% do seu total. Entre as mulheres - esse tipo de trabalho, que por vezes implica na exclusão das empresas e de outros tipos de empregos formais – é ascendente desde os 15 anos. “Em outras palavras, em toda a vida laboral, esta é a única ocupação sempre ascendente no universo feminino” (FÉLIX, 2016, p.255). Soma-se a este quadro, a importância do trabalho por conta própria, que alcança 20% das mulheres com mais de 50 anos, e 30% com mais de 60 anos.

O trabalhador do setor de comunicação sofre de maneira particular as consequências da precarização do emprego. O tamanho e o poder das empresas de mídia mostram que os conglomerados se tornaram parte de uma ordem corporativa que é exploradora e antidemocrática, como explica o sociólogo canadense Vincent Mosco (2016, p.47). O autor, que aborda em suas pesquisas mais recentes a questão dos profissionais do conhecimento e da comunicação em uma sociedade global de informação, lembra que empresas transnacionais de jornalismo integradas, como a *News Corp*, proprietária do *Wall Street Journal*, criam produtos de mídia com efeitos multiplicadores que geram receitas com a venda de conteúdo, fornecendo leitores aos anunciantes com o uso do trabalho barato.

Na imprensa brasileira, esse fenômeno se consolidou a partir do início dos anos 2000, como lembra Jorge Félix (2010, p.366). Segundo o autor, as contas das grandes empresas de mídia estavam no vermelho e elas passaram a sobreviver de empréstimos do Banco Nacional

de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e publicidade oficial (2010, p.366). Foi também naquele momento que as empresas tradicionais assistiram ao crescimento do poder de um novo concorrente: o capital financeiro. Quase todos os empreendimentos que conseguiram sobreviver à crise de 2001 estavam, de alguma forma, apoiados por investidores ligados às finanças, especialmente os portais de *internet*.

Nas empresas tradicionais de mídia, a única forma de fazer frente a essa transformação foi reduzir custos de mão de obra. No início dos anos 2000, foram cortadas 17 mil vagas nas empresas de comunicação. E o setor ainda assistiu a uma precarização das relações de trabalho, com a cada vez mais recorrente figura do *PJ*, ou seja, a pessoa jurídica: profissionais que, embora cumpram expediente e tenham obrigações de empregado, constituem empresas e emitem notas fiscais aos seus contratantes, tornando-se empregados sem nenhum amparo da legislação trabalhista. No mercado de trabalho de maneira geral, esse tipo de vínculo ficou mais comum a partir da reforma trabalhista de 2017. No jornalismo, porém, os *PJs* são facilmente encontrados desde 2000. É aí que surgem os "trabalhadores-proprietários", que não são assalariados formalmente, mas são regidos pela mesma lógica econômica que regula o valor do trabalho assalariado.

Na era da acumulação flexível, o controle do capital sobre o trabalho prescinde da figura física do patrão. A vontade do capitalismo se expressa no conteúdo do trabalho, nas relações do trabalhador com as pessoas e com as coisas no processo de trabalho e no mercado de trabalho [...] Apesar de o contrato de trabalho estar sendo metamorfoseado num contrato comercial, o capitalista continua trocando parte do trabalho alheio já objetivado, do qual se apropria incessantemente sem equivalente, por um *quantum* maior de trabalho vivo alheio (ALVES & TAVARES, 2006, p. 436 e 438).

Foi também na virada dos anos 1990 para os 2000 que a *internet* passou a fazer parte do cardápio de meios de informação disponível ao público e tornou-se nova fronteira profissional para os jornalistas. No entanto, se houve, sim, um aumento de postos de trabalho na nova mídia, houve o corte de vagas na mídia tradicional, e não só das vagas destinadas aos jornalistas. Segundo Mosco (2016, p.53), os sistemas digitais permitiram às companhias de mídia expandir a substituição de mão de obra em muitos níveis. Esse processo começa ainda nas gráficas, mas atingiu também as redações. Há eliminação de postos de trabalho, com o uso de trabalhadores temporários ou em regime parcial, e as empresas passam a contar com a

própria audiência, especialmente nos meios *online*, para fazer, cada vez mais, o trabalho da mídia³¹.

Ricardo Antunes (2018, p.36) afirma que nesse mundo do trabalho digital e flexível, “o dicionário empresarial não para de inovar”. O autor lembra dos “frilas fixos” - *freelancers* que se tornam permanentes - figuras comuns nas redações jornalísticas há pelo menos 15 anos e que têm seus direitos suprimidos a tal ponto que são obrigados a se esconder em eventuais auditorias ou fiscalizações. O autor se refere a alguns episódios de fiscalização trabalhistas vividos nas redações do *Grupo Folha*, nos primeiros anos da década de 2000, quando chefes chegaram a esconder em banheiros jornalistas que trabalhavam informalmente na redação.

Dentro desta lógica, ganha força o discurso de empreendedorismo e reinvenção, como se as ações de empreender e reinventar-se fossem positivas e voluntárias e não provenientes da necessidade de obtenção de renda via trabalho. Para compreender esse fenômeno, pode-se recorrer ao conceito de *neossujeito*, de Dardot e Laval (2016), um ente com papel fundamental na sustentação do neoliberalismo, no avanço de medidas e reformas que o fortalecem e seus efeitos sobre a corrosão de direitos, numa verdadeira privatização da vida em suas múltiplas esferas.

A figura do “cidadão” investido de uma responsabilidade coletiva desaparece pouco a pouco e dá lugar ao homem empreendedor. Este não é apenas “consumidor soberano” da retórica neoliberal, mas o sujeito ao qual a sociedade não deve nada, aquele que “tem de se esforçar para conseguir o que quer” e deve “trabalhar mais para ganhar mais”, para retomarmos alguns dos clichês do novo modo de governo. A referência da ação pública não é mais o sujeito de direitos, mas um ator autoempreendedor que faz os mais variados contratos privados com outros atores autoempreendedores (DARDOT & LAVAL, 2016, p.381)

O indivíduo-empresa despreza as fragilidades impostas a outros indivíduos pelo vácuo aberto na justiça social, portanto o discurso do “novo modo de governo” do “estado que dever ser gerido como empresa” é altamente aderente aos seus ouvidos. Enxergando-se como empresa, o neossujeito não tem consciência de classe, aspira a vida do empresário capitalista e absorve verdadeiramente a ideia de que pode chegar lá. No entanto, sem ter a justiça social como um de seus valores, despreza a democracia como regra fundante de uma sociedade realmente livre, com pessoas sujeitas de direitos, o que abre caminho para a contestação dos fundamentos gerais da cidadania. O neossujeito gestado pelo liberalismo é egoísta e acredita

³¹ A participação da audiência na construção de pautas começa na televisão, em meados dos anos 1990, com as experiências do jornalismo comunitário, formato importado dos Estados Unidos e possível com a modernização do sistema brasileiro de telefonia pós-privatização das teles. Com a popularização da informação pela *internet* a interação se expande, chegando ao que se vê hoje com as redes sociais digitais e os espaços exclusivos em veículos nos quais textos e outras produções da audiência são utilizados em detrimento do trabalho profissional dos jornalistas.

apenas no desempenho, numa corrida. Como afirmam Dardot e Laval, o desencantamento democrático não é algo passageiro, mas uma mutação profunda que deságua na dessimbolização. Também usando como referência o conceito de *neossujeito*, Rafael de Souza afirma:

A crise do mundo do trabalho global cujas particularidades são vivenciadas pelo jornalista casa com as transformações operadas no interior da sociedade capitalista, da qual o receituário do neoliberalismo apresentou-se como uma nova forma de racionalidade global capaz de direcionar os trabalhadores à noção de empreendedores de si mesmos cujo sucesso e fracasso parecem ser determinados unicamente pelo esforço individual (SOUZA, 2017, p.143)

No jornalismo, como acentua Mosco, proprietários e gerentes estão ligados a trabalhadores e usuários em um conjunto de relações que variam da harmonia ao conflito. “Além disso, uma concepção formativa de classe vê a classe trabalhadora como produtora de sua própria identidade, embora tênue, volátil e conflitante, em relação ao capital e independentemente dele” (Mosco, 2016, p.57).

Figaro (2018a, 2018b, 2013), Nonato (2010 e 2015) e Grohmann (2012 e 2013) reforçam essa análise. Segundo os autores, que estudaram em profundidade o mundo do trabalho dos jornalistas no Brasil, o jornalismo, como qualquer outro setor, está vinculado à lógica do lucro. Por outro lado, o jornalismo consolidou-se, ao longo do século XX, como uma narrativa legítima sobre a realidade por ser produzida por profissionais especializados que cumpriam certos requisitos em função de condições mínimas de trabalho. Essa profissionalização dependeu historicamente das grandes corporações de mídia, capazes de dar relevância econômica à atividade, e não ao trabalho independente delas. Como avalia Jonathan Hardy (2014), os economistas políticos que se dedicam ao estudo da mídia encontraram um importante campo de pesquisa ao investigar como os mecanismos de propriedade, financiamento e apoio (como publicidade) e as políticas e ações de governos e outras organizações influenciam e afetam o comportamento e o conteúdo da mídia. Há, ainda, uma preocupação importante com a organização da produção cultural, que inclui as questões de processos e relações de trabalho: “Há uma natureza mutável das influências estruturais, como a dependência do financiamento de publicidade, a gama de influências políticas, sociais e culturais nas instituições de mídia” (HARDY, 2014, p.9).

Atualmente, no mundo, as empresas de comunicação estão concentradas em seis grupos econômicos que detêm metade das receitas publicitárias e das grandes tiragens de veículos impressos, são eles: *Disney, Time Warner, 21 Century Fox, CBS, Viacom e Live*

*Nation*³². No Brasil, o cenário é o mesmo, com uma especificidade: se nos países desenvolvidos esse capital está concentrado em conglomerados financeiros, no Brasil ele é controlado por famílias, conferindo um perfil patriarcal ao mercado de mídia brasileiro.

O Monitoramento da Propriedade da Mídia (*Media Ownership Monitor* ou MOM), publicado em outubro de 2017³³, listou os 50 veículos de mídia com maior audiência no Brasil e constatou que 26 deles são controlados por apenas cinco famílias³⁴.

A alta concentração precariza o trabalho, uma vez que menos empresas podem ditar as regras das contratações. Roseli Figaro explica que o arranjo das empresas de comunicação aponta para a concentração desse mercado e disputas que ocorrem entre os grandes conglomerados no Brasil: “Elas são empresas familiares, que profissionalizaram suas direções e contam com a participação de capital externo (30%), conforme permite a legislação brasileira” (2013, p. 9).

A crise financeira das empresas de mídia, que começa a se desenhar no início dos anos 2000 e se aprofunda a partir de 2010, que leva aos chamados *passaralhos*, à falta de estrutura para o exercício da profissão e à *juniorização*³⁵ das equipes, por si só, já seria suficiente para quase inviabilizar a atividade segundo padrões profissionais mínimos, já que tanto faltam força de trabalho quanto experiência. Mas há mais: o que se vê é uma crise de modelo de negócio que envolve todas as empresas de comunicação, e não só as jornalísticas. Enquanto a mídia impressa migra para o digital, com verbas de publicidade irrisórias em comparação com as obtidas até então por jornais e revistas, a televisão ainda recebe 71% das verbas de mídia, que somaram R\$ 147 bilhões em 2018. Já o montante destinado para a publicidade na *internet*, justamente considerada a nova fronteira para a imprensa, alcança apenas 6% desta fatia, ou R\$ 8,8 bilhões, segundo dados da Kantar Ibope Media³⁶.

Como afirma Elizabeth Saad (2003, p.106), que ainda no início dos anos 2000 observou como as empresas de mídia reagiam ao surgimento da *internet*, os veículos de comunicação consolidados à época priorizaram um modelo que teve como objetivo único a geração de receitas, deixando para um momento indeterminado o real esforço de configurar uma estratégia empresarial abrangente de conversão desta receita em lucro, uma vez que o negócio de

³² Dados do Ranking Fortune 500 de 2018. Disponível em <<https://fortune.com/fortune500/>>. Acesso em 24/09/2019.

³³ Trata-se da 11ª edição do estudo, financiada pelo governo da Alemanha e realizada em conjunto pela ONG brasileira Interozes e a Repórteres Sem Fronteiras (RSF), baseada na França. Disponível em <<https://brazil.mom-rsf.org/br>> Acesso em 30/8/2019.

³⁴ Os dados sobre a concentração do mercado de comunicação no Brasil estão detalhados adiante, na seção “Herança de pai para filho: concentração de mercado e sucessão”.

³⁵ As pesquisas sobre o mundo do trabalho dos jornalistas mostram que a maioria das vagas no setor é ocupada por profissionais com menos de 30 anos, como será detalhado adiante.

³⁶ Disponível em: <https://www.kantariopemedia.com/wpcontent/uploads/2019/05/retrospectiva_2018_FINAL.pdf> Acesso em 30/8/2019.

informação digital ainda não era sustentável economicamente, o que em grande medida se mantém mesmo nos dias de hoje. No jornalismo, a tecnologia que viabiliza novas experiências também aprofunda a precarização do trabalho. Pierre Levy (1998, p.20) afirma que “novas competências devem ser importadas, produzidas, instiladas permanentemente (em tempo real) em todos os setores [...] O *skill flow* torna-se o *cash flow*”. No entanto, o jornalismo, mesmo o impresso, não encontra formas seguras de transformar as habilidades de seus profissionais em retorno financeiro, uma vez que as empresas não conseguem extrair a lucratividade satisfatória para seus acionistas da atividade jornalística como a conhecemos até agora, diante da reconfiguração das receitas publicitárias e o desinteresse dos leitores em pagar por conteúdo. E, como mostra o psicólogo e pós-doutor em Comunicação José Roberto Heloani (2003), que pesquisou os impactos das transformações do mundo do trabalho na saúde dos jornalistas, a deterioração da qualidade de vida no trabalho naturalizou-se. O que se tem, hoje, é um contingente cada vez menor e mal remunerado nas redações tradicionais, outro grupo se aventurando em novos empreendimentos sem remuneração efetiva ou segura, e um terceiro grupo que é empurrado para fora da profissão e busca outras áreas de atuação para a sobrevivência.

CAPÍTULO I - A IMPRENSA COMO EMPRESA CAPITALISTA NO BRASIL

1.1. Apresentação

A partir da redemocratização e da ascensão do neoliberalismo como ideologia hegemônica, tem-se, de um lado, a consolidação dos veículos de comunicação como empresas capitalistas e a profissionalização das redações, o que levou os jornalistas ao um lugar de “trabalhador” e não mais do “apaixonado” que conciliava a atividade com outras que pudessem garantir sua sobrevivência. A profissionalização do jornalismo se deu paralelamente a um acentuado aumento da escolaridade das mulheres, o que as levou às carreiras que exigem qualificação superior e, conseqüentemente, a territórios até então predominantemente masculinos.

A crise global de 2008, embora não guarde óbvia relação com os processos que aqui serão sistematizados, marca um forte aumento da precarização nas redações, em suas várias dimensões, como intensificação do trabalho, piora das condições para o exercício profissional e falta de vínculo formal. Como afirmam Antunes e Druck (2015, p.20), a partir de 2008 houve uma corrosão ainda maior do trabalho contratado e regulamentado, que foi dominante ao longo do século XX e vem sendo substituído pelos mais distintos e diversificados modos de terceirização, informalidade e precarização. Nas redações, aquele momento refletia, em grande parte, os efeitos das transformações tecnológicas ocorridas até então, especificamente a chegada da *internet*. Portanto, se faz necessária uma reconstrução histórica com o propósito de compreender pontos fundamentais da construção teórica desta pesquisa.

Assim, este capítulo tem como objetivo: i) reconstruir a constituição da imprensa como empresa capitalista no Brasil; ii) apresentar como as transformações tecnológicas mudaram esses negócios, iii) compreender as especificidades das empresas de comunicação no Brasil e iv) como esses fatores se colocam no que pode ser genericamente chamado como *crise da imprensa*.

1.2. Da formação dos conglomerados à crise

O surgimento da *grande imprensa* como a conhecemos hoje coincide com os primeiros anos da Primeira República, em um contexto de embate político e debilidade financeira do setor privado para fortalecer veículos de comunicação. Félix explica que logo após a Proclamação da República, a empresa monarquista agonizava e o jornal passa a ser uma empresa capitalista, de maior ou menor porte, que “surge a reboque do novo poder e destinada a lhe dar apoio” (2010, p. 354).

Até os anos 1950, o rádio e o jornal impresso detinham o monopólio da informação, como explica Alzira Abreu (2002), que em seu livro *A modernização da imprensa (1970-2000)* sistematiza não só as bases da construção da imprensa como a conhecemos atualmente, mas também inicia a descrição dos processos que se deram a partir da chegada da *internet* nos fim dos anos 1990. Ainda assim, os jornais de grande circulação eram em número restrito e concentrados no Rio de Janeiro, então capital do país, e em São Paulo, que despontava como centro do poder econômico nacional. A imprensa sobrevivia de favores do Estado, pequenos anúncios locais e classificados. A televisão surge na América Latina pela primeira vez no Brasil em 1950, com a *TV Tupi*, de Assis Chateaubriand, considerado o primeiro barão da imprensa brasileira, como aponta a biografia *Chatô, o rei do Brasil*, do escritor Fernando Morais (1994). As notícias com imagens em movimento chegam aos ainda raros telespectadores em 1953, com a importação do rádio do formato de sucesso *Repórter Esso*.

A chegada da TV se dá em um período de acelerada industrialização e modernização do país em diversas frentes. Com a maior diversidade produtiva na economia, avançam também os investimentos em propaganda. Embora a primeira agência de publicidade do Brasil tenha nascido em 1914, é na década de 1950, com a chegada da televisão, que este mercado se profissionaliza e surgem as grandes agências de publicidade do país. De classificados e ofertas de pequenos varejistas, a propaganda nos veículos de comunicação rapidamente passa a contar com produtos como carros, cigarros, alimentos industrializados e máquinas agrícolas. Em pouco tempo, as receitas publicitárias passam a responder por 80% do faturamento dos jornais (ABREU, 2002, p.9). Em contrapartida a esse novo formato de obtenção de receita, os jornais precisam aumentar a circulação, já que a moeda de troca para as verbas publicitárias era e segue sendo a audiência. A dependência do Estado, no entanto, não diminuiu. Seguiam frequentes os empréstimos de bancos públicos, as isenções fiscais e a publicidade oficial era parte importante do bolo de verbas publicitárias. No rádio e na televisão, as concessões de canais e faixas de transmissão dependiam de acordos políticos com o governo. Nos jornais, era o governo quem controlava a distribuição das quotas para a importação de papel-jornal (ou papel-imprensa), matéria-prima sem fabricação relevante no Brasil, imprescindível ao produto final, que sofreu escassez no período após a Segunda Guerra. Era o governo quem determinava, sob critérios próprios e sem transparência, a quantidade de papel que cada veículo poderia importar.

Para além da chegada da televisão, a onda de modernização bateu à porta também dos jornais impressos no início da década de 1950. Títulos que circulavam desde o início da República, como o *Diário Carioca*, adotaram o modelo norte-americano do lide, formato de

escrita de textos noticiosos, usado até hoje, em que o primeiro parágrafo já traz as respostas das perguntas básicas daquela notícia: o que? quem? quando? onde? por quê? Com financiamento do governo federal nasce, em 1951, a *Última Hora*, de Samuel Wainer, que o definia como um jornal de oposição à classe dirigente e a favor de um governo, o de Getúlio Vargas (WAINER, 1989).

Como conta Abreu (2002, p.12), a paixão política era marca do jornalismo feito àquela época:

O debate político conduzido pelos partidos de maior penetração nacional - de um lado o Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), e de outro a União Democrática Nacional (UDN) - dominou o espaço de todos os jornais de grande circulação no período, o que os levou muitas vezes a ter papel ativo nas crises que sacudiram o país. Quando Vargas se suicidou, em 24 de agosto de 1954, a *Última Hora*, que o apoiava, foi o único jornal que circulou no Rio de Janeiro. Os demais foram impedidos pelo povo, que chegou a atacar as sedes da Tribuna da Imprensa e de O Globo, opositores do presidente morto.

Em 1956, o *Jornal do Brasil*, até então considerado um boletim de classificados, iniciou sua reformulação: ampliou o noticiário e adotou a fotografia na primeira página. Foi também o JB que criou cadernos separados de cultura e classificados e, nos anos 1960, instituiu o formato de editorias, com espaços específicos destinados à política, economia, esportes e cidades. Essas inovações renovaram o jornal impresso e foram adotadas por toda a imprensa nos anos seguintes. Com isso, o jornalismo com raízes francesas, em que prevalecia a análise e o cunho político, começou a ser substituído pelo modelo norte-americano, que privilegia a informação e procura fazer distinção entre notícia e opinião.

Como explica Fonseca (2008, p.81), a industrialização pode ser tomada como um critério para a identificação da emergência de uma formação verdadeiramente capitalista com os anos 1940 e 1950 marcando o início de uma sociedade de consumo de massa e as décadas de 1960 e 1970 se definindo com a consolidação do mercado de bens culturais. Assim, uma especificidade do processo de consolidação das indústrias culturais³⁷ brasileiras é de natureza política, com o papel do regime instaurado em 1964.

A umbilical relação entre Estado e imprensa é evidente no golpe militar, que se dá com o apoio dos principais veículos a época. Embora dependentes de apoio estatal, os principais donos de jornais da época simpatizavam com as ideias de liberalismo econômico e seus

³⁷ Será considerado o conceito no plural, como o utilizado por Fonseca. Os pesquisadores da Economia Política da Comunicação sustentam que indústria cultural, como uma unidade, não existe. Ela é, na verdade, um conjunto de setores que têm regras e características próprias. Cada indústria cultural, como o cinema ou a imprensa, obedece a uma lógica particular.

veículos alertavam para os perigos do estatismo e da ameaça comunista (ABREU, 2002, p. 13). Nesse ponto, fica evidente o caráter empresarial/capitalista da imprensa. Engajados com outros segmentos econômicos, a família Mesquita, de *O Estado de S. Paulo*, Roberto Marinho, de *O Globo*, e Herbert Levy, da *Gazeta Mercantil*, se alinharam aos udenistas em apoio aos militares. Poucos foram os jornais que se opuseram ao golpe, como a *Última Hora*, de essência trabalhista e apoiador das reformas de João Goulart. Mas com a consolidação do regime militar e a instituição da censura, mesmo os então apoiadores passaram a denunciar os abusos. No entanto, ao mesmo tempo em que tinham seus conteúdos censurados, os jornais recebiam incentivos do governo militar para sua modernização, já que um sistema forte de comunicação era parte da estratégia de fortalecimento da segurança nacional por parte dos militares. Havia um duplo significado, pois tratava-se de um projeto político, mas também econômico. Politicamente, inspirava-se na ideologia de Segurança Nacional (ISN), que concebe o Estado como uma entidade que detém o monopólio da coerção, um Estado percebido como centro nevrálgico de todas as atividades sociais, daí a preocupação constante com o conceito de integração. Do ponto de vista econômico, o regime militar pretendia desenvolver a economia brasileira e inseri-la no mercado internacional (FONSECA, 2008, p.87-88).

A imprensa, então, constituía uma das frentes de tal integração. Para tanto, era necessário que ela alargasse sua presença por todo o território. A fundação da Embratel, em 1965, é um desses marcos, seguido pela criação do Ministério das Comunicações, em 1965, e da Telebrás, em 1972. O desenvolvimento das telecomunicações era pedra fundamental para que a televisão e o rádio se expandissem e os jornais pudessem ampliar sua circulação. Embora a televisão tenha nascido em 1950, apenas na década de 1970 ela se torna um veículo de massa. Em 1965, Roberto Marinho, até então dono de jornal impresso, recebe a concessão para fundar a *TV Globo*. Assim, o Estado não só detém o poder de censura, mas se interessa pelo desenvolvimento de atividades culturais, desde que submetidas às motivações do regime. Ao longo da década de 1970, enquanto emissoras pioneiras como *Tupi*, *Excelsior* e *Continental* entram em crise, a novata *TV Globo* colocou a nova infraestrutura a serviço de sua expansão. Foi assim que Roberto Marinho construiu e consolidou uma hegemonia que avança ao século XXI, como descreve Virgínea Fonseca:

(o Estado) Reconhece que a cultura envolve uma relação de poder, que pode ser “perigosa” quando nas mãos de dissidentes do regime, mas benéfica quando circunscrita ao poder autoritário. É por perceber a importância de atuar junto às esferas culturais que o Estado vai promover a criação de instituições como a Embrafilme, Funarte, Pró-Memória, etc. Pela mesma razão, vai reconhecer a importância dos meios de comunicação de massa, pela sua capacidade de difundir

ideias, de se comunicar diretamente com o público e, sobretudo, pela possibilidade de criar estados emocionais coletivos, o que era essencial para a consecução dos objetivos de integração nacional [...] Para os militares, integrar significava a união nacional - de norte a sul, de leste a oeste – em torno de objetivos comuns representados pelo projeto da ISN, criando assim, fortemente, a ideia de nação, coesa, com a qual todos os brasileiros, indiferenciadamente, estariam empenhados e comprometidos. significava a unificação das consciências. Para os empresários, integração nacional significava tão somente integração de mercados (2008, p.89).

Os incentivos políticos e econômicos dos militares foram os principais impulsionadores de uma nova configuração no poder das empresas de mídia. É neste momento que se formam as grandes redes, os oligopólios da informação construídos não só por fomentos diretos, mas também pela obtenção das verbas publicitárias estatais obtidas na proporção em que a audiência aumentava, num sistema que se retroalimentava, sempre favorecendo os maiores. O que se deu foi uma estrutura altamente concentrada nas mãos de poucos grupos empresariais e transnacionais, megagrupos midiáticos que priorizam estratégias mercadológicas e que, como qualquer empresa capitalista, visa a maximização dos lucros. Nonato (2015) cita Dênis de Moraes ao afirmar que “as corporações de mídia e entretenimento exercem um duplo papel estratégico na contemporaneidade”, por legitimar o ideário global e transformá-lo em discurso social hegemônico, “propagando visões de mundo e modos de vida que transferem para o mercado a regulação das demandas coletivas”. Para o pesquisador norte-americano Tim Wu, também citado por Nonato, os conglomerados são a forma organizacional dominante nas indústrias da informação do final do século XX e começo do século XXI, e “não é possível entender as comunicações nem a indústria cultural norte-americana ou global sem compreender o conglomerado” (NONATO, 2015, p.58). O mesmo se deu no Brasil.

Ainda segundo Virgínia Fonseca, mobilizando pesquisas da socióloga Gisela Taschner, é com a formação do *Grupo Folha* como um conglomerado que tanto as técnicas quanto as lógicas das indústrias culturais consolidam-se no jornalismo brasileiro. A transferência do comando da *Folha de S.Paulo* de José Nabantino Ramos para Otávio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho, em 1962, marcou o início da formação do grande complexo empresarial do jornalismo em São Paulo, com efeitos em toda a imprensa brasileira. Segundo Taschner (1992, p.42), a empresa passa a predominar sobre o jornal, invertendo o que se tinha até então, quando os jornais tinham predomínio sobre as organizações que os produziam.

Ao mesmo tempo em que esses oligopólios se fortaleciam, títulos impressos criados no início do século morriam ou entravam em decadência. Em 1950, existiam no Rio de Janeiro vinte e dois jornais diários comerciais, número que caiu para sete no fim dos anos 1970. A

mudança da capital para Brasília nesse meio tempo não justifica a queda, pois não surgiram novos títulos no Planalto Central na mesma proporção. Fator determinante para a crise financeira dos jornais nesse período - que se repetirá nos anos 2000 como será exposto adiante - foi o preço do papel. Com a crise do petróleo em 1973³⁸, o papel para a imprensa passou de US\$ 171,00 a tonelada para US\$ 320,00, um aumento de 187%. Do total consumido, 60% era importado.

O mundo das revistas também viveu um período de grande transformação durante o regime militar. A concorrência com a imagem em movimento da televisão abateu muitos dos títulos que se ancoravam mais em fotos do que em conteúdo. *O Cruzeiro, Manchete e Fatos e Fotos* iniciam sua decadência nos anos 1970. É nesse período que a hegemonia na produção de revistas migra do Rio de Janeiro para São Paulo. Foi Victor Civita, da *Editora Abril*, que percebeu que as revistas semanais precisavam se tornar um complemento das informações diárias, uma análise dos acontecimentos da semana. Assim nasceu *Veja*, em 1968. Foi também a *Abril* que deu nova força ao mercado de publicações segmentadas por público e por interesse, com publicações como *Cláudia, Capricho, Quatro Rodas e Playboy*. Já em 1980, Civita era dono do maior complexo gráfico e editorial da América Latina, momento em que o país caminhava para a abertura política.

1.2.1. Política aberta, mercado fechado

Vanderlei Carvalho (2004) recorre a Antônio Gramsci para sua análise da imprensa no neoliberalismo, que se constitui como ideologia hegemônica no Brasil a partir dos anos 1990. Segundo esse referencial teórico, a imprensa nas sociedades capitalistas é um aparelho privado de hegemonia que pertence ao plano da sociedade civil e funciona como um braço do Estado, atuando na formação do consenso em torno do projeto político que representa os interesses das classes dominante e dirigente. Assim, os órgãos de opinião da sociedade civil atuam na realização do conjunto de atividades teóricas e práticas através das quais uma classe ou aliança de classes assegura o seu poder, conformando um conjunto de relações de produção e assegurando o consenso dos governados (CARVALHO, 2004, p. 3). Ainda segundo o autor:

A imprensa promove o consenso em torno do projeto político que representa os interesses das classes dirigentes e dominantes. Nas sociedades capitalistas contemporâneas, o projeto político dessas classes está, via de regra, personificado no grupo que detém o poder, no aparelho de Estado. No caso de o grupo no poder

³⁸ Em 1973 a alta de preços do petróleo saiu do controle nos Estados Unidos, elevou custos internos, gerando inflação. Assim, o governo norte-americano subiu seus juros básicos, lançando mão de um instrumento de política monetária que poderia segurar os preços internos, mas levou a uma migração em massa de recursos das economias periféricas para a solidez bem remunerada dos títulos da dívida norte-americana, beneficiando o rentismo e atingindo os investimentos produtivos.

não representar os interesses da classe dominante, a imprensa, como empresa de comunicação e ligada aos detentores dos meios de produção, tende a impor a reprodução das relações sociais capitalistas. Na conjuntura analisada, a política neoliberal representava o modo como o capitalismo buscava assegurar sua hegemonia, no Brasil, como em outras partes do mundo e o grupo no poder era a expressão desse movimento político-ideológico (CARVALHO, 2004, p.143).

O processo de redemocratização do Brasil na década de 1980, que coincidiu com a ascensão à hegemonia de uma nova ideologia que reorganizou as relações de produção em todo o mundo, alterou profundamente os diversos agentes da sociedade, que tiveram que criar formas e estratégias de se recolocar sob novas regras. A mídia, como agente fundamental das sociedades democráticas, encarou questões éticas, financeiras e teóricas particulares à sua atividade. Mas os problemas que muitos sistemas de mídia enfrentaram na transição para a democracia são quase sempre os melhores exemplos dos problemas enfrentados por todos os setores concomitantemente ao processo de democratização (MATOS, 2013, p.31), que foi acompanhado por uma profunda crise econômica.

A volta da democracia no Brasil, porém, não pode ser dissociada do legado autoritário que caracteriza a formação da sociedade brasileira e das origens da constituição da mídia do país como empresa capitalista e tradicionalmente alinhada ao poder governamental estabelecido. Por isso, as relações de poder entre a mídia e a política democrática persistem. “Os estudos de caso desafiaram o pensamento comum e mostraram que, principalmente nas democracias emergentes, o mercado também pode proporcionar a liberdade de consumo e permitir a formação de novas relações de poder” (MATOS, 2013, p.31). O poder do capital financeiro, dentro da lógica da globalização, também acentuou a característica da mídia brasileira de se concentrar em poucos e grandes conglomerados, capitaneados pelas mesmas famílias que sempre detiveram esse poder.

No processo de abertura democrática, a mídia nacional assumiu características que refletiam as transformações mais amplas que o Brasil apresentava nos campos da economia, política, cultura e sociedade. Com a crise do regime militar, a grande imprensa retomou seu fôlego. A censura abrandou a partir do governo Geisel, mas não para uma liberdade disseminada a todos os veículos. Já nos anos 1980, bancas de jornais que insistiam em vender publicações alternativas sofreram atentados, o que inviabilizava a sobrevivência destes periódicos. Mesmo jornais de sucesso, como o Pasquim, que chegou a ter tiragem de 200 mil, não aguentaram a pressão, o que abriu o caminho para a expansão do que se convencionou chamar de *grande imprensa* (FIORUCCI, 2014, p. 497).

Portanto, se de um lado, havia a reconquista da liberdade de imprensa, a questão da sobrevivência financeira de veículos alternativos emergia e reforçava o poder econômico de uma imprensa marcada pelo domínio de um número reduzido de grupos empresariais familiares: “As condições verificadas em fins do século XIX (passagem da imprensa artesanal para a imprensa industrial) estão presentes na realidade desse segmento até o século XXI” (FÉLIX, 2010, p.353).

A partir da consolidação do plano Real e da eleição de Fernando Henrique Cardoso para a Presidência da República, entre os anos de 1994 e 1995, o que se via era uma imprensa não somente alinhada ideologicamente com os interesses da elite política no poder, mas também como elite econômica e dependente das verbas publicitárias de grandes corporações, interessada nos impactos do receituário neoliberal em seus negócios. Como uma empresa na economia capitalista, a imprensa defende os interesses da classe a qual pertence. Como explica Pontes (2018, p.370):

Os produtos jornalísticos detêm valor-de-troca, são mercantilizados e propiciam lucros aos donos dos meios de produção e circulação. Ao mesmo tempo, por ser uma forma de conhecimento e pressupor uma relação subjetiva com o mundo, o jornalismo pode veicular ideologias, ou seja, ideias que são incorporadas e justificam determinadas práticas do sujeito e da sociedade. São ideias que podem se vincular, de maneira contraditória e não mecânica, a diferentes posições ético-políticas.

Ao mesmo tempo, a imprensa mantém vínculos de lealdade com seus mantenedores, os leitores, ouvintes e telespectadores, cuja vinculação de classe não é, necessariamente, a mesma da empresa. Mas, considerando que os barões da imprensa são, sobretudo, patrões, é conveniente entrar no jogo da pressão pelo lucro, haviam sido sistematicamente corroídos pela hiperinflação e dificuldades de obtenção de crédito ou parceiros externos.

A empresa de comunicação opera com uma mercadoria de características especiais: a notícia. Como destacados órgãos da sociedade civil, em sentido gramsciano, a imprensa promove o consenso em torno do projeto político que representa os interesses das classes dirigentes e dominantes. Nas sociedades capitalistas contemporâneas, o projeto político dessas classes está, via de regra, personificado no grupo que detém o poder, no aparelho de Estado. No caso de o grupo no poder não representar os interesses da classe dominante, a imprensa, como empresa de comunicação e ligada aos detentores dos meios de produção, tende a impor a reprodução das relações sociais capitalistas. Na conjuntura analisada, a política neoliberal representava o modo como o capitalismo buscava assegurar sua hegemonia, no Brasil, como em outras partes do mundo e o grupo no poder era a expressão desse movimento político-ideológico (CARVALHO, 2004, p. 143).

Como verificado desde a constituição da imprensa brasileira em empresas capitalistas, os governos sempre estiveram interessados em sustentar a dependência dos veículos de informação e, ao contrário de outros setores da economia, que se beneficiavam de capital estrangeiro, entraves legais impediam que os grupos de comunicações acessassem esses mesmos recursos. A mídia sempre dependera de políticas desenvolvimentistas e socorro do governo para patrocinar suas necessidades (FÉLIX, 2010, p.355). As verbas publicitárias - sejam as provenientes de empresas privadas, estatais ou diretamente do governo - formam a principal fonte de receita dos grupos de comunicação, mas no Brasil elas são tradicionalmente bem inferiores ao que se vê no exterior. Enquanto nos EUA a publicidade respondia por 3,5% do PIB de 1994 a 2004, aqui ela tinha uma fatia de apenas 1,5%, situação agravada pelo fato de ser o poder público o maior anunciante. Assim, mesmo em condições normais, a receita proveniente de campanhas institucionais do governo federal e de estatais são cruciais para a manutenção das finanças das empresas de comunicação. Com a crise estrutural que já se desenhava, a questão era de sobrevivência.

A narrativa oficial em meados dos anos 1990 era a de uma nova era de avanço e modernidade, mas as relações entre governo e mídia permaneciam as mesmas. Como conta Félix (2010, p.359), durante o processo de escolha do ministro das Comunicações no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, em 1995, com a perspectiva de privatização do setor, as empresas de jornalismo articularam para que o ocupante da cadeira no primeiro escalão fosse alguém ligado a eles. O boato que circulava à época, como contou o próprio ex-presidente, era de que assumiria alguém ligado à *TV Globo*, o que não se concretizou, já que Cardoso entregou a pasta a Sérgio Motta, deixando claro que “eu a controlava, não partidos ou interesses comerciais” (CARDOSO, 2006, p.260). No Congresso Nacional, paralelamente à privatização das telecomunicações, tramitava o projeto de emenda constitucional que pretendia mudar a Constituição em seu artigo 222, aquele que impedia a participação de capital estrangeiro nas empresas de mídia, alteração legal de interesse das empresas de comunicação. Apresentado em 1997, a tramitação ficou empacada por todo o governo de Fernando Henrique, período em que a taxa básica de juros chegou a passar dos 40% ao ano, corroendo a lucratividade de empresas cada vez mais endividadas.

A lei impedia a entrada de capital estrangeiro nas empresas de comunicação, mas a chegada da *internet* e da telefonia celular ao consumidor final forçava as empresas de comunicação a encontrarem formas de financiamento para se atualizarem. Além de empréstimos bancários a juros altíssimos, o item câmbio flutuante da bula neoliberal cobrava seu preço da mídia impressa, como já acontecera nos anos 1970. Dois terços do papel

consumido vinham do exterior e a desvalorização do Real em 1999 agravou os problemas de caixa dessas empresas, afogadas em financiamentos bancários para se capitalizarem. De 1990 a 1998, a importação de papel para a imprensa subiu 174%, período em que a circulação média dos jornais diários brasileiros cresceu 69,43%, alta anual de 7%, o que não foi suficiente para melhorar os balanços dessas empresas:

Se, por um lado, o país vivia o auge da liberdade de imprensa e a proliferação de produtos, sofria as restrições econômicas e tecnológicas, pois tudo parecia caminhar para o advento e hegemonia das mídias digitais. Na visão das empresas, porém, os prejuízos da mídia impressa seriam debitados dos lucros dos negócios com a nova mídia e do chamado ‘novo dinheiro’ dos investidores (FÉLIX, 2010, p.360).

Para entrarem nos novos negócios de comunicação, especialmente os digitais, as empresas, já endividadas, recorreram a mais endividamento, e em dólar. Mas em 2001 a bolha da *internet* colocou em xeque a maioria desses projetos e, contrariando as expectativas, a falência da empreitada nas mídias digitais elevou enormemente o endividamento das empresas, tornando-as ainda mais dependentes das verbas oficiais: o setor público se mantinha como o maior anunciante individual, provendo, sozinho, 7% do montante total, fatia inatingível por qualquer empresa privada, nacional ou estrangeira (FÉLIX, 2010, p.363).

1.2.2. Século XXI e o negócio em crise

A mídia precisava de socorro e, para isso, pediu sua inclusão no escopo de atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) e a alteração da regulamentação do setor, com a emenda que ampliaria a participação estrangeira. Relatório de 2003 dos grupos de mídia entregue ao banco de fomento mostrava que 80% dos R\$ 10 bilhões de dívidas estava indexado ao dólar e 83,5% desta dívida era de curto prazo. Em dezembro de 2002, em seu último mês como presidente, Fernando Henrique Cardoso sancionou a Proposta de Emenda à Constituição 203/95, em trâmite desde 1995, que passou a permitir a entrada de até 30% de capital estrangeiro na composição acionária de TVs abertas, rádios e jornais. Para a TV a cabo o percentual subiu para 49%. Até então, a Constituição determinava, em seu art. 222, que a propriedade de empresas jornalísticas ou de radiodifusão de som e imagem era privativa a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. O mesmo artigo também impedia a participação de pessoa jurídica no capital social de empresa jornalística ou de radiodifusão. Para Félix (2010, 358), a modernização da imprensa significavam, para os donos de empresas de comunicações, o fim desses “grilhões”. A gravidade da crise, no entanto, era tamanha que a mudança da lei não foi suficiente para atrair investidores sólidos capazes de reerguer grupos

já próximos da falência. Quanto ao BNDES, o veto explícito para empréstimos para empresas de comunicação já havia caído em 1997, mas nunca houve uma regulamentação para que eles acontecessem efetivamente.

Taschner (1987; 1992), defende que a característica principal da imprensa de indústria cultural é a subordinação do jornalismo à lógica capitalista de produção das empresas de comunicação, com as notícias sendo concebidas integralmente como mercadoria, não apenas porque são produzidas com técnicas particulares das indústrias culturais, mas também porque estão sujeitas à lógica do lucro. Para Dênis de Moraes, “as corporações de mídia e entretenimento exercem um duplo papel estratégico na contemporaneidade”, por legitimar o ideário global e transformá-lo em discurso social hegemônico, “propagando visões de mundo e modos de vida que transferem para o mercado a regulação das demandas coletivas” (2004, p.187).

O que se via, porém, eram veículos tradicionais sucumbindo à própria lógica financeira. O endividamento não poupou tradicionais veículos brasileiros que acabaram nas mãos de empresários sem nenhuma tradição no mercado. Então, se a lógica empresarial já havia colocado o lucro à frente do fazer jornalístico, mesmo dentro das famílias com longo histórico nas comunicações brasileiras, ela foi determinante para reduzir ainda mais o número de veículos e elevar a concentração do mercado. A família Nascimento Brito, proprietária do *Jornal do Brasil* no período em que ele se consolidou como um dos principais impressos do país, o arrendou em 2000, por 50 anos, a Nelson Tanure, originalmente do setor de infraestrutura, mas que fez fortuna comprando empresas em dificuldades nos mais variados ramos. Como observa Lourival Sant’Anna (2008, p.28), que estudou a reconfiguração da imprensa escrita tendo como objeto os três maiores jornais do Brasil - *O Estado de S.Paulo*, *Folha de S.Paulo* e *O Globo* - o negócio significou a perda de uma das características básicas do que definia os grandes jornais brasileiros, que é a imagem editorial fortemente identificada com a presença de uma família de jornalistas. Foi também a Tanure que Luiz Fernando Levy, herdeiro de Herbert Levy, da *Gazeta Mercantil*, recorreu, arrendando, em 2003, seu periódico por 60 anos. Em 2000, a *Gazeta* amargou um prejuízo de R\$ 30 milhões, embora tenha tido uma receita de R\$ 256 milhões. Em 2009, alegando dívidas de mais de R\$ 200 milhões em processos trabalhistas, Tanure devolveu a administração do jornal aos proprietários. O jornal, o primeiro destinado especificamente ao noticiário econômico e fundado em 1920, deixou de circular. Em 2016, houve tentativa de ressuscitar o título, apenas na versão digital, mas o

projeto não avançou³⁹. O destino do *Jornal do Brasil* foi menos melancólico. Atualmente nas mãos do empresário Omar Resende Peres Filho, que sublicenciou a marca de Nelson Tanure, passou a contar apenas com a versão digital em 2010, mas voltou a circular em papel em 2018⁴⁰.

Mas foi também ao longo dos anos 2000 que os veículos digitais se consolidaram, não só mudando a forma de consumo de informação, mas como nova fronteira profissional. Embora projetos como os dos portais *Terra* e *IG*⁴¹ - ambos com capital estrangeiro e ligados a megagrupos de telefonia - tenham naufragado, aqueles ligados aos grandes conglomerados estabelecidos, como o *UOL*, do *Grupo Folha*, o *G1*, do *Grupo Globo*, e o *R7*, da *Record*, não só sobrevivem, como são importantes empregadores na mídia da cidade de São Paulo, local objeto desta pesquisa. Na década seguinte, chegaram ao país títulos digitais estrangeiros, como *BBC Brasil*, *El País*, *The Intercept*, *Vice*, entre outros. Se do ponto de vista da construção de uma narrativa que nem sempre corrobora àquela dos veículos hegemônicos eles são de fundamental importância, em termos de geração de emprego, o número de vagas criadas é marginal se consideradas as extintas nos últimos anos.

Em 2019, desembarcou no país a versão brasileira da *CNN*⁴², o maior canal de notícias do mundo e parte de um dos maiores conglomerados internacionais de comunicação. A AT&T, empresa de tecnologia e telecomunicações é dona, além da *CNN*, da *Sky*, *HBO*, *DC Comics*, *Warner Bros*, entre outras. A nova rede, trazida ao Brasil por Douglas Tavolaro, ex-executivo da Rede Record, com capital do empresário Rubens Menin, fundador e presidente do conselho da MRV Engenharia, a maior incorporadora do país, entrou no ar em 15 de março de 2020 com 24 horas de notícias na TV e em plataformas digitais. A data não foi casual: estava marcada para aquele dia nas principais cidades do país manifestações bolsonaristas pedindo o fechamento do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal (STF). Uma entrevista exclusiva com o presidente Jair Bolsonaro abriria a programação, em horário nobre, entrevista que deixou de acontecer por conta da suspeita de que o presidente estivesse contraído o novo coronavírus e a recomendação era para ele se mantivesse em isolamento. A recomendação não foi cumprida, com um presidente desmerecendo a gravidade da pandemia declarada pela Organização Mundial da Saúde e uma breve entrevista, ao vivo, foi veiculada.

³⁹ Mais em <http://observatoriodaimprensa.com.br/feitos-desfeitos/gazeta_mercantil_um_final_melancolico/>; <<https://www.portaldosjornalistas.com.br/nasce-gazeta-mercantil-experience-gme/>>; <<https://www.meioemensagem.com.br/home/ultimas-noticias/2016/06/29/gazeta-mercantil-renasce-em-novo-formato.html>>;

⁴⁰ <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/02/apos-8-anos-jornal-do-brasil-reestreia-versao-impressa.shtml>

⁴¹ Ambos portais ainda existem, mas não contam mais com equipes dedicadas de reportagem.

⁴² Informações em <https://www.facebook.com/cnnbrasil>

Para a operação brasileira, a *CNN* anunciou a contratação de cerca de 700 profissionais, sendo 400 jornalistas. Sem dúvida, trata-se de uma novidade importante em um mercado de trabalho tão diminuído nas últimas das décadas. No entanto, em termos da qualidade do trabalho, as primeiras declarações de seus dirigentes apontam para uma nova etapa de precarização, como aponta o trecho abaixo, da principal reportagem feita até agora sobre a chegada do canal ao Brasil. Nos demais veículos da imprensa, se vê apenas notinhas sobre as contratações dos profissionais que estarão na linha de frente dos produtos da casa⁴³.

Seu quadro de funcionários está sendo montado aproveitando ao máximo os benefícios da lei de terceirização e da reforma trabalhista. O formato de produzir jornalismo das TVs abertas, com equipes e equipamentos próprios, a custos elevadíssimos, faz parte do passado. [...] Para construção e gestão de seu parque técnico, por exemplo, a *CNN Brasil* firmou uma parceria inovadora com a produtora Casablanca, uma das maiores do país, que tem entre seus clientes grupos como Fox, Sony, HBO e Bloomberg. Para fazer a cobertura de jornalismo em todo o território nacional, terá repórteres nas principais capitais em parcerias com grupos regionais para a produção de conteúdo, sem o custo milionário do modelo antigo de afiliação de emissoras da TV aberta. E isso se reproduz nas áreas administrativas, patrimonial e de negócios. “O futuro é hoje para a *CNN Brasil*. Estamos motivados em implantar um modelo econômico e racional de telejornalismo em todos os setores da empresa. A passagem de quase 20 anos pela TV aberta nos deu uma certa vivência. Uma escada erguida degrau por degrau”, afirma Tavoraro, que em sua sala, na sede provisória da *CNN*, deixou a palavra “terceirização” escrita em destaque na lousa.⁴⁴

Como resume Mattos (2014), os motivos pelos quais muitos títulos de jornais surgiram e ou desapareceram no Brasil, ao longo dos últimos 60 anos, são inúmeros. Alguns desses motivos se apresentam como componentes do contexto socioeconômico, político e cultural que interferiram direta e indiretamente para o sucesso ou fracasso de diversos empreendimentos. Para o autor,

dentre as principais variáveis estão: perseguições e pressões políticas e econômicas independente do país estar ou não sob regime de exceção; a boa ou má administração de seus gestores; a tomada de decisões por investimentos e empréstimos em moeda estrangeira, além da própria capacidade financeira do veículo, comprometendo sua sobrevivência; senso de oportunidade e a tomada de decisões que alguns gestores tiveram nesse período; a queda do hábito de leitura por falta de investimentos na educação de campanhas neste sentido; e a participação de acionistas de outros ramos produtivos ou de serviços, que nada tinham a ver com jornalismo, e que investiram no setor, utilizando o meio jornal para obter benefícios para outras empresas por meio do lobby (2014, p.30).

⁴³ Para apresentar os principais telejornais da casa a *CNN* recorreu a profissionais já conhecidos do público, contratando jornalistas até então da Rede Globo ou que já passaram por lá. Fora das telas o que se apresenta é um modo de produção ainda inédito: se já é comum no jornalismo escrito que um mesmo profissional produza para várias mídias, ainda não é recorrente que um jornalista de TV escreva para o digital, por exemplo. A *CNN* ainda não entrou em operação, portanto ainda não é possível afirmar como de fato se dará a organização do trabalho na nova empresa.

⁴⁴ Reportagem completa em <<http://gowhere.com.br/business/cnn-brasil-confira-a-chegada-em-terras-brasileiras-do-maior-canal-de-noticias-do-mundo>> Acesso em 10/9/2019.

Do ponto de vista da rentabilização do negócio jornalístico, diversos modelos de acessos aos portais e notícias foram testados pelas empresas tradicionais, como a oferta de serviços digitais pagos⁴⁵ e o *paywall*⁴⁶, que é o bloqueio de um determinado conteúdo que só pode ser acessado por assinantes. Como explica Souza (2017), no Brasil, usa-se principalmente o modelo *poroso* ou *flexível* que, diferente do *duro*, permite acesso gratuito a uma cota de textos por mês, que variam em média de cinco a dez. O autor lembra que a resistência ao *paywall* foi grande no início, mas pouco a pouco ele vem sendo adotado com relativo sucesso. O pioneiro nesse sentido foi a *Folha de S.Paulo*, que o utiliza desde 2012. Mas apenas em 2016, segundo o *Knight Center for Journalism in the Americas*, o jornal passou a ter mais assinaturas digitais do que impressas. Apesar do aumento de assinaturas digitais, o modelo de sucesso ainda está longe de ser atingido. Afinal, apenas 22% dos leitores de notícias na *internet* teriam pago alguma coisa por esse acesso tanto em 2015 como em 2016, como reforça Souza.

Em 2018, após três anos de quedas sucessivas na circulação, os esforços dos jornais para atrair assinantes digitais pareceu dar resultado. De maneira geral, segundo dados do *Reuters Institute Digital News Report 2019*⁴⁷, as assinaturas impressas e digitais dos dez principais veículos subiram 2,9% em um ano - um aumento de 33% nas assinaturas digitais para aqueles que têm edições eletrônicas. O aumento foi alimentado por fortes campanhas de desconto e pela extensa adoção de *paywalls*. Num contexto de extrema polarização política e a guerra das *fake news*, porém, a confiança geral nas notícias caiu 11 pontos percentuais, para 48%, em comparação com o verificado um ano antes. Veículos *online* e a televisão permaneceram em 2019 como as fontes mais importantes de notícias no Brasil, enquanto os leitores dos impressos caíram à metade desde 2013⁴⁸.

Os veículos mais tradicionais, mesmo que tardiamente, estão totalmente imersos na necessidade de inovar e manter seus leitores. Em 31 de agosto de 2019 o *Grupo Estado* lançou o que chamou de nova fase de transformação digital⁴⁹. Segundo a empresa, trata-se de uma

⁴⁵ Serviços como endereços de e-mail, hospedagem de sites e *blogs* e o próprio provimento de *internet* surtiram algum efeito no primeiro momento, mas com o provimento de *internet* dentro de pacotes de telefonia ou TV a cabo e serviços gratuitos de hospedagem, como Google, essa estratégia se mostrou ineficaz.

⁴⁶ Trata-se do bloqueio de um determinado conteúdo para o leitor que não paga por ele. É uma tentativa ainda em avaliação pelos principais portais, mas preliminarmente vê-se que ela funciona em veículos cuja marca-mãe já conta com seu público cativo, como *UOL*, ligado à *Folha de S.Paulo*. Não há, ainda, pesquisas conclusivas sobre a viabilidade de se obter receitas expressivas com o *paywall*. Além disso, é comum o uso de sites que burlam esse bloqueio, a exemplo do *outline.com*

⁴⁷ Disponível em <https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/inline-files/DNR_2019_FINAL_27_08_2019.pdf> Acesso em 10/9/2019

⁴⁸ O ano de 2013, com suas jornadas de junho, marcou um ponto importante de fortalecimento das mídias independentes. No entanto, acreditamos que não seja foco relevante deste trabalho discorrer sobre o desenvolvimento dessas novas mídias.

⁴⁹ Disponível em <<https://www.estadao.com.br/infograficos/economia,estadao-inicia-nova-fase-e-avanca-em-sua-transformacao-digital,1030420>> Acesso em 10/9/19

transformação na forma de produzir e de distribuir conteúdos, em diálogo permanente com o leitor que vive em uma “sociedade em rede”⁵⁰. A inovação ocorre após um ciclo de três anos de planejamento e preparação da empresa, batizado de projeto *Estadão 21*. Ainda de acordo com a empresa, esse processo teve como norte reafirmar o jornal impresso como pilar fundamental, com mais profundidade e análises, e expandir a presença digital do grupo em todas as plataformas, com investimentos de mais de R\$ 60 milhões. A mudança contou com a consultoria da espanhola *Prodigioso Volcán*, que liderou projetos semelhantes em veículos internacionais. Foi precedida também de visitas de profissionais do *Estadão* a dez jornais, nos Estados Unidos e na Europa. Em uma clara intersecção entre editorial e comercial, a ação foi divulgada em *stories*⁵¹ na conta de *Instagram* da empresa, com direito à equipe de jornalistas sendo filmada por um drone do alto do heliponto da sede da empresa. Além disso, os jornalistas foram filmados trabalhando com camisetas em homenagem à ação publicitária.

Nesta pesquisa, é dada relevância aos aspectos de transformações tecnológicas e de administração dos negócios da imprensa que impactam diretamente no negócio jornalismo e nas peculiaridades da imprensa brasileira em sua constituição como empresa capitalista. Esse é o pressuposto considerado para analisar como essas características transformam e transformaram o fazer jornalístico nas últimas décadas, que tem repercussão direta no mundo do trabalho dos jornalistas, como será detalhado à frente, que inclui as profissionais que são objeto de pesquisa deste estudo. A reconfiguração das empresas de mídia em grandes conglomerados empresariais coloca o jornalismo sob uma nova ótica. No entanto, embora dentro do jogo capitalista, as empresas de mídia no Brasil se mantêm familiares. O jornalismo se profissionalizou, o jornalista se profissionalizou, mas as empresas seguiram operando sob uma lógica familiar, preservando privilégios de herdeiros mesmo que às custas do sucateamento de seus negócios.

⁵⁰ Conceito de Manuel Castells no livro homônimo de 1999 apropriado aqui como argumento publicitário do Grupo Estado. Para o autor, a Sociedade em Rede deve ser analisada como uma arquitetura global de redes autoconfiguráveis, programadas e reprogramadas constantemente pelos poderes existentes em cada uma de suas dimensões. Deve ser olhada também como resultado da interação entre as diferentes geometrias e geografias das redes, que incluem todas as atividades profissionais e sociais dos usuários dessas redes. E, por fim, a sociedade em rede é resultado de uma interação de segunda ordem entre estas redes dominantes e a geometria e geografia da desconexão das formas sociais que estão fora da lógica das redes globais.

⁵¹ Por tratar-se de conteúdo que sai do ar em 24 horas, esses *stories* não estão mais disponíveis, mas a pesquisadora os acompanhou. Por serem vídeos, não foi possível, inclusive, fazer impressões das telas.

CAPÍTULO II - JORNALISTA PROFISSIONAL, EMPRESA FAMILIAR

Como se corresse para o nada, jornalistas entram diariamente na redação, assumem suas funções - já não mais tão específicas - e produzem o jornal com um olho no texto e o outro no relógio. O convívio com a ansiedade, a taquicardia, a aflição pela finalização das tarefas, o estresse, somados ao acúmulo de funções por conta da eliminação de cargos, são encarados como normais [...] A agilidade na produção motiva elogios por parte da direção. Uma ditadura da velocidade de consequências abrangentes, como notara Bauman (FONSECA, 2006, p.15).

2.1. Apresentação

Os grandes conglomerados de imprensa se desenvolveram com base em uma imbricada relação entre mídia e poder, evidenciando relações patriarcais que vão de acordos para a obtenção de concessões de rádio e TV ao menor valor dado ao trabalho das mulheres nessas empresas inclusive quando para as herdeiras.

Este capítulo tem o objetivo de: i) sistematizar as peculiaridades da imprensa brasileira; ii) considerar os efeitos destas características particulares sobre a sucessão nas empresas de comunicação; iii) desenhar como transformações tecnológicas e da formação de uma nova empresa de comunicação chegaram ao mundo do trabalho dos jornalistas; iv) apresentar, em números, como esses efeitos se dão de formas diferentes entre homens e mulheres jornalistas trabalhadores da imprensa.

2.2. O que a imprensa brasileira tem?

Os meios de comunicação brasileiros parecem caranguejos que vivem numa densa estrutura, permeada pelas raízes da família patriarcal e do mandonismo, pelos troncos e galhos do clientelismo e do compadrio (AIRES e SANTOS, 2017, p.7).

Uma imagem carregada de simbologia correu os meios de comunicação e as redes sociais, marcando as festividades do 7 de setembro de 2019: na tribuna, o presidente Jair Bolsonaro não estava ladeado por correligionários ou membros do alto escalão de seu governo, mas sim por Silvio Santos, dono do grupo de mesmo nome e da terceira maior rede de TV em audiência, o *SBT*, e do bispo Edir Macedo, que além de líder da Igreja Universal do Reino de Deus é dono do *Grupo Record*, o terceiro maior conglomerado de comunicação do Brasil. Para além da concentração dos meios de comunicação nas mãos de poucos grupos, marca indelével da imprensa brasileira é uma relação umbilical entre mídia e poder.

Janaine Aires e Susy dos Santos (2017), no livro *Sempre foi pela família: mídias e políticas no Brasil*, defendem que as empresas de comunicação são organizações capitalistas em essência, inseridas num sistema marcado pela aproximação entre Estado e mercado, pela

exploração privada, pela concentração e pela articulação internacional. As autoras lembram que uma particularidade do sistema brasileiro de comunicação é a econômica, com empresas profundamente dependentes de fomento estatal, mas “os gastos oficiais com publicidade e os vínculos com a propaganda política, a publicidade estatal e as empresas de comunicação são extremamente complexos e quase impossíveis de serem mapeados na sua totalidade” (AIRES e SANTOS, 2017, p.18-19).

Embora nesta pesquisa haja um interesse relevante de desenhar as estruturas econômicas da mídia sob o olhar da Econômica Política, nesta seção em especial recorreremos ao trabalho de Aires e Santos. As autoras afirmam que olhar para o sistema organizacional da estrutura brasileira de comunicação, não se trata exclusivamente observar a estrutura de propriedade e afiliação dos meios de comunicação. Para elas, a primeira particularidade das comunicações no Brasil é econômica, com empresas profundamente dependentes do fomento estatal (2017, p.18).

Já no primeiro trimestre de 2019, os pagamentos com publicidade - primeiros três meses do governo Bolsonaro - cresceram 63% em relação ao mesmo período de 2018 e chegaram a R\$ 75,5 milhões⁵². Esses valores se referem às despesas contratadas nos anos anteriores, na gestão do ex-presidente Michel Temer (MDB), que retomou o discurso neoliberal e tinha como projetos fundamentais a aprovação das reformas trabalhista e da Previdência. O valor, porém, inclui apenas os gastos liberados pela Secretaria de Comunicação (Secom) do governo federal, por isso excluem pagamentos de ministérios e estatais.

A análise dos dados de 2017 e 2018 e do primeiro trimestre de 2019 já mostravam, inclusive, uma quebra no padrão de distribuição das verbas publicitárias repassadas pela Secretaria de Comunicação do governo para a televisão, meio que recebe a maior fatia, cerca de 60% do total investido ao longo das duas últimas décadas. Em 2017 e 2018, a *Globo* liderava no recebimento do bolo publicitário, enquanto *Record* e *SBT* se revezavam em segundo lugar. Em 2017, por exemplo, a *Globo* faturou R\$ 6,9 milhões no primeiro trimestre em verbas estatais. Em segundo lugar ficou o *SBT*, com R\$ 1,34 milhão, seguido pela *Record* com R\$ 1,21 milhão. Em 2018, o padrão se manteve. A *Globo* faturou R\$ 5,93 milhões nos três primeiros meses do ano. Em segundo lugar ficou a *Record*, com R\$ 1,308 milhão e em terceiro ficou o *SBT*, com R\$ 1,1 milhão. Em 2019, porém, a *Record* lidera a lista, com R\$ 10,3 milhões, seguida pelo *SBT*, com R\$ 7,3 milhões, e a *Globo* na terceira posição, com R\$ 7,07 milhões. Para superar a *Globo*, *Record* e *SBT* tiveram crescimentos exponenciais de seus

⁵² O jornalista Fernando Rodrigues monitora, via Lei de Acesso à Informação (LAI), os gastos do governo federal com publicidade desde 2000. As informações estão disponíveis em www.poder360.com.br. Acesso em 08/10/2019.

faturamentos publicitários junto à Secom. Em relação a 2018, o aumento do faturamento publicitário da *Record* foi de 659%. Edir Macedo declarou apoio à candidatura de Bolsonaro à Presidência em setembro de 2018. Nos primeiros três meses de mandato o presidente concedeu duas entrevistas exclusivas à rede. O *SBT* também experimentou um crescimento expressivo no período: 511%. Silvio Santos, dono da rede, também se mostrou simpático à eleição de Bolsonaro, que concedeu entrevistas às maiores audiências da casa (Programa Silvio Santos e Programa do Ratinho). Enquanto isso, o faturamento dos veículos das Organizações Globo cresceu 19%, saindo de R\$ 5,9 milhões para R\$ 7,07 milhões. Os dados explicitam, em números, a cena do 7 de setembro.

Se considerados os valores gerais - que incluem os gastos das estatais, responsáveis pelos maiores montantes - há um novo problema para consolidação dos dados. O Instituto de Acompanhamento da Publicidade (IAP), entidade paraestatal fundada em 1999 para compilar os dados, foi fechado em 2017. Por isso, só existem dados consolidados e confiáveis de 2000 a 2016. De acordo com esses números, 2016 - ano do *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff e posse de Temer - foi o terceiro ano consecutivo de redução na verba, quando o governo federal gastou R\$ 1,5 bilhão em propaganda. O corte em relação a 2015 foi de 27%. O resultado deveu-se, principalmente, às empresas estatais, em crise financeira e de credibilidade depois dos vários escândalos de corrupção que as atingiram.

Em todo o ano de 2019⁵³, o primeiro de Bolsonaro na Presidência, os gastos publicitários contratados e pagos pela Secretaria Especial de Comunicação do Planalto chegaram a R\$ 88,1 milhões, investidos essencialmente na divulgação da reforma da Previdência, pauta de interesse dos grandes conglomerados da comunicação. Do total investido, 72% foi em publicidade sobre o tema. E, como já indicavam os dados do primeiro trimestre, a *Record* recebeu R\$ 14,2 milhões em publicidade do governo Bolsonaro – o dobro do que foi pago à *TV Globo* (R\$ 7,4 milhões). Foi a primeira vez que a *Globo* não liderou a verba entre as emissoras. Durante os governos Dilma e Temer, a *TV Globo* recebeu uma média de R\$ 28,2 milhões por ano – 2,5 vezes mais que a *Record* (R\$ 11,3 milhões). Em 2018, a *TV Globo* recebeu R\$ 19,1 milhões em verbas de publicidade do governo – valor semelhante ao que receberam, juntas, *Record* e *SBT* (R\$ 20,4 milhões). Já em 2019, o cenário se inverteu: juntas, *Record* e *SBT* receberam R\$ 26,8 milhões do governo – mais que o triplo do que a *TV Globo* recebeu (R\$ 7,4 milhões).

⁵³ Disponível em < <https://piaui.folha.uol.com.br/conta-da-publicidade-oficial/> > Acesso em 23/03/2020

A dependência da mídia em relação ao Estado, porém, não se restringe aos repasses de verbas publicitárias. As concessões, o controle de insumos, as isenções fiscais e a própria fiscalização das atividades são mecanismos de dependência e controle estatal (AIRES e SANTOS, 2017, p.19). A partir de meados de 2019, o presidente Bolsonaro passou a afirmar, em diversas ocasiões, que não renovaria a concessão da *Rede Globo*, mesmo sem ter poder para isso. A Constituição Federal estabelece que o cancelamento depende de decisão judicial. A concessão da *Globo* vence apenas em 5 de outubro de 2022, de acordo com decreto presidencial assinado em 2008. Antes deste prazo, o cancelamento só pode ocorrer por decisão judicial. O Executivo até poderia propor uma ação argumentando falha jurídica na concessão ou irregularidade por parte da emissora, mas o processo seria julgado na Justiça Federal, e a Rede Globo poderia entrar com recursos até o Supremo Tribunal Federal (STF)⁵⁴. As ameaças são recorrentes diante da não subserviência do jornalismo da emissora à narrativa presidencial nos mais diversos assuntos, indo de encontro ao jornalismo praticado por SBT e Record.

Felipe Pontes (2018, p.377) recorre à análise de Sergio Gadini para afirmar que em momentos de crise a imprensa, em vez de mediar a vida pública, passa a exercer propaganda de interesses privados, assumindo papéis que caberiam tradicionalmente aos partidos políticos. Motivadas por uma conjuntura de crise, a imprensa rompe com os princípios do jornalismo convencionados socialmente e faz intervenções que são parte de uma estratégia política. São nesses momentos de necessidades financeiras que os conglomerados de comunicação colocam em risco a legitimidade do jornalismo. “Controlado por uma elite empresarial, o aparato midiático é mobilizado para intervir nos rumos da política, na conservação da estrutura desigual que funda nosso país e, no específico, da manutenção dos privilégios recebidos do Estado”. Aires e Santos complementam o raciocínio afirmando que não se tem no Brasil uma relevante estrutura nacional de meios, mesmo com a concentração do mercado (já falada anteriormente, mas que será detalhada adiante), com a pujança que se vê em outros mercados. Mesmo empresas lucrativas, como o *Grupo Globo*, de tempos em tempos são socorridas pelo Estado, seja por meio de isenções, seja por empréstimos de bancos estatais (2017, p.23).

Não é o objetivo desta pesquisa detalhar essas relações, foco de trabalhos vastos e robustos tanto nas Ciências Políticas quanto nas Comunicações. No entanto, era necessário mencioná-las, pois elas carregam o que há de característico na constituição do sistema de

⁵⁴ Disponível em <<https://politica.estadao.com.br/blogs/estadao-verifica/concessao-da-rede-globo-so-vence-em-2022-bolsonaro-nao-tem-poder-de-tirar-emissora-do-ar/>> Acesso em 16/04/2020

mídia brasileiro, fruto do passado autoritário e da forma como foram constituídas essas empresas, especialmente a partir do período militar.

2.3. Herança de pai para filho: sucessão, concentração e financeirização

Se a concentração do mercado de mídia não é uma característica restrita ao Brasil, certamente o caráter familiar desta concentração é marca da estrutura das comunicações no país. Como já exposto, entre os 50 veículos com maior audiência no Brasil, 26 são controlados por apenas cinco famílias. E todos eles têm uma estrutura societária simples, com as famílias donas de 100% do capital dos grupos proprietários desses veículos, o que não as exime dos processos de financeirização.

O objetivo desta seção é apresentar os caminhos que apontam para uma estrutura não só familiar, mas profundamente patriarcal, das empresas de comunicação. Como lembra Aires e Santos, “a solidariedade parental é prática importante a ser investigada ainda nos dias de hoje. Apesar das naturais mudanças de mentalidade entre gerações, no Brasil, a família continua sendo elemento central na vida privada e na pública” (2017, p.27). Se a alta concentração e a manutenção do poder da mídia dentro das mesmas famílias já seriam de relevante constatação, quais são os efeitos da manutenção desse poder exclusivamente nas mãos dos herdeiros homens?

Quadro 1: Cinco famílias detêm 26 veículos entre as 50 maiores audiências

Grupo	Veículos entre os 26 maiores	Família	Estrutura societária	Comando Executivo
Globo	9	Marinho	100% da família	Jorge Nóbrega
Bandeirantes	5	Saad	100% da família	João Carlos Saad
Record	5	Macedo	100% da família	Marcus Vinícius Vieira
RBS⁵⁵	4	Sirotsky	100% da família	Eduardo Sirotsky Melzer
Folha	3	Frias	100% da família	Luiz Frias

Fonte: *Media Ownership Monitor/Elaboração própria*

O maior grupo em número de veículos entre as maiores audiências é o *Globo*, da família Marinho, que detém nove destes 26 veículos. Além da *TV Globo*, líder de audiência na TV aberta, o grupo tem presenças relevantes na TV a cabo (com a *GloboNews* e outros 30 canais); no rádio, com a *CBN* e a *Rádio Globo*; e na mídia impressa, com títulos como os jornais *O Globo*, *Extra*, *Valor Econômico* e a revista *Época*. Segundo a pesquisa, o *Grupo Globo* alcança, sozinho, uma audiência maior do que as audiências dos 2º, 3º, 4º e 5º maiores grupos

⁵⁵ A estrutura de comando do *Grupo RBS* não será detalhada aqui, pois trata-se de um conglomerado regional sem atuação em São Paulo, foco deste estudo.

brasileiros somadas. Depois do *Grupo Globo*, cinco veículos pertencem ao *Grupo Bandeirantes*, da família Saad; outros cinco à família Macedo, considerando o *Grupo Record* e os veículos da Igreja Universal do Reino de Deus; quatro são do grupo regional *RBS*, da família Sirotsky; e três do *Grupo Folha*, da família Frias. Outros grupos aparecem na lista com dois veículos cada: *Grupo Estado* (família Mesquita), *Grupo Abril* (família Civita) e *Grupo Editorial Sempre Editora/Grupo SADA* (família Mediolli).

Como mostra o Quadro 1, os grupos *Globo* e *Record* não contam com membros da família no cargo executivo mais alto. No *Globo*, porém, Roberto Irineu Marinho, filho mais velho do patriarca Roberto Marinho, é presidente do Conselho de Administração do grupo. O aparente afastamento do dia a dia do conglomerado, porém, é recente, já que Irineu Marinho foi o presidente executivo até 2017. Abaixo de Irineu, nos cargos de vice-presidente do Conselho, estão seus irmãos João Roberto Marinho e José Roberto Marinho. Roberto Marinho, que faleceu em 2003, teve apenas filhos homens: os três que estão hoje no comando do Conselho de Administração do grupo e Paulo Roberto Marinho, que morreu em 1970. Portanto, não é possível, nesse caso, explorar questões de gênero na condução da sucessão do conglomerado. Mas dois veículos do Grupo, o portal *GI* e o *Valor Econômico* (jornal impresso, online e Valor Pro) são importantes empregadores na cidade de São Paulo e merecem detalhamento⁵⁶. Embora não contem com membros da família Marinho no cotidiano das publicações, olhar para a história desses veículos e suas culturas de trabalho é relevante para as análises que serão feitas nos capítulos seguintes.

O *Valor Econômico* entrou em circulação em maio de 2000, contrariando a lógica de todas as empreitadas de comunicação da época, que miravam a internet. Fruto da associação entre as *Organizações Globo* e o *Grupo Folha*, com 50% de participação cada um, o *Valor* recebeu investimentos de US\$ 50 milhões, parte disso aportado em serviços de impressão e distribuição prestados pelos sócios e depois transformados em capital. A cúpula do jornal, com o jornalista Celso Pinto à frente, contava também com Vera Brandimarte e Carlos Eduardo Lins da Silva, foi anunciada em 26 de novembro de 1999. O objetivo era conquistar o leitor da *Gazeta Mercantil*, que já enfrentava a crise financeira que a levou ao fechamento e sofria com a falta de modernização ao longo de décadas, o que afastava novos leitores. O *Valor* já nasceu contando com uma versão online, mas o foco era o papel.

⁵⁶ Ambos veículos foram muito citados nas entrevistas, como será visto adiante. No que diz respeito ao tema específico desta pesquisa, *Valor Econômico* chama a atenção pelo grande contingente feminino de sua redação, inclusive no alto escalão de sua estrutura. No *GI*, de acordo com as entrevistas, chama a atenção as condições de trabalho e um constante estado de assédio moral, atribuído à uma certa “cultura Folha”, o que também será detalhado adiante.

Como afirma texto veiculado pelo próprio jornal em seus 15 anos⁵⁷, a decisão de investir em um jornal impresso econômico “em pleno boom da internet não foi um arroubo inconsequente de *Folha e Globo*”. Em 1998, um estudo do Datafolha mostrava o jornal impresso como o principal meio utilizado pelo público para obter informações e análises econômicas e financeiras. Identificava, ainda, que havia espaço para outro diário econômico em um mercado até então dominado pela *Gazeta Mercantil*. A receita viria essencialmente da publicidade legal, já que empresas de capital aberto são obrigadas por lei a publicar suas demonstrações financeiras e demais comunicados relevantes em jornais de circulação nacional. A favor dos sócios, toda a estrutura de impressão e distribuição nacional que já possuíam. Para colocar o jornal na rua, 164 jornalistas foram contratados, vindos principalmente da própria *Gazeta Mercantil* e da editoria de economia de *O Estado de S.Paulo*.

Celso Pinto esteve no comando do novo veículo do início de sua concepção até ter sua carreira ser interrompida em 2003, após uma parada cardiorrespiratória que o afastaria definitivamente das redações⁵⁸. Quem assumiu a direção da redação foi Vera Brandimarte, até hoje à frente da publicação, um caso raro e longo de uma mulher no comando de veículos de peso na imprensa nacional.

Em 2016, o *Grupo Globo* comprou os 50% das ações da *Folha* e passou a ser o único proprietário do *Valor*, que à época já contava, além do impresso e do online, com o Valor PRO, serviço fechado para assinantes com informação econômica em tempo real, aos moldes de seus concorrentes internacionais com atividade no Brasil *Bloomberg* e *Reuters*, e o nacional *Broadcast* da *Agência Estado*. No ano anterior ao da transação, o *Valor* havia sido o único entre os grandes jornais brasileiros a não registrar perda de receita em relação a 2014. Em um dos piores anos para a mídia, voltou a apresentar resultado positivo, bateu as metas estabelecidas pelos acionistas e teve até um pequeno crescimento na receita de publicidade⁵⁹.

É amplamente reconhecido - e a pesquisa empírica feita para esta dissertação confirmou a informação, como será visto adiante - que veículos de informação econômica, assim como as editorias de economia, contam com um expressivo contingente feminino e se destacam também por terem mulheres em cargos de edição e chefia, destoando do que se vê em outros campos de trabalho jornalísticos. No *Valor*, esse fato é ainda mais evidente e pode ser creditado, em parte, por haver uma mulher no comando há quase duas décadas. O tema será explorado nos capítulos III e IV por meio da fala de entrevistadas e entrevistados.

⁵⁷ Disponível em <<https://www.valor.com.br/valor15anos>> Acesso em 13/04/2020

⁵⁸ Celso Pinto faleceu 17 anos depois, em março de 2020.

⁵⁹ Disponível em <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2016/09/14/grupo-globo-assume-controle-integral-do-valor.ghtml>. Acesso em 13/04/2020

Líder de audiência nas TVs aberta e fechada, com jornais impressos de circulação nacional e regional, até 2006, o *Grupo Globo* contava apenas com o portal *Globo.com*, que reunia principalmente os sites dos jornais impressos da casa e textos baseados em material já veiculado nos noticiários da *TV Globo* e afiliadas, sem enfrentar a até então hegemonia do *UOL* como portal de notícias na internet. Às vésperas das eleições daquele ano entrou no ar o *G1*, projeto idealizado pelas *Organizações Globo* para fincar pé no jornalismo digital e fazer frente ao *UOL*. Na prática, o *Globo.com* passou por uma renovação editorial, com a separação entre notícias, esportes e entretenimento, com o *G1* como portal exclusivo de notícias. Com diversas editorias, a página fornecia também material em áudio, das rádios *CBN* São Paulo, Rio e Belo Horizonte e, para assinantes, vídeos da *Globonews*. Sediado em São Paulo, com sucursais no Rio de Janeiro e em Brasília, o portal contava em sua estreia com cerca de 100 profissionais, chefiados por Álvaro Pereira Júnior, diretor de conteúdo, e Márcia Menezes, editora-chefe. A seu favor, um grupo de profissionais trazidos principalmente do *Grupo Folha* e a capilaridade das afiliadas da *TV Globo* por todo o país, que passaram a colaborar com conteúdo para as páginas regionais de notícias dentro do *G1*. À época do lançamento do *G1*, Álvaro Pereira Júnior já estava na *TV Globo* há quase 10 anos, mas iniciara sua carreira na *Folha*⁶⁰, onde manteve coluna até 2011. Pereira Júnior afastou-se temporariamente da TV justamente para colocar de pé o *G1*, voltando em seguida à *Globo*, onde em 2020 era chefe de reportagem do *Fantástico*.

Diferentemente do *Grupo Globo*, que expõe⁶¹ de forma clara a hierarquia de comando, não é possível entender pelas páginas oficiais do *Grupo Record* qual a estrutura de cargos na empresa. Edir Macedo não tem cargo oficial, mas é ele quem transita em nome não só de seu grupo de comunicação, mas também de sua igreja, a Universal do Reino de Deus. O *Grupo Record*, dono do terceiro lugar no *ranking* das maiores audiências (quadro 1) conta com essa particularidade, uma vez que seus veículos são instrumento, sobretudo, de disseminação do ideário da igreja. A empresa-mãe do grupo, a *TV Record*, foi fundada em 1953 por Paulo Machado de Carvalho, que a vendeu para o líder religioso em 1989. Por ainda estar em primeira geração, acrescido ao fato da peculiaridade religiosa, a sucessão no *Grupo Record* também não será aprofundada nesta pesquisa.

Embora a *Record* seja a terceira colocada no ranking, optou-se por apresentá-la logo após o grupo *Globo* por não haver, até o momento, questões sucessórias relevantes, uma vez

⁶⁰ A relação entre a origem dos profissionais que construíram o *G1* e uma certa “cultura Folha” mencionada por alguns entrevistados e entrevistadas será abordada de forma mais detalhada nos capítulos III e IV.

⁶¹ Disponível em <<https://grupoglobo.globo.com/estrutura-corporativa/>> Acesso em 08/10/2019.

que Edir Macedo é a primeira geração após a compra da emissora. A partir de agora, serão analisadas as questões sucessórias dos demais grupos do ranking, ou seja, os grupos *Bandeirantes* e *Folha*. O grupo gaúcho *RBS* não fará parte da análise por não atuar em São Paulo, recorte geográfico determinado para a pesquisa. Na sequência, o subitem 2.3.1. *Abril, Estado e a morte de seus patriarcas* tratará da sucessão destes dois grupos. Embora não figurem no ranking, têm características importantes quando se observam os objetivos desta pesquisa, uma vez que têm seus negócios fundamentalmente na imprensa, são importantes empregadores de jornalistas e estão sediados em São Paulo.

Em audiência combinada de veículos, logo após o *Grupo Globo* está o *Grupo Bandeirantes*. O *Grupo Bandeirantes* começou com uma emissora de rádio em 1937, fundada pelo ex-governador de São Paulo Ademar de Barros. Mais tarde, o político passou o controle do veículo para sua filha, Maria Helena Saad, e o genro, João Saad, que assumiu de fato os negócios, mantendo de fora a herdeira legítima. Embora siga como um dos mais poderosos do Brasil, vem enfrentando nos últimos anos problemas financeiros e de sucessão. Seu fundador, João Jorge Saad, faleceu em 1999 e quem assumiu o comando da empresa foi João Carlos Saad, filho mais velho, conhecido como Johnny Saad. A reunião do Conselho da empresa que aconteceu em fevereiro de 2019, composta por cinco membros da família Saad, decidiu pelo afastamento⁶² de Johnny Saad. Contra sua permanência votaram suas três irmãs, Márcia, Marisa e Maria Saad. A favor, os outros dois acionistas: o próprio Johnny e seu irmão, Ricardo Saad. O capital do grupo é 100% da família, com cada um dos cinco irmãos donos de 20%. Apesar da votação do Conselho, uma decisão judicial manteve o primogênito no cargo. A Justiça optou por honrar um acordo de acionistas, fechado em 2014, que garante a permanência de Johnny no comando do grupo até 2026. Na ocasião, afastamento de Johnny Saad, que por decisão judicial acabou se mantendo no cargo, foi visto como o pilar para a reestruturação do *Grupo Bandeirantes*. A intenção era afastar a atual diretoria para que seja feita uma auditoria sem interferências. As irmãs querem a profissionalização da administração do grupo, que deve cerca de R\$ 1,2 bilhão, mais de oito vezes sua geração de caixa⁶³, incluindo uma dívida crescente com as afiliadas.

O *Grupo Folha*, que assim como o *Bandeirantes* passa em 2020 por um imbróglio sucessório, é provavelmente o exemplo mais gritante de privilégio dos herdeiros homens em relação às herdeiras mulheres. Otávio Frias Filho, primogênito do patriarca Octávio Frias de

⁶² Disponível em < <https://natelinha.uol.com.br/televisao/2019/02/12/reuniao-do-conselho-da-band-decidiu-pela-saida-do-presidente-johnny-saad-124771.php> > Acesso em 08/10/2019.

⁶³ Disponível em < <https://braziljournal.com/na-band-a-maioria-dos-acionistas-quer-mudar-de-canal> >. Acesso em 08/10/2019.

Oliveira, comandava a empresa-mãe do grupo, a *Folha de S.Paulo*, desde 1994, mas morreu precocemente em 2018, adiantando uma sucessão que não era planejada. Maria Cristina Frias, que já atuava no jornal, jornalista de profissão e formação⁶⁴, assumiu a direção da redação no lugar de Otávio, mas foi destituída do cargo pelo irmão mais novo, Luiz Frias, apenas seis meses depois. Em seu lugar entrou Sergio D'ávila, sem nenhum vínculo com a família, mas com uma carreira de quase três décadas em importantes cargos no periódico.

A disputa, segundo informações veiculadas pela imprensa⁶⁵, envolve uma tentativa de reestruturação societária do *Grupo Folha* e a distribuição de dividendos dos negócios lucrativos da família. O *Grupo Folha* controla o *UOL* que, por sua vez, controla a *PagSeguro*. Ambos os negócios foram criados por Luiz Frias enquanto Otavio e Maria Cristina se dedicavam ao jornal. A *Folhapar*, empresa de participações da família Frias, tem 64,4% do *UOL*, e Luiz Frias tem dois terços da *Folhapar*. O outro terço pertence à *Folha da Manhã*, que edita o jornal. No ano passado, o *UOL* levantou cerca de US\$ 1,17 bilhão com a abertura da *PagSeguro*. A companhia hoje vale US\$ 9,4 bilhões na Bolsa de Nova York⁶⁶. Ainda de acordo com a cobertura da imprensa sobre o tema, Luiz Frias nunca escondeu que não vê futuro para o jornal impresso e tem se recusado a investir na publicação. Ele defende que o jornal viva por seus próprios meios.

No entanto, além de ser um executivo nativo do universo digital, fontes próximas à família, ouvidas pela imprensa que vem cobrindo a briga societária, dizem que ele também vê na postura editorial do jornal - que se tornou crítica ao Governo Bolsonaro - um risco às ambições da *PagSeguro*, que depende da regulação do Banco Central. A disputa para que os negócios rentáveis do grupo ajudem a financiar o jornal não vem de hoje. Já doente, Otávio tentou convencer o irmão a liberar repasses de dividendos para o jornal, o que não aconteceu.

No comunicado em que anunciou a saída da irmã, Luiz Frias disse que a decisão foi tomada pela maioria dos acionistas. O grupo tem três acionistas com direito a voto: Luiz, Maria Cristina e Fernanda Diamant, viúva de Otavio. Maria Cristina tomou conhecimento da decisão do irmão ao chegar ao jornal para trabalhar. Segundo relatos de jornalistas da própria

⁶⁴ Maria Cristina Frias é formada em jornalismo pela PUC-SP, com pós-graduação em Finanças pelo Insper e foi para o jornal do pai, a *Folha de S.Paulo*, apenas em 2000. Antes disso foi repórter no *SBT* e na *Globo*. Na *Bandeirantes*, atuou como comentarista de Economia. Exerceu a mesma função no Canal 21, em 2005, no telejornal *Jornal 21*. Atuou também como apresentadora na emissora. Disponível em < <https://www.portaldosjornalistas.com.br/jornalista/maria-cristina-frias/> > Acesso em 18/10/2019.

⁶⁵ Disponíveis em < <https://braziljournal.com/familia-frias-racha-ameacando-o-futuro-da-folha> >; < <https://braziljournal.com/frias-vs-frias-briga-chega-a-justica> >; < <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/paula-cesarino-costa-ombudsman/2019/03/novo-diretor-de-redacao-explica-mudanca-no-comando-da-folha.shtml> > e < <https://www.jota.info/justica/folha-briga-societaria-judiciario-29032019> > Acesso em 08/10/2019.

⁶⁶ Disponível em < <https://valor.globo.com/financas/noticia/2019/08/18/pagseguro-e-stone-ampliam-mercado-com-novos-servicos-1.ghtml> > Acesso em 08/10/2019.

Folha replicadas pela imprensa, teve até o acesso ao seu endereço de e-mail bloqueado. Maria Cristina também foi destituída do cargo de editora da coluna Mercado Aberto, que foi extinta: ela ficou sabendo da notícia pelos colegas, que receberam um comunicado enviado a toda a redação. No lugar da coluna, a *Folha* voltou a publicar o Painel S/A, uma coluna de notas sobre economia e negócios. Maria Cristina ainda participou de um almoço com editores que já estava na agenda. Foi acompanhada de um advogado e chamou de “covardes” os executivos que tomaram partido do irmão, segundo pessoas que participaram da reunião. Relatou ter sido “destituída” por Luiz Frias com o apoio da viúva de Otavio, a herdeira de sua participação acionária, e disse que o objetivo de seu irmão era fechar o jornal. A briga entre os irmãos aconteceu uma semana depois de Maria Cristina dar uma entrevista à *ombudsman* da *Folha* falando de seus planos para ampliar a presença de mulheres na redação e dos desafios de conciliar a direção do jornal com a coluna Mercado Aberto.

Depois de ser substituída no cargo de diretora de redação, Maria Cristina Frias ajuizou uma interpelação judicial⁶⁷ para esclarecer os percentuais exatos de participação acionária nas principais empresas que compõem o *Grupo Folha*. Maria Cristina diz, na interpelação, que vem sendo tolhida, reiteradamente e há muito tempo, de seu legítimo direito à informação na empresa. “Tanto no passado quanto no presente, a origem do cerceamento ao direito de informação de Maria Cristina Frias é a mesma: a conduta de seu irmão mais novo, Luiz Frias, na condição de diretor presidente ou de presidente do Conselho de Administração de todas as mais importantes empresas do *Grupo Folha*”, afirmam, de acordo com informações da imprensa, os defensores de Maria Cristina na interpelação judicial. No episódio recente, o alegado cerceamento ao direito de informação teria colocado Maria Cristina Frias “em franca dificuldade e injusta desvantagem negocial ao ser-lhe concedido o prazo exíguo e até absurdo de um dia para analisar a reorganização societária pretendida por Luiz Frias, ainda mais por não terem sido fornecidos os elementos essenciais dessa nova reorganização”. Ainda segundo informações da interpelação divulgadas pela imprensa, a reorganização societária não atenderia ao melhor interesse do *Grupo Folha*, “uma vez que, se aprovada, teria por consequência o abandono da *Folha da Manhã* à sua própria sorte, expondo a risco a sua saúde financeira e impondo novos e ainda mais profundos cortes de custos e de pessoal, sem qualquer perspectiva de retorno sobre o capital que investiu anos a fio na sua controlada *Folhapar*, proprietária da *UOL* e da *PagSeguro*”. Maria Cristina Frias alega também que foi “abrupta e injustificadamente destituída de todas as suas funções no Grupo Folha” em

⁶⁷ Disponível em <<https://www.jota.info/justica/folha-briga-societaria-judiciario-29032019>> Acesso em 08/10/19.

represália à firme oposição a essa reorganização societária e à defesa dos interesses financeiros e da independência da *Folha da Manhã*. A conduta do irmão Luiz Frias, dizem os advogados de Maria Cristina, constitui violação a seus deveres fiduciários e desrespeito às disposições do acordo de acionistas e, em especial, à decisão e ao desejo do falecido patriarca, de manter igualdade de direitos entre os filhos. A questão corre atualmente na Justiça⁶⁸.

Evidentemente, há pouca substância para atribuir à questão de gênero o desenrolar dos acontecimentos na sucessão dentro do *Grupo Folha*, mas é inegável que o caso dá pistas para entender como se articulam interesses financeiros e privilégios masculinos. Ao render-se aos interesses financeiros, a função social de informação e reflexão isenta é abalada. Em um contexto de alta concentração de mercado, deixa de existir espaço viável para a contranarrativa, em um sistema que se retroalimenta de acordo com seus próprios interesses, colocando em xeque a qualidade do fazer jornalístico e abalando, em última instância, seu papel social.

2.3.1. *Abril, Estado e a morte de seus patriarcas*

Embora os grupos *Estado* e *Abril* não figurem entre os maiores do Brasil em audiência, tratam-se de conglomerados que, diferentemente das emissoras de televisão, têm sua gênese na imprensa, na comercialização de conteúdo jornalístico. Neste sentido, se assemelham ao *Grupo Folha*, além de terem sede em São Paulo, foco geográfico desta pesquisa. Assim como a sucessão do *Grupo Folha*, *Estado* e *Abril* têm relevância também por serem importantes empregadores de jornalistas e por sentirem de forma específica as transformações da imprensa, mudanças tais que se diluem em conglomerados que atuam também no entretenimento.

Se a história recente do Brasil foi profundamente marcada pelo mês de junho de 2013 e suas mobilizações de rua, as semanas que antecederam essas mobilizações mudaram a estrutura de dois gigantes da imprensa brasileira, os grupos *Abril* e *Estado*. Com apenas cinco dias de diferença morreram, em maio daquele ano, dois dos principais barões da imprensa do século XX: Ruy Mesquita, patriarca do *Grupo Estado*, e Roberto Civita, do *Abril*, aos 88 e 77 anos, respectivamente. Naquela altura, a sucessão do *Grupo Estado* já estava desenhada e boa parte dos problemas financeiros na virada dos anos 2000, superados. No *Grupo Abril*, por outro lado, a morte de Civita, com o desinteresse de seus filhos em assumir os negócios fundados

⁶⁸ O caso tramita com o número 1025508-58.2019.8.26.0100 na 2ª Vara Empresarial e Conflitos de Arbitragem do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

pelo avô é considerado fator preponderante para a derrocada do conglomerado, que entrou em recuperação judicial em 2018⁶⁹.

Ruy Mesquita era neto de Júlio Mesquita, que se tornou sócio do então *Província de São Paulo* em 1885. Chegou ao já então *Estado de S. Paulo* quando este já era dirigido pelo pai, Júlio Mesquita Filho, em 1948, como repórter. Mas o sucessor natural no jornal *O Estado de S. Paulo* era seu irmão mais velho, Júlio Mesquita Neto. Para Ruy, o pai criou um novo título em 1966, o *Jornal da Tarde*, que ficou sob seu comando até 1996, ano em que seu irmão mais velho morreu e Ruy passou a comandar o *Estadão*⁷⁰. Em 2000, seis grupos acionários dividiam o controle da empresa, todos originários da família Mesquita, mas com olhares diferentes sobre os negócios da família⁷¹. Três desses grupos eram considerados de jornalistas - o de Ruy e seus filhos; o de seus sobrinhos, filhos de Júlio Mesquita Neto, e o da maior herdeira individual, Patrícia Mesquita, filha do terceiro irmão, Luiz Carlos, morto em 1970. Naquele início de século, abaladas por maus investimentos feitos no setor de telefonia – na onda das privatizações dos anos 1990, o Grupo se associou ao Banco Safra para comprar a operadora de celular BCP - as contas do grupo não fechavam. Os bancos credores se preocupavam com a solvência da empresa e pressionaram por uma reestruturação que tinha o objetivo de resgatar a dívida a médio prazo. Os nove Mesquitas que trabalhavam na empresa foram afastados em 2002 e centenas de funcionários demitidos, tudo para cortar despesas e apresentar uma gestão empresarial aos credores. Só dois Mesquitas mantiveram seus cargos na nova ordem: Ruy Mesquita, que passou de diretor-responsável a diretor de opinião, e Maria Cecília Mesquita, então diretora do Suplemento Feminino, filha de Júlio de Mesquita Filho, falecida em 2014. O comitê dos bancos credores contratou a consultoria Galeazzi & Associados, que tinha em seu portfólio a recuperação das Lojas Americanas. Ou seja: o objetivo era um balanço contábil saudável, independentemente do fato de isso custar o corte massivo de funcionários, podendo trazer implicações para a qualidade jornalística dos produtos da casa. Claudio Galeazzi foi nomeado interventor e colocou em prática um expediente comum em empresas de saúde financeira frágil, um plano dividido em três bases: i) a suspensão de investimentos; ii) a eliminação dos negócios deficitários ou pouco rentáveis e; iii) a melhoria da margem de lucro dos negócios remanescentes. Em 2004, pouco mais de um ano do plano ser colocado para rodar, já eram 500 demitidos, mas a empresa tinha se tornado saudável o suficiente para refinar

⁶⁹ Disponível em <<https://oglobo.globo.com/economia/credores-aprovam-plano-de-recuperacao-judicial-do-grupo-abril-23909626>> Acesso em 08/10/2019.

⁷⁰ Disponível em <<https://www.estadao.com.br/historico/cronologia/cronol.htm>> Acesso em 23/03/2020

⁷¹ Informações do texto *Detrás das dunas do Estadão*, escrito por Sandro Vaia, que foi diretor da *Agência Estado* por dez anos e por outros dez diretor do jornal *O Estado de S. Paulo*. Disponível em <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/detras-das-dunas-do-estadao/>> Acesso em 23/03/2020.

sua dívida. Em 2005 e 2006, a empresa registrou os melhores números de sua história, gerando caixa suficiente para honrar o serviço da dívida e distribuir dividendos aos acionistas.

A família Mesquita só voltou a comandar o Grupo em 2012. Silvio Genesini, diretor-presidente desde 2009, deixou a organização para a entrada de Francisco Mesquita Neto, acionista da quarta geração da família Mesquita e membro do Conselho de Administração, que já havia sido CEO do grupo antes da intervenção capitaneada pelos bancos credores, entre 1988 e 2003. Foi também em 2012 que o *Jornal da Tarde*, com contas no vermelho, deixou de circular. Em 2015, a então *Rádio Estadão*, antiga *Rádio Eldorado AM*, saiu do ar. Atualmente o *Grupo Estado* é composto pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, pela *Agência Estado*, pelo portal *Estadao.com.br* e pela emissora de rádio *Território Eldorado 107,3 FM*, entre outras empresas de mídia, incluindo a divisão de telelistas OESP Mídia e a plataforma digital Media Lab Estadão. O Grupo também possui a concessão da TV Eldorado e da Rádio Estadão 700 AM e 92,9 FM, arrendadas, respectivamente, para a Top Sports, Canal Esporte Interativo, para a Rede Nossa Rádio, da Igreja Internacional da Graça de Deus, e para a Igreja Comunidade Cristã Paz e Vida. Apesar do fechamento de veículos, com os ainda recorrentes cortes das equipes, o lucro líquido do Grupo foi de R\$ 2,9 milhões em 2019, revertendo-se em um prejuízo de R\$ 5,8 milhões de 2018⁷².

O interesse dos herdeiros da ala “jornalística” do *Grupo Estado* em se manter no negócio pode ser interpretado como um fator preponderante para que, à época da intervenção, os produtos do conglomerado não tenham sido liquidados. O mesmo não se deu com o *Grupo Abril*, que por boa parte do século XX deteve a liderança absoluta no mercado de revistas. A morte de seu patriarca Roberto Civita, filho do fundador do grupo, deixou clara a falta de interesse dos herdeiros, o que acabou culminando na recuperação judicial enfrentada pelo grupo desde 2018. A expectativa do próprio Roberto Civita era de que seus filhos seguissem sua história, de quem não só herdou os negócios do pai, Victor Civita, mas os levou a um novo patamar. Em 2010, num evento do *Grupo Meio & Mensagem*, afirmou: “eu espero que meus filhos sejam os guardiões da chama”. Não foi isso que aconteceu.

Roberto teve três filhos: Giancarlo, Victor Neto e Roberta e nenhum deles assumiu funções na empresa ligadas ao jornalismo após a morte de Roberto, ao contrário do que fez o pai ao herdar o *Grupo Abril*. Giancarlo, o primogênito, é o que mais entrou nos negócios da família. Chegou à *Abril* em 1982 como trainee na gráfica e a partir de 1990 foi, sucessivamente,

⁷² Dados disponíveis nas demonstrações financeiras do *Grupo Estado*, disponível em < [https://www.estadao.com.br/relatorio-da-administracao/0823-20 - DCs Combinado - Grupo Estado - 31_12_2019_\(6\).pdf](https://www.estadao.com.br/relatorio-da-administracao/0823-20 - DCs Combinado - Grupo Estado - 31_12_2019_(6).pdf) > Acesso em 23/03/2020.

diretor de programação da TVA, diretor-geral da MTV, vice-presidente da divisão entretenimento e vice-presidente da unidade jovem. Em fevereiro de 2003, Giancarlo deixou a rotina executiva para assumir a vice-presidência do Conselho de Administração, onde ficou até 2006 ao tornar-se vice-presidente executivo do *Grupo Abril* e, um ano depois, presidente executivo. Em 2011, assumiu o posto de vice-presidente da Abrilpar, a holding da família Civita que controla os negócios do grupo Abril. Após a morte de Roberto Civita, em 2013, Giancarlo assumiu as funções do pai como presidente do Conselho de Administração⁷³ e presidente da Abrilpar.

Victor Neto começou a trabalhar no *Grupo Abril* em 1990 e ao longo de sua carreira esteve ligado a projetos de inovação da casa. O executivo foi responsável pela implantação da MTV Brasil e por executar os primeiros especiais da emissora e os primeiros Acústicos MTV. Em 1995, assumiu a diretoria de programação e produção da TVA, viabilizando a exibição dos canais de TV por assinatura Bravo Brasil, CMT Brasil e Euro-Channel. Nos últimos anos antes da morte do pai, esteve envolvido na criação de sites, vídeos e produções de audiovisual para o Grupo Abril, incluindo a Usina do Som, considerado o primeiro site de música digital na Internet da América Latina, e a reformulação do portal da Abril. Em 2013, após a morte de Roberto, assumiu a presidência do Conselho Editorial da Abril⁷⁴.

Roberta, a única mulher entre os filhos, é psicóloga e assumiu funções não ligadas especificamente aos negócios do Grupo Abril. Como herdeira, era membro do Conselho de Administração e atuou na Fundação Victor Civita, entidade sem fins lucrativos pela melhoria da educação. Diferentemente dos irmãos, não foi levada pelas mãos do pai às gráficas, redações e salas de reunião da companhia.

Ainda em 2011, antes da morte de Roberto Civita, a família deu lugar a chamada “gestão profissional” da empresa, com Giancarlo tomando as rédeas dos negócios apenas em momentos de transição entre um executivo contratado e outro. A partir de 2011 o grupo teve quatro CEOs. Ex-presidente do conselho de administração do banco Santander, Fábio Barbosa foi contratado por Roberto Civita em agosto de 2011 e partiu em março de 2015, quando Giancarlo Civita assumiu o posto por um ano. Em março de 2016, o publicitário Walter Longo retornou ao grupo na intenção de modernizar a empresa e talvez vendê-la. O mandato durou 21

⁷³ É praxe que herdeiros tenham assento nos Conselhos de Administração que, em empresas de capital fechado, é instância por vezes usada justamente para acomodar herdeiros. Portanto, embora tenha assumido a cadeira do pai no Conselho de administração, não assumiu suas funções no dia a dia operacional, ocupando, por exemplo, o cargo vago na redação após sua morte.

⁷⁴ Cabe ao Conselho Editorial dar seu parecer sobre a abordagem dos diversos temas nas publicações da casa, avaliar a política editorial e sugerir cobertura. É comum que ele conte com profissionais experientes da casa, herdeiros e acadêmicos (no caso de publicações especializadas). Um assento no Conselho Editorial, no entanto, não constitui um cargo ligado ao cotidiano da atividade jornalística, como o cargo de Diretor Editorial deixado por Roberto Civita.

meses e assumiu em seu lugar o advogado Arnaldo Tibyriçá, vice-presidente jurídico da empresa por mais de quinze anos. Acompanhado da consultoria Legasi, sua passagem como CEO durou apenas quatro meses e Giancarlo retornou à posição. Ali, junto com a Legasi, desenhava-se um enxugamento grande da empresa, especialmente nas áreas de apoio que eram desproporcionais ao negócio principal, a produção de conteúdo. Foi a partir de 2015 que pouco a pouco a *Editora Abril* foi se desfazendo de importantes títulos, como *Playboy*, *Men's Health* e *Women's Health*. O objetivo era tornar o grupo mais enxuto e focado nos produtos mais lucrativos, como *Veja*, *Exame* e *Quatro Rodas*. O movimento de enxugamento foi contínuo nos anos seguintes e culminou na venda da empresa.

Em agosto de 2018, com uma dívida de R\$ 1,6 bilhões, a *Abril* levou à Justiça seu pedido de recuperação judicial e ganhou 60 dias para apresentar um plano capaz de desatolar as finanças da companhia. Além disso, por 180 dias qualquer cobrança estaria suspensa. Três semanas antes de oficializar o pedido, Giancarlo - que havia assumido o comando da companhia em março após duas trocas de liderança em quatro meses - já havia novamente deixado o comando da empresa, assumido pela consultoria financeira dos Estados Unidos Alvarez e Marsal. Nove dias antes do pedido de recuperação, a *Abril* anunciou o fechamento de mais 11 revistas, seus respectivos sites e um portal, mantendo a operação de apenas 15 publicações. Entre os títulos fechados⁷⁵ estavam revistas femininas, como *Elle* e *Cosmopolitan*, e dedicadas ao setor de decoração, como *Casa Claudia*, *Arquitetura* e *Minha Casa*. Na ocasião, os 15 títulos mantidos, entre revistas impressas e sites, foram *Veja*, *Veja São Paulo*, *Exame*, *Quatro Rodas*, *Cláudia*, *Saúde*, *Superinteressante*, *Viagem e Turismo*, *Você S/A*, *Você RH*, *Guia do Estudante*, *Capricho*, *M de Mulher*, *Vip* e *Placar*. A medida resultou na demissão de 804⁷⁶ empregados naquele momento - mais de mil ao longo do ano. Esses demitidos, com o congelamento de cobranças obtido na recuperação judicial dias depois, deixaram a empresa sem receber verbas rescisórias.

Em 2017⁷⁷, a empresa teve prejuízo operacional de R\$ 368,3 milhões. O pagamento das indenizações trabalhistas das demissões feitas apenas naquele ano custou R\$ 23 milhões. Já a quitação das dívidas tributárias para entrar no Programa Especial de Regularização Tributária (Pert) do governo federal custou R\$ 63 milhões. Esses movimentos já tinham o objetivo de

⁷⁵ Disponível em <<https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2018/08/06/editora-abril-anuncia-fechamento-de-titulos-e-demissoes.htm>> Acesso em 21/04/2020

⁷⁶ Disponível em <<https://piaui.folha.uol.com.br/o-aviso-de-civita/>> Acesso em 21/04/2020

⁷⁷ Disponível em <<https://www.conjur.com.br/2018-ago-16/justica-homologa-pedido-recuperacao-judicial-editora-abril>> Acesso em 21/04/2020

deixar as contas da casa dentro de normas mínimas para que o pedido de recuperação judicial de agosto de 2018 fosse aceito.

Em dezembro de 2018, a família Civita deixou definitivamente o *Grupo Abril*⁷⁸ ao vender 100% de suas ações a Fabio Carvalho pelo valor simbólico de R\$ 100 mil. Carvalho, advogado especializado em assumir empresas falidas, contou com o banco BTG que assumiu os R\$ 1,6 bilhão em dívidas do grupo com bancos, funcionários e fornecedores. Enquanto Carvalho assumiu as ações, o banco, por meio de sua empresa de recuperação de crédito Enforce, ficou com a missão de negociar com os três bancos credores da empresa, Bradesco, Itaú e Santander, para comprar com grande desconto os quase R\$ 1 bilhão em dívidas bancárias, que tinham como garantia, além do prédio da *Abril* na Marginal Tietê, em São Paulo, os dois principais produtos da casa, as revistas *Veja* e *Exame*. À época da negociação, o BTG negava interesse em assumir negócios editoriais, afirmava apenas querer comprar a dívida para ocupar os assentos de Santander, Bradesco e Itaú no Conselho de Administração, formando maioria com Fábio Carvalho para levar a termo o plano de reestruturação. Do ponto de vista comercial, o banco esperava também poder usar o cadastro de leitores das revistas para gerar novos clientes para sua plataforma BTG Pactual Digital, um supermercado financeiro, o mesmo que foi feito pela XP Investimentos ao comprar o site de notícias financeiras *Infomoney*. A ideia, porém, avançou bastante: em dezembro de 2019, o banco arrematou⁷⁹, em leilão, a *Exame* por R\$ 72,3 milhões. O banco foi o único a se habilitar para o certame, que já fazia parte do plano de recuperação judicial.

O ponto mais polêmico do plano de recuperação judicial apresentado em agosto de 2018 era a proposta de deságio de 92% em toda a dívida do *Grupo Abril* e um prazo de 18 anos para o pagamento dos 8% restantes, regra que valia também para os R\$ 110 milhões em dívidas trabalhistas. Além dos três bancos já citados, que à época da recuperação judicial eram credores de quase R\$ 1 bilhão, a lista⁸⁰ de quem deveria receber da *Abril* reunia de grandes produtoras internacionais de conteúdo a postos de gasolina e pequenos prestadores de serviços.

A editora e seus braços de logística e distribuição deixaram de pagar fornecedores de papel - Stora Enso e Suzano são credoras de R\$ 7,5 milhões - e a conta de telefone, quase R\$ 17 milhões devidos à Telefônica. Outros R\$ 68 milhões estão espalhados por 680 microempresas, muitas de *freelancers*. À *Walt Disney Company*, o grupo brasileiro deve R\$

⁷⁸ Disponível em <<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2018/12/20/familia-civita-vende-abril-e-da-calote-de-r-16-bilhao.ghtml>> Acesso em 21/04/2020

⁷⁹ Disponível em <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral/btg-pactual-arremata-revista-exame-do-grupo-abril-por-r-72-milhoes.70003115060>> Acesso em 21/04/2020

⁸⁰ Disponível em <<https://www.buzzfeed.com/br/gracilianorocha/divida-do-grupo-abril>> Acesso em 21/04/2020

3,8 milhões – algo simbólico dado que a origem do grupo remonta a 1950, quando o judeu italiano Victor Civita (1907-1990) licenciou e começou a publicar no Brasil os quadrinhos do Pato Donald. O maior credor individual é a empresa Planner Trustee, agente fiduciário de duas emissões de debêntures da companhia compradas por Bradesco, Itaú e Santander.

Mas enquanto propunha pagar menos de 10% da dívida, os filhos de Roberto Civita se tornaram, eles mesmos, também credores da nova *Abril* e devem receber um total de R\$ 172, 7 milhões, 60% a mais do que toda a dívida trabalhista. Ainda assim, os débitos com os herdeiros são de natureza quirografária, ou seja, resultado de aportes feitos na empresa no passado e só poderão ser quitados junto com os demais fornecedores, após a dívida trabalhista ser saldada. Em 2015, quando a reestruturação dava seus primeiros passos, o patrimônio pessoal dos herdeiros somava R\$ 10 bilhões.

O calote que envolvia ex-empregados do grupo, para além de questionável do ponto de vista humano⁸¹ parece inconcebível para quem trabalhou de perto com o patriarca falecido em 2013. Ao longo da pesquisa documental para compreender os caminhos que levaram à derrocada do grupo *Abril*, chama a atenção a quantidade de textos de jornalistas que trabalharam na casa tecendo enormes elogios ao falecido Civita. Sua morte gerou uma forte comoção entre os funcionários, que chegaram a abraçar⁸² simbolicamente a então sede da editora, se posicionando ao redor do edifício. Cerca de 3.270 pessoas trabalhavam no prédio à época. Nos muitos relatos, inclusive em primeira pessoa, é forte a imagem de bom patrão, de homem justo e atento à ética, mas, sobretudo, de um apaixonado por revistas, é constantemente confirmada. Uma hipótese a ser aventada talvez seja a percepção de “fim de uma era” sentida pelos próprios funcionários.

Dentre as falas encontradas em entrevistas ou relatos escritos pelos próprios jornalistas em veículos da imprensa, destaca-se o de Claudia Giudice para a revista *Piauí*⁸³ de dezembro de 2018, após o anúncio da recuperação judicial. Ela esteve na *Abril* por 23 anos e chegou a ser diretora superintendente de um grupo de negócios que reunia mais de 20 marcas da editora. Em um longo texto, nota para os seguintes trechos, onde fica evidente essa forte ligação com a

⁸¹ Os demitidos que tomaram calote da Abril se reuniram no grupo Abril com Fome, que em sua página no Facebook publica diversos relatos de ex-funcionários em dificuldades dos mais diversos tipos: <https://www.facebook.com/abrilsemhonra/>, o que dá a dimensão do atentado à legislação trabalhista que o malabarismo de datas na recuperação judicial provocou. Há, ainda, um não contado número de *freelancers* que não receberam por trabalhos entregues há pelo menos dois anos, pois se enquadram na categoria “fornecedores”, em status de igualdade com grandes empresas, como as fornecedoras de papel e até mesmo aos herdeiros da dívida quirografária.

⁸² Disponível em www.portalimprensa.com.br/noticias/ultimas_noticias/58971/funcionarios+da+editora+abril+fazem+abraco+simbolico+em+homenagem+a+roberto+civita Acesso em 03/08/2020.

⁸³ Disponível em < <https://piaui.folha.uol.com.br/o-aviso-de-civita/> > Acesso em 21/04/2020

figura do patrão. A ideia que paira no discurso é a de que, a despeito das dificuldades financeiras acumuladas ao longo dos anos, ele, o “patrão”, não deixaria que isso acontecesse:

A empresa em que trabalhei por 23 anos tinha demitido 804 funcionários, encerrado a operação de onze revistas, seus respectivos sites e um portal, e acabara de pedir recuperação judicial por causa de uma dívida de 1,6 bilhão de reais. O que meu patrão, falecido em maio de 2013, diria sobre o pedido de recuperação judicial? O que ele, que sempre fez questão de pagar salários rigorosamente em dia, pensaria sobre o plano de recuperação judicial que a nova direção propôs aos demitidos, a maioria com muitos anos de serviços prestados à casa? Será que ele colocaria a mão no bolso para arcar com os 90 milhões de reais da dívida trabalhista? Será que aprovaria a venda da editora pelo simbólico valor de 100 mil reais, e mais sua dívida bilionária, ao advogado e empresário carioca Fábio Carvalho, de 41 anos, um especialista na compra e venda de empresas em dificuldades? Leonino de 9 de agosto, Civita praguejaria contra o destino que o tirou de cena precocemente? Reclamaria dos filhos, que nunca compartilharam com ele a paixão por revistas? Xingaria os executivos salvadores da pátria que ele mesmo contratou? Lamentaria as escolhas nos investimentos em tecnologia e e-commerce? Ou apenas repetiria, resignado, o bordão “eu avisei, mas ninguém me deu ouvidos”? Sim, Roberto Civita, o rei das bancas no Brasil, avisou. No tradicional almoço de Natal da empresa, do glorioso ano de 2010, quando a editora arrecadou 1 bilhão de reais de receita de publicidade on e off-line e vendeu mais de 190 milhões de exemplares de revistas, Civita pegou pesado. “Façam brindes. Aproveitem este almoço e esse momento. Ele nunca mais se repetirá. O negócio ficará muito difícil nos próximos anos. Temos que correr para mudar a história da Abril.” A fala visionária não era um insight. Ela se baseava no conhecimento dele sobre o mercado de mídia norte-americano, mais maduro e avançado do que o nosso. Roberto Civita sabia que as coisas não estavam fáceis para os parceiros de lá, que enfrentavam a crise econômica e os primeiros efeitos da mudança do modelo de negócio de comunicação impressa. “Temos que migrar para o digital”, repetia ele, um apaixonado por papel couché pintado de tinta (...) Todo mundo sabia que a crise do modelo de negócio era inexorável. Todo mundo sabia que os herdeiros entendiam a atividade como um fardo chato e pesado (...) Só sei porque fui dispensada. Sofri para burro, porque achava que podia fazer a diferença, porque amava e confiava no futuro da empresa. Esse amor não era exclusividade minha.

Um ano depois de protocolada, a recuperação judicial do *Grupo Abril* foi aprovada e só então os trabalhadores dispensados tiveram novidades quanto às suas situações. Os trabalhadores credores que haviam firmado acordos individuais com a empresa receberiam os 30% que ainda faltam para atingir o teto de R\$ 350 mil. Os que não aderiram a acordos e estavam na faixa de até R\$ 350 mil devidos, receberiam o dinheiro até 17 de fevereiro de 2020, o que aconteceu, embora o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo apure eventuais erros de cálculo⁸⁴. Há ainda uma ação civil pública movida pelo Sindicato transitando na Justiça para que os demitidos da *Abril* recebam multa por conta do atraso no pagamento das verbas rescisórias, com vitória em primeira instância em março de 2020. Se ganha, a ação beneficiará não só os dispensados da recuperação judicial, mas todos os demitidos desde

⁸⁴ Disponível em <<http://sjsp.org.br/noticias/abril-prazo-de-pagamento-de-creditos-trabalhista-se-encerra-nesta-segunda-feira-5ed0>> Acesso em 21/04/2020

novembro de 2017. Em abril de 2020, no entanto, os *freelancers* ainda seguiam sem previsão de recebimento.

A intenção desta seção era reconstituir a dimensão de gênero nos processos sucessórios dos principais conglomerados de comunicação. Ficou evidente, no entanto, o quanto a financeirização destas empresas tensiona as relações de trabalho e de gênero. Surge, portanto, uma nova empresa jornalística que, além de capitalista e familiar é altamente financeirizada. O processo da *Abril* é paradigmático, já que a empresa foi vendida para um grupo sem nenhum vínculo com a mídia. Igualmente paradigmático é o da *Folha* que, embora com contas saudáveis e com o capital ainda dentro da família, tem na disputa entre os irmãos uma clara figura da disputa na maior parte dos grupos. A empresa jornalística que emerge destes processos é mais profissionalizada, mas às custas, justamente, de sua financeirização. Ou seja, as mudanças na estrutura do capital são chave para entender as mudanças na organização do trabalho.

2.4. Do bloquinho ao *podcast*, o novo fazer jornalístico

Quem é o novo jornalista que emerge de uma nova empresa jornalística? Alzira Abreu (2002) escreveu, ainda olhando para o fim do século XX, que o jornalista de então era um profissional pragmático que se opunha a um passado romântico da profissão. Para a autora, até os anos 1970, os jornalistas tinham um envolvimento político e ideológico mais claro, agindo em função de valores utópicos. A partir da redemocratização no Brasil e da ascensão do neoliberalismo como ideologia hegemônica, surge uma visão pragmática de mercado que modifica também a forma do jornalista pensar os fatos e praticar a profissão. Ela lembra que os jornalistas que ocupam posições estratégicas na virada para o século XXI iniciaram suas carreiras nas décadas de 1970 e 1980 e em geral tinham formação universitária em Jornalismo, Ciências Sociais ou História. Em comparação, os profissionais nessas mesmas posições 20 anos antes, que iniciaram as carreiras na década de 1950, se tinham formação superior era em Direito. Então, a escola desses profissionais havia sido o próprio jornal. A ascensão do neoliberalismo e a profissionalização do jornalismo se configuram como processos concomitantes que se dão diante do aumento do acesso ao ensino superior, resultado de um aumento expressivo na oferta de vagas de jornalismo nas novas instituições privadas, mas também da consolidação da profissionalização das empresas jornalísticas, num movimento puxado especialmente pelo *Grupo Folha* e seu *Projeto Folha*, um conjunto de diretrizes implementadas na *Folha de S.Paulo* a partir do início dos anos 1980 que tinha o objetivo de modernizar o jornal, aproximando-o mais da tecnicidade do jornalismo norte-americano, segmentado em cadernos com públicos-alvo bem definidos, textos simples e uso expressivo

de recursos visuais, como os infográficos. Um dos pilares do *Projeto Folha* era um robusto investimento em marketing e política agressiva de preços para o aumento do número de assinantes, que se intensificaram na virada para a década de 1990 e começaram a render frutos, agitando todo o mercado de jornais do Brasil. Entre 1990 e 1999, a circulação média dos jornais diários brasileiros cresceu 69,43%. Em 1999, a circulação diária média dos jornais brasileiros foi de 7.245.000 exemplares. Em 1990, a média diária era de 4.276.000 exemplares. De 1990 a 1999, a média de crescimento anual foi de 7%.

No mundo, o desenvolvimento das indústrias culturais nos anos 1970 consolidou a imprensa como empresa capitalista e parte de conglomerados de natureza cada vez mais financeira, com a padronização de seus métodos de gestão e rotinas de trabalho. A reboque, profissionalizou também seus jornalistas. No Brasil, este novo quadro também começa a se desenhar na década de 1970, mas foram os processos de abertura democrática e implementação do neoliberalismo que criam as condições necessárias para que esse cenário de fato se consolidasse. Por isso, Abreu (2002) afirma que a profissionalização nasceu das demandas do mercado, com o desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, e entra em cena “a lógica da diferenciação social: aqueles que atuavam visando à organização do espaço do trabalho buscaram limitar a concorrência através do estabelecimento de fronteiras. Só teriam acesso à profissão os que possuísem formação especializada” (Abreu, 2002, p. 40). Segundo Fonseca: “O jornal da indústria cultural não é mais um jornal cuja organização tem a forma de empresa, como nos primórdios do século XX, é uma empresa que tem atividade jornalística. Ela é o sujeito, e não mais o jornal. Este é o produto da atividade da empresa” (, 2002, p.139).

Fato fundamental nesse processo foi a regulamentação da profissão, em 1969, com a promulgação do Decreto-Lei nº 972 que tornou obrigatório o diploma em Jornalismo para o exercício da profissão. Quem já exercia o jornalismo em 1970, poderia obter o registro profissional junto ao Ministério do Trabalho, mas o diploma seria exigido dos ingressantes⁸⁵. A exigência foi derrubada judicialmente algumas vezes desde então e, atualmente, o diploma não é obrigatório para a obtenção do registro de jornalista junto ao Ministério do Trabalho.

⁸⁵ A obrigatoriedade do diploma para o exercício do jornalismo é tema de inúmeras idas e vindas entre os poderes Legislativo e Judiciário. Em 2009 o Supremo Tribunal Federal (STF) derrubou a obrigatoriedade da formação em Jornalismo, numa disputa judicial sobre a constitucionalidade da exigência do diploma que começou em 2001, quando a 16ª Vara Federal de São Paulo concedeu liminar suspendendo a obrigatoriedade do diploma para a obtenção de registro profissional. Em 2005, antes de o caso chegar a instâncias superiores, a liminar foi revogada pela 4ª Turma do TRF-3. Em novembro de 2006, no entanto, uma liminar concedida por Gilmar Mendes garantiu o exercício da atividade jornalística aos que já atuavam na profissão sem possuírem graduação em jornalismo ou mesmo registro no Ministério do Trabalho. Em 2013 começou a tramitar no Senado a chamada PEC dos Jornalistas, que voltava a impor a obrigatoriedade do diploma e foi aprovada em 2016.

Como já mencionado, se a década de 1970 define a imprensa como parte das indústrias culturais, colocando o processo da produção de notícias sob a ótica da linha de montagem, é na década de 1990, com o início da mudança da estrutura de capital dessas empresas, aliada à inovação tecnológica trazida pelos computadores e, posteriormente, pela internet, que o jornalista passa definitivamente a ser uma engrenagem nesse processo produtivo. Como explica Nonato (2010, p.39), as inovações tecnológicas baratearam a produção e causaram profundas alterações nas funções do jornalista, que viu cargos e postos serem extintos. Em maio de 1995, a mudança foi completada com a chegada da *internet* comercial ao Brasil, que trouxe consigo a informação eletrônica e interativa. Um ano depois, em abril de 1996, entra no ar o *UOL*, primeiro portal de notícias do país. Houve valorização da imagem e maior velocidade da informação, que passou a circular em tempo real. É a partir daí que os jornalistas passam a ser multifuncionais e polivalentes, obrigados a atuarem como repórteres, redatores, fotógrafos e cinegrafistas, muitas vezes ao mesmo tempo.

A subordinação do fazer jornalístico à nova lógica da concentração do mercado de mídia em conglomerados, que se intensifica a partir da chegada da *internet* às redações, não só cria o jornalista multitarefas - que têm como consequência a extinção de funções - mas impõe um novo cotidiano nas redações, que passam a espelhar muito mais os fazeres de uma linha de montagem do que aquela desejável para a execução de um trabalho imaterial⁸⁶. Trata-se de um conjunto de mudanças que obedece à lógica a que é submetido o jornalismo produzido nos conglomerados de mídia inseridos em um mercado estruturado sob a hegemonia do capitalismo transnacional. Como explicam Fonseca e Kuhn, ao constituírem-se como *players* importantes na ordem econômica dominante, as empresas que produzem conteúdos jornalísticos reduzem o caráter social do jornalismo, mesmo quando fazem dele um produto de sucesso:

Isso pode ser medido de tal forma que as tiragens de um impresso, a audiência de um determinado programa de rádio ou televisão, ou mesmo a receita publicitária obtida em determinados espaços, não se expressa, necessariamente, na sua capacidade de exercer influência junto ao público a que se dirige. Por outro lado, no seu conjunto, o discurso enunciado por esses atores econômicos e seus representantes políticos contribui fortemente para a constituição de um senso comum que legitima a ideologia hegemônica. Tem-se, assim, uma esfera pública empobrecida, de poucas vozes dissonantes, muito pouco democrática ou plural. (FONSECA e KUNH, 2009, p.61),

⁸⁶ Na definição de Antonio Negri e Maurizio, trata-se do trabalho que tem como ferramentas o conhecimento e a informação.

Em artigo anterior, ainda em 2002, Virginia Fonseca sistematizou, como exposto no quadro abaixo, essas transformações no calor dos acontecimentos, mudanças que vieram a se consolidar nos anos seguintes de maneira irreversível.

Quadro 2: Reconfiguração das redações a partir da década de 1990

Centralização das operações	A criação de agências de notícias teve a finalidade de produzir e distribuir notícias para todos os veículos de um mesmo grupo, numa estratégia empresarial de racionalização do trabalho e de redução de custos. Do ponto de vista trabalhista, todos os empregados podem ser vinculados diretamente à organização, trabalhando para todos os veículos do mesmo conglomerado.
Controle dos processos de produção	Surgem os manuais de redação, com importância tal que ele acaba por desempenhar função semelhante à exercida pelos jornalistas experientes do passado diante para o profissional em início de carreira, quando o ofício era aprendido “no calor das redações”.
Instrumentos de avaliação	O controle também se dá pelos instrumentos de avaliação dos jornalistas. A evolução dos métodos de gerenciamento das redações, sempre com a finalidade de conseguir o máximo de qualidade e produtividade com o mínimo de custos, tem provocado mudanças significativas na forma de avaliar e de remunerar o trabalho dos jornalistas. <i>A Folha de S. Paulo</i> contou por anos com um mural que ranqueava os jornalistas a partir dos erros cometidos e premiava com viagens os que menos erravam e mais davam “furos”. É também a partir da virada dos anos 1990 e 2000 que os grandes conglomerados instituem os Planos de Participação nos Lucros e bonificações específicas aos executivos.
Novas tecnologias de telecomunicações	As novas tecnologias das telecomunicações alteram uma rotina que é base do jornalismo diário impresso, o horário de fechamento. Se antes ele se dava contemplando os a cobertura dos fatos jornalísticos, passa a ser determinado pelo setor industrial e não mais pela redação. Esta, quando muito, negocia o horário de fechamento de uma ou outra página, dependendo da importância do assunto a ser atualizado.
Novas relações entre redação e comercial	As relações entre redação e departamento comercial passam a ser mais imbricadas, com a encomenda de reportagens que contemplem um determinado setor anunciante. É também o comercial quem passa a determinar a quota-papel, que é a quantidade de papel de imprensa que a direção de redação pode dispor por um determinado período. Essa quantidade é definida pela empresa de acordo com os seus critérios de racionalidade. A partir do papel disponível, o diretor de redação define o tamanho do jornal. Mas é a área comercial quem define primeiro os espaços que serão ocupados pela publicidade, com o restante sendo dividido entre as editorias.

Fonte: FONSECA (2002)/Elaboração própria

A nova conjuntura econômica e tecnológica vista até o início dos anos 2000, portanto, exige do jornalista a maximização de conhecimentos de natureza técnica, é o que ela chama de *pós-fordismo* das redações:

Em contraposição ao modelo fordista, o trabalho não se organiza mais pela lógica da divisão de tarefas (como pauteiro, repórter, redator, diagramador, editor, etc.). Sob o regime flexível de estruturação do trabalho, frequentemente o jornalista acumula funções: propõe pautas, apura as informações, redige o texto final,

diagrama e edita a matéria, o que implica o uso mais de habilidades que, propriamente, de conhecimentos acerca da realidade a ser representada (FONSECA e KUHN, 2009, p.59).

As mudanças estruturais pelas quais passam as redações a partir dos anos 1990 e, principalmente, a partir de 2000, impactam profundamente o mundo do trabalho dos jornalistas. Mas, para além da inserção da tecnologia, que mecaniza a atividade, é fundamental olhar para a reorganização do capital que controla essa nova empresa jornalística. Essas mudanças precisam ser observadas e compreendidas sob a lente da nova configuração do capital, onde as famílias sedem parte de sua influência ao capital financeiro, com um imbricamento entre eles. A consequência mais evidente de ter um setor financeiro mais ativo são as demissões em massa e a sobrecarga de trabalho que resulta disso.

Tradicionalmente, a produção da notícia, independentemente da mídia em questão, passa por etapas comuns: pauta, apuração, redação, edição e veiculação. Essas etapas passam por constantes transformações no pós-fordismo, cujos novos modos de gestão não disfarçam sua resistência a qualquer especificação de funções e divisão de tarefas. Como afirma Fonseca (2006, p.14), a sobreposição/supressão de funções e o agregar de outras atribuições são paradigmáticas da flexibilização da organização do trabalho, com reflexo imediato sobre o tempo para a execução das tarefas. O momento de fechamento da edição do jornal diário sofreu a ação do que se pode chamar de supervalorização do tempo, enquanto nas mídias digitais o prazo é o do acontecimento em si e a notícia deve ser produzida e ir ao ar no menor tempo possível. Está dada uma das dimensões da precarização do jornalista, a forte intensificação em seu trabalho, ligada à mudança gerencial, mas também à economia de trabalho dada pelo setor financeiro.

Todas as transformações das empresas de mídia e seus impactos nos modos de produção do jornalismo impactaram sobremaneira a identidades dos profissionais da imprensa. Para Fonseca e Kuhn (2009), a proximidade com áreas como a política, as ciências sociais, a literatura e a história, entre outras, de quem toma emprestado alguns procedimentos, faz do jornalista um misto de intelectual e técnico, condição que o aproxima das profissões liberais. Mas, por ser de fato um assalariado - na melhor das hipóteses, considerando as várias precarizações de vínculo as quais estão expostos -, os jornalistas estão submetidos à lógica da maximização de lucros e consequentes ingerências na política editorial. Sua legitimidade se ancora em papéis alimentados apenas pelo imaginário, como “fiscal do poder ou observador neutro, para quem a objetividade reveste-se do caráter de um ‘mandato civil’ que o alça à

condição de representante da sociedade, a despeito das limitações impostas pela realidade da profissão (FONSECA e KUHN, 2009, p.62).

Thales Lelo é autor de um dos mais recentes estudos que investiga o mundo do trabalho dos jornalistas à luz dos rearranjos produtivos. Em sua tese, *Reestruturas produtivas no mundo do trabalho dos jornalistas: precariedade, tecnologia e manifestações da identidade profissional*, defendida em 2019, ele defende que as recentes reconfigurações no espírito da imprensa liberal, que passa a ser orientada por outra escala de rentabilidade, em consonância à racionalidade neoliberal que alinhava todos os setores da sociedade, adicionam novos ingredientes a um mundo do trabalho já contemplado pelas diversas faces da precariedade, fomentando uma cultura organizacional “permeável aos assédios, à promoção de injustiças, à injunção para o cometimento de desvios éticos e à denegação de reconhecimento, acarretando no espriamento de um clima de sofrimento que afeta a saúde física e mental dos comunicadores” (p.209). Além disso, à despeito do defendido por pensadores liberais, que propõem que a flexibilização do trabalho abre espaço para o desenvolvimento de outras novas aptidões e de outras experiências humanas, ainda é “do lugar que o indivíduo ocupa no sistema produtivo (isto é, seu trabalho, seu emprego) que provém em grande medida os recursos econômicos, culturais e simbólicos postos em prática em seu tempo livre” (DURAND *apud* LELO, 2019, p.32).

Para Nonato, a emergência de novos tipos de trabalho e ocupações nascidas da chamada *Sociedade em Rede* (CASTELLS, 1999), principalmente por conta da introdução das novas tecnologias e da informatização de indústrias, do setor de serviços e das empresas de comunicação, levou os trabalhadores a adquirirem novas habilidades. Nonato (2015, p.83) lembra que, além de novas funções, a economia da Sociedade em Rede envolve também novos valores. Os interesses financeiros e as transformações tecnológicas obrigaram os profissionais do jornalismo a repensar sua atuação. Ao mesmo tempo em que o jornalismo digital se consolida, no início dos anos 2000, surge a primeira tentativa de trabalho independente por esses profissionais, os *blogs*. Eles nascem como *diários virtuais* e foram sendo apropriados por diversos tipos de especialistas e profissionais, mas caíram mesmo no gosto dos jornalistas (NONATO, 2015, p.128). Em um primeiro momento, em tempos de convergência entre o impresso e o jornalismo *online*, o profissional ainda está procurando enquadrar-se em novos papéis, exigindo que o jornalista seja polivalente e que ingresse na profissão dominando as diversas mídias e redes, além da inevitável adaptação entre os profissionais mais maduros e experientes. É nesse contexto que jornalistas experientes, com reputação e credibilidade já

reconhecidas pelo público⁸⁷, começaram a alimentar seus *blogs* paralelamente às suas atividades como jornalistas contratados das empresas de comunicação, começando assim uma nova dinâmica dos meios de comunicação. Em um segundo momento, foram os veículos que se apropriaram do capital social - ou habilidades não exploradas no cotidiano - de seus profissionais, sugerindo a eles a manutenção de *blogs*, sem remuneração extra na maioria das vezes. É comum, por exemplo, que jornalistas de economia ou política mantenham *blogs* sobre maternidade, cinema, música ou universo *nerd*. Ou seja, que utilizem os *blogs* para dar vazão a interesses pessoais não capitalizados no ofício diário. Esses *blogs*, porém, muitas vezes têm audiência relevante e se convertem em páginas lucrativas para os meios de comunicação. Outra novidade nesse sentido, ainda em meados dos anos 2000, foram os *blogs* dos colunistas: além dos espaços fixos nos jornais impressos, os colunistas de mais projeção passaram a ter *blogs* nos portais do conglomerado aos quais estavam ligados, oferecendo um conteúdo mais ágil e também replicado no impresso.

Após a internet e o surgimento dos veículos digitais e seus profissionais multitarefas, a produção jornalística passa por uma nova reconfiguração a partir dos anos 2010 com a consolidação das redes sociais e das ferramentas de monitoramento da audiência. Se ao longo do século XX o jornalismo se estruturou em uma “indústria de notícias” que, do ponto de vista das instituições, se organizava em um grupo relativamente limitado e coerente de empresas com métodos semelhantes, de modo que qualquer companhia fora desse grupo seria incapaz de produzir um produto competitivo. Já da perspectiva dos jornalistas, criou-se um plano de carreira razoavelmente padronizado, um conjunto de ferramentas e modelos para produção e uma categoria de empregadores estáveis e previsíveis, como os principais jornais e revistas. Mas a emergência da internet e, principalmente, a plataformização alteraram esse panorama, como apontam Silva, Santos, Sanseverino e Mesquita (2020). Ainda segundo os autores, a fratura do modelo de negócios tradicional do jornalismo é tão intensa que desestruturou a própria indústria de notícias. A inspiração para esse diagnóstico vem de autores como Anderson, Bell e Shirky (2013) e Deuze (2019), que consideram que sequer existe uma indústria de notícias hoje em dia, tamanha é a diversidade dos veículos de comunicação - desde grandes conglomerados comerciais até blogueiros independentes - e, principalmente,

⁸⁷ Aqui podemos utilizar a categoria *elite*, como expõe Fonseca (2009, p.65): jornalistas que atingiram o topo da profissão, condição que se pode conferir pela ocupação de cargos de chefia nas redações ou pelo prestígio junto ao público, avaliado por pesquisas de opinião, são responsáveis pela formação de grande parte dos valores compartilhados pelo grupo profissional. Esses valores contribuem, assim, para a estruturação da sua identidade. Por essa razão, a categoria elite é uma alternativa importante a ser considerada nos estudos sobre a identidade do jornalista contemporâneo.

de práticas jornalísticas, que nem sempre são executadas de acordo com os valores e a ideologia mais tradicionais da profissão.

A plataformização da internet precipitou, principalmente na década dos anos 2010, um processo de rompimento do modelo de jornalismo consolidado no século XX. Ao se desenvolverem simultaneamente como firmas e mercados, infraestruturas onipresentes em toda a rede mundial de computadores, essas empresas se infiltraram na cadeia de valor das notícias e fraturaram o modelo de negócio do jornalismo. Essa situação causou - e segue causando - uma desinstitucionalização do jornalismo: as organizações que não fecharam as portas têm encolhido e, consequentemente, dispõem de cada vez menos recursos para funcionar como *watchdogs* do poder público (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013). Conforme enfraqueceram o jornalismo e se fortaleceram financeiramente, dominando de forma quase monopolista a economia digital, as plataformas criaram condições para impor um controle sutil, mas importante sobre praticamente todas as outras funções dos *publishers* (SILVA, SANTOS, SANSEVERINO & MESQUITA, 2020).

A lógica do lucro passa a ter um novo ingrediente fundamental no fazer jornalístico, a vontade instantânea do leitor. Os *softwares* que calculam em tempo real os dados de tráfego do público por portais de notícia e engajamento nas redes sociais geram dados que podem ser usados tanto em decisões editoriais quanto comerciais. As demandas do público não podem mais ser ignoradas em nome de uma política editorial ou de um esforço de privilegiar o que seja de interesse público a partir de conceitos consolidados pelo *ethos* da profissão, uma vez que esse *interesse* perde as definições criadas pelas teorias do jornalismo e passam a servir à audiência. O que já se consolidara na mídia eletrônica, especialmente na televisão, sujeita às guerras pela audiência (mas em algo ainda restrito ao entretenimento ou aos produtos híbridos de entretenimento e informação), chega à mídia escrita e ao jornalismo sob o advento dos textos “caça-clique”. As métricas, como explica Lelo, podem se referir tanto ao comportamento dos leitores em uma visita única ao site (como frequência e tempo médio de acesso, endereço de partida e de destino, geolocalização, taxa de comentários, índices de compartilhamentos em redes sociais, palavras-chave mais pesquisadas, etc.) quanto ao monitoramento de tendências mais populares na *web* aptas a gerarem pautas no ímpeto de atraírem mais usuários ao portal. Por fim, os dados também podem ser aproveitados para orientarem os profissionais a produzirem chamadas para suas matérias otimizadas com palavras-chave recorrentes em motores de busca (*Search Engine Optimisation*, o SEO). Os jornalistas passam também a escrever de forma que seus textos ganhem relevância nos sistemas de busca, com títulos que instiguem o “clique”. Como descreve Lelo:

Um dos riscos de depositar todas as fichas nas preferências do público é o de minar o *news judgment* oriundo da cultura profissional dos jornalistas, gerando uma cultura de “caça-cliques” na qual os conteúdos produzidos pelo portal são destinados

unicamente a ampliar a taxa de acessos ao endereço e captar anunciantes para a empresa. Em vez dos critérios de noticiabilidade tacitamente gestados em uma comunidade profissional (carregados da expectativa de engajar a opinião pública a acontecimentos de alta relevância) são elaboradas pautas de assuntos triviais e de entretenimento (como listas de curiosidades, boatos sobre vida de celebridades e *soft news* de temas anódinos do cotidiano), aptas a cumprir esta função imediata de intensificação da taxa de cliques. (LELO, 2019, p.110-111)

Ainda segundo Lelo, citando Nguyen (2016), em redações que aderiram a esta rotina produtiva amparada por métricas, os repórteres vivenciam uma “crise de consciência”, decorrente do fato de abandonarem uma parcela de seu *ethos* profissional para incrementarem, em ritmo ascendente, o tráfego nos portais:

Jovens jornalistas que um dia sonharam em cavalgar o globo atrás de uma história estão em vez disso algemados a seus computadores, de onde tentam escavar um pensamento fresco ou serem os primeiros a reportar até mesmo o menor dos grãos de notícia – qualquer coisa que impressione os algoritmos do Google e atraia leitores na direção deles (NGUYEN, 2016, p.90 apud LELO, 2019, p.110).

O encolhimento das redações e a emergência das redes sociais não só como meio de divulgação, mas também de obtenção de informação criaram duas novas figuras jornalísticas, o repórter de *Twitter*, e o *arroba verificada*⁸⁸. Cabe ao primeiro monitorar os perfis de autoridades, personalidades e celebridades para produzir textos rápidos e de alta circulação para atender aos anseios da audiência. As *arrobas verificadas* são alçadas ao *status* de celebridade das redes, detentoras de um discurso que antes era construído sobre preceitos éticos de apuração consistente ou conhecimento legitimado, mas que muitas vezes caem na vala do achismo e da opinião⁸⁹. Há pelos menos dois tipos importantes: aqueles que trabalham em um veículo de imprensa, ganham notoriedade por esse trabalho - como colunistas e comentaristas de TV – e suas contas nas redes sociais passam a ser veículos de difusão desse trabalho, vinculadas muito mais aos empregadores do que ao empregado. Ou perfis com o caminho inverso: profissionais de áreas diversas, geralmente fora do jornalismo, que ganham relevância nas redes sociais e com isso ganham espaço remunerado nas mídias tradicionais. Em sua pesquisa sobre os jornalistas blogueiros, Nonato (2015, p.84) afirma que as redes sociais criam e difundem valores que são associados ao capital social, reputação, credibilidade

⁸⁸ Autoridades e artistas têm a autenticidade de suas contas em redes sociais verificadas para que perfis *fakes* não se apropriem de suas identidades. O mesmo acontece com muitos jornalistas, que numa junção de suas figuras de trabalhador e cidadão, dão às suas falas *status* de conteúdo jornalístico ou de “verdade”, numa perigosa falta de diferenciação entre fato e opinião. A legitimidade desses discursos não será alvo desta pesquisa, mas certamente é campo a ser explorado nas investigações nos campos da Comunicação e da Sociologia do Conhecimento.

⁸⁹ Ambas figuras carecem de análise acadêmica, justamente por serem fenômenos extremamente novos. Mas a observação empírica e a menção delas nas entrevistas exploratórias garantem relevância ao tema e merecerão investigação até a conclusão desta pesquisa.

e visibilidade (popularidade), que são fundamentais para acompanhar a lógica de trabalho do jornalista blogueiro. Em parte, a afirmação pode ser trazida para os perfis de jornalistas no *Twitter*. No entanto, o que se vê é que muitas vezes a rede social é usada como forma de elevar o capital social e não como meio de difusão de conteúdos de um agente que já dispõe dele. Além disso, a natureza imediatista das redes sociais, aliada à inexperiência de muitos dos que se aventuram por essa seara, fere recorrentemente os princípios éticos do fazer jornalístico. As redes sociais, portanto, retroalimentam o capital social de uns, enquanto precariza o fazer jornalístico de outros.

Para além dessas funções, que se enquadram entre o frustrante e o jocoso para os profissionais da área, surgem também novas funções, antes típicas da publicidade, como os *community manager*⁹⁰, *digital strategy*⁹¹, analista de métricas⁹², editor de *insights*⁹³, e o que mais o criativo vocabulário empresarial puder inventar⁹⁴.

A novidade em termos de produto dos meios de comunicação é o *podcast*. Espécie de programa de rádio, ele está disponível na internet, em variadas plataformas, para ser consumido pelo ouvinte a qualquer hora. Eles podem ser temáticos, contar uma história única, trazer debates ou simplesmente conversas sobre os mais diversos assuntos. Assim como os *blogs*, eles se popularizaram com produtores de conteúdo independentes, em nichos de temas, muitos, inclusive, produzidos por blogueiros (não jornalistas) já consolidados nas redes. Agora, estão sendo apropriados pelas empresas jornalísticas, que lançaram no último ano *podcasts* com os mais variados conteúdos, como resumos das principais notícias do dia, vinculados a editorias específicas ou de debates entre colunistas da casa. Neste sentido, a *Folha de S.Paulo* recentemente inovou mais uma vez: o principal *podcast* da casa, o *Café da Manhã*, passou a contar, em junho de 2019, com algumas gravações com plateia⁹⁵.

Outra dimensão do trabalho digital no jornalismo são as redações virtuais, identificadas por Figaro e Silva (2020) que verificaram em suas pesquisas formas de

⁹⁰ É o profissional responsável pela construção e gerenciamento da comunidade online de uma marca, neste caso, do veículo. O objetivo é manter um relacionamento com os seguidores do veículo nas redes sociais.

⁹¹ É o profissional responsável por criar e implantar a estratégia de posicionamento digital de uma marca. No caso dos veículos de comunicação, cabe a ele estabelecer quais os objetivos a serem alcançados em números de seguidores e engajamento nas redes sociais e criar novos produtos online.

⁹² É o profissional responsável por extrair e interpretar os dados extraídos das ferramentas de monitoramento de desempenho das ações online. Seus relatórios subsidiam as ações do digital strategy mas, nos veículos, também podem ser usadas na pauta das publicações.

⁹³ É responsável por monitorar, em tempo real, as redes sociais para compreender quais são os assuntos de interesse que possam se transformar em pautas a serem elaboradas pela redação.

⁹⁴ Essas funções são exercidas por profissionais jovens, que geralmente nem chegam a experimentar o fazer jornalístico tradicional, como a reportagem. Já iniciam suas carreiras nessas funções e naturalizam a nova relação, estranha aos mais velhos, entre comercial e editorial. O recorte dessa pesquisa é de profissionais mais velhas, mas se o tema surgir nas entrevistas que ainda ocorrerão ele será devidamente contemplado.

⁹⁵ Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/podcasts/2019/06/podcast-cafe-da-manha-tera-gravacao-com-plateia-saiba-como-participar.shtml>> Acesso em 10/09/2019

organização do trabalho do jornalista em circunstâncias diferentes das redações tradicionais. Para elas, analisar as mudanças nesses espaços é fundamental para compreender as transformações no mundo do trabalho do jornalista e os tensionamentos do próprio jornalismo no uso das plataformas digitais. Tal reconfiguração é observada especialmente na mídia independente⁹⁶, que inclui tanto coletivos de ativistas quanto blogs, sites e canais de *YouTube* que se financiam via colaboração de leitores, desvinculados dos grandes conglomerados ou de veículos que seguem as vias tradicionais de financiamento de suas atividades.

Ainda segundo Figaro e Silva (2020), sem a infraestrutura física oferecida pelas corporações de comunicação tradicionais, o espaço virtual de plataformas é utilizado como locais de organização de trabalho. Ainda assim, a precarização é independente do local onde o trabalho é exercido, ela é derivada do avanço das forças produtivas e da própria reestruturação do sistema capitalista. No jornalismo, ela se acentua no pelo peso que a informação tem na nova configuração do sistema:

Nos dois tipos de redações, temos a imposição de perfil de jornalista polivalente, multitarefa, engajado e sem limites, que excede a jornada de trabalho, ocupando também o tempo privado, na execução do trabalho digital e, portanto, na criação de valores de uso e de troca. Assim como nas empresas monopolizadas de mídia, as relações de trabalho são marcadas pela precarização estrutural do trabalho. É importante ressaltar que, através do olhar sobre o trabalho e as rotinas produtivas, esses processos de transformações que alteram as relações sociais são derivados do avanço das forças produtivas e da própria reestruturação do sistema capitalista. Essa recomposição é permanente e inerente para sustentação da cadeia de valor global do capital. Não é somente no jornalismo que esse fenômeno acontece. Contudo, pelo papel da comunicação como qualificadora e exponente da geração de valor e por sua função de servidora ativa do sistema dominante, podemos verificar nas relações de trabalho do jornalismo como a antessala das mudanças de determinadas relações sociais (FIGARO E SILVA, 2020, p.109)

A inovação é sempre bem-vinda, qualquer segmento da sociedade deve estar em constante movimento. O problema aqui é que, assim como nas inovações tecnológicas anteriores, é o mesmo profissional que arca com mais uma função. Ou seja: um só jornalista cria pauta, apura, escreve, edita, fotografa, filma, participa de um vídeo para o *YouTube*, faz um *stories* para o *Instagram*, posta conteúdo nas redes sociais do veículo em que trabalha, cuida de suas próprias redes sociais, grava um *podcast* e é demandando constantemente por novas ideias, novas soluções que tragam audiência. Terranova (2013), como lembra

⁹⁶ Não será objeto de análise dessa pesquisa as relações de trabalho na mídia independente. Reconhecemos a relevância desses veículos e coletivos, mas há incoerências relevantes quando os observamos à luz do jornalismo como atividade profissional. Isso porque é recorrente a atividade voluntária ou remunerada com valores muito abaixo daqueles praticados pela imprensa tradicional ou determinados pelos sindicatos da categoria. Há, ainda, a falta de fronteira entre o jornalismo praticado como atividade profissional, exercido de acordo com o *ethos* da profissão e ativismo.

Grohmann, cunhou o termo *escravos da rede* (*netslaves*) para compreender a exploração do trabalho digital atualmente. Segundo Grohmann,

Os escravos da rede não são somente uma forma típica de trabalho na internet, mas deve-se considerar a relação complexa com o trabalho nas sociedades capitalistas tardias. Nas empresas mais conhecidas e valorizadas, o trabalho é visto como uma breve experiência e que, nem sempre, se parece com trabalho. É preciso, então, uma reação contra a glamourização do trabalho digital, cuja formação discursiva silencia a degradação e a precarização do trabalho, além do aumento implacável dos ritmos de trabalho. (GROHMANN, 2013, p.105),

Portanto, a tecnologia melhora e agiliza os processos que caracterizam a imprensa como empresa capitalista, mas piora as condições de trabalho. Surgem novos espaços de atuação, mas em detrimento das funções tradicionais que amparam um fazer jornalístico capaz de pelo menos tentar responder às demandas de sua função social. Nas redações é piada comum a comparação entre jornalistas e médicos, mas a analogia passou a extravasar a obrigatoriedade dos plantões. Assim como um médico, o jornalista não deixa de ser jornalista em seu tempo livre. Com as redes sociais e notificações no celular, a notícia, literalmente, nunca para. Pelo *WhatsApp*, ele é solicitado por chefes, colegas, fontes ou assessores de imprensa 24 horas por dia. O tempo de não trabalho, já escasso pelas longas jornadas, inexistente. O jornalista do século XXI não descansa.

O quadro abaixo tem o objetivo de sistematizar o que foi exposto até aqui. Sua construção tem como ponto de partida a exposição de Nonato (2010, p.110) e foi atualizado com base em trabalhos teóricos mais recentes e na observação direta da pesquisadora nas redações em que atuou.

Quadro 3: Como era e como ficou o trabalho nas redações dos anos 1990 a 2020

	Até os anos 1990	De 2000 a 2010	De 2010 a 2020
Perfil	O “repórter” era marcado por características pessoais: indivíduo curioso, idealista, que escrevia bem, geralmente sem formação específica, por isso não necessariamente de camadas mais privilegiadas.	O jornalismo se institucionaliza, e o “jornalista” tem formação superior, geralmente em jornalismo, portanto vindos de camadas mais privilegiadas.	Os profissionais da imprensa seguem sendo preparado por cursos de jornalismo. A elitização da profissão se acentua, já que o salário não cobre mais a sobrevivência básica, ao mesmo tempo em que a competição por uma vaga em redação aumenta.
Ideologia	Os jornalistas eram politizados, preocupados com o seu papel na sociedade. Tinham uma visão romântica da profissão.	A concorrência fez com que tivessem uma postura menos politizada diante dos fatos e da notícia.	Nos grandes veículos, a identidade como empregado de um grupo de mídia se sobrepõe à de jornalista e o olhar crítico enfraquece.

Formação	As faculdades de jornalismo surgiram na década de 1960. A obrigatoriedade do diploma para exercer a profissão de jornalista foi promulgada em 1969. Até então, os jovens aprendiam com os jornalistas mais velhos, no dia a dia das redações.	Existem muitas faculdades, mas os recém-formados saem sem preparo. Os órgãos de imprensa criaram seus próprios cursos, um treinamento para uso do manual de redação. A obrigatoriedade de ter o diploma de jornalista para exercer a profissão foi extinta em 2009.	Os ingressantes na carreira são superqualificados, falam mais de uma língua e muitas vezes já fizeram estudos fora do país. No entanto, não têm experiência. Os veteranos se esforçam e acompanham os avanços tecnológicos e deficiências em sua formação inicial. Os em melhor lugar na hierarquia das empresas negociam sabáticos, outros abrem mão do emprego em busca de qualificação no exterior, por exemplo.
Empresa/capital	Os grandes jornais eram de propriedade familiar e administrados pelo dono. Era ele quem dava a palavra final na contratação e demissão de jornalistas.	A voz do dono do jornal é mais democratizada, mas existem as exigências do mercado e da publicidade.	A ascensão do digital e os processos de financeirização da imprensa trazem a audiência para o centro da produção jornalística. As empresas buscam diversificar produtos contando com profissionais cada vez mais multitarefas.
Emprego	O trabalho era visto como um “bico”. O salário de jornalista era baixo e precisava ser complementado com outro emprego, geralmente público. Alguns profissionais se dividiam em dois e até três empregos ao mesmo tempo. A partir daqui há a profissionalização da categoria e os jornalistas passaram a ser exclusivos das empresas, contratados e com bons salários.	As relações de trabalho mudaram completamente com a proliferação dos <i>PJs</i> e <i>freelancers</i> .	Apenas os grandes conglomerados nacionais ainda formalizam seus jornalistas, mas nunca todos. Importantes veículos internacionais chegam ao Brasil e se instalam como empresas de tecnologia, mantendo apenas contratos <i>PJs</i> . Com a queda da remuneração, a maioria se estabelece como MEI (Microempreendedor Individual).
Trabalho	Diagramadores, revisores, secretários de redação, laboratoristas e <i>past-ups</i> eram necessários na redação.	Todos esses cargos foram extintos e o jornalista multitarefa passa a trabalhar mais.	Novas funções surgem com as redes sociais, sobrecarregando ainda mais os profissionais da imprensa.
Tempo	O jornalista dispunha de tempo para trabalhar em reportagens (uma de cada vez) e realizar pesquisas. Apenas fazia a entrevista, escrevia o texto e entregava para o editor.	A tecnologia representou um salto em termos de rapidez na execução das tarefas. Os jornalistas têm que obedecer a horários rígidos, pois há contratos para agilizar a distribuição de jornais.	Com as redes sociais a notícia nunca para. Pelo WhatsApp, ele é solicitado por chefes, colegas, fontes ou assessores de imprensa 24 horas por dia. O tempo de não trabalho inexistente.

Salário	O jornalista ganhava, em média, um salário mínimo.	Aqueles que conseguem ser contratados chegam a ganhar salários razoáveis. Os autônomos ganham por projetos, trabalhos ou textos. Os jornalistas de televisão tornaram-se celebridades com status e salário compatíveis. Em geral, ascenderam socialmente em relação à família de origem.	É comum que jornalistas, mesmo experientes, ganhem menos que o piso da categoria e em contratos precários. Os jornalistas-celebridades agora estão também na internet, mas muitas vezes sem ser remunerados para isso. É comum que jornalistas de até 30 anos tenham regredido socialmente em relação aos pais ou ainda dependam deles.
Tecnologia	Durante quase um século, o modo de produzir jornal mudou, mas pouco se comparado aos últimos anos.	Os jornalistas precisaram se adaptar às demandas da nova tecnologia, aprendendo a produzir informação para diversas mídias.	A adaptação é constante. um só jornalista cria pauta, apura, escreve, edita, fotografa, filma, participa de um vídeo para o <i>YouTube</i> , faz um <i>stories</i> para o Instagram, posta conteúdo nas redes sociais do veículo em que trabalha, cuida de suas próprias redes sociais, grava um <i>podcast</i> e é demandando constantemente por novas ideias, novas soluções que tragam audiência.
Perfil	Redações dominadas por homens. Os mais jovens aprendendo a profissão com os mais velhos	Mulheres ocupam 51,5% das vagas em redações, mas os homens dominam nos cargos de chefia. maioria dos jornalistas têm até 40 anos.	Mulheres seguem como maioria, mas conforme ficam mais velhas são excluídas pouco a pouco das redações. A superqualificação e domínio das ferramentas tecnológicas se sobrepõem à experiência.
Informação	O jornalista ia atrás da notícia, na rua, com bloquinho em mãos.	A notícia vai até o jornalista, através das assessorias de imprensa. A notícia é pasteurizada, pois todos leem os mesmos jornais e entrevistam as mesmas fontes.	As redes sociais e o interesse da audiência passam a pautar o conteúdo jornalístico.

Fonte: Nonato (2010, p.110) e observação direta/Elaboração própria

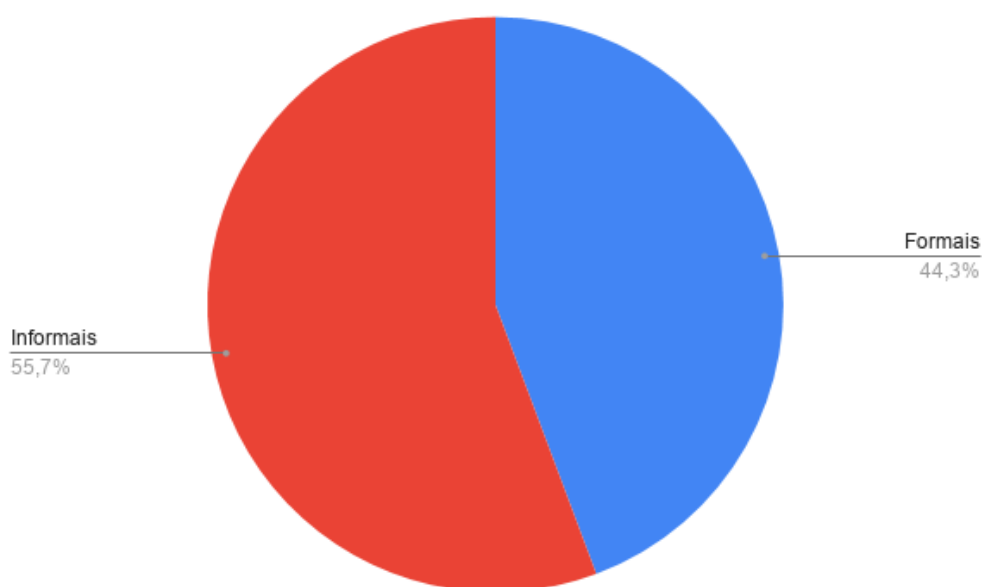
Observando a linha do tempo exposta no Quadro 3 fica evidente que após a profissionalização do jornalismo na década de 1990 há uma rápida deterioração da qualidade do emprego nas redações. A chegada das mulheres no jornalismo, iniciada nos anos 1980, se torna expressiva no final dos 1990 e, já em 2000 elas passam a ser maioria nas redações. Ou seja: o processo de entrada das mulheres no jornalismo, em massa, coincide com o processo de precarização. Logo, todas as dimensões da precarização, tais como falta de vínculos formais, extensas jornadas de trabalho, a intensificação da atividade, pesam especialmente sobre as mulheres, como será detalhado a partir de agora, em números, e analisado a partir das entrevistas na segunda parte desta dissertação.

2.5. Quantas são as mulheres jornalistas?

Por ser hoje fortemente marcada pela informalidade, é difícil e pouco preciso dimensionar a categoria profissional dos jornalistas. Mas reunindo números de bases de dados e de algumas das principais pesquisas realizadas sobre o tema nos últimos anos, o objetivo nesta seção é demonstrar quantitativamente o lugar das mulheres na categoria dos jornalistas e avaliar o pressuposto primordial desta investigação: embora as mulheres sejam maioria na categoria, elas são expulsas mais cedo do mercado de trabalho, chegam menos longe na carreira e ganham menos que os homens.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sistematizados pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), havia no país 114.409 profissionais jornalistas⁹⁷ em 2017⁹⁸. No estado de São Paulo eram 33.191, ou 29% do total. O número de empregados com carteira assinada no setor é menor que o de informais tanto no país quanto em São Paulo. No Brasil, eram 50.650 empregados com carteira assinada (44%) no jornalismo, enquanto outras posições somavam 63.759 profissionais (56%). No estado de São Paulo, essa relação era de 12.207 empregados com carteira (37%) e 20.984 (63%) em outras posições na ocupação.

Gráfico 1: Proporção de trabalhadores formais e informais no jornalismo brasileiro em 2017

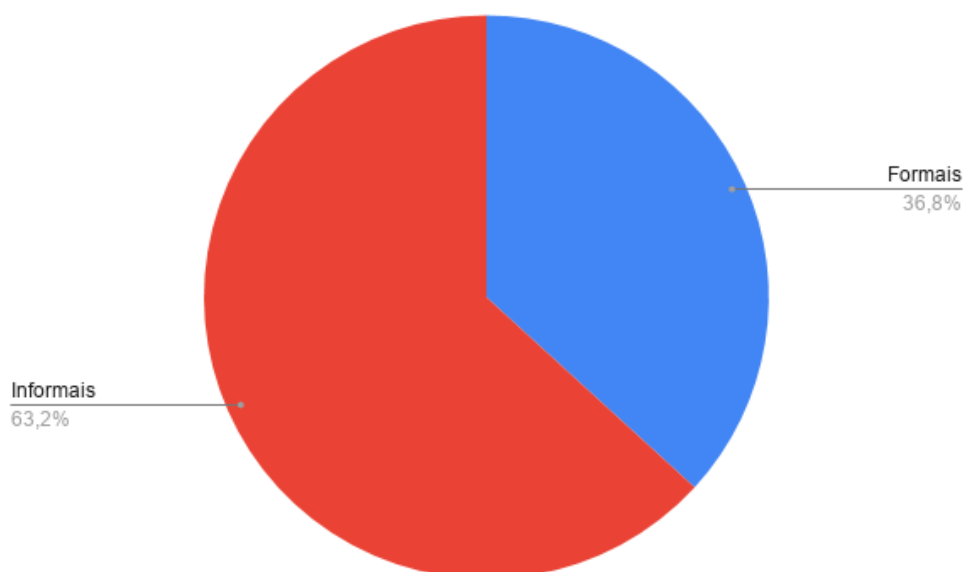


Fonte: IBGE/Dieese/Elaboração própria

⁹⁷ Foram selecionados os profissionais com Classificação de Ocupações Domiciliar de "jornalista".

⁹⁸ Dados obtidos para esta pesquisa após consulta ao Sindicato dos Jornalistas de São Paulo. Os números de 2018 ainda não estão disponíveis.

Gráfico 2: Proporção de trabalhadores formais e informais no jornalismo de São Paulo em 2017



Fonte: IBGE/Diecse/Elaboração própria

Este primeiro dado é fundamental para expor, mesmo que de forma estimada, a dimensão da informalidade na categoria. O dado mostra, ainda, que São Paulo, principal empregador no jornalismo, é também o local que apresenta maior precariedade. Ou seja, a precariedade está ligada a setores mais avançados e não mais atrasados poderia supor o senso comum. No entanto, o dado do gráfico acima inclui todos os jornalistas profissionais, inclusive os que atuam nos setores chamados de *extrarredação* e não são objeto desta pesquisa.

O Dieese compilou, também, dados sobre o mercado de trabalho dos jornalistas com base na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do governo federal, que capta os trabalhadores do mercado formal e possibilita a desagregação de informações como remuneração média e gênero. De acordo com esses números, em 2018 havia um contingente de 13.604 profissionais do jornalismo no estado de São Paulo, o menor nível registrado desde 2007. Os jornalistas de São Paulo perderam 3.368 empregos com registro em carteira de 2013 a 2018, uma redução de quase 20% no mercado formal de trabalho da categoria em seis anos. Com isso, o total de empregos voltou ao patamar de dez anos antes. Considerando-se que a categoria no Estado é estimada em 42 mil profissionais, cerca de 8% ficaram desempregados nesse período, e apenas um terço dos jornalistas mantêm empregos com registro em carteira no setor.

O segmento mais atingido foram as empresas de jornais e revistas, área na qual o emprego formal diminuiu de forma consistente desde 2010 (quando havia 3.507 jornalistas empregados), e

que, de 2013 a 2018, perdeu 2.174 vagas formais. A redução acelerou-se nos dois últimos anos e deu um salto em agosto de 2018, quando a editora Abril, de uma só vez, demitiu cerca de 150 jornalistas. O setor de rádio e televisão manteve estável o seu nível de emprego nos últimos anos e responde por quase um quarto dos jornalistas contratados no Estado, contra apenas 8,6% que estão hoje na mídia impressa. O fato de a internet aparecer com apenas 3,5% dos empregos sugere uma forte informalidade ou subnotificação do registro jornalístico no setor.

A redução do emprego formal no setor de jornalismo é acompanhada por um corte similar na massa salarial total da categoria, mas ainda mais agudo, porque, além de reduzir as redações, as empresas também demitem profissionais com salários mais altos e os substituem por outros com remuneração menor. Na análise do Dieese, as campanhas salariais têm conseguido corrigir os salários pelos índices de inflação, mas com a rotatividade no emprego, os salários caem. No segmento de jornais e revistas, entre janeiro de 2018 e julho de 2019, o salário médio dos 688 demitidos era de R\$ 6.268,00, e o dos 437 contratados, de R\$ 4.696,00. Além do corte de vagas, o salário médio de contratação era 25% menor.

Como dito anteriormente, as mulheres predominam na categoria, somando 51,8% do total. No entanto, em 2018 a remuneração média delas era de R\$ 6.116,70, enquanto a dos profissionais do sexo masculino era de R\$ 7.287,80, 16,1% maior. As diferenças ficam ainda mais evidentes se forem consideradas as ocupações, como aponta o quadro abaixo. Nas de maior prestígio, a diferença é ainda maior. No cargo de diretor de redação, a remuneração para mulheres é 31% menor que a dos homens.

Quadro 4: Diferença salarial entre homens e mulheres, por cargo, em 2018

Ocupação	Masculino		Feminino	
	profissionais	salário médio	profissionais	salário médio
assessor de imprensa	605	5.278,10	850	4.904,60
diretor de redação	162	20.347,50	86	14.064,50
editor	1761	7.585,40	1352	7.791,80
editor em mídia eletrônica	172	4.939,30	185	4.617,00
revisor de texto	466	3.451,50	1142	3.674,50
repórter de rádio e TV	277	7.789,70	300	7.023,40

Fonte: Dieese e Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo/Elaboração própria

Além disso, as mulheres foram mais penalizadas na redução do mercado de trabalho desde 2013. Elas perderam 2.029 empregos (redução de 22,4%), enquanto, para os homens, a

perda foi de 1.339 empregos (redução de 17%). Os setores em que as mulheres atuam majoritariamente são os de revisão (71% do total), produção de texto (61,9%), edição de jornal (61,1%) e assessoria de imprensa (58,4%).

Ainda que o Dieese tenha consolidado esses dados, o próprio órgão pede atenção para um ponto facilmente verificável em qualquer redação, fazendo a seguinte ressalva em comunicado ao Sindicato dos Jornalistas de São Paulo e obtido para esta pesquisa:

Sabe-se que um dos dilemas para a captação das informações do mercado de trabalho dessa área profissional reside no fato de que pessoas com formação em jornalismo podem estar atuando em outras ocupações, que não as profissões típicas de um jornalista. E ainda, alguns profissionais que não são formados em jornalismo podem estar ocupando esses cargos. Em relação ao tipo de ocupação, existem muitas modalidades de contratação sem carteira assinada (freelas, bicos, consultorias, *PJs*, e outros).

O Dieese faz ainda outra ressalva: mensurar o número de jornalistas informais é complexo, pela própria dinâmica do setor.

Os dados expostos até aqui apontam para uma hipótese preliminar que é alvo de investigação nesta pesquisa: as mulheres não alcançam os altos cargos de chefia e, por isso, ganham menos? A diferença salarial é a mesma verificada em outras profissões e tem o machismo estrutural como explicação essencial?

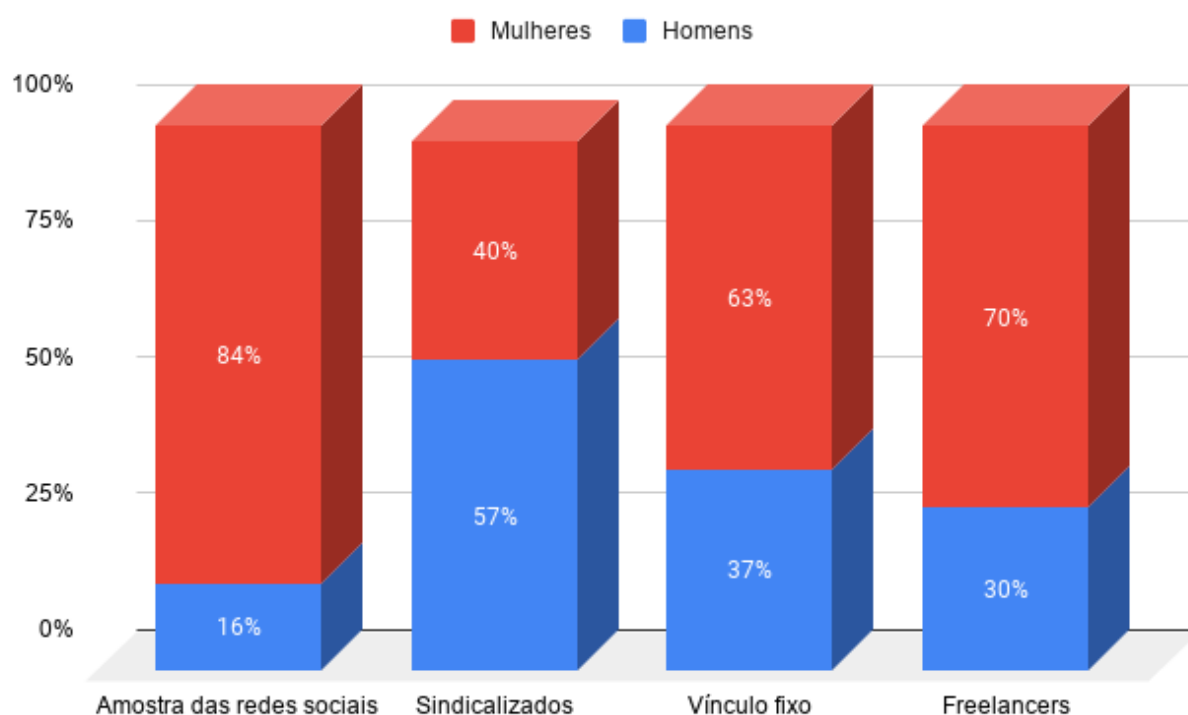
Os estudos de Nonato (2010) provam que as mulheres, embora maioria, são expulsas precocemente do mercado de trabalho e sofrem com a precarização já a partir dos 30 anos. Sua pesquisa considerou quatro amostras distintas. A amostra *A*, que inclui jornalistas com diferentes vínculos empregatícios e coletados via redes sociais; amostra *B*, de associados ao Sindicato dos Jornalistas de São Paulo; amostra *C*, de profissionais de uma empresa de comunicação com vínculo fixo; e amostra *D*, de jornalistas *freelancers*. Os resultados obtidos indicam que enquanto as mulheres são maioria no mercado, são minoria em cargos fixos e estáveis, estando, portanto, concentradas em vagas precárias ou sem vínculo.

Detalhadamente, os dados apurados apontam que os jornalistas sócios do Sindicato dos Jornalistas são homens mais velhos e, nesse sentido, a renovação da participação da categoria profissional mostra-se reduzida, enfraquecendo a representatividade e a busca de direitos. Estes homens estão em postos de trabalho mais estáveis, sobretudo nos veículos impressos e nas assessorias de imprensa. Por outro lado, a amostra de jornalistas de empresas editoriais revela que 44% de seus trabalhadores têm de 18 a 34 anos e 63% são mulheres. Já nas amostras *A* e *C* - contatos via redes sociais e *freelancers* - 70% são mulheres e 57% têm até 30 anos. Segundo os últimos dados do Dieese, os impasses da profissão se traduzem em um bloqueio ao

desenvolvimento das carreiras de jornalista nas empresas de comunicação. Apenas um terço dos profissionais têm mais de 40 anos. Os números expressam a difícil realidade das redações atuais, que captam jornalistas jovens com salários modestos, e que, com o passar dos anos – em sua grande maioria – não encontram meios de ascensão profissional.

Se os dados mostram que, com a experiência, o salário sobe - como é natural que ocorra -, também demonstram que há um funil, no qual só a minoria dos profissionais experientes se mantém empregada. Essa realidade é corroborada pelo gráfico seguinte, no qual se verifica que apenas 36% dos profissionais têm mais de cinco anos de empresa. Jovens jornalistas, após anos de trabalho com pouca evolução salarial e de carreira, optam com frequência por outros ramos de atividade, sendo substituídos por profissionais pouco experientes. Trata-se de um dos aspectos que fragiliza o jornalismo no cenário atual.

Gráfico 3⁹⁹: Proporção de homens e mulheres por tipo de vínculo trabalhista na cidade de São Paulo em 2010



Fonte: Nonato, 2010/Elaboração própria

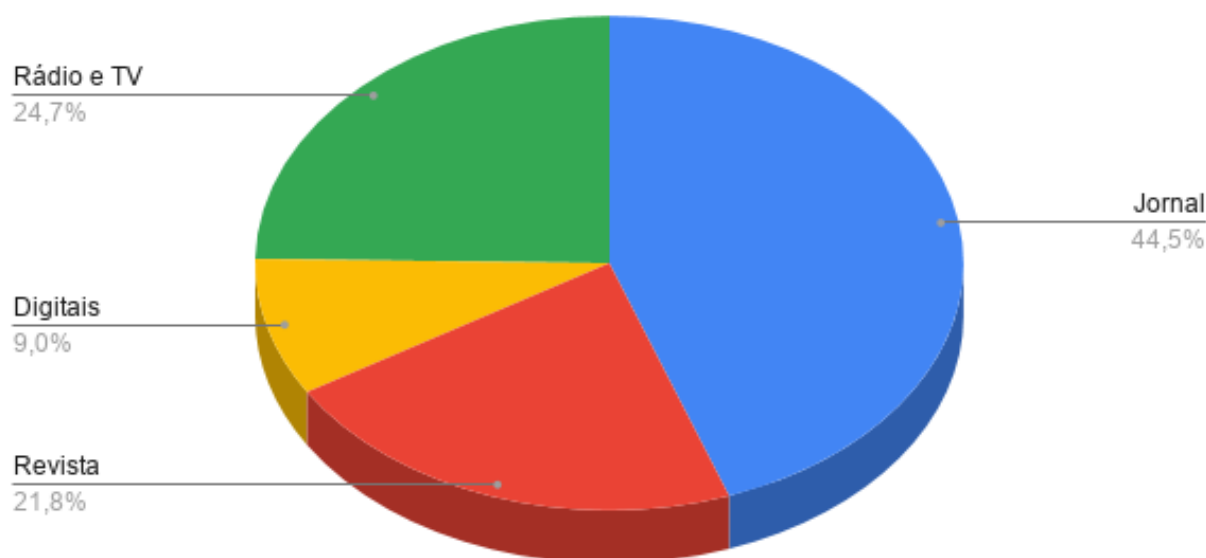
O projeto *A conta dos passaralhos*, desenvolvido pelo Volt Data Lab, também contabilizou as demissões nas redações. Entre 2012 e agosto de 2018, as empresas de mídia

⁹⁹ No grupo “Sindicalizados”, 3% dos entrevistados não responderam a questão sobre sexo.

demitiram 7.817, sendo 2.327 jornalistas¹⁰⁰. Não é um número nominalmente expressivo considerando o desemprego no país, que cresceu fortemente a partir de 2015, mas é dado relevante se considerado o número total de jornalistas no país, a concentração de mercado do setor de mídia e o acúmulo dessas demissões ao longo do tempo. Além disso, importante novo reforço de que esses dados consideram apenas o corte de postos de trabalho formais, portanto não refletem a realidade de um mercado marcado pela informalidade.

O perfil das demissões aponta a dificuldade dos veículos impressos, uma vez que é nessas mídias que se concentra a maior taxa de dispensas. No entanto, o jornalismo digital não só é incapaz de absorver essa mão de obra, desmontando a ideia de que se trata apenas de uma mudança de perfil proveniente da alteração tecnológica, como as redações de veículos online também efetuaram cortes expressivos.

Gráfico 4: Demissões de jornalistas por tipo de mídia entre 2012 e 2018*



Fonte: Volt Data Lab/Elaboração própria

*dados até agosto

A pesquisa *Perfil do Jornalista Brasileiro*, coordenada por Jacques Mick, em convênio com a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), ouviu 2.731 jornalistas brasileiros em 2012.

¹⁰⁰ Dados no projeto **A conta dos passaralhos**, desenvolvido pelo Volt Data Lab e disponível em <http://passaralhos.voltdata.info/> Acesso em 28/08/2019.

Embora o cenário já tenha se alterado bastante nos últimos sete anos, o estudo ainda é referência por ter uma amostragem numericamente bastante expressiva, a maior no conjunto de pesquisas semelhantes que haviam sido realizadas até então em 31 países. Do total de entrevistados, 54,5% trabalhavam na mídia, ou seja, envolvidos diretamente com a produção de notícias em veículos como jornais, revistas, telejornais, rádios ou mídias digitais, e 40% destes viviam em São Paulo, onde se concentram as sedes dos principais conglomerados de mídia, à exceção da *TV Globo*¹⁰¹. Dentre os profissionais que atuam na mídia em todo o país, 59,8% tinham carteira assinada, percentual expressivamente maior que o verificado nos dados mais recentes como já exposto no início desta seção. Ainda assim, à época da pesquisa, ao somar o número de *freelancers* (11,9%), com os que têm contratos de prestação de serviço (8,1%) e os *PJs* (6,8%), 26,8% de todos os trabalhadores da mídia tinham vínculos precários. O percentual de *freelancers* na mídia é o dobro do verificado nas ocupações *extrarredação*. Além disso, 3,8% se declaram empresários e 6,5% atuam em mídias do setor público.

De acordo com o *Perfil*, os jornalistas brasileiros são uma categoria profissional predominantemente feminina, jovem e branca. Do total dos entrevistados, 59% tinham até 30 anos e 21,9% entre 31 e 40 anos. O perfil jovem dos jornalistas se reflete nos arranjos familiares, com 60,5% declarando-se solteiros. Considerando a amostra da pesquisa, 63,7% dos jornalistas eram mulheres, mas na faixa de até 30 anos elas somavam 69% da categoria. A distribuição dos jornalistas por cor/raça é significativamente diferente das características da população. Declaram-se brancos 72,2% contra 18,4% de pardos, 5,3% de pretos, 1,5% de amarelos e 0,7% de indígenas.

Os números acima expõem eixos importantes que serão discutidos de forma mais profunda na *Parte 2* desta dissertação. O fato de as mulheres serem maioria na profissão é o tema principal e passa por todas as discussões aqui lançadas, assim como o dado de que a maioria é jovem, o que comprova a ideia de que as mulheres são expulsas precocemente da profissão. Haver uma maioria branca é traço inequívoco da elitização da profissão, algo que será também discutido adiante, especialmente no item 3.2. *Origem social e elitização da profissão jornalista*. Como lembra Flávia Lima - jornalista negra e *ombudsman* da *Folha de S. Paulo* – em artigo na edição de julho de 2020 da revista *Piauí*¹⁰², os colegas negros nas redações em que atuou nos últimos 20 anos não preencheriam os dedos das mãos. Ainda

¹⁰¹ Embora a sede formal do *Grupo Globo* seja no Rio de Janeiro, com toda a área de entretenimento da televisão produzida lá, assim como os telejornais de alcance nacional e o jornal *O Globo*, o portal *GI*, intensivo em contratação de jornalistas, tem sede em São Paulo. Além disso, dada a relevância da cidade, a redação local emprega mais jornalistas do que as demais regionais. A *Editora Globo* também tem sede em São Paulo, além do jornal *Valor Econômico* (impresso, online e *Valor Pro*), também do *Grupo Globo*.

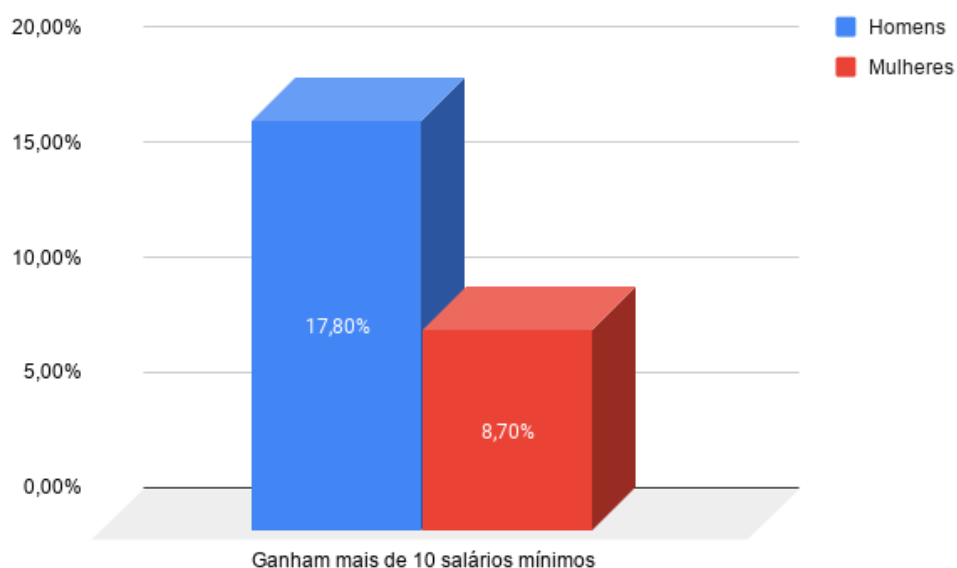
¹⁰² Disponível em <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/racismo-e-a-imprensa-brasileira/>> Acesso em 09/08/2020.

segundo o texto de Lima, em 2018, entre os entrevistados que deram informações sobre sua cor, os pretos e pardos eram apenas 13,5% dos jornalistas em postos formais no estado de São Paulo, segundo o Dieese. Seus rendimentos eram, em média, 30,4% menores do que os salários pagos aos brancos. Já em 2019, o Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (Gema) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) levantou a composição racial dos colunistas dos três jornais de maior circulação no Brasil – *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* – e descobriu que os homens brancos eram 68% e as mulheres brancas chegavam a 28%. Os homens negros não passavam de 2%, mesmo percentual das mulheres negras, dados que comprovam a dificuldade de mulheres e negros acenderem a cargos de prestígio. “O descompasso com o perfil geral da população brasileira é brutal”, afirma Lima, uma vez que pretos e pardos formam 56,4% da população brasileira.

Quanto à renda, entre os jornalistas que responderam à pesquisa em 2012, 61% ganhavam até cinco salários mínimos, que era de R\$ 622,00 em 2012. A elite salarial contava com 12,1% dos jornalistas consultados, que recebiam entre dez e 20 salários mínimos. O *Perfil dos Jornalistas* já apontava que fatores etários e de gênero afetam a distribuição da renda, como corroboram os dados mais atuais já expostos aqui.

Recebiam até cinco salários mínimos 95,7% dos jornalistas com até 22 anos e 74,7% daqueles com entre 23 e 30 anos. No topo da pirâmide de renda, ganhavam mais de 10 salários mínimos 38,1% dos jornalistas com 51 a 64 anos e 31,2% dos que tinham entre 41 e 60 anos, ambos segmentos majoritariamente masculinos. As mulheres eram um percentual maior que os homens em todas as faixas de renda de até cinco salários mínimos e os homens a maioria em todas as faixas superiores a isso. Apenas 31,9% das mulheres ganhavam mais de cinco salários mínimos. O percentual de homens em funções com maior renda era duas vezes maior: 17,8% deles tinham renda superior a dez mínimos e só 8,7% delas. Na categoria, eram homens 51,8% dos que ganhavam entre dez e 20 mínimos e 64,4% dos que recebiam mais de 20 mínimos, embora os homens representassem, naquela pesquisa, 36,3% dos jornalistas brasileiros.

Gráfico 5: Percentual de jornalistas que ganham mais de 10 salários mínimos em relação ao total por sexo em 2012



Fonte: Perfil do Jornalista Brasileiro/Elaboração própria

Como já concluía a pesquisa *Perfil dos Jornalistas*, os números apontam claramente a longevidade das hierarquias e postos de comando. A transformação da categoria, com o ingresso massivo de jovens mulheres, não produziu quaisquer alterações nas posições de mando (MICK, 2013, p.48). A observação das redações nos anos que se seguiram a esta pesquisa e os dados de demissões em veículos de comunicação corroboram a relevância de se investigar as razões que geram a saída precoce das mulheres das empresas de comunicação e como operam as redes que não só asseguram a permanência dos homens, como os conduzem a postos de chefia bem menos acessíveis às mulheres.

PARTE 2 - CÉREBRO, CORAÇÃO E ÚTERO: AS MULHERES JORNALISTAS POR ELAS MESMAS

É que eu sou velha para redação. Com 34 anos eu ouvi de um editor do G1 que eu era velha para trabalhar em redação. Hoje eu estou com 38. É uma realidade, cruel, mas é (Carla, 38 anos, freelancer, sem filhos).

A demissão, chega num ponto que você sabe que um dia vem [...]. Quando vem o facão é abaixar a cabeça para ele não te pegar [...]. Porque vai cortando, é uma loteria. Não é você especificamente. Eu não sei, eu falo que eu fui muito abençoada (Sônia, 57, anos, contratada na imprensa, com filhos).

Meu marido é meu anjo da guarda, ele é um cara com quem eu divido muito e ele assumiu tudo, inclusive essa parte afetiva. De vez em quando eu vejo que alguns casais fazem arranjos, um cuida da grana e outro da educação, tem casais que tanto os homens cuidam da educação e as mulheres da grana, ou vice-versa. Mas o meu marido ele abraçou tudo, e foi um grande desgaste (Júlia, 49 anos, freelancer, com filhos).

Tive muito apoio em casa, do meu marido, para esse processo. E embora ele tenha sido muito compreensivo, foi uma coisa estranha porque a minha carreira no jornalismo foi mudando. Ela teve uma queda em termos de salário, de prestígio e a dele foi uma coisa ascendente. Então o ano passado, especialmente, fizemos um acordo para eu me dedicar ao um novo projeto. Eu não estava parada, mas foi um momento sofrido. "Meu Deus, pela primeira vez eu não tenho salário meu" (Raquel, 42 anos, contratada por projeto, com filhos).

Agora eu me apresento como empresária. É engraçado porque todo mundo fala: "mas você é jornalista", minha família, meus amigos. No dia do jornalista esse ano minha mãe veio me dar parabéns e eu falei "Mãe, mas eu não sou mais jornalista". Mas no fundo você é, né? (Silvana, 47 anos, empresária, com filhos)

Durante o golpe eu não tive dúvida, acabou o jornalismo imparcial. A imprensa fez um papelão, começou a ficar vergonhoso. Por isso que faz um ano que eu não me apresento como jornalista, dá até vergonha. Eu estou envergonhada, mas eu acho que agora ficou claro qual que é o jogo. Essa profissão nunca existiu da maneira que eu imaginei. Não me apresento mais como jornalista. Agora estou como professora de yoga (Cristiane, 40 anos, professora de yoga, com filhos).

De chefe eu virei chefiada, num piscar de olhos, por uma pessoa extremamente mais nova do que eu. E eu não fui comunicada. Foi uma coisa bem desrespeitosa. Eu fui informada em um e-mail, passado para a redação inteira. Mas eu precisei ter muito sangue frio porque eu não podia levantar e pedir a demissão, eu precisava do plano de saúde (Mônica, 58 anos, aposentada, sem filhos).

Para tomar a decisão de seguir na carreira de redação a mulher tem que fazer uma escolha que o homem não tem que fazer. O homem consegue ter filho e continuar trabalhando no mesmo ritmo. A mulher também consegue, mas ela sofre uma pressão absurda, tanto interna, quanto externa. E para mim chegou num ponto que eu entendi que eu tinha que tomar uma decisão. Imagino que isso está na trajetória de muitas mulheres, que têm que decidir qual vai ser a prioridade nas suas vidas, uma questão que provavelmente é menos intensa na vida dos caras. Até porque isso é menos esperado deles (Thelma, 38 anos, PJ em empresa de conteúdo, com filhos).

As citações acima foram extraídas de algumas das entrevistas realizadas com mulheres jornalistas para esta pesquisa e demarcam os eixos centrais que serão abordados na análise do

material da pesquisa de campo, objetivo desta segunda parte da dissertação: hierarquias nas redações; maternidade; apoio familiar; limites de idade impostos para o exercício profissional nas redações; migração para postos *extra redação*; alternativas profissionais e de renda na saída do jornalismo; e identidade.

As entrevistas partem da introdução do tema geral da pesquisa dada pela e os eixos de análise destas falas foram determinados pelo diálogo entre a teoria, trabalhada na *Parte 1* desta dissertação, e os discursos, que serão explorados a partir de agora, na *Parte 2*. Os processos históricos descritos na *Parte 1* pautaram as entrevistas, conduzidas em discurso livre, mas com base em um roteiro, como será explicado adiante no item *Escolhas Metodológicas*. Foram considerados, também, assuntos que nasceram espontaneamente nas falas das próprias entrevistadas e da relevância que cada uma delas dá a cada um deles em sua própria trajetória. O tempo todo trata-se das percepções delas sobre cada um dos temas. A sensibilidade dos temas, inclusive, fica evidente no desejo das entrevistadas em não serem identificadas. Todas se mostraram bem mais à vontade para falar, especialmente sobre hierarquia e preconceito nas redações, após terem o anonimato garantido. Por isso elas serão mencionadas por meio de pseudônimos. Também serão usadas estratégias de texto que não relacionem características das entrevistadas e entrevistados com seus empregadores ou com veículos citados. Veículos, assim como nomes de chefes e colegas foram omitidos em depoimentos sempre que se isso se mostrou necessário para preservar as identidades das entrevistadas e entrevistados. Isso porque, em um mercado restrito como o das redações paulistanas, o cruzamento entre veículos, idade, editorias e coberturas jornalísticas citados permitiria facilmente a identificação das entrevistadas.

Sempre estará em foco características particulares da profissão, como a intensa dedicação, fruto não só da intensificação dos processos produtivos, mas também por um nível profundo de envolvimento das profissionais com o fazer jornalístico. A dimensão de gênero e suas manifestações mais óbvias, como maternidade e hierarquias profissionais, permeia toda a análise, mesmo quando este não for o tema central da fala ou seção, assim como aspectos da identidade dessas mulheres, tanto na dimensão profissional quanto pessoal.

Para uma melhor exposição dos achados da pesquisa de campo, esta segunda parte da dissertação será estruturada em dois capítulos. No *Capítulo III - Estrutura social e hierarquias: a escalada da precariedade*, o objetivo é mostrar que a hierarquia não existe apenas no organograma das empresas de comunicação, na forma de postos de trabalho mais ou menos valorizados, mas subsiste também em uma escala de valor subentendida entre veículos, editorias e atividades intra e extrarredação, que são mais ou menos almejados pelos

profissionais da área ainda desde seu período de formação. Para compreender onde chegam as mulheres jornalistas, e como chegam, é importante investigar de onde elas vieram. Para isso, este capítulo analisa também as origens socioeconômicas das entrevistadas e os desafios e facilidades que tiveram. Depois, a ideia é mostrar o aumento da precariedade da profissão, com seu concomitante desprestígio ao longo das últimas três décadas, cenário que afeta de formas diferentes mulheres de diferentes idades ao longo de suas vidas laborais, que acabam por registrar períodos de estabilidade mais breves quanto mais jovens são, o que indica um processo crescente de precarização. Tal fenômeno será chamado de *escalada da precariedade*, uma vez que é possível estabelecer uma relação entre a deterioração das condições de trabalho - em termos de renda, prestígio e intensificação da atividade - e o aprofundamento da chamada *crise da imprensa*. O capítulo se encerra mostrando que a precarização da atividade jornalística atinge, sim, os homens, mas de maneira diferente, já que eles se beneficiam de uma rede de manutenção de privilégios que não só alivia os efeitos da precarização, mas os leva com mais facilidade ao topo da carreira.

Quais são as barreiras para que as mulheres alcancem os mesmos lugares de estabilidade e prestígio que os homens nas redações? O *Capítulo IV - Identidades e subjetividades: as consequências da escalada da precariedade*, se propõe a expor objetivamente, pela voz das mulheres que vivenciam esses processos, os obstáculos que elas enfrentam ou enfrentaram ao longo de suas vidas profissionais. Este capítulo tem como pilar a percepção, presente no discurso das mulheres, de que há uma tentativa constante de conciliação, muitas vezes conflituosa, entre vida afetiva e vida profissional, inclusive para as mulheres que não são mães. Uma guerra interna que gera frustrações, culpa, esgotamento e, por vezes, faz com que as mulheres busquem alternativas profissionais fora das redações, numa constante negociação entre o que gostariam de fazer e o que precisa ser feito em suas vidas. A maternidade é ponto determinante, mas seus efeitos são sentidos de forma diferente de acordo com a idade da mulher entrevistada. As mais velhas, que experimentaram maiores períodos de estabilidade e proteção social, puderam vivenciar a maternidade com efeitos mais discretos sobre suas carreiras. Para as mais jovens, a intensificação das jornadas nas redações ao longo das últimas décadas, aliada à fragilidade dos direitos trabalhistas, acaba por impedir, em alguns casos, a conciliação entre maternidade e redação, levando-as para atividades extrarredação ou, até mesmo, para outras áreas de atuação profissional. É nesse contexto que surge a busca por alternativas profissionais e a necessidade, negociada ou não, de apoio familiar. Há, ainda, um relevante número de mulheres que não são mães e atribuem a decisão ao jornalismo. E os efeitos da *escalada da precariedade* chegaram também às profissionais

mais velhas, que preteridas pouco a pouco nas redações, optam pela aposentadoria. Por fim, este capítulo aborda questão fundamental e vivida de maneira equânime entre os homens e as mulheres ouvidos: a deterioração da saúde mental decorrente da pressão do trabalho nas redações. Se inicialmente este não era um tema relevante para a pesquisa, a fala de entrevistados e entrevistadas mostrou como é comum que a intensidade do trabalho nas redações e episódios de abuso e assédio afetem a saúde física e mental dos jornalistas e que, em alguns casos, recuperar o equilíbrio é o fator determinante para a saída das grandes redações.

1. Escolhas metodológicas

Considerando que esta pesquisa nasce de um lugar privilegiado de observação da pesquisadora – que, como jornalista, assistiu à dinâmica de exclusão das mulheres das redações nos últimos 20 anos - é necessário, como diz Poupart (2012), ter sempre em vista se empatia e envolvimento favorecem ou impedem a objetivação. O autor argumenta (2012, p.236) que a proximidade em relação ao objeto devida a um mesmo pertencimento social é, em geral, vista como uma condição que favorece a compreensão do grupo pesquisado. Porém, essa afinidade também pode prejudicar o olhar do pesquisador, que teria dificuldade de tomar a distância necessária para reconsiderar as evidências ou as racionalizações próprias ao grupo:

Nesse sentido, para o pesquisador, o fato de pertencer a um outro grupo do que aquele pesquisado poderia ser um trunfo precioso, uma vez que isso facilitaria levar em consideração as diferenças culturais e sociais de cada um. Uma real reciprocidade das perspectivas só seria, no entanto, possível, caso o pesquisador fosse bastante próximo ao grupo pesquisado (POUPART, 2012, p.236)

Nesse caso, um bom caminho, até por ser uma trilha conhecida pela pesquisadora, é emprestar da Teoria do Jornalismo o conceito de objetividade: é sabido que não existe uma objetividade absoluta, que faça da notícia um retrato fiel e imparcial da realidade, mas é possível seguir critérios que tornem o fazer jornalístico o mais objetivo possível (AMARAL, 1996; GOMES, 2019). O mesmo se dá na pesquisa científica nas Ciências Humanas e Sociais que tomaremos como modelo nesta pesquisa: seguir procedimentos que permitam objetivar o processo social que estamos analisando.

A primeira etapa para a concretização desta pesquisa foi uma criteriosa revisão bibliográfica que teve o objetivo não só de construir os marcos teóricos que embasaram a pesquisa de campo, mas também de buscar na abordagem dos autores relevantes a reconstrução histórica do que aqui está sendo conceituado como *transformações da mídia*. A bibliografia

teve a função, também, de eliminar falsas hipóteses vindas da observação e subsidiar o avanço da pesquisa em sua fase de campo.

Quivy (1995) sugere quatro etapas para selecionar as leituras na revisão bibliográfica: ligação com a pergunta de partida; dimensão razoável do programa de leitura; elementos de análise e interpretação; abordagens diferenciadas. O autor orienta, ainda, que esta leitura seja feita em “levas” de duas ou três obras, sejam livros ou artigos. Assim, é possível ponderar, após cada uma dessas etapas, que caminho seguir na próxima. A orientação de Quivy é especialmente útil nesta pesquisa. A Economia Política da Comunicação é um campo de pesquisa novo e, em vários aspectos, ainda em construção. Por isso, uma revisão bibliográfica eficiente neste trabalho depende de uma intersecção das literaturas de campos diversos, porém complementares. E, por tratar-se de um assunto contemporâneo, serão necessários relatórios de institutos e organizações, além de material da imprensa para atualizar a literatura e dar robustez e atualidade às conclusões que sairão das entrevistas.

Se a ideia da pesquisa nasce da observação das redações, é para a subjetividade das profissionais que exercem ou exerceram o jornalismo nestes locais que ela se volta. A voz das mulheres jornalistas deu corpo à teoria. Para isso, foram feitas entrevistas qualitativas não dirigidas com o objetivo de desenhar a trajetória profissional das mulheres jornalistas, objeto deste estudo, buscando investigar e analisar como as transformações da mídia influenciaram suas carreiras e suas identidades como profissionais e mulheres, apurando, inclusive, quais os impactos para a sua independência financeira e quais as alternativas encontradas por elas para obtenção de renda quando o jornalismo das redações deixa de ser seu campo de atuação. Ou seja: a partir da experiência individual, o objetivo é compreender como as mulheres jornalistas enfrentam e percebem os fenômenos que as levam a não conseguirem se colocar no mercado de trabalho de forma segura e como essa fragilidade impacta as diversas esferas de suas vidas. As entrevistas também foram capazes de responder a questões levantadas pela proposta de pesquisa como, por exemplo, em que medida a saída do mercado foi voluntária ou não.

Se a literatura teve o papel de fornecer as informações necessárias para conceituar e descrever as transformações da mídia no século XXI, a crise da imprensa brasileira e suas peculiaridades, conforme o exposto na *Parte I* desta dissertação, as entrevistas deram subsídios para responder de que maneira essas mudanças afetam o mundo do trabalho dos jornalistas a partir da percepção que as mulheres jornalistas têm desses processos. As entrevistas qualitativas do tipo não dirigidas são sugeridas pela literatura metodológica como importante fonte de informações quando o que se pretende é reconstruir e analisar trajetórias e percepções. Nesta modalidade de entrevista, o entrevistador dá uma instrução inicial ao entrevistado para norteá-

lo sobre o tema da pesquisa e, a partir daí, dá a ele o máximo de liberdade. Este foi o método adotado para as entrevistas, que não seguiram um roteiro fechado.

Para Poupart (2012, p.224), a entrevista não dirigida tem, inicialmente, a vantagem de se basear adequadamente na realidade do entrevistado. Cabe ao pesquisador apenas facilitar, por meio de suas intervenções e atitudes, a livre expressão do entrevistado. Com liberdade, ele é mais capaz de fazê-lo de acordo com suas "próprias categorias e linguagem". Considerando ainda que se trata de um objeto de pesquisa qualificado, que costuma estar do lado de quem pergunta e não do de quem responde, a entrevista não dirigida tornou-se ainda mais indicada. Ela eliminou determinadas formalidades que, aqui, teriam o ônus de engessar a narrativa, levando a uma possível omissão de dados relevantes à pesquisa. Assim como foi preciso não perder de vista o envolvimento da pesquisadora com o objeto estudado, foi importante qualificar esse objeto – os e as jornalistas – como conhecedor das práticas e técnicas de entrevista. Portanto, seria inócuo aplicá-las com a intenção de extrair mais do que a entrevistada ou o entrevistado quisesse dar. Uma interação mais livre trouxe resultados mais proveitosos dentro do que se pretendia com este estudo.

Outra vantagem da entrevista não dirigida é que ela é vista como forma de enriquecer o material de análise, já que a flexibilidade do método favorece a emergência de dimensões novas não imaginadas previamente pelo pesquisador (POUPART, 2012, p.225). Uma terceira vantagem do uso da entrevista não dirigida foi a possibilidade de explorar com mais profundidade diferentes aspectos da experiência do/a entrevistado/a e uma maior exposição destas experiências. Por fim, como defende Poupart:

A entrevista não dirigida se presta a uma exploração em profundidade do contexto de vida e do meio de pertencimento do entrevistado, resultando em um material que permite mais adequadamente circunscrever sua experiência e seu ponto de vista, bem como evidenciá-los. Ainda graças à sua flexibilidade, o método também permitiria ao entrevistado estabelecer as ligações que ele julga úteis entre os diversos elementos de sua vida. Por exemplo, em uma pesquisa sobre desemprego, ele poderia se exprimir sobre a maneira pela qual essa condição transforma, ou não, as suas relações com o trabalho, a família e os amigos (2012, p. 226).

Minayo (2017), que defende o uso de entrevistas não dirigidas quando a pesquisa tem como objetivo medir a "intensidade de um fenômeno" e não apenas quantificá-lo, mobiliza três autores para tratar da representatividade da enunciação individual para o coletivo:

Em primeiro lugar, trago a palavra de Gadamer (2008) quando ressalta, em sua hermenêutica filosófica, uma dialética entre o grupo e o indivíduo. Segundo o autor, cada individualidade é manifestação do viver total embora não seja a totalidade do viver. Nesse sentido, a fala de cada um deve ser valorizada, mas não de forma

absoluta, uma vez que o sujeito não se esgota na conjuntura em que vive e nem sua ação e pensamento são meros frutos de sua vontade, personalidade e desejo. Sua narrativa precisa ser balizada pelo pensamento do outros, pois é também reveladora do grupo em que está inserido e de seu tempo histórico onde sua singularidade está entranhada de cultura. Um segundo autor de importância nesse caso é Bourdieu (1983), que auxilia a pensar as características de uma experiência biográfica a partir de uma identidade social que orienta o indivíduo, ora consciente ora inconscientemente. O indivíduo se apresenta como uma síntese complexa de seu contexto sócio-histórico, dotado, portanto de uma interioridade e de uma configuração social exterior a ele. O terceiro autor é Norbert Elias que também trabalha com a noção de *habitus* numa abordagem configuracional (ELIAS, 1994), em que a sociedade e os grupos são vistos como espaços de interações e de redes intercomunicantes... Desta forma, uma entrevista com alguém de um grupo é, ao mesmo tempo, um depoimento pessoal e coletivo (MINAYO, 2017, p.3)

Aqui, portanto, não pretende-se que as entrevistadas sejam porta-vozes de uma realidade uniforme, uma vez que ela não pode ser acessada. Ou, melhor dizendo, a realidade que queremos acessar, nesse caso, é a própria percepção desses sujeitos, objetos desta pesquisa. Nesse sentido, o objetivo é reconstruir trajetórias, buscando nessas narrativas pontos que possam ser conectados aos fatos da realidade social do meio estudado. "Os 'informantes' agem como intérpretes, apresentando diferentes reconstruções parciais e parcelares da realidade" (POUPART, 2012, p. 223).

Via de regra, as amostras em pesquisas científicas são construídas de acordo com critérios estatísticos que têm como objetivo fazer com que aquele recorte do grupo estudado seja o mais fiel possível às características do universo que será estudado. No entanto, aqui, não foi possível recrutar os dados necessários para que uma amostra probabilística se construísse. Isso porque, a própria hipótese da pesquisa já aventa que parte importante do grupo de interesse está à margem do mercado de trabalho formal jornalístico ou não atua mais na área.

Como já foi dito, o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo só dispõe de estatísticas das demissões e contratações de jornalistas em regimes formais, apuradas por meio das homologações, que são feitas tanto nas demissões compulsórias quanto nas voluntárias. Há apenas estimativas sobre trabalho informal, baseadas nos dados da Classificação de Ocupações Domiciliar de "jornalista". E há mais ressalvas quanto às estatísticas do Sindicato: como a homologação é obrigatória somente aos profissionais a partir de um ano de trabalho na mesma empresa, quem ficou menos tempo não está contemplado nas estatísticas. Após a reforma trabalhista, que entrou em vigor em novembro de 2017, as homologações passaram a ser facultativas, dependendo de acordos entre categorias profissionais e patrões, o que tornou esses dados ainda mais frágeis. Por fim, o Sindicato também não conta com dados organizados com

recorte de gênero.

Para obter dados gerais do mercado de trabalho das empresas de jornalismo, a pesquisa recorreu, portanto, à Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do governo federal. No entanto, novamente, trata-se de um recorte pouco fiel à realidade deste mercado de trabalho, uma vez que a RAIS também reúne apenas dados sobre os postos de trabalho formais. Como já explicitado, o objetivo da pesquisa de campo é compreender trajetórias. Nestes casos, o mais importante é a variedade da amostra, porque só assim é possível contemplar um maior número de casos, como explica Firdion (2015, p.76). Por isso, a opção desta pesquisa foi pela amostra não representativa, ou não probabilística, pois a informação estará muito mais no caráter particular do discurso dos entrevistados do que em estatísticas que poderiam ser extraídas delas.

As amostras não probabilísticas não permitem amplas generalizações, porém, podem ser usadas quando não é possível determinar a base de sondagem, como é o caso aqui. Porém essas amostras têm critérios muito estritos de seleção. O primeiro critério elementar é gênero, profissão e trajetória profissional - mulheres jornalistas que atuam ou atuaram em redações, em atividades ligadas integralmente à produção de notícias, e que cursaram a graduação em jornalismo – dado que na maior parte do tempo contemplado por esta pesquisa, o diploma de jornalismo era condição obrigatória para o exercício da profissão. Nesse sentido, abrimos uma exceção para as mulheres com mais de 60 anos, uma vez que a entrada desta geração no jornalismo se dava comumente de outras maneiras que não o curso superior na área, apesar da primeira faculdade de jornalismo do Brasil, a Faculdade Cásper Líbero, ter sido fundada em 1947, e o curso de jornalismo da Universidade de São Paulo ser de 1967. No entanto, não será determinante que a entrevistada tenha concluído a graduação em jornalismo. Isso porque ainda na fase exploratória houve casos em que, justamente, a atividade em redação se tornou impeditivo ou complicador para a conclusão da graduação: uma entrevistada abandonou o curso de jornalismo, já nos anos 2000, porque o trabalho em redação a impedia de frequentar as aulas. Mais tarde, com a carreira em redação estável, optou por concluir a graduação, mas em outra área. Por se tratar de uma questão de qualidade de vida atrelada ao trabalho, esse aspecto tornou-se dado relevante para esta pesquisa. Outro critério básico foi ter passado um tempo relevante de suas carreiras¹⁰³ em redações tradicionais na cidade de São Paulo, que concentra os principais empregadores da imprensa tradicional e, também, é o maior mercado de trabalho para jornalistas do país. Foram consideradas como “redações tradicionais” os veículos de comunicação impressos, eletrônicos ou digitais cuja atividade principal é produção de conteúdo

¹⁰³ Aqui foi considerada uma proporção entre o tempo total de carreira da entrevistada e quantos deles foram dedicados às redações.

jornalístico. Enquadram-se nesse âmbito, obviamente, os grandes conglomerados de comunicação, mas também empresas menores, mas que estão inseridas no modelo tradicional de produção jornalística, ainda que isso não seja sinônimo de mídia tradicional. Portanto, não serão consideradas para a amostra as profissionais que dedicaram a maior parte de suas carreiras às agências de comunicação ou assessorias de imprensa. No entanto, o que realmente limitou a expansão da pesquisa foi o curto prazo de execução e a ausência de recursos financeiros. O mercado de trabalho para jornalistas em Brasília, por exemplo, tem características muito próprias e um comparativo enriqueceria a análise.

Quando não há base de sondagem nem dados para enquadramento, é possível acessar essas populações por convocação. Para construir a amostra, foram feitas convocatórias pelas redes sociais - *Facebook* e *WhatsApp*, tanto pelo perfil pessoal da pesquisadora quanto em grupos específicos de profissionais da imprensa, mulheres da comunicação e mulheres em busca de recolocação profissional na área. Para subgrupos da amostra que foram mais difíceis de serem acessados por esta via de convocação, foi aplicada a técnica *bola de neve*¹⁰⁴. A literatura metodológica reconhece que este método é adequado para construir parte do perfil a ser estudado por tratar-se de uma entrevista com perguntas relacionadas a questões delicadas. Conforme Vinuto (2014, p.204), “o método é particularmente aplicável quando o foco do estudo é uma questão sensível, possivelmente sobre algo relativamente privado”.

Houve também mulheres que foram acionadas diretamente. Isso porque a pesquisadora já conhecia histórias de profissionais que se enquadravam no perfil buscado ou que deram espontaneamente testemunhos de seu atual momento profissional nas redes. Assim, em suma, foram mobilizadas três técnicas distintas:

1. Convocação via redes sociais;
2. Convocação direta baseada em conhecimento prévio do campo;
3. Bola de neve.

Quanto ao recorte etário, embora o objetivo de estudo fosse analisar as mulheres com mais de 40 anos, entrevistas com mulheres um pouco mais jovens mostraram-se, com o transcorrer da pesquisa, essenciais e tiveram como objetivo reconstruir a trajetória desse grupo social e identificar, por exemplo, em que momento se dá a precarização e se já há uma preocupação real dessas profissionais mais jovens com seu futuro profissional. Por isso, foram entrevistadas mulheres a partir dos 35 anos.

¹⁰⁴ Bola de neve é uma técnica de amostragem não probabilística onde os indivíduos selecionados para serem estudados convidam ou indicam novos participantes da sua rede de amigos e conhecidos.

Na primeira convocatória via redes sociais¹⁰⁵, mais de 50 mulheres se apresentaram dispostas a serem entrevistadas. Nesta fase, já foi possível detectar duas dificuldades para construir a amostra. A primeira foi romper o nicho do jornalismo econômico. Como a pesquisadora atuou nesta área por muitos anos, é natural que conheça mais mulheres neste segmento. Isso foi contornado com um trabalho mais direcionado a grupos de fora do círculo social da pesquisadora. A outra dificuldade foi a barreira etária: jornalistas mais novas tendem a ter mais disponibilidade para falar sobre si mesmas e utilizam mais as redes sociais. Já as mais velhas, especialmente depois dos 50, são mais difíceis de serem acessadas, seja por não estarem tão presentes nas redes sociais, seja por, justamente, terem mais dificuldade de se expor. Neste caso, a pesquisa contou com indivíduos-chave, as chamadas *sementes* na técnica da bola de neve, que indicaram outras entrevistadas com o mesmo perfil, expandindo a rede de contatos para se chegar às entrevistadas necessárias para a amostra.

Um possível inconveniente da *bola de neve* é o acesso a pessoas com argumentações semelhantes, já que os indivíduos necessariamente indicarão pessoas de sua rede pessoal, o que pode limitar a variedade. Vinuto (2014, p.206) acrescenta que o peso dessa limitação pode ser reduzido com a obtenção de sementes vindas de redes diversas. Este inconveniente, ainda, teve peso menos relevante nesta pesquisa do que em outras, uma vez que a população estudada, por si só, já tem uma série de compatibilidades sociais, tanto as determinadas pelos critérios da própria pesquisa, quanto às dadas pela atuação profissional. Útil para compor a amostra, a técnica, no entanto, se mostrou limitada ao restringir a área de busca por entrevistadas. Exemplo disso é o proporcionalmente elevado número de mulheres que atuam ou atuaram no jornalismo econômico. A pesquisadora vem desta área de atuação e naturalmente conhece mais mulheres no segmento. Isso impactou também o recrutamento via redes sociais, já que o algoritmo do *Facebook* privilegia a exposição de posts às conexões já estabelecidas, mesmo de um conteúdo postado em grupos. Essa possível distorção foi superada com a busca ativa, ainda que pela *bola de neve*, por mulheres de fora do jornalismo econômico. Vale lembrar, porém, que o jornalismo econômico é dominado por mulheres e as agências de notícias em tempo real de informação econômica são importantes empregadores em termos numéricos na cidade de São Paulo.

O esgotamento da amostra se deu pela técnica da saturação, termo criado por Glaser e Strauss (1967) para se referirem ao momento do trabalho de campo em que a coleta de novos dados não traz mais esclarecimentos para o objeto estudado (MINAYO, 2017, p.5). Nas

¹⁰⁵ Ver ANEXO 1: Post de convocação nas redes sociais

pesquisas qualitativas, defende a autora, as amostras não devem ser pensadas por quantidade e nem precisam ser sistemáticas: sua construção precisa envolver uma série de decisões não sobre quantos indivíduos serão ouvidos, mas sobre a abrangência dos atores sociais, da seleção dos participantes e das condições desta seleção. O mais aceito pelos metodólogos é que a extensão do objeto e a complexidade do estudo é que devem orientar o tamanho da amostra.

Ainda assim, como lembra Minayo, vários pesquisadores, muitos daqueles que questionam os parâmetros epistemológicos para aplicação da saturação, arriscam-se a propor algum critério quantitativo para a abordagem dos entrevistados em campo, que pode variar de um mínimo de dez entrevistas até um escopo que compreenderia de 30 a 50 entrevistas, conforme citação de Minayo.

(GUEST; BUNCE; JOHNSON, 2006; MORSE, 2000, 2008; HARVEY, 2000) mencionaram que os trabalhos de etnografia, etnociência e avaliação qualitativa devem contemplar entre 30 a 50 entrevistas. Creswell (1998) fala da mesma quantidade para os estudos de teoria fundamentada. Creswell (1998) e Morse (1994) propõem que as pesquisas de cunho fenomenológico se atenham a no máximo 25 e a no mínimo a cinco entrevistas. Para a pesquisa de histórias de vida, 15 seria um número mínimo aceitável para Bertaux (1981). Em resumo, uma quantidade consensual seria de, pelo menos, 20 a 30 entrevistas para qualquer tipo de investigação qualitativa, segundo Morse (1994) e Creswell (1998). Atran, Medin e Ross (2005) falam de no mínimo 10 informantes (MINAYO, 2017, p.6).

Quem faz pesquisa qualitativa trabalha com a ideia de que ciência se faz por aproximações e de que as investigações seguem e se aprofundam no futuro, afirma Minayo (2017). Para ela, uma amostra qualitativa ideal é a que reflete, em quantidade e intensidade, as múltiplas dimensões de determinado fenômeno e busca a qualidade das ações e das interações em todo o decorrer do processo: "O que precisa prevalecer é a certeza do pesquisador de que, mesmo provisoriamente, encontrou a lógica interna do seu objeto de estudo - que também é sujeito - em todas as suas conexões e interconexões" (2017, p.8). A sensibilidade do pesquisador é que será capaz de colocar um "ponto final provisório" em seus estudos. Provisório porque sempre haverá mais a ser explorado.

Diante disso, entraram para a pesquisa vinte e três (23) entrevistas de mulheres entre 35 e 63 anos, todas com experiências sólidas em redações na cidade de São Paulo. Essas entrevistas foram todas presenciais, em locais escolhidos pelas entrevistadas, e duraram entre 50 minutos e 2 horas e 30 minutos. As entrevistas aconteceram em dois períodos: primeiro foram ouvidas dez (10) mulheres entre julho e agosto de 2019. As demais (13) entrevistas aconteceram entre janeiro e fevereiro de 2020. Considerou-se, portanto, a amostra obtida

adequada aos objetivos da pesquisa, levando em conta também as restrições objetivas da pesquisa, como tempo hábil e recursos financeiros.

O procedimento foi o mesmo em todas as entrevistas, com mulheres e homens: a pesquisadora iniciou a conversa explicando do que se trata a pesquisa, com uma breve introdução sobre os objetivos e qual a intenção da entrevista: ouvir da entrevistada sua história profissional, seu momento atual e como chegou até ele. Desde a abordagem inicial foi incentivado que a entrevistada explorasse questões de gênero que julgasse pertinentes nessa trajetória, assim como vivências que pudessem ter sido ponto de inflexão de suas trajetórias. Portanto, apesar de apresentar os temas gerais da pesquisa, a intenção sempre foi que a narrativa fosse propriedade da entrevistada, com intervenções mínimas da pesquisadora. Assim foi possível captar as categorias usadas por elas e a hierarquia de acontecimentos que construíram a narrativa. Depois dessa introdução geral, a entrevistada era convidada a voltar no tempo e revisitar sua própria história, já colocando em perspectiva comparativa aspectos do mundo do trabalho que mudaram ao longo do tempo. Em alguns casos, no entanto, o ponto atual em que a entrevistada se encontra foi o gancho para o início da conversa, como maternidade ou aposentadoria recentes. O roteiro é aberto, então conta com perguntas que não foram pertinentes para algumas entrevistadas e, portanto, não foram feitas, assim como muitas perguntas foram feitas na hora, independente do roteiro, a partir dos temas discutidos e trazidos pelas entrevistadas.

A condução das entrevistas se mostrou tão variável quanto às trajetórias das entrevistadas. Por isso, tratou-se de um roteiro prévio e básico, pois cada resposta demandou da entrevistadora um novo posicionamento, sempre tendo como norte a busca de respostas à pergunta de pesquisa, em torno das percepções e trajetórias de mulheres jornalistas. Afinal, as questões mais sensíveis desta investigação, como demissões, dificuldades financeiras, alternativas de renda, falta de perspectiva para o futuro, doenças ligadas ao trabalho e maternidade, por exemplo, são particulares de cada uma das entrevistadas, impossíveis de serem previstas em um roteiro estruturado. Isso valeu também para a ordem das perguntas neste roteiro, que serve muito mais como *check list* para a entrevistadora não deixar de fora algum assunto relevante do que como roteiro propriamente dito.

Os primeiros passos da pesquisa de campo mostraram que seria de grande ganho constituir um grupo de controle para criar um marco comparativo entre a experiência das entrevistadas, objeto da pesquisa, com o mundo do trabalho experimentado pelos jornalistas homens. Isso porque, a observação das redações e as falas das primeiras entrevistadas

apontavam para a existência de uma espécie de rede de apoio entre os homens, que os protegeria dos mesmos níveis de expulsão e precarização vividos pelas mulheres.

Assim, foram ouvidos cinco homens, cujas entrevistas seguiram exatamente os mesmos critérios metodológicos aplicados às mulheres, da convocação, passando pela abordagem, até a conclusão da entrevista. A intenção era, principalmente, entender como esses homens se mantêm e ascendem¹⁰⁶ em um mercado majoritariamente feminino, sempre considerando as hipóteses deste trabalho, ou seja, para além das vantagens que os homens têm no mundo do trabalho como um todo, como esses fatores operam em um mercado constituído por empresas familiares de estrutura patriarcal?

Para formar o grupo de controle, foram ouvidos cinco (5) homens, com idades entre 36 e 54 anos, todos, assim como as mulheres, com experiência sólida em redações na cidade de São Paulo. No caso dos homens, as entrevistas aconteceram na primeira quinzena de fevereiro de 2020, apenas depois que todas as mulheres já haviam sido ouvidas. Como o objetivo de entrevistar os homens era criar pontos de comparação, esse cuidado foi tomado para que todas as mulheres da amostra fossem ouvidas antes das questões serem abordadas com os homens. Assim como ocorreu com as mulheres, todas as entrevistas foram presenciais, com duração 33 minutos e 1 hora e 55 minutos.

Ao todo, portanto, foram ouvidas 24 mulheres e seis homens. Um homem e uma mulher foram descartados das análises finais por não responderem integralmente aos parâmetros buscados. Apesar do questionário de triagem aplicado previamente, apenas na entrevista ficou claro que, no caso do homem, seu tempo em redação foi exercido fora da cidade de São Paulo. No caso da mulher, o tempo de experiência em redação não poderia ser configurado como uma experiência relevante nesta área de atuação, com a atividade de assessora de imprensa sendo bem mais relevante em sua carreira.

As diferenças das experiências entre homens e mulheres se mostraram óbvias desde a abordagem: embora muitas mulheres estivessem dispostas a serem entrevistadas, as dificuldades de conciliação de suas inúmeras atividades, muitas vezes impediram que a entrevista de fato acontecesse. Com os homens, não: exceto um, todos conseguiram contribuir com a pesquisa rapidamente. Na abordagem, sem exceção, apresentavam seu horário de trabalho como único bloqueio de agenda. Achado de pesquisa relevante que mostra a centralidade do trabalho na vida masculina e a conciliação de atividades como central na vida feminina. Tal achado será estruturante para a análise feita ao longo deste trabalho.

¹⁰⁶ Dados das pesquisas realizadas até agora, como já exposto no Capítulo II, provam o que poderia parecer apenas uma conclusão enviesada da observação.

Outra diferença relevante entre os gêneros foi a preocupação com a confidencialidade¹⁰⁷. Enquanto muitas mulheres se mostraram extremamente preocupadas com o uso que seria feito de suas falas, evitando mencionar nomes de empregadores e chefias, os homens se mostraram muito tranquilos em expor questões ligadas, inclusive, ao seu atual trabalho. Entre as mulheres, houve uma que pediu para que a gravação fosse apagada após a transcrição e a mesma entrevistada só revelou o real motivo da saída de um de seus empregos com o gravador desligado: embora já tivesse pedido várias vezes para ser demitida, e ter acesso às verbas rescisórias antes de se aposentar, a solicitação só foi aceita quando a chefia quis trazer para a equipe um novo editor, homem e bem mais jovem. A saída dela tornou-se financeiramente conveniente para viabilizar a nova contratação. Outra entrevistada, mesmo falando de maneira tranquila sobre diversos episódios de sua carreira, preferiu mencionar a pressão para não engravidar apenas com o gravador desligado. Em termos geracionais, as mais velhas se mostraram ainda mais preocupadas do que as mais novas em expor aspectos de suas carreiras, mesmo aquelas que já estão fora do jornalismo. Percebe-se que paira uma autocensura, um temor que cala as mulheres sobre diversos aspectos de sua experiência, em especial no ambiente de trabalho. Há sentimentos de culpa e/ou vergonha por violências ou injustiças sofridas. Por outro lado, à medida que a idade das entrevistadas diminui, a consciência de que elas não são culpadas por episódios negativos sofridos aumenta.

Se as diferenças são muitas, chama atenção que homens e mulheres relataram questões ligadas à saúde mental, prejudicada diretamente pelo exercício do jornalismo e pelas condições de trabalho nas redações. Se num primeiro momento esse era um tema marginal à investigação, será abordado de maneira um pouco mais ampla do que o previsto inicialmente.

Após a primeira convocação feita pelas redes sociais, ainda em junho de 2019, já foi possível perceber um desejo relevante das jornalistas em participarem do estudo. Isso, por si só, já é um dado da pesquisa. Em alguma medida, o tema da pesquisa sensibilizou as mulheres jornalistas que sentem necessidade de falar sobre o assunto. Nesse sentido, apesar do descritivo da convocação deixar claro qual o perfil procurado, nem todas que se ofereceram cumpriam os critérios estabelecidos previamente (ver seção anterior) para compor a amostra da pesquisa. Por isso, surgiu a necessidade de uma triagem. Para tanto, após o primeiro contato, foi aplicado um questionário por e-mail que teve como objetivo de selecionar a amostra de acordo com o perfil buscado para a pesquisa¹⁰⁸: mulheres, que tenham passado por

¹⁰⁷ Por esse motivo, optou-se por não disponibilizar como anexo da dissertação as transcrições das entrevistas. Trata-se de um universo restrito de trabalhadores, no qual a trajetória profissional por si só seria um meio de identificação das entrevistadas.

¹⁰⁸ Ver ANEXO 2: Questionário de triagem

uma escola de jornalismo e que atuaram por um período considerável de suas carreiras em redações da cidade de São Paulo. O questionário de triagem foi aplicado sempre que uma nova entrevistada surgia para compor a amostra. Para efeito de controle e sistematização da amostra, mesmo as entrevistadas procuradas pela pesquisadora a partir da indicação das sementes ou por conhecimento prévio da pesquisadora, responderam ao questionário, uma vez que ele fornece as informações básicas para a classificação das entrevistadas. Além disso, após a entrevista, via e-mail, foi aplicado mais um questionário¹⁰⁹, este com o objetivo de validar a entrevista, dando precisão às datas de cada um dos principais empregos das entrevistadas e obtendo informações sobre formação e arranjo familiar.

1.1. A caracterização da amostra

Definidos os critérios para a construção da amostra, foi possível partir para as entrevistas. A fase exploratória, quando foram ouvidas as primeiras dez mulheres, consistiu em etapa fundamental para testar hipóteses e consolidar o roteiro básico da entrevista. Nas entrevistas não direcionadas não cabe o uso de roteiros estruturados, mas é fundamental que o entrevistador tenha em mãos um roteiro aberto com o conjunto dos temas que considera necessário ser abordado¹¹⁰. Essa técnica, testada na fase exploratória, se mostrou bastante produtiva e foi utilizada nas demais entrevistas da pesquisa de campo.

Os quatro quadros abaixo identificam, por meio de pseudônimos, todos os entrevistados e entrevistadas considerados nesta pesquisa:

Quadro 5: Identificação das mulheres entrevistadas ordenadas pelo ano de nascimento¹¹¹

ENTREVISTADA	NASCIMENTO	SITUAÇÃO ATUAL	AUTOCLASSIFICAÇÃO	ARRANJO FAMILIAR
Mara	1955 (63 anos)	aposentada	do lar	mora com o marido e a mãe idosa. Tem dois filhos adultos
Iolanda	1960 (59 anos)	aposentada	aposentada	mora com uma amiga
Mônica	1961 (58 anos)	aposentada	jornalista ou aposentada, depende da situação	mora com o marido, não tem filhos

¹⁰⁹ Ver ANEXO 4: Questionário de validação das entrevistas

¹¹⁰ Ver ANEXO 3: Roteiro para as entrevistas

¹¹¹ Foi considerada a idade da entrevistada no dia da entrevista.

Sônia	1962 (57 anos)	contratada CLT em agência de notícias	jornalista CLT	mora com os pais idosos, tem uma filha adulta
Kátia	1963 (56 anos)	contratada CLT em editora de livros didáticos	contratada CLT	mora com o filho de 27 anos; a filha de 25 anos mora no exterior
Sílvia	1964 (54 anos)	aposentada	<i>freelancer</i>	mora com a filha de 28 anos; tem também uma filha de 31 anos
Tânia	1966 53	contratada CLT em TV	jornalista CLT	mora com o marido; tem um filho de 34 anos
Ana	1966 53	contratada <i>PJ</i> em site de notícias	jornalista <i>PJ</i>	Mora sozinha, tem uma filha adulta
Adriana	1968 50	desempregada	<i>freelancer</i> buscando recolocação	mora com a filha de 12 anos
Júlia	1970 (49 anos)	<i>freelancer</i> em reportagem	<i>freelancer</i>	mora com o marido e dois filhos, de 14 e 10 anos
Marta	1970 (48 anos)	desempregada	desempregada	mora com um amigo
Silvana	1971 (47 anos)	empresária (franquia no segmento de cuidados pessoais)	empresária	mora com o filho de 8 anos
Manuela	1972 (47 anos)	contratada CLT em jornal (alto escalão)	jornalista CLT	mora com o marido e a filha de 6 meses
Bianca	1975 (45 anos)	contratada CLT em agência de notícias	empregada CLT na imprensa	mora com a mãe
Paula	1975 (44 anos)	<i>freelancer</i> em comunicação corporativa	<i>freelancer</i>	mora com o marido
Raquel	1977 (42 anos)	contratada <i>PJ</i> por projeto	coordenadora de projeto <i>PJ</i>	mora com marido e duas filhas, de 9 e 6 anos
Alessandra	1978 (41 anos)	contratada CLT em agência de comunicação	assessora de imprensa CLT	mora com os três filhos de 8, 10 e 13 anos
Cristiane	1978 (40 anos)	professora de yoga	professora de yoga	mora com as duas filhas, de 12 e 13 anos
Clarice	1979 (40 anos)	contratada CLT em agência de notícias	jornalista CLT	mora sozinha
Carla	1980 (38 anos)	<i>freelancer</i> em reportagem	<i>freelancer</i>	mora com o companheiro
Daniela	1981 (38 anos)	contrato de correspondente de veículo estrangeiro	repórter sênior	mora com o marido e dois filhos, de 5 anos e 1 ano

Thelma	1981 (38 anos)	contratada <i>PJ</i> em empresa de conteúdo e colunista na imprensa	jornalista <i>PJ</i>	mora com o filho de 6 anos
Bruna	1983 (36 anos)	Assessora de imprensa no Legislativo (cargo comissionado)	Assessora de imprensa	mora sozinha

Fonte: Pesquisa de campo/Elaboração própria

Quadro 6: Identificação dos homens entrevistados ordenados pelo ano de nascimento

ENTREVISTADO	NASCIMENTO	SITUAÇÃO ATUAL	AUTOCLASSIFICAÇÃO	ARRANJO FAMILIAR
Paulo	1965 (54 anos)	desempregado	desenvolvendo projetos independentes	mora com a esposa e dois filhos, de 17 e 11 anos
Fernando	1971 (49 anos)	contratado CLT em portal de notícias	editor CLT	mora sozinho
Rodrigo	1973 (46 anos)	contratado sócio-quotista em site de notícia	jornalista sócio-quotista	mora com a esposa, a filha de 14 anos e o filho de 11 anos
Alexandre	1975 (44 anos)	contratado CLT em portal de notícias (alto escalão)	jornalista CLT	mora sozinho, mas mantém financeiramente a mãe e uma irmã
Marcelo	1983 (36 anos)	contratado CLT em TV	jornalista CLT	mora sozinho

Fonte: Pesquisa de campo/Elaboração própria

Quadro 7: Formação e experiência profissional das mulheres entrevistadas por ano de ingresso no curso de Jornalismo

ENTREVISTADA	GRADUAÇÃO EM JORNALISMO	2ª GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO	PRINCIPAIS VEÍCULOS	TEMPO NA IMPRENSA
Mara	ECA-USP (1974-1979)	-	-	Revista Casa & Jardim (1978-1992); Revista Viver Bem (1992-1999 e 2003-2009)	30 anos
Mônica	ECA-USP (1980-1983)	História (USP, 1981-1982, incompleto e Letras (USP, 2019-em andamento)	Master Journalism Studies (University of Wales, College of Cardiff, Reino Unido, 1995); Master Journalism Online	Agência Estado (1997-2013); Jornal do Brasil (1988-1993); Folha de S.Paulo (1985-1988); Veja (1984-1985)	26 anos

			(University of LA, San Francisco, 1996); MBA em Informações Econômico-Financeiras e Mercados (FIA, 2006)		
Iolanda	ECA-USP (1980-1984)	Direito (Mackenzie, 1998-2001)	-	Folha de S.Paulo (1986 a 1988); Jornal da Tarde (1988 a 1990); Revista Projeto Design (1993 a 1996); Gazeta Mercantil (1996 a 2001); Agência Estado (2009 a 2019)	25 anos
Sônia	Metodista (1980-81) e Cásper Líbero (1982-83)	—	—	Grupo Estado desde 1988	37 anos
Kátia	Cásper Líbero (1981-1985)	Ciências Sociais (USP, 1981-1985)	-	TV Globo (1986); TV Manchete (1986-1988); Agência Estado (1988-2000, 2000-2005 e 2010-2013); Editora Moderna (desde 2019)	20 anos
Sílvia	Unisinos (1982-1985)	-	MBA em Informações Econômicas (FIA-USP, 2001); Mestrado Profissional em Gestão e Políticas Públicas (FGV, 2019-em andamento)	Gazeta Mercantil (1987-1989); Jornal do Brasil (1989 -1991 e 1993 - 1994); O Estado de S.Paulo (1994 - 2000); Valor Econômico (2000 - 2018)	34 anos
Ana	UFAM (1984-19787, incompleto); PUC-SP (1989-1992)	-	Especialização em Multimídia (PUC-SP, 2005-2007)	Jornal da Tarde (1996-1997); Grupo Estado (2010-2015); Portal Terra (2016-2018); Bom Dia Mercado (desde 2019)	27 anos
Tânia	Cásper Líbero (1988-1991)	-	MBA em Informações Econômico Financeiras (FIA, 2008)	Gazeta Mercantil (1993 - 1994); TV Manchete/Rede TV (1995 a	20 anos

				2000); Diário do Comércio (2007 - 2011); Record News (desde 2016)	
Manuela	PUC-RJ (1990-1994)	-	MBA em Informações Econômicas (FIA-USP, 2006)	O Dia (1996-1998); Extra (99-2000); Investshop (2000-2001); Valor Econômico (2001-2009); TV Globo (2009-2010); Valor Econômico (desde 2010)	22 anos
Silvana	PUC-Campinas (1990-1995)	Ciências Sociais (Unicamp, 1990-1994)	MBA em Finanças (FIA, 2008); especialização em Finanças (Concordia University, Canadá, 2003)	Gazeta Mercantil (1995-1997); Folha on Line (1997-1998); Valor Econômico (2001/202); Globo (1998-2001 e 2004-2011); Reuters (2011- 2018)	25 anos
Júlia	PUC-Minas (1990-1993)	—	Mestrado em Meios e Processos Audiovisuais (ECA-USP, 2018)	Jornal Estado de Minas (1993-1995); O Tempo (1995-1998); Trip Editora (2006-2013)	15 anos
Bianca	Universidade Metodista (1992-1995)	-	Especialização em Comunicação Jornalística - Jornalismo Internacional/Econômico - PUC-SP (2002-2004) e Especialização em Negociações Econômicas Internacionais no Programa San Tiago Dantas de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Unesp, Unicamp e PUC-SP (2008)	Gazeta Mercantil (1999-2004), Agência Estado (2004-2012 e desde 2017)	20 anos

Adriana	Cásper Líbero (1992-1995)	Fonoaudiologia (PUC-SP, 1987-1990)	Mestrado em Linguística(PUC-SP, 1991-1992, incompleto); MBA em Marketing (PUC-RJ - 2009-2011); Especialização em AudioDescrição (UNESP, 2016)	Globosat (1997-2012)	20 anos
Marta	Cásper Líbero (1992-1995)	Gastronomia (FMU, 2006-incompleto)	–	DCI (2008-2010); CMA Markets (2010-2014)	7 anos
Paula	Cásper Líbero (1993-1996)	Ciência de Dados (Univesp, 2020 - em andamento)	Especialização em Economia (Fipe-2004); MBA em Meio Ambiente (FGV, incompleta)	Gazeta Mercantil (1996 - 1997); Bloomberg Television (1998 - 2000); UOL News (2000-2002); Gazeta Mercantil (2002 - 2005); Valor Econômico (2005 - 2008); Portal Onne (2008 - 2009); Brasil Econômico (2011 - 2012)	15 anos
Raquel	Cásper Líbero (1996-1999)	–	MBA em Finanças (FIA, 2003)	Reuters (2001-2011); Valor Econômico (2011-2016)	18 anos
Alessandra	UMC (1997-2000)	Letras (USP, 2001-2006); Pedagogia (Anhembi Morumbi, 2019-em andamento)	Especialização em Gêneros Textuais (PUC-SP, 2009-2010)	Agora São Paulo (2001-2002); Grupo Abril (2003-2004); e Folha Online (2004-2007)	8 anos

Clarice	UEPG (1997-2000)	-	Especialização em Comunicação Corporativa (UEL-2001); MBE em Economia (FaCamp-2006-2007); MBA em Mercado de Capitais para Jornalistas (FIA-2010); Especialização em Jornalismo Empreendedor e Inovação (Tow Knight Center/City University of New York-2016)	Gazeta Mercantil/Invest News (2004-2006); G1 (2006-2012); Valor Econômico (2012-2018); BBC (desde 2018)	16 anos
Cristiane	Cásper Líbero (1997-2001)	—	—	Revista IstoÉ (2000-2006); Jornal do Brasil (2006-2008); Folha de S.Paulo (2010-2011)	11 anos
Carla	Universidade Estadual de Londrina (1999-2003)	—	Especialização em Mídia, Política e Sociedade (FespSP, 2014-incompleto)	Folha de Londrina (2003-2010); TV Cidade/SBT (2008-2010); Portal UOL (2010-2013 e 2016-2019); Portal Terra (2013-2015); CBN (2016)	16 anos
Daniela	PUC-RJ (1999-2002)	-	Especialização em Conjuntura econômica (UFRJ-2002-2003) e mestrado em História Econômica na London School of Economics and Political Science (2009-2010)	Jornal do Commercio-RJ (2001-2005); JB/Gazeta Mercantil-RJ e BSB (2005-2007); Folha de S.Paulo-BSB-SP (2007-2011); Valor Econômico (2011); REDD Intelligence (desde 2015)	17 anos
Thelma	Cásper Líbero (1999-2002, incompleto)	Moda (Santa Marcelina, 2004-2008)	—	Folha de S.Paulo (2001-2010) e) Estado de S.Paulo (2010-2016)	15 anos

Bruna	Fundação Educacional do Município de Assis (2001-2005)	-	Jornalismo Cultural (PUC-SP, 2008-2010)	G1 (2009); Folha de S.Paulo (2009 - 2012); UOL (2012), IG (2013 - 2014), O Globo (2014 - 2015) e O Estado de S.Paulo (2016 - 2017)	15 anos
-------	--	---	---	--	---------

Fonte: Pesquisa de campo/Elaboração própria

Quadro 8: Formação e experiência profissional dos homens entrevistados por ano de ingresso no curso de Jornalismo

ENTREVISTADO	GRADUAÇÃO EM JORNALISMO	2ª GRADUAÇÃO	PÓS-GRADUAÇÃO	PRINCIPAIS VEÍCULOS	TEMPO NA IMPRENSA
Paulo	Universidade Metodista (1989-1992)	História (USP, 1993, incompleto)	MBA de Derivativos e Informações Econômico-Financeiras da (BM&F/FIA, 2005-2006); Especializa em Direção Editorial (ESPM, 2012); MBA em Estratégias Digitais para Empresa de Mídia (ISE Business School, 2018)	Folha de S. Paulo (1994-1995); Folha da Tarde (1995-1996); Gazeta Mercantil (InvestNews e Panorama Setorial, 1996 - 2000); Agência Estado (2001 - 2013); DCI (2014 a 2018)	24 anos
Rodrigo	UNESP (1994-1997)	Letras (USP, 2002-2008)	-	Folha de S.Paulo (1997-1998 e 2002-2019); Traffic - Netgol (2000 - 2002) / Veja Online (2019); Consultor Jurídico (desde 2019)	22 anos
Fernando	UFPR (1991-1994)	Letras (USP, 1996-1997, incompleta)	-	Revista Superinteressante (1995); Folha de S.Paulo (1995-1998); Gazeta Mercantil (2000 e 2001-2002); Portal Terra (2000); Zip.Net (2000); G1 (2008-2019); UOL (2003-2008 e atual)	27 anos

Alexandre	Universidade Metodista (1995-1998)	-	-	Notícias Populares (1998-2001); Agora São Paulo (passagens entre 2001 e 2008); Folha de S.Paulo (passagens entre 2003 e 2005), Revista Placar (2008 a 2015); Revista Forbes (2016); R7 (2017-2019); UOL (desde 2019)	23 anos
Marcelo	UFJF (2001-2004)	-	Especialização em Telejornalismo (USP-Globo, 2005)	DCI (2005 - 2006); CBN (2006 - 2008); Agência Leia (2008 - 2009); G1 (2009 - 2012); TV Globo (desde 2012)	15 anos

Fonte: Pesquisa de campo/Elaboração própria

Para efeito de organizar os discursos que serão analisados a seguir, as entrevistadas e entrevistados serão, à luz dos processos históricos já descritos até aqui, separados em *gerações*. Assim, será possível compreender como o desdobrar dos fenômenos abordados incidem de maneiras diferentes sobre as mulheres, e os homens, que os vivenciaram em momentos diferentes de suas carreiras.

O critério usado para esta classificação foi o ano de ingresso no mercado de trabalho jornalístico, mesmo que essa entrada tenha se dado em postos extraredação, como assessorias de imprensa e agências de comunicação, ou fora da cidade de São Paulo. Na maioria das vezes essa separação coincide com a faixa etária dos jornalistas ouvidos, mas desta maneira elimina-se eventuais distorções como uma entrada mais tardia que o usual no ensino superior, por exemplo. Por fim, para efeito de clareza na sistematização, o que é útil nas análises a seguir, aqui foram unidos os dados das mulheres e dos homens ouvidos. Assim, tem-se:

Quadro 9: Geração 1 - Jornalistas com início de carreira nas décadas de 1970 e 1980

ENTREVISTADA	IDADE NA DATA DA ENTREVISTA	ANO DE INGRESSO NO MERCADO DE TRABALHO	TEMPO NA IMPRENSA	SITUAÇÃO ATUAL
Mara	63 anos	1978	30 anos	aposentada
Mônica	58 anos	1984	26 anos	aposentada
Iolanda	59 anos	1986	25 anos	aposentada
Kátia	56 anos	1986	20 anos	contratada CLT fora da imprensa

Sílvia	54 anos	1987	34 anos	aposentada
Sônia	57 anos	1988	37 anos	contratada CLT na imprensa

Quadro 10: Geração 2 - Jornalistas com início de carreira na década de 1990

ENTREVISTADA/O	IDADE NA DATA DA ENTREVISTA	ANO DE INGRESSO NO MERCADO DE TRABALHO	TEMPO NA IMPRENSA	SITUAÇÃO ATUAL
Tânia	53 anos	1993	20 anos	contratada CLT na imprensa
Júlia	49 anos	1993	15 anos	<i>freelancer</i>
Paulo	54 anos	1994	24 anos	desempregado
Silvana	47 anos	1995	25 anos	empresária (franquia no segmento de cuidados pessoais)
Fernando	49 anos	1995	27 anos	contratado CLT na imprensa
Ana	53 anos	1996	27 anos	contratada <i>PJ</i> na imprensa
Marta	48 anos	1996	7 anos	desempregada
Paula	44 anos	1996	15 anos	<i>freelancer</i>
Manuela	47 anos	1996	22 anos	contratada CLT na imprensa
Rodrigo	46 anos	1997	22 anos	contratado sócio-quotista na imprensa
Adriana	50 anos	1997	20 anos	desempregada
Alexandre	44 anos	1998	23 anos	contratado CLT na imprensa
Bianca	45 anos	1999	20 anos	contratado CLT na imprensa

Quadro 11: Geração 3 - Jornalistas com início de carreira a partir do ano 2000

ENTREVISTADA/O	IDADE NA DATA DA ENTREVISTA	ANO DE INGRESSO NO MERCADO DE TRABALHO	TEMPO NA IMPRENSA	SITUAÇÃO ATUAL
Raquel	42 anos	2000	18 anos	contratada <i>PJ</i> por projeto
Cristiane	40 anos	2000	11 anos	professora de yoga
Alessandra	41 anos	2001	8 anos	contratada CLT fora da imprensa
Daniela	38 anos	2001	17 anos	vínculo especial/correspondente internacional
Thelma	38 anos	2001	15 anos	contratada CLT fora da imprensa
Carla	38 anos	2003	16 anos	<i>freelancer</i>

Clarice	40 anos	2004	16 anos	contratada CLT na imprensa
Bruna	36 anos	2005	15 anos	vínculo especial/cargo comissionado de assessora de imprensa
Marcelo	36 anos	2005	15 anos	contratada CLT na imprensa

As 23 mulheres ouvidas nesta pesquisa tinham entre 36 e 63 anos quando as entrevistas foram realizadas. Sete entrevistadas, ou 30% delas, vivem em São Paulo, mas são de outros estados: duas do Rio de Janeiro (RJ); duas do interior do Paraná; uma de Manaus (AM); uma de Belo Horizonte (MG); e uma de Porto Alegre. Com exceção da manauara, que interrompeu os estudos em sua cidade de origem e os concluiu em São Paulo, as outras se mudaram para a capital paulista para trabalhar. As cariocas são oriundas da elite da cidade e as demais provenientes da classe média, como é melhor analisado na seção 3.2. *Origem social e elitização da profissão jornalista*. Quanto à formação, as paranaenses estudaram em instituições públicas em sua região, enquanto as demais se formaram em faculdades privadas. A manauara iniciou a graduação na universidade federal, mas a concluiu em uma instituição privada da capital paulista, a PUC-SP.

Quatro entrevistadas são do interior paulista: duas delas se formaram em faculdades particulares em suas cidades e duas mudaram para a capital para cursar Jornalismo. Nota para Thelma, de 36 anos: iniciou os estudos de Jornalismo na Cásper Líbero, mas o abandonou no último ano por ser inconciliável com a função de repórter da *Folha de S.Paulo*¹¹². Mais tarde, ela formou-se em Moda pela Universidade Santa Marcelina, sendo a única da amostra que não concluiu a graduação em Jornalismo.

Outras quatro entrevistadas são da área central de São Paulo: entre elas, uma formou-se na USP e as demais na Cásper Líbero. Outras quatro são de cidades da grande São Paulo, mas com um perfil de formação mais diverso: uma da USP; uma da Universidade Metodista; uma da Universidade de Mogi das Cruzes; e uma da Cásper Líbero. Por fim, três entrevistadas são de bairros periféricos da capital paulista. Dentre elas, uma formou-se na USP e as demais na Cásper Líbero.

Nota importante é o fato de as três mulheres mais velhas da amostra serem as únicas a terem estudado na universidade de mais prestígio, a USP. Da Cásper veio a maior parte das entrevistadas da amostra: 35% ou oito entrevistadas. Com exceção da faixa etária mais velha, há prevalência da Cásper Líbero em todas as demais faixas etárias, o que pode ser explicado

¹¹² Independente da exigência legal do diploma, obrigatório até 2009, a Folha nunca exigiu a formação em jornalismo de seus profissionais.

pela tradição da instituição – trata-se da mais antiga do país – e pelo prestígio em diversos rankings de universidades. Outra hipótese para essa prevalência de profissionais oriundos da Cásper Líbero é a ideia conhecida de um profissional “puxar” o outro para as redações. Há, ainda, uma hipótese meramente estatística, se USP e Cásper forem comparadas: enquanto a primeira oferece cerca de 60 vagas ao ano, a segunda oferta pelo menos o dobro disso. Embora não seja foco deste trabalho, trata-se de um tema que merece futuras investigações.

Quanto à formação complementar, a maioria, 56%, ou 13 entrevistadas, têm pelo menos uma especialização concluída e quatro são mestres (duas no exterior). Do total das mulheres ouvidas, cinco concluíram uma segunda graduação, têm uma segunda graduação incompleta, sendo que duas estão cursando uma segunda graduação no momento.

Na ocasião das entrevistas, 30% da amostra, ou sete mulheres, tinha vínculos formais de emprego, cinco na imprensa e duas fora (assessoria de imprensa e mercado editorial). Outras três eram contratadas como *PJ* - uma na imprensa e duas fora dela – e três jornalistas *frelancers*. Duas tinham vínculos específicos, uma com cargo comissionado no serviço público (assessoria de imprensa) e outra com contrato como correspondente internacional de veículo estrangeiro. Ainda quanto à situação profissional, quatro entrevistadas são aposentadas e duas estavam desempregadas. Por fim, duas haviam deixado o Jornalismo: uma para empreender no segmento de cuidados pessoais e a outra se tornou professora de yoga. Analisados em conjunto, esses dados indicam que: 43,5% das entrevistadas trabalham como jornalista (independente do vínculo); 8,7% estavam desempregada; 30,4% abandonaram as redações (seja para atuar como jornalista em outro setor, seja fora do jornalismo); e 17,4% se aposentaram.

Entre as mulheres, os arranjos familiares são os mais diversos, mas a maioria é mãe:, ou seja, 16 mulheres da amostra, ou 70% do total. Entre as mães, seis têm filhos já adultos, três têm adolescentes em casa e cinco têm crianças. Considerando que a amostra parte da idade de 36 anos, e maioria das entrevistas está na faixa entre 40 e 50 anos, é possível notar uma diminuição da fecundidade, em linha com o que é observado da sociedade como um todo, mas também uma questão que se coloca de forma mais firme para as mulheres jornalistas, como será detalhado adiante. Ainda entre as mães, sete são solteiras e vivem com os filhos, sendo cinco mães solo¹¹³ de crianças ou adolescentes. Do total das entrevistadas, nove são casadas ou vivem com o companheiro, sete vivem com os filhos, três moram sozinhas, duas moram com amigos e duas vivem com os pais. Neste último caso, nota importante: enquanto Sônia,

¹¹³ Mulheres que são mães e não vivem com os pais de seus filhos ou companheiros.

57, acolheu os pais idosos, Bianca, 45, viu-se obrigada a voltar a morar com a mãe após um longo período de desemprego.

Os cinco homens ouvidos tinham, na ocasião da entrevista, entre 36 e 54 anos e são formados em Jornalismo. Três deles são de fora de São Paulo – Curitiba (PR), Tabuleiro (interior de Minas Gerais) e Presidente Prudente (interior de São Paulo). Os três estudaram em universidades públicas em suas regiões de origem. Os dois entrevistados restantes são da região metropolitana de São Paulo, um do ABC paulista e o outro da periferia da Zona Leste da capital. Ambos estudaram Jornalismo na Universidade Metodista, instituição particular do ABC. No que diz respeito à formação complementar, dois deles concluíram especializações, dois iniciaram uma segunda graduação, mas não a completaram, e um formou-se em uma segunda graduação. Essas características da amostra dão indícios de uma origem social diferente entre homens e mulheres, que será discutida em mais detalhes na seção 3.2. *Origem social e elitização da profissão jornalista*. A despeito disso, todos mantiveram postos de trabalho estáveis ao longo da maior parte de suas carreiras, com vínculos formais, e apenas um está desempregado, o mais velho, mas após alcançar o topo da carreira, como diretor de redação em dois veículos da imprensa. Quando as entrevistas foram feitas, três deles tinham vínculos formais de emprego em veículos de imprensa e um tinha vínculo de sócio-quotista¹¹⁴ em veículo de imprensa. Os arranjos familiares da amostra masculina também difere dos encontrados entre as mulheres. Aqui, três deles são solteiros, sem filhos e moram sozinhos, enquanto dois deles são casados e têm dois filhos cada.

De todos os homens e mulheres ouvidos para a pesquisa, apenas uma mulher se declarou parda, enquanto os demais se autodeclararam brancos, o que confirma a falta de diversidade nas redações já apontada pelos números expostos anteriormente. A questão racial não é foco desta pesquisa e certamente necessita de novas investigações. Se a elitização da profissão é um importante marcador de exclusão que impedem que homens e mulheres negras estejam nas redações em maior número, pode haver uma contratendência, não captada pela amostra. É possível supor que a política de cotas para o ingresso nas universidades eleve a chegada de profissionais negros às redações, mas trata-se de fenômeno recente, impossível de ser captado pelo marco temporal desta pesquisa, que investiga as questões relacionadas às mulheres com mais de 35 anos, ou seja, que ingressaram no curso superior há cerca de 15 anos, antes, portanto, do início da adoção da política de cotas. Ainda que a presença de negros

¹¹⁴ Diferentemente do contrato como *PJ*, quando o jornalista abre uma empresa em seu nome e emite notas fiscais mensais ao contratante, o sócio-quotista passa a ter participação acionária no contratante, embora não tenha ação ou responsabilidade no gerenciamento da empresa. É uma figura jurídica utilizada com cada vez mais frequência para burlar a lei trabalhista, uma vez que, legalmente, trata-se de um sócio, embora com funções e relação de empregado.

e negras nas redações possa ter crescido nos últimos anos, certamente não foi nem de perto suficiente para atenuar a desigualdade ou o caráter elitista da profissão.

Quanto às gerações, a divisão deixa clara uma das discussões estruturantes desta pesquisa: a deterioração das condições de trabalho e vínculos com o passar do tempo. Na *Geração 1*, que nesta amostra é composta apenas por mulheres¹¹⁵, todas gozaram de longos períodos de vínculos formais que, inclusive, proporcionaram que quatro das seis que formam esse grupo tenham se aposentado. Uma delas já tem tempo de contribuição para também se aposentar, mas segue trabalhando em redação. A outra foi PJ por longos períodos e, por isso, não vislumbra a aposentadoria. Nessa geração, quatro delas são mães, ou seja 66% do total.

Na *Geração 2* – formada por nove mulheres e quatro homens – já há a prevalência de vínculos precários. Embora em plena idade produtiva, apenas cinco dos 13 jornalistas que compõe esse grupo são contratados formais na imprensa. Entre os oito restantes há três desempregados; duas *freelancers*; uma PJ; um sócio-quotista; e uma que abandonou a profissão e se tornou empresária. Quatro dos nove jornalistas deste grupo são homens e dois têm filhos. Entre as nove mulheres, seis têm filhos, ou 66%, mesma proporção da geração anterior. Nota relevante é que dentre as mães, duas são mães solo adotivas.

Por fim, na *Geração 3*, composta por oito mulheres e um homem, há três contratados formais na imprensa – um deles, o homem do grupo –; uma jornalista tem emprego formal em assessoria de imprensa, portanto fora da redação; duas têm vínculos especiais (uma assessora de imprensa com cargo comissionado e uma correspondente internacional); uma é *freelancer*; uma é contratada PJ por projeto; e uma abandonou o jornalismo e hoje é professora de yoga. O homem deste grupo é solteiro e sem filhos. Dentre as oito mulheres, cinco são mães, ou 62%, pouco abaixo do visto nas gerações anteriores. As três que não são mães afirmam que não pretendem ser.

¹¹⁵ Há um homem, Paulo, que com 54 anos se enquadraria na *Geração 1*, mas que ingressou na profissão apenas nos anos 1990 e, por isso, foi enquadrado na *Geração 2*.

CAPÍTULO III - ESTRUTURA SOCIAL E HIERARQUIAS: A ESCALADA DA PRECARIIDADE

3.1. Apresentação

Como já demonstrado ao longo deste trabalho, o Jornalismo é uma profissão exercida majoritariamente por mulheres brancas e jovens, mas não são elas, via de regra, a alcançarem os postos mais altos nas hierarquias das redações. Muitas das forças que operaram para estimular a ascensão masculina são semelhantes àquelas que podem ser observadas na maioria das profissões. Neste capítulo, o objetivo é expor, por meio da análise das entrevistas realizadas com mulheres jornalistas, como elas se enxergam nesse processo. Será exposto, também, que a hierarquia não existe apenas no organograma das empresas de comunicação, mas há também uma escala de valor entre veículos, editorias e atividades intra e extrarredação, mais ou menos almejadas pelos profissionais da área ainda durante suas formações. Será trabalhado, ainda, o que está sendo nomeado aqui de *escalada da precariedade*, a deterioração das condições de trabalho observada de forma crescente se comparadas as trajetórias dos jornalistas que compõem as gerações 1, 2 e 3 descritas anteriormente.

3.2. Origem social e elitização da profissão jornalista

Se os números mostram que o jornalismo é exercido majoritariamente por mulheres brancas e jovens, por contar com um contingente de trabalhadores que passou pelo ensino superior, temos um novo recorte a ser exposto: o jornalismo é uma profissão da classe média. Mas assim como a profissão se transformou profundamente ao longo dos últimos 30 anos, a origem dos profissionais também vem se alterando, com uma maior elitização da profissão, dado o caráter precário do trabalho realizado. Esta seção tem o objeto de mostrar que a relevância da origem social no desenvolvimento das carreiras e acesso a oportunidades, com atenção a como esse fenômeno se altera com o tempo, uma vez que o aumento da precarização se dá simultaneamente à elitização do jornalismo. Isso é relevante, pois são as mulheres das famílias de classe média e classe média alta que sofrerem com essa precarização, logo, com maior dependência. Como será detalhado adiante, a diferença observada na origem familiar dos homens e no desenvolvimento de suas carreiras confirma essa ideia. Entre as entrevistadas na *Geração 1* encontramos jornalistas oriundas da classe trabalhadora, o que acontece menos na *Geração 2* e menos ainda na *Geração 3*.

Mônica, de 58 anos, está na *Geração 1*. Nascida no ABC Paulista nos anos 1960, perdeu o pai aos 12 e foi criada com o irmão pela mãe, costureira. Seu horizonte profissional

não incluía o ensino superior, embora esse fosse seu plano. Com o nível superior inacessível até em projeto para maioria, houve espaço para que ela, mesmo trabalhadora, ingressasse na Universidade de São Paulo para cursar jornalismo em 1980, após um ano de cursinho feito com bolsa. A expectativa da família, inclusive, era dentro dos padrões da época ansiados para jovens mulheres de origem trabalhadora, como a atividade de secretária. Esse tipo de impasse entre o esperado pela família, o buscado por ela e o alcançado é um indício claro da ascensão social que foi permitida às mulheres da *Geração 1*.

Quando eu cheguei naquele momento de terminar o colegial, minha mãe trabalhava de costureira e o máximo que ela via, no universo dela, que ela já achava um sucesso, era ter uma filha secretária. Então, quando eu terminei o colégio ela me arrumou uma vaga, ou eu fui lá, não lembro direito, na G&E, que era uma grande empresa no ABC nos anos 70. Só que eu já tinha outros planos. (Mônica, 58 anos)

História semelhante tem Tânia, de 53 anos. Nascida em um bairro periférico da capital paulista, também filha de uma costureira, que se separou do marido após sofrer violência doméstica, Tânia foi mãe aos 18, o que não a impediu de cursar Jornalismo na Cásper Líbero, só um pouco mais tarde da idade ideal, aos 22. Por conta disso, o ingresso no Jornalismo foi nos anos 1990 e ela está enquadrada na *Geração 2*. A fala abaixo é carregada de emoção e mostra como o ensino superior tinha um lugar de “sonho distante”, possível apenas com uma dose importante de sacrifício. Percalços que valeriam a pena diante da ideia de que ele era capaz de garantir um futuro melhor para ela e o filho.

Eu fui ser vendedora na 25 de março, depois recepcionista em escritórios. Depois eu queria [um emprego no] banco, porque no banco se trabalhava meio período, ganhava mais, era registrado. Naquela época era isso, há mais de 30 anos. Ai consegui ir para o banco. Quando meu filho nasceu eu já estava no banco, então me separei. Entrei na faculdade, na Cásper. Quase tive um treco quando passei na Cásper porque era o sonho da minha vida. Imagina, eu conseguir entrar na Cásper com todo esse passado que eu tive, com filho pequeno... Uma vida que foi uma sequência de milagres. Eu passava fome para fazer faculdade. Eu tinha um filho pequeno, era bancária. (Tânia, 53 anos)

De origens semelhantes e com apenas cinco anos de diferença de idade, ambas tiveram carreiras bem diferentes e uma hipótese pode estar justamente no momento de entrada de cada uma no Jornalismo. Mônica, que iniciou a carreira ainda nos 1980, teve vínculos formais em toda a carreira e hoje é aposentada. Tânia, que chegou às redações já nos anos 1990, acumulou vínculos precários e sequer vislumbra a aposentadoria.

Trajetórias como a de Mônica se tornam menos comuns conforme a idade das entrevistadas diminui. Das 23 mulheres ouvidas, apenas elas vêm de famílias com profissões

que não exigem qualificação formal e, coincidentemente, nas quais mulheres são as chefes da família. Importante ressaltar, porém, que não está sendo considerado o critério da renda familiar, mas sim o da profissão dos pais que, no Brasil, sociologicamente é um indicador forte de origem social. Nesse sentido, foi relevante o número de entrevistadas filhas de professores. Se, por um lado, trata-se de uma profissão que não propicia rendimentos expressivos, é certamente uma profissão que gera um ambiente familiar de valorização dos estudos e da educação formal, especialmente importante em profissões intelectuais, como é o caso do Jornalismo. Como afirma Bourdieu, existe um capital cultural recebido da família que, em algumas profissões, pode ser tão ou mais importante do que a educação formal.

Transmitido diretamente pela família, não depende da inculcação e da consagração escolares, quer se trate de boas maneiras ou do bom gosto, ou mesmo da postura e do charme físico, produtos da interiorização das normas corporais em vigor na classe dominante, como são os ofícios artísticos ou semi-artísticos, intelectuais ou semi-intelectuais (BOURDIEU, 2007, p.168).

Não foi verificado entre as entrevistadas uma real oposição das famílias à escolha pelo Jornalismo, mas as dificuldades inerentes à profissão - baixa remuneração, longas jornadas e empregos instáveis, principalmente - foi ponto de questionamento e preocupação das famílias das classes mais elevadas, mesmo entre aquelas que iniciaram suas carreiras ainda nos anos 1990. Da maioria, foi ouvido que mesmo com preocupação houve apoio das famílias. Ficou evidente, ainda, que quanto maior o poder aquisitivo da família, maiores as ressalvas à escolha pelo Jornalismo.

Exceção para Alessandra, 41 anos. Filha da classe média, sofreu uma real pressão para que não optasse pelo Jornalismo. Filha de um economista e uma professora, a expectativa dos pais passava longe do Jornalismo, queriam que a filha fosse dentista. Enquadrada na *Geração 3*, no momento em que Alessandra realizou sua escolha profissional, já havia uma percepção de rebaixamento da carreira de jornalista e do trabalho na imprensa, “profissão para morrer de fome”:

Houve uma pressão muito grande dos meus pais quando eu decidi fazer Jornalismo porque eles achavam um absurdo. O meu pai é economista e minha mãe é professora. E meu pai conhecia jornalistas e ele dizia que isso é profissão para morrer de fome. E meu pai ficou tão em cima, fez tanta pressão, que quando eu saí do colegial eu prestei tudo que você possa imaginar, menos Jornalismo. E aí meu pai me mandou fazer Odontologia. Cheguei a me matricular, fui um dia na faculdade e desisti (Alessandra, 41 anos).

Filha de um casal de funcionários públicos e irmã de médica, Ana, que começou sua carreira em meados dos anos 1990, tem 53 anos e está enquadrada na *Geração 2*. Viveu diversos períodos de desemprego ou empregos precários ao longo das últimas décadas e não acha que conseguirá se aposentar nem pelo sistema público de Previdência, nem com recursos próprios. Por conta da instabilidade, obteve ajuda, inclusive financeira, da família ao longo dos anos e acredita ser vista, pelos familiares, como “a problemática”:

A minha mãe se aposentou certinho. Foi diretora de escola, se aposentou jovem. Meu pai também. Ele trabalhava na Receita Federal, contava com um histórico de muita estabilidade. Eu nunca vi minha mãe ou meu pai desempregados. Minha irmã (médica), desde o início de carreira, quando ela queria uma grana a mais, ela fazia um plantãozinho e resolvia o mês. Durante muito tempo eu virei essa pessoa na família, que é a problemática no trabalho. Eu trabalhei bastante, mas eu tenho essa imagem na família. (Ana, 53 anos)

Quanto mais jovem e mais abastada a família de origem, mais a escolha pelo Jornalismo soa como uma espécie de voto de pobreza. Filha de um profissional do mercado financeiro, Daniela, enquadrada na *Geração 3*, afirma, entre risos, ao se comparar com os demais familiares ou amigos da mesma origem social que a sua: “Eu sou sempre a pobre da galera. Mas foi uma escolha minha”. Ainda assim, reconhece uma espécie de frustração familiar com sua escolha e um desconhecimento, até dela mesma, da realidade da profissão, mesmo que houvesse um acesso social a esse tipo de informação:

Eu não tinha nenhuma informação de como era o mercado de trabalho, o que era a profissão... E uma das melhores amigas do meu pai era diretora de redação do Extra. Então, meu único modelo era uma chefona, uma mulher negra que chegou num cargo muito incrível e achava ela o máximo. Por isso eu achava que eu ia passar no vestibular e virar diretora de redação. Eu tenho um background de família rica do Rio, o meu pai vem do mercado financeiro, a gente sempre teve uma [boa] condição. E uma expectativa também da família de que eu ia ser uma médica ou eu ia fazer alguma outra coisa que tivesse dentro do padrão social da família e não foi nada disso (Daniela, 38 anos).

Ainda assim, reconhece que seu lugar de privilégio é fundamental para que atualmente tenha um bom emprego como correspondente no Brasil de uma agência internacional de notícias:

Isso é uma outra coisa que foi importante para a carreira: por ter feito um mestrado na Inglaterra, escrevendo em inglês, é que eu tenho o emprego que eu tenho hoje. (Daniela, 38 anos)

Obviamente, as redes históricas de privilégio operam para as mulheres jornalistas exatamente como operam na sociedade como um todo. Não é coincidência, portanto, que a mais bem-sucedida e estável entre todas as entrevistadas ouvidas pela pesquisa é também a que vem da família mais privilegiada. Manuela, aos 47 anos, enquadrada na *Geração 2*, é parte do mais alto escalão de um dos principais jornais do país, onde trabalha há 20 anos. Ao longo de sua carreira, não experimentou períodos de desemprego e vivenciou apenas uma das dimensões da precariedade do Jornalismo, as intensas jornadas que reverberaram sobre sua saúde mental, questão hoje superada. Filha de um funcionário do topo da administração da União aposentado, Manuela pode, em função do apoio familiar, iniciar sua carreira em trabalhos não remunerados, mas que foram chave para sua inserção na profissão, um privilégio possível apenas para as profissionais partes do estrato social mais elevado. Ela conta, abaixo, como a oportunidade de atuar sem remuneração reforçou contatos úteis para o desenvolvimento de sua carreira:

Foi muito bom porque ali [estágio não-remunerado em uma ONG] eu conheci a minha primeira chefe e era uma pessoa que tinha trabalhado muito tempo no Jornal do Brasil, no Dia. Eu fiquei dois anos na ONG. E aí eu me formei nesse meio tempo, ela me contratou e depois me levou para o Dia (Manuela, 47 anos).

Embora de gerações diferentes segundo os critérios adotadas na pesquisa, Manuela e Daniela têm dois pontos relevantes em comum: ambas são da elite carioca, nascidas na Zona Sul do Rio de Janeiro, estão no topo de toda a amostra desta pesquisa. Portanto, olhando para essas trajetórias da perspectiva social, fica evidente que a origem é determinante para o desenrolar de cada uma das carreiras. No entanto, esse ponto de partida se tornou cada vez mais determinado pela origem conforme a idade das entrevistadas diminui. Se numa ponta temos Mônica e Tânia, que puderam se inserir na profissão e crescer profissionalmente mesmo oriundas de camadas populares, com a necessidade de renda se impondo na juventude como prioridade conciliada com o estudo e a entrada na carreira jornalística, na outra ponta esse tipo de vivência desaparece e se tornam comuns situações em que, mesmo empregadas, as profissionais contam com algum tipo de auxílio financeiro das famílias de origem.

Considerando o apoio financeiro familiar, possível apenas para as famílias mais abastadas, é importante notar que dentre as entrevistadas, quatro revelaram ter ganhado um apartamento de presente da família, três delas enquadradas na *Geração 3* e uma na *Geração 2*. Elas reconhecem que a desobrigação de arcarem com os custos de moradia foi fundamental para o investimento no crescimento profissional.

Um exemplo é Thelma, enquadrada na *Geração 3*. Atualmente com 38 anos, nasceu no interior de São Paulo e ainda na infância já tinha em seu nome um apartamento na região central da capital paulista, para onde se mudou aos 17 anos para cursar a faculdade. Ela sabe que esse empurrão financeiro foi fundamental para refinar o capital cultural herdado de pai engenheiro e mãe bióloga e acumular repertório, necessidades em suas áreas de atuação, que são moda, gastronomia e tendências. Ela nunca experimentou nenhum período de desemprego ou precariedade. Hoje é contratada como *PJ*, mas declara ser uma opção para que tenha mais qualidade de vida. A fala abaixo se contrapõe enormemente ao testemunho de Mônica e Tânia, cujo acesso ao ensino superior e, conseqüentemente, à profissão, se deu por recursos financeiros próprios. Thelma afirma:

Para mim, até uns 30 e poucos anos, nunca foi momento de guardar dinheiro, era um momento de investir em formação. Toda viagem, todo estudo, todo jantar, ou garrafa de vinho, ou qualquer chance de qualquer coisa que tivesse uma ideia de ampliação de repertório, de formação, de conhecimento, era minha prioridade de investimento (Thelma, 38 anos).

Usando ainda a moradia como parâmetro, todas as entrevistadas da *Geração 1* têm pelo menos um imóvel próprio adquirido com rendimentos provenientes do Jornalismo. Na *Geração 2*, considerando-se apenas as mulheres, apenas duas não têm imóvel próprio. Dentre as sete que têm, apenas uma não o comprou com recursos próprios. Na *Geração 3*, além das três que ganharam um apartamento, apenas duas conseguiram comprar um imóvel. As demais (três) não acreditam que um dia poderão ter uma casa própria se continuarem no Jornalismo.

Na *Geração 2*, ambas que não têm imóvel próprio vivem em situação delicada: após longos períodos de desemprego e achatamento salarial, Bianca, 45 anos, se viu obrigada a voltar para a casa da mãe, enquanto Marta, de 48 anos, mora com um amigo que arca com as despesas da casa enquanto ela não se reestabelece financeiramente. Portanto, se no passado era possível ascender socialmente em relação à família de origem pelo Jornalismo, o mesmo movimento é menos verificado na *Geração 2* e inexistente na *Geração 3*. Pelo contrário: o Jornalismo tem se consolidado como paradoxal: uma profissão de elite, como será visto adiante na discussão sobre o desprestígio da profissão e o acesso a ela, e de rebaixamento social de suas profissionais em relação aos pais, processo que se dá concomitantemente ao aumento da presença feminina na categoria.

A origem geográfica foi outro ponto que se destacou durante as entrevistas. Embora um requisito básico para integrar a amostra fosse ter atuado boa parte de sua carreira em redações da cidade São Paulo, o fato do mercado paulistano ser o centro do Jornalismo no país

explica o fato das entrevistadas virem das mais diversas regiões do país. Apenas duas, Kátia, de 56 anos, e Adriana, de 50, são paulistanas de bairros centrais. É entre as mais velhas – das *Gerações 1* e 2, que se tem um maior número de jornalistas da região metropolitana, mas nascidas em cidades da grande São Paulo ou em bairros periféricos da capital. Considerando toda a amostra, como já apresentado, as duas vindas das famílias mais ricas são de áreas nobres do Rio de Janeiro, Daniela e Manuela. Na *Geração 3*, a maioria é de fora da capital, seja do interior do estado, seja de outros estados do país, o que gera desconforto para algumas, especialmente àquelas na faixa dos 40 anos, que experimentam uma deterioração veloz das condições de trabalho.

Mesmo vinda de uma família de classe média alta, Thelma é explícita em falar sobre seu medo de soar “caipira”. Aos 17 ela saiu de uma grande cidade do interior paulista para estudar na capital e aos 20 já era repórter da *Folha de S. Paulo*. Nem mesmo a forte consciência que tem das vantagens socioeconômicas para a construção da sua carreira espantavam a preocupação em expor a sua origem, como ela relata a seguir:

Todos os luxos que eu tive tenho certeza que ajudaram, inclusive, a eu ter conseguido todos os empregos que eu consegui. Óbvio que fez toda diferença do mundo quando eu fui trabalhar com gastronomia o fato de eu já conhecer dez vinícolas e já ter comido em muitos restaurantes legais, e não ter nenhuma vergonha de entrar num restaurante chique e sentar na mesa. E eu vi outras pessoas com outras histórias de vida que refletiam essa história, sofreram na carreira. Eu sempre tive um negócio de que eu não posso ser caipira. Por eu ser de fora de SP, eu ficava batalhando para saber tudo porque eu não podia expor a minha origem caipira. E depois, nesses 15 anos de redação, eu fiquei observando o quanto as pessoas que não tiveram as oportunidades que eu tive de grana se daram muito mal por não terem na hora essa ferramenta (Thelma, 38 anos)

Thelma está enquadrada na *Geração 3* e, lembrando que o corte da amostra foi 35 anos, sua história aponta justamente para a elitização do Jornalismo, uma vez que sua trajetória destoa muito daquela vivida pelas entrevistadas 20 anos mais velhas, notadamente aquelas da *Geração 1*. Outras entrevistadas mencionaram sua origem como barreira para o ingresso ou ascensão na profissão. Carla, de 38 anos, também enquadrada na *Geração 3*, é do interior do Paraná, onde cursou Jornalismo em uma universidade estadual e iniciou sua carreira. Ela vê como uma barreira ter iniciado a carreira fora de São Paulo, como afirma:

Eu sempre quis trabalhar em São Paulo, mas foi cômodo ficar em Londrina. Aí chegou um momento em que eu via que eu não tinha mais para onde crescer na minha carreira. Eu queria ser repórter, mas eu trabalhava numa imprensa regional, com muita ingerência política de governo e você tem uma liberdade sempre muito controlada. Então eu acho que eu saturei um pouco disso e também porque eu não me sentia mais desafiada. Sempre as mesmas questões. Então eu acabei vindo para

São Paulo numa fêria, conversei com algumas chefias e me mudei um mês depois para trabalhar no UOL. Mas eu tinha tentado muitas outras vezes mandando email, currículo, e era sempre muito difícil. Até que eu bati lá e foi mais fácil. Eu tive indicação também. Mas sempre foi muito difícil falar que sou de outro estado, de uma cidade que não é capital. Sempre foi uma barreira (Carla, 38 anos)

Histórias semelhantes têm Clarice, 40 anos, e Bruna, 36, ambas também da *Geração 3*. A primeira, também do interior do Paraná, onde estudou em universidade pública, não conseguiu iniciar a carreira no Jornalismo por lá mesmo depois de formada. Filha de professores universitários, somente aos 24 anos viu condições de se mudar para São Paulo e, com a ajuda de amigos, conseguir seu primeiro emprego em redação. Foi *PJ* apenas no primeiro emprego e, desde então, tem uma carreira estável em grandes redações, onde conseguiu, inclusive, tirar uma licença não remunerada para estudar por seis meses nos Estados Unidos. Embora também na *Geração 3*, Bruna, mais nova, vive uma história diferente, o que também aponta para a deterioração progressiva da carreira jornalística. Bruna via não só na sua origem uma barreira para chegar às grandes redações, mas também o desprestígio da instituição de ensino onde se formou. Natural de Santos (SP), mudou-se para o interior do estado com a família, que nos anos 1990 passava por dificuldades financeiras. Bailarina profissional, esse era seu trabalho ao longo da graduação, conciliado com estágios em Jornalismo. Até chegar em São Paulo, passou por várias redações no interior do estado, até decidir mudar de vez para a capital. Na fala abaixo ela expõe o peso dessas questões sobre sua confiança:

Eu tinha essa coisa de que eu precisava ir embora, não gostava do interior. Só que [no interior] eu tinha dois empregos, namorado e fui ficando. Eu acabei me formando lá, mas eu queria ir para São Paulo e não tinha coragem porque a minha faculdade era uma bosta, eu achava que nunca ia conseguir arrumar emprego. E fui adiando. E para sair de Assis eu fui rodando o interior do estado. Então primeiro fui para Marília, que já é uma cidade um pouco maior, aí lá eu já até comecei a ajudar a fechar o jornal. De Marília, fui para Franca e de lá para Jundiaí. Já independente da família, pagando tudo. A partir do momento que eu fui para Marília era eu sozinha, pagando aluguel, tudo. Quando eu fui para Marília eu tinha 22 anos. Foi quando o J. Ávila abriu a rede Bom Dia, levou um monte de gente da Folha, e a central era em Jundiaí. Então perguntaram se eu topava mudar para lá e já estava do lado de São Paulo (Bruna, 36 anos).

Nota relevante quando se fala em origem são as filhas de jornalistas. Entre as entrevistadas, são duas: Kátia, 56, enquadrada na *Geração 1*, e Marta, 48, da *Geração 2*. Ambas com percepções bem diferentes das influências que os pais jornalistas exerceram sobre suas escolhas, o que, provavelmente, tem a ver com a segurança de carreira distinta

experimentadas pelos pais, que proporcionou origens distintas entre elas, mas também com as próprias experiências, já que vivenciaram momentos diferentes do Jornalismo.

Kátia é filha da classe média paulistana. Seu pai trabalhou por quase 40 anos no *Estadão*, com passagens também por *Globo* e *Bandeirantes*. À mãe, dona de casa, cabia a organização não só da vida doméstica, de casa, marido e três filhos, mas também animadas reuniões de jornalistas e intelectuais que aconteciam na casa. Adolescente nos anos de chumbo, Kátia acompanhava curiosa os assuntos dos adultos e teve apoio financeiro e afetivo para seguir os passos do pai. Coursou, ao mesmo tempo, Jornalismo na Cásper Líbero e Ciências Sociais na USP. Acreditava, influenciada pelo pai, que uma formação mais robusta era essencial. Kátia trabalhou por duas décadas na grande imprensa antes de migrar para o mercado editorial, onde atua hoje:

Eu achava lindo falar que jornalistas sabem de tudo antes, eles sabem das coisas que ninguém sabe, então eu achava isso maravilhoso (...) A minha mãe é dona de casa, mas ela acompanhava meu pai. Então, enquanto eu fiz Jornalismo, eu não trabalhava, fazia só as duas faculdades. Naquela época, o meu pai conseguia manter a casa e 3 filhos só com o trabalho no Jornalismo. Pagando a minha faculdade, a do meu irmão, que fez Mackenzie, da minha irmã, que fez PUC (Kátia, 56 anos).

Diferentemente de Kátia, Marta, 48 anos, é da periferia de São Paulo. Viveu com os pais até a carreira engrenar, mas precisou trabalhar enquanto estudava. O pai jornalista teve passagens pela *Folha* e outros jornais menores, mas a atividade política é o que dava o tom da casa e a responsabilidade pela renda era da mãe, professora. As influências do pai lhe garantiram alguns empregos em jornais sindicais e na comunicação interna de entidades de trabalhadores, adiando sua chegada às redações tradicionais, o que só aconteceu quando ela já passara dos 30 anos, após uma década de atuação em comunicação corporativa.

Eu nunca me senti capacitada para ir para a redação. E aí tem uma questão mais profunda, eu tenho transtorno de ansiedade, minha autoestima é baixa, e eu achava que era muito concorrido, mesmo o meu pai vindo de redação. Ele trabalhou na Folha, em um jornal em Campinas, e eu adorava (Marta, 48 anos).

A origem social dos homens da amostra é bem distinta da observada entre as mulheres. Entre eles, apenas um vem da classe média, com pais com ensino superior, e a maioria trabalhava por necessidade mesmo antes do ingresso na graduação. Um deles, Alexandre, de 44 anos, enquadrado na *Geração 2*, é do extremo leste da capital paulista, perdeu o pai ainda criança e desde cedo tinha bicos e subempregos para ajudar a mãe e as irmãs. Tal histórico não o impediu de construir uma carreira em grandes redações, apenas com

breves períodos de instabilidade ou desemprego. Hoje, é do alto escalão de um dos maiores portais de notícias do país. Paulo, de 54 anos está desempregado após o fechamento do último jornal em que era diretor de redação. Sua origem de filho, irmão, sobrinho e primo de metalúrgicos do ABC, com a necessidade de trabalhar desde cedo, adiaram o ingresso na graduação, que só aconteceu sete anos depois da saída do ensino médio, por isso ele está enquadrado na *Geração 2*. O percurso teve um desvio, mas o levou rapidamente a ingressar em grandes redações e ao alcançar o topo da carreira, já que foi, além de diretor de redação de impresso, editor executivo de uma grande agência de notícias. Mesmo o entrevistado mais jovem da amostra, Marcelo, 36 anos, da *Geração 3*, tem um perfil diferente daquele visto entre as mulheres mais jovens. Filho de um comerciante e uma professora primária, nasceu numa pequena cidade mineira. Contou com apoio financeiro enquanto cursou universidade pública, também no interior de Minas, mas conseguiu emprego em São Paulo, em redação de prestígio, logo após a formatura. Nunca ficou desempregado, sempre em posições formais, e há 10 anos é editor na *Rede Globo*.

Diferentemente das mulheres, todos os homens, independente da geração na qual se enquadram, ascenderam socialmente em relação às suas famílias de origem, mesmo aquele que já vem da classe média, o que entre as mulheres só é visto, como dissemos, com as mais velhas. Entre os homens, apenas Alexandre não tem imóvel próprio, mas afirma ser uma opção. Os demais, diferentemente a amostra feminina, compraram seus imóveis unicamente com rendimentos provenientes do Jornalismo. Nenhum contou com auxílio das famílias de origem. Está dada uma inegável dimensão de gênero quando se trata da diferença no desenvolvimento das carreiras de homens e mulheres jornalistas. Quando comparamos as trajetórias dos jornalistas das gerações 1, 2 e 3 vemos que existe um claro pico de prestígio da carreira em meados dos anos 1990. Naquele momento, as mulheres da *Geração 1* já contavam com alguns anos de experiência. Entre as da *Geração 2* é visível que se beneficiaram mais aqueles que chegaram ao mercado mais no início da década na comparação com as tiveram um início de carreira mais próximo do ano 2000.

Dado que chama a atenção é a evolução do preço da educação superior, fator fundamental quando o assunto é elitização da profissão e a dificuldade de acesso para jovens da classe trabalhadora. Considerando a Cásper Líbero, instituição tradicional de onde veio a maior parte das mulheres da amostra, em 1996 a mensalidade custava R\$ 180,00 e o salário de um atendente de telemarketing¹¹⁶ era de aproximadamente R\$ 400,00. Se corrigida pela

¹¹⁶ A ocupação foi considerada nesta comparação por ser, desde os anos 1990, uma porta de entrada importante de jovens de origem trabalhadora no mercado de trabalho.

inflação do período, a mensalidade de 2020 seria de cerca de R\$ 800. No entanto, o curso de Jornalismo da Cásper Líbero custava em 2020 R\$ 2.540,64¹¹⁷, enquanto o salário de um atendente de telemarketing é pouco maior que um salário mínimo, R\$ 1.045,00. Trata-se de uma dimensão importante para olhar o perfil dos profissionais mais jovens. Se hoje o número de cursos de Jornalismo aumentou, assim como aumentou o acesso dos jovens ao ensino superior, a entrada nos cursos mais prestigiados e a chegada desses jovens ao mercado de trabalho se dá, hoje, muito mais pelo recorte de renda das famílias de origem.

Isso acaba por desenhar uma trajetória de rebaixamento socioeconômico que já pode ser vista, especialmente, nas profissionais da *Geração 3* em relação às suas famílias de origem, mesmo que essas mulheres na amostra tenham a partir de 36 anos, ou seja, pelo menos cerca de 15 anos de carreira. São profissionais com um capital cultural superior ao visto nas gerações anteriores, mas que não conseguem conquistar a independência financeira de suas colegas mais velhas, muitas vezes sequer recuperar o capital investido pelas famílias.

A reconversão do capital econômico em capital escolar é uma das estratégias que permitem à burguesia de negócios manter a posição, de uma parte ou da totalidade de seus herdeiros, permitindo-lhes tirar antecipadamente uma parte dos benefícios das empresas industriais e comerciais sob a forma de salários, modo de apropriação mais bem dissimulado - e sem dúvida mais seguro - do que a renda (...) A defasagem entre as aspirações que o sistema de ensino produz e as oportunidades que realmente oferece é, numa fase de inflação de diplomas, um fato estrutural que afeta, em diferentes graus segundo a raridade dos respectivos diplomas e segundo sua origem social (BOURDIEU, 2007, p.157 e 161).

Se considerarmos que o capital investido pelas famílias são direcionados apenas a “uma parte” de seus herdeiros, há uma dimensão de gênero que pode ser apreendida, pois talvez se trate de uma estratégia que não enxerga de maneira igualitária seus herdeiros homens e mulheres, assim como visto na sucessão dos próprios veículos de comunicação. Portanto, é possível inferir que as famílias que detêm esse capital o investem, sobremaneira, em carreiras de prestígio de seus herdeiros homens. As mulheres de famílias mais abastadas são lançadas a uma profissão em declínio, marcada pela precarização e pelo desprestígio crescentes. Em comparação, vê-se que os homens jornalistas, na maioria da amostra, são filhos da classe trabalhadora ou da classe média baixa, dependente de seus próprios recursos no acesso ao curso superior e na construção de suas carreiras. Ainda assim, alcançam os postos de maior prestígio e segurança na imprensa. Desenha-se, portanto, uma ideia importante quando olhamos o Jornalismo, as escolas de Jornalismo e, principalmente, os veículos da imprensa,

¹¹⁷ Disponível em < <https://casperlibero.edu.br/wp-content/uploads/2019/12/Edital-de-Mensalidade-2020-Casper-Libero.pdf> > Acesso em 22/06/2020.

como será visto adiante: existe uma hierarquia de prestígio, relatada pelos profissionais, que não coincide com critérios objetivos.

3.3. Hierarquias e aspirações: até onde chegam as mulheres jornalistas?

Questões de gênero aparecem constantemente nas falas das entrevistadas, em percepções do que seria inerente ao feminino ou ao masculino. Essas definições são contestadas entre as mais jovens e, às vezes, reproduzidos entre as mais velhas. A ideia de que mulheres seriam mais aptas para pautas amenas, por exemplo, enquanto os homens teriam mais condições de encarar temas mais sérios e espinhosos é uma constante. Para além disso, visões de mundo diferentes, construídas socialmente para homens e mulheres, estão presentes no dia a dia da produção jornalística. Isso aparece, por exemplo, no discurso de Carla, 38:

A gente tem percepções diferentes do que um homem para uma pauta. Não que nós sejamos mais sensíveis, mas nós temos um olhar para questões que os homens não têm e vice-versa. Isso não é gênero que define. Mas nas redações, a mulher problematiza mais coisas numa reportagem. E eu não sei se para chefe mulher isso é cansativo, ou é inseguro para ela. (Carla, 38 anos).

Um dos estereótipos de gênero mais comuns da sociedade brasileira reverbera com força no Jornalismo. Dos cinco homens ouvidos, três trabalharam no Jornalismo esportivo, mais especificamente com futebol. Entre as mulheres, que somam 23, apenas uma. Por outro em *hard news*¹¹⁸, o Jornalismo econômico é o mais feminino e onde se encontra, inclusive, um número expressivo de mulheres no alto escalão de grandes veículos. As falas abaixo, masculinas, ponderam a questão gênero quando avaliadas do ponto de vista do lugar das mulheres nas redações.

Começando por Paulo, 54, da *Geração 2*, que iniciou sua carreira no Jornalismo esportivo e migrou para a economia. Em mais de 20 anos de Jornalismo econômico, sempre foi minoria numérica, mas esteve no alto escalão por mais de uma década e usa palavras como “cuidado” e a ideia de que mulheres são “mais inteligentes” que os homens e por isso se destacam na economia. A fala dele aponta, ainda, para a elevada presença feminina em meados da década de 1990 e em um veículo digital, que, como será visto, sofre de desprestígio em

¹¹⁸ Termo utilizado em todo o mundo que, em tradução livre, pode ser “notícias pesadas” ou “notícias importantes”. Características fundamentais para esse tipo de notícia é que seu conteúdo precisa ser factual e preciso, o que impõe uma rotina intensa aos jornalistas que nela atuam. As editorias em que o *hard news* é mais presente, e valorização, são política e economia. As editorias de cidades e internacional também têm seu *hard news* valorizado, mas em momentos específicos, como em grandes catástrofes e fatalidades.

relação aos impressos. A observação de Paulo aponta para a porta de entrada que propiciou o aumento da presença feminina naquela década: postos de menor prestígio. Paulo afirma:

Eu não sei se tem alguma coisa na mulher que ela encaixa melhor na economia ou se de repente em algum momento da carreira algumas portas se fecharam para outras áreas. Hoje em dia você tem muita mulher fazendo Jornalismo político, mas na minha época não tinha. A Gazeta Mercantil sempre teve grandes jornalistas mulheres fazendo economia, mas diretor de redação só podia ser homem. Eu não sei se as mulheres têm maior cuidado, se sabe tratar melhor a fonte, eu não sei. Eu sei que em determinado momento você olhava para o lado numa redação de economia e só tinha mulher. Realmente. E os homens que tinham eram mais velhos. Mas eu acho que é porque as mulheres são mais inteligentes mesmo, porque elas sabem que quem é de economia tem especialização e ganha mais. Porque o moleque quer fazer futebol e vai ganhar salário de repórter por 20 anos (...) Quando eu entrei pela primeira vez numa redação digital foi no Investnews¹¹⁹, tinha uma proporção de 4 ou 5 mulheres para cada homem, era 1996 (Paulo, 54 anos).

Na visão dos homens, crenças como a de que as mulheres são mais caprichosas, detalhistas e, principalmente, mais estudiosas, explicariam a presença feminina no Jornalismo econômico, considerado “difícil” por alguns deles. Alexandre, 44, também da *Geração 2*, confirma que as mulheres estão nas editorias que “não disputam manchete”. Ocupando um cargo de poder decisório, se mostra ciente disso:

Vou falar quais são os núcleos que têm mulheres: são aqueles que não vão disputar manchete. É tecnologia, saúde, bem estar. Bom, economia sempre tem muita mulher porque as mulheres estudam para isso e os homens não estudam. Qual é a questão? Política é um ambiente machista e os homens acabam transitando melhor. Acaba sendo aquela coisa que ou as mulheres vão desistir ou as pessoas vão desistindo delas. E aí cadê mulheres nesses cargos que elas deveriam estar? Se não é para estar em reportagem, que elas estejam em edição. Mas não estar na reportagem é muito sintomático, é machismo estrutural. Eu estou lá há 9 meses (no atual veículo, um grande portal de notícias), tive poucas trocas, eu não demiti ninguém, mas as mudanças que eu fiz foi no sentido de trazer negros, porque não tinha, e a outra foi trazer mulheres. Por que mulher tem que falar de mulher? Por que que na economia, em que as mulheres se preparam para isso, elas não tem as vagas? Eu cuido dos desdobramentos do hard news e cuido das editorias especiais. No hard news só tem uma repórter e seis repórteres homens. E até ontem, porque ontem começou uma editora nova, que eu falei que ia contratar uma mulher, precisava contratar uma mulher, não vou contratar um homem, porque não dá, a gente precisa de alguma forma assumir isso como missão. Para mim, o que é mais complicado, é a editoria de especiais¹²⁰. Só tem homem. Eu acho que isso é uma violência. Teoricamente, são as pessoas mais gabaritadas. Então, quer dizer que só homem pode produzir matérias nesse nível? (Alexandre, 44)

Alexandre é chefe e sob sua coordenação então todas as editorias de *hard news* e também do núcleo que produz reportagens especiais. Ao longo de sua carreira, transitou como

¹¹⁹ Agência de informação econômica em tempo real da Gazeta Mercantil

¹²⁰ Editorias de reportagens frias, mas de fôlego e aprofundamento. Muitas vezes, cabe às editorias especiais reportagens que exigem tempo de apuração e acabam por ganhar grande repercussão.

repórter e editor por diversas delas, em economia, em jornais populares, cidades, cultura e futebol. Ele mesmo brinca que gabaritou em suas aspirações: queria trabalhar nas revistas *Placar* e *Bizz* e no jornal *Notícias Populares*. Passou por *Placar* e *NP*, e pela revista da *Rádio 89*, que nos anos 2000 tinha perfil de cobertura semelhante ao da *Bizz*.

Eu tinha alguns sonhos na faculdade de lugares que eu queria trabalhar, um era o NP, outro era a Bizz e o outro era a Placar. A Placar foi a primeira revista jornalística que eu comprei, eu era vidrado, toda semana eu ia para a banca esperar a Placar chegar, dos dez aos doze. Eu sempre gostei muito de futebol. E a Bizz foi o que me convenceu de fato a ser jornalista, eu tive uma piração com Legião Urbana quando eu tinha 13 anos e eu comecei a ficar revirando tudo que tinha, qualquer tipo de menção, então eu comecei a ler e a saber quem escrevia, e entender o estilo de cada pessoa que escrevia, tinha referências. Minha coisa era texto. E aí a referência do NP. Muita gente que escrevia na Bizz era do NP. Então eu ficava pensando que tinha exatamente a mesma linguagem que eu queria, só que mais popular, e ainda mais falando para pessoas que são da mesma origem que eu. E aí eu sempre ficava pensando, colocando na minha cabeça, que o ponto de partida que eu queria para a minha carreira era o NP, sabe? (Alexandre, 44 anos)

Paula, 44 anos, também da *Geração 2*, foi a única entre as entrevistadas que afirmou querer trabalhar com esportes no início da carreira, mas nunca passou pela editoria, e também era fã da *Bizz*. A cobertura esportiva só experimentou em um trabalho voluntário em uma rádio da grande São Paulo e em um breve estágio no início da carreira. A entrada de fato nas redações tradicionais acabou se dando pelo Jornalismo econômico, como ela conta:

Eu queria esportes. Ou cobrir guerra (risos). Coisa de sonho. Ou rock! Porque eu queria trabalhar na Bizz. Era uma coisa que eu comprava todo mês com o meu dinheirinho. E eu caí na economia. Eu nunca tinha visto a Gazeta Mercantil na vida. Eu comecei no serviço online, no Investnews. Eu fui cobrir setor, então era tecnologia, informática, telecomunicações, era pré-privatização. Eu cobri siderurgia, mineração, então... Você cobria um caixote. Imagina, eu queria cobrir guerra e, de repente, eu caio em economia (Paula, 44 anos).

Mesmo o mais jovem entre os homens da amostra chegou onde queria. Marcelo, 36, da *Geração 3*, saiu do interior de Minas Gerais logo após concluir a graduação em Jornalismo para cursar uma especialização promovida em parceria por USP a *Rede Globo*. Na sua leitura, as pessoas que conheceu ali abriram as portas para o mercado de trabalho em São Paulo, onde atua há 15 anos, sempre como empregado formal em redações. No *Grupo Globo* está há 10 anos e há seis é editor da *TV Globo*. Numa comparação, mesmo que superficial, entre ele e a mulher mais jovem ouvida, Bruna, 36, há uma importante discrepância de trajetórias, embora tenham origens familiares e geográficas semelhantes. Ambos vieram do interior, de famílias de classe média e cursaram especializações como estratégia de ingresso no mercado paulistano. Mas enquanto Marcelo tem uma carreira sólida e segura, Bruna transitou por

períodos breves em diversas redações e hoje é assessora de imprensa, para onde migrou após não conseguir se recolocar em redações. Para além do fato de que os homens da amostra experimentaram mais estabilidade ao longo de suas carreiras do que as mulheres da amostra, eles também alcançaram com mais frequência os postos almejados, o que não acontece comumente com elas. Nas hierarquias internas, também são eles que ocupam ou chegaram a ocupar mais cargos de chefia, fato já apresentado em números na seção 2.5 *Quantas são as mulheres jornalistas?*

Com exceção de Mara, 63, da *Geração 1*, que chegou à chefia de redação de sua área, arquitetura e decoração, só são encontradas, na amostra de mulheres, chefes do Jornalismo econômico. Como já mencionado, a extinta *Gazeta Mercantil*, já nos anos 1990, contava com muitas mulheres na redação e seu produto digital, o *Investnews*, herdou essa tradição. No entanto, se na *Gazeta* as mulheres subiam apenas aos cargos de edição, no *Investnews*, abaixo do impresso na escala de prestígio, algumas mulheres alcançaram a chefia de redação ao longo de existência veículo.

Se a “cultura Folha”, como será visto adiante, disseminou por diversas redações comportamentos nocivos de pressão, sobrecarga de trabalho e assédio, a tradição de mulheres na chefia do *Investnews* pode ter inaugurado uma espécie de *contágio do bem*: importantes redações do Jornalismo econômico como *Valor Econômico* e *Agência Estado* têm, em sua história, uma tradição de chefes mulheres, o que, obviamente, nem sempre se converte em melhores condições de trabalho ou de ascensão para outras mulheres, mas colabora para a superação de obstáculos à ascensão e permanência, como uma melhor compreensão das demandas da maternidade, por exemplo.

Sílvia, 53, enquadrada na *Geração 1*, foi mãe jovem, ainda no início da carreira. Gozou de licença maternidade no nascimento das duas filhas e pode retomar o trabalho, exatamente de onde ele parou, nas duas vezes, sem ver as pausas como prejuízo para o desenvolvimento de sua carreira. Atualmente aposentada, Sílvia teve importantes cargos de chefia nas redações de jornalismo econômico por onde passou. Ela fala da experiência:

A Gazeta Mercantil tinha uma coisa naquela época (entre o final dos anos 1980 e início dos anos 1990) que a chefe da sucursal em Brasília, e depois quando eu vim para SP ela veio também, era uma mulher. Ela tinha essa coisa de mãezona. Então, na verdade, por incrível que pareça, minha gravidez foi recebida assim, "nossa, que legal, que bacana". E eu era muito nova. Eu fiquei grávida porque eu quis, eu tinha 22 anos. Mas ok, não foi uma coisa que na época eu tenha sentido que isso me prejudicou (Sílvia, 53 anos)

O adjetivo “mãezona” foi usado diversas vezes pelas entrevistadas para classificar chefes mulheres que passaram por suas carreiras. No mesmo espírito, o *Valor* foi chamado de “matriarcado” por duas entrevistadas distintas. Há uma oposição tácita entre a ideia de patriarcado das redações tradicionais e a ideia de matriarcado apreendida nas falas a respeito das redações de jornalismo econômico. Geralmente, as mulheres se referem ao jornalismo econômico como um espaço melhor de trabalhar pela presença de mulheres em cargos de chefia, como conta Manuela, da *Geração 2*, com duas décadas de atuação em economia, passagem pela *TV Globo*, e hoje num cargo de alto escalão no *Valor Econômico*:

Diferente da Globo, que é um lugar com muito homem, o Valor é um matriarcado. Muita chefe mulher. Eu já ouvi falar que tem outros lugares que a própria mulher, a chefe mulher, é pior ainda. Mas o Valor não, o Valor é um lugar muito legal de trabalhar (Manuela, 47 anos).

A fala chama a atenção particularmente por vir de uma mulher, mas é sabido que a construção de estereótipos de gênero e suas consequências atingem também quem é alvo do sexismo, muitas vezes sem notar, como aponta Izquierdo (2000):

O sexismo não é uma questão da mulher, é um modo de estruturar subjetividades, relações econômicas, afetivas e eróticas, que reduz a riqueza humana e o campo de possibilidades, tanto de homens como de mulheres. Não é a biologia o cimento do sexismo, mas seu *locus* são as relações de procriação e a família. Sexismo e família, sexismo e patriarcado são pares indissociáveis. O conceito de patriarcado assinala a importância social da procriação e a regulação das relações entre sexos e idade. O sexismo dá lugar a uma forma hierárquica de administrar a procriação, que coloca, como representante do conjunto da família, o homem adulto, sendo que os demais membros a ele se subordinam e dele dependem (IZQUIERDO, 2000). Todavia se a posição de poder superior é exercida sempre por homens, não significa dizer que todos os homens são patriarcas, nem que o são todo o tempo. O patriarcado não só estrutura os sexos e suas relações, mas também as idades e as relações entre idade e sexo (IZQUIERDO, 2000 *apud* SOUZA, 2006, p.99).

O etarismo permeia muitas das discussões deste trabalho e atinge homens e mulheres no mercado de trabalho, na maioria das profissões. Mas algumas das falas obtidas na pesquisa de campo mostram que as redações reverberam um dos principais estereótipos de gênero, aquele que faz com que mulheres sejam consideradas velhas antes dos homens, que por vezes são valorizados exatamente pela sua experiência. “Nas comunicações, o preconceito contra a idade converge com certos pontos de vista em matéria de gênero: as mulheres de meia-idade costumam ser particularmente estigmatizadas como carentes de vigor” (SENNETT, 2006, p.90). As mulheres se sentem preteridas a partir dos 30 e poucos anos, enquanto os homens

sentem-se no auge aos 40 e preteridos na casa dos 50 anos. As falas abaixo apontam nesta direção:

Primeiro, é que eu sou velha para redação, com 34 anos eu ouvi de um editor do G1 que eu era velha para trabalhar em redação. Hoje eu estou com 38. É uma realidade, cruel, mas é. Eu sei que sou velha para redação e as redações elas te exaurem de uma forma que você abdica de muita coisa na vida pessoal. Mas uma coisa é você estar começando, e outra coisa é você estar há 15 ou 16 anos fazendo e ver que não muda (Carla, 38).

Logo depois da demissão eu pensei “ainda bem”, porque eu não ia dar certo naquilo e eu não dou um ano para ele fechar as portas. Só que aí depois eu pensei “E agora?”. Então agora eu estou na fase do “E agora?” Vou fazer 49 anos, nesse momento de crise, me perguntando: “E agora?” (Marta, 48 anos)

Me chamaram para uma entrevista, eu nem esperava mais. E aí um amigo homem tinha sido entrevistado duas semanas antes. Ele falou que tinha sido entrevistado por dois editores, um homem e uma mulher. E quando eu cheguei eram seis pessoas. Eu achei constrangedor. Só tinha uma mulher. Eu tinha uma sensação de que eles não estavam entendendo o que eu estava falando, principalmente o chefe. Porque era para o site da CNN. Não entendia o que eu tinha feito nos outros lugares que eu trabalhei, por exemplo, era uma coisa meio esquisita, seis pessoas. Tipo, tudo homem, só uma mulher. Mas o que eles pediam eram experiência em política. Que eu tenho muita. Experiência em economia, que eu tenho também. Experiência em redes, que eu tenho, experiência em site, que eu tenho também. Mas eram todos bem padrãozinho, todos brancos. Eu era mais velha até do que o chefe. Eu tenho certeza que foi por idade. Certeza. Eu não tenho a menor dúvida. Eram 36 vagas. Se fosse uma vaga, tudo bem (...) Eu já fui algumas vezes rejeitada por ter 40 anos e meu chefe ter 40 anos. Eu lembro de um freela, eu fui ligar para o cara, estava conversando com ele por telefone e ele perguntou quantos anos eu tinha. Eu nem tinha 40. Ele falou que estava querendo [contratar alguém] mais jovem porque ia pagar pouco. Em um ano eu devo ter conseguido cobrir minhas contas uns dois ou três meses, de um ano (Ana, 53).

TV eu acho que é onde se concentra o maior ego, porque eu acho que trabalha com imagem, né? Eu fui repórter e apresentadora por muito tempo e na minha idade eles não querem mais me colocar no vídeo. Mulher tem que ser a magrinha, a bonitinha (Tânia, 53).

Depois dos 40 eu subi um patamar. Foi a partir dos 40 que eu comecei a ter algum planejamento financeiro. Mas para as mulheres tem um etarismo muito forte. Eu vejo que no UOL o perfil tá mudando um pouco, eu começo a ver mulheres mais velhas trabalhando, mas vejo sempre muito mais homens mais velhos. O etarismo pesa muito (Alexandre, 44 anos).

Eu acho que a idade é um limitador sim. É mais fácil você pegar um cara de 40 anos do que um de 50 (Paulo, 54).

O etarismo, evidentemente, é sofrido por homens e mulheres no mundo do trabalho, um desafio imposto tanto para a permanência quanto para a recolocação profissional. No entanto, há uma inegável dimensão de gênero, uma vez que homens se beneficiam de estruturas de poder e privilégio poucas vezes acessadas pelas mulheres. Se mulheres não ascendem nas hierarquias, sejam as internas das empresas, sejam as que regem os status entre

veículos, editorias e tipos de mídia, não alcançam o prestígio possível aos homens. Como define Scott (1995):

O gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. Seria melhor dizer: o gênero é um campo primário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado. O gênero não é o único campo, mas ele parece ter sido uma forma persistente e recorrente de possibilitar a significação do poder (SCOTT, 1995, p.88).

A edição 1258 do semanário *Jornalistas&Cia* circulou no dia 1 de junho de 2020, data em que é comemorado o Dia da Imprensa no Brasil. Especializado em noticiar os bastidores das redações, vai-e-vem de profissionais e outras informações de interesse de jornalistas de redação e assessores de imprensa, a edição comemorativa trouxe o depoimento de 128 jornalistas e suas trajetórias profissionais. Apenas 40 mulheres constaram na homenagem. Se elas são mais de metade das profissionais nas redações, porque representam apenas 30% das homenageadas em uma publicação que tinha como objetivo celebrar a imprensa? É sutil, mas simbólico, do lugar que as mulheres ocupam quando o assunto é prestígio e valorização.

Os pressupostos que guiam esta pesquisa já foram verificados por Aline Leite (2015), que estudou especificamente a questão de gênero entre jornalistas no estado de São Paulo. A autora afirma que, assim como ocorre em outras profissões que se feminizaram, no Jornalismo o crescimento expressivo do número de mulheres entre os profissionais não resultou em acesso correspondente a lugares de destaque.

As profissionais continuam ganhando menos do que seus pares e exercendo menos cargos de chefia. Embora as mulheres predominem na profissão em termos quantitativos, suas posições dentro das relações de poder permanecem, em geral, inalteradas. São maioria entre os que realizam trabalhos precários ou como *freelancers*, saem mais rápida e frequentemente das carreiras jornalísticas e têm presença minoritária nos altos cargos, sendo preteridas nas promoções de carreira, são raras entre os profissionais que estão no topo da carreira, sendo menos encontradas nas funções de editoras-executivas, diretoras e presidentes (NORTH, 2009), e estão, em grande medida, limitadas às “notícias brandas” (*soft news*) (ALDRIDGE, 2001; CHAMBERS, STEINER & FLEMING, 2004) [...] Assim, embora existam avanços, as mulheres têm se afastado das posições de liderança, dos processos de tomada de decisão e dos progressos na carreira nas empresas jornalísticas. (LEITE, 2015, p.96)

A dificuldade das mulheres em ascender aos postos de chefia é tema fundamental dos estudos de Marcia Veiga (2014). Ela realizou uma pesquisa etnográfica em uma importante redação de Porto Alegre (RS) e concluiu que as características esperadas de uma liderança não coincidem com as características projetadas nas mulheres pelo senso comum. Ela conta, em seu *Masculino, o gênero do jornalismo* que, quando um editor-chefe sai de licença médica, o natural era que o ocupante do cargo fosse o segundo profissional na linha de ascensão, uma

mulher, Kátia. No entanto, sua postura mais horizontal em relação à equipe e o cuidado com a abordagem das pautas, especialmente com um cuidado ético em relação a temas mais espinhosos como os ligados à violência ou denúncia, a colocaram em desvantagem. Em clara disputa pela vaga, Antônio se coloca numa postura de mando. Kátia não obtém legitimidade diante da equipe, que chega a dizer à pesquisadora que não tinha as características de verticalidade e pouca abertura, de autoridade, exigidas para o cargo. Ao consultar os colegas, sua postura era vista como insegurança. Cláudia, outra profissional da mesma empresa, em contrapartida, parece encarnar as características tidas como *masculinas* e ascende. A ela, frequentemente, são atribuídos adjetivos como *mandona* e *dominadora*, palavras não dispensadas a Antonio. Por isso, é importante refletir sobre como as convenções sociais sobre masculino e feminino são criadas e associadas a diferentes formas de relação de poder e como essas convenções produzem hierarquias e desigualdades (VEIGA, 2014, p.80).

O estereótipo verificado por Veiga foi mencionado de maneira bem explícita por uma das entrevistadas quando fala especificamente dos chefes em sua passagem pelo *GI*, considerado por ela um ambiente de trabalho hostil e agressivo. Clarice, 40 anos, enquadrada na *Geração 3*, afirma:

Isso é engraçado. Porque eram ou homens, ou mulheres masculinizadas, que viravam chefe. Mulheres que falavam muito palavrão, que gritavam. Isso pegava muito bem no GI. Quanto mais babaca você era, mais eles valorizavam, eles achavam isso liderança. E eu era gatinha, novinha e sorridente. E eu sempre fui muito assim, e sou. E no GI eu falava que não queria virar uma pessoa babaca (Clarice, 40 anos).

Como afirma Leite, a carreira de jornalista é segmentada e estratificada segundo diferenças de gênero quanto à remuneração, à jornada de trabalho, às funções e aos veículos de comunicação em que atuam. Os setores em que as mulheres estão mais concentradas são: revistas segmentadas, setores *extrarredação*¹²¹, nas assessorias de imprensa e universidades, televisão e agências de notícias. Os homens, por outro lado, têm presença majoritária nos setores tradicionais, como o jornal impresso. A autora lembra que diversos estudos que buscam compreender quais são os padrões de gênero que estruturam as hierarquias que segregam a profissão frequentemente recorrem ao mecanismo do teto de vidro para explicar as barreiras invisíveis que se apresentam como obstáculos à ascensão na carreira. A cultura de

¹²¹ São considerados postos de trabalho para jornalistas *extra-redação* aqueles em agências de comunicação e publicidade, assessorias de imprensa, setor público, universidades, empresas públicas, empresas de economia mista, entidades de classe, ONGs, entre outros.

notícias de grande parte dos jornais ainda é definida em termos masculinos, preservando, com isso, uma “cultura machista” nas redações, o que corrobora as investigações de Veiga.

Ainda segundo Leite, as pesquisas que analisaram o processo de feminização do jornalismo mostram que a presença majoritária das mulheres na profissão não representou um empoderamento das mulheres no Jornalismo:

As mulheres têm menos possibilidade de ocupar as matérias de capa dos jornais (CHAMBERS, STEINER & FLEMING, 2004), têm menos experiência em cobrir as *hard news* – que são as notícias mais valorizadas do jornalismo por serem vistas como um acontecimento verdadeiro e que demanda urgência de apuração e publicação – porque exigem rotinas de trabalho muito intensas, o que é incompatível com suas responsabilidades com seus dependentes (ALDRIDGE, 2001), são impedidas de ascender profissionalmente em função da “cultura machista” e “hegemonicamente masculina” que impera nas redações de todo o mundo (NORTH, 2012), são mais suscetíveis de passar por alguma experiência de discriminação ou ter conhecimento de que alguma mulher foi vítima de preconceito nas redações (ALLAN, 2010) e se inserem em maior número justamente nas áreas consideradas menos valorizadas da profissão (ROCHA, 2004) (LEITE, 2015, p.97).

Outro ponto mencionado nas entrevistas que facilitaria não só a permanência dos homens por mais tempo nas redações, mas também a ascensão deles estaria ligada a uma rede de contatos, a uma interação extratrabalho, ainda não totalmente acessível às mulheres, mesmo sendo elas a maioria. Como assinala Régine Bercot (2015), a persistência de desigualdades entre homens e mulheres reflete a divisão de poder no trabalho baseada em uma separação por sexos e se manifesta primeiramente na socialização diferente para homens e mulheres que estejam no mesmo ambiente. Sônia é da *Geração 1* e ainda atua em redação. Sua fala reflete a ideia dessas redes de contato que fortalecem privilégios:

Mas há realmente isso dos homens, na nossa profissão acaba sendo aquela turma, um dia indica, um é amigo, um acaba puxando o outro. Isso funciona mais com os homens do que com as mulheres. Porque a mulher vem, trabalha, e vai cuidar da vida, tem filho. Hoje mudou muito, mas o homem é aquela coisa mais de grupo, do futebol, de beber, e acaba realmente um puxando o outro. Tanto que essa coisa de colunistas, eu estou achando bárbaro que a mulherada começou a se impor também (Sônia, 57 anos).

O otimismo da veterana, porém, não é visto por sua colega Thelma, 20 anos mais jovem e enquadrada na *Geração 3*. Ela não só identifica o problema, como vê um retrocesso, que sinaliza a deterioração do mundo do trabalho dos jornalistas:

Eu acho (a falta de mulheres nas chefias) que é um reflexo, ou mais uma manifestação, de um fenômeno que é grande, é global. Eu acho que a gente no Brasil está vivendo isso de um jeito horrível. A gente viu uma época de avanço e agora que esse avanço ficou muito próximo de todos e as pessoas que ainda tinham a

grana falaram "Vamos voltar um pouco, isso passou do limite" e a gente está vivendo isso em nível global e, nas redações, eu acho que é um 3x4 desse fenômeno. E aí pensam que é só fazer uma coluna de mulheres e já resolve o problema do feminismo. Já ouvi muito que isso é cíclico, uma hora um, outra hora outro. É groselha. (Thelma, 38 anos)

Mesmo Bianca, que aos 45 anos se enquadra na Geração 2, percebe os reflexos de uma cultura machista mesmo em um ambiente onde mulheres formam a maioria:

Tem a ver com a nossa cultura machista mesmo, de sempre privilegiar os homens. E as pessoas quando sobem, ao mesmo tempo que elas não têm muita noção de gestão, parece que elas esquecem como que é o dia a dia de quem tem que ir para rua, ter que correr atrás de fulano. Eles esquecem completamente o que é nossa realidade de repórter (Bianca, 45 anos).

Para Ana Maria Veloso (2017), o momento de transição das empresas de mídia contribui para essas percepções diferentes sobre um mesmo tema. Segundo a autora, a adoção de valores que se aproximam da paridade de gênero convive com atitudes institucionalizadas nas rotinas de produção que traduzem a divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo que perduram e impedem muitas mulheres de almejar cargos executivos.

Os tetos de vidro são reais em um mercado onde a reprodução do patriarcado fundamenta as opressões/discriminações praticadas contra o gênero feminino e é responsável pela primazia masculina em boa parte das corporações. As mulheres não estão no topo do poder, em igualdade de condições com os homens, nas cadeias de informação por conta dos reflexos de uma subordinação consciente. Estamos lidando com análises que evidenciam resquícios de uma violência simbólica. Elas têm sido silenciadas nas redações (...) Os jornalistas apareceram claramente como sujeitos constituídos por gênero. E os atributos de gênero perpassavam as relações como marcadores de distinção e como elementos que correspondiam aos lugares que ocupavam e/ou às características pelas quais eram reconhecidos. O mapa das relações de gênero, de poder e prestígio percebido apontaram para um tipo de hierarquia que revelou uma similaridade com os modos como as hierarquias de gênero e poder se estabelecem nas relações sociais de forma geral. Ou seja, os atributos de gênero mais valorizados na hierarquia do jornalismo, no programa em análise (nos cargos, nas relações de poder, nas notícias, entre os programas, etc.), interseccionados com os marcadores de classe e geração, entre outros, equivalem aos atributos e marcadores mais valorizados na heteronormatividade (VEIGA, 2014, p. 13, 2013-2014).

O fenômeno *teto de vidro* propõe um modelo de discriminação que coloca a produtividade feminina em um nível abaixo da masculina, supondo que os homens são mais bem preparados e disponíveis ao trabalho. As mulheres são subestimadas ou preteridas e passam a viver uma batalha constante para entrarem e se manterem nas redações. Assim, as trajetórias profissionais acabam por serem dificultadas por aspectos socioculturais sutis, muitas vezes sequer percebidos por elas mesmas, relacionados ao gênero, e não à qualificação

ou competência. São barreiras invisíveis enfrentadas pelas mulheres, fortalecidas pelo machismo estrutural vigente nas relações profissionais, mas também nas afetivas.

A concentração de mulheres na chefia em poucos segmentos da produção de notícias é um dos impedimentos para a permanência e ascensão das mulheres nas redações, mas não o único. O corporativismo masculino fala alto. Enquanto os homens confirmam que conhecer pessoas é fundamental para entrar, se manter e subir na carreira - e também se recolocar em momentos de adversidade - as mulheres se ressentem de essa ser a dinâmica imposta para a obtenção de um posto de trabalho e que o desempenho profissional muitas vezes é secundário diante das sociabilização com os colegas, da autopromoção e do jogo político dentro das redações.

Estamos tão habituados aos papéis atribuídos respectivamente a homens e mulheres na vida social que nos parecem naturais, e são considerados como normais, evidentes, relacionados com o biológico. A nossa tese é que o mal-estar no trabalho das mulheres difere do dos homens em parte pelo fato de existir essa relação social. Com efeito, a vivência das pressões organizacionais deve ser somada à competição pelos postos de trabalho. Por exemplo, dificuldades relacionadas especialmente e massivamente pelas mulheres em grande número de trabalhos, especialmente os do universo masculino, mas também no campo das hierarquias (...) As mulheres não podem manter seus postos de trabalho com tranquilidade. No universo masculino e, com frequência, nos contextos hierárquicos, elas esbarram em preconceitos relacionados com sua disponibilidade ou capacidades (BERCOT, 2015, p.115-116).

O teto de vidro, porém, paira sobre a cabeça das mulheres independente do nível de entrega que elas tenham ao trabalho, como visto, recorrentemente nas falas das entrevistadas. Numa carreira que exige um alto nível de entrega de tempo, a conciliação entre vida profissional e afetiva muitas vezes se torna insustentável. Para elas, o nível de renúncia cobra um preço pessoal muitas vezes impagável. Para os homens, os mecanismos construídos pela sociedade patriarcal dão o apoio subjetivo necessário para os altos níveis de dedicação, mas também o objetivo, da esposa que comumente renuncia às suas próprias ambições, ou as redimensiona, para que toda e qualquer demanda doméstica seja atendida. A agenda masculina é integralmente dedicada ao trabalho e seu desenvolvimento profissional.

Quando se olha para as hierarquias externas, se manifesta uma escala de prestígio entre tipos de mídia, veículos e editorias quando olhamos para as aspirações dos jornalistas entrevistados. Entre as editorias, as de *cultura* e *política* são as mais citadas como aspiração profissional e a *Ilustrada*, editoria de cultura da *Folha*, destino dos sonhos de muitas das mulheres ouvidas. O reconhecimento público e dos pares, diretamente ligado ao veículo em que se está, é ponto fundamental para o conceito de sucesso, que depende mais de

reconhecimento e prestígio do que de rendimento financeiro ou condições de trabalho. Ana, da *Geração 2*, é exemplo desta ambição profissional:

Na minha geração muita gente queria cultura e acho que hoje nem tanto. Eu queria trabalhar na Ilustrada, no Caderno 2, mas eu achava meio impossível. Porque eu não conhecia ninguém, eu não sabia nem como entrava, eu não tinha a menor noção de mercado de trabalho, não tinha noção de nada. Então eu fazia as coisas que apareciam e eu gostava. Uma coisa que eu percebi é que eu gostava (Ana, 53 anos).

Mais jovem e com um envolvimento com a cultura desde a infância, Bruna, 36, da *Geração 3*, também queria chegar à *Ilustrada*, e chegou. Adjetivos como “moderna”, “descolada”, “acessível” são usados por várias das entrevistadas para falar da *Folha*, em oposição a “sério”, “antigo”, “sisudo”, “jornal do meu vô” para se referir ao *Estadão*. A *Folha* e sua *Ilustrada* ocupam importante papel de idealização do trabalho na fala das entrevistadas em oposição a atividades com menos reconhecimento. A resistência em trabalhar com comunicação corporativa ou atividades que dialoguem mais com o mundo da publicidade do que do Jornalismo, como publicações customizadas ou conteúdo para marcas, é notória, mesmo quando há uma espécie de autoconsolo em suas falas.

Tânia, de 53 anos, da *Geração 2*, voltou há pouco mais de dois anos a atuar em redação de TV, mas para completar a renda segue fazendo *freelas* de assessoria de imprensa e conteúdo digital para empresas. Assessoria de imprensa foi seu ganha-pão principal por dez anos antes da volta à redação.

Faz uns 12 anos que eu saí do Diário do Comércio, eu fui demitida. Aí fui aprender do mundo corporativo, que eu detesto. Mas fui ganhando mais. Eu não fui ganhando muito mais, acho que uns 20%. Eu fiz alguns cursos de social media. Eu faço até artezinha. Eu acho que eu preciso muito dessa coisa tecnológica, isso me pega muito ainda. Há pouco tempo eu aprendi a subir vídeo no YouTube, agora eu sei direitinho. Mas o básico de conteúdo diferentes, as minhas stories são super bonitinhas. Eu acho que eu tenho que aprimorar muito, mas esse é o caminho para mim. Um conteúdo bom, isento, de bom gosto. Para pessoas que têm muito a dizer (Tânia, 53 anos).

Freelas em assessoria de imprensa também foi o caminho encontrado por Adriana, de 50 anos, está há oito desempregada. Aos 42 anos, ocupando um alto cargo executivo em um canal de TV por assinatura, se viu demitida e até hoje não conseguiu recolocação adequada. Acumulou boas economias em seus quase 20 anos de carreira, recursos que, nas palavras dela, “acabaram de acabar”.

A preocupação financeira não era imediata, mas eu queria trabalhar. Dinheiro acaba, o meu acabou de acabar. Faço freela de assessoria, mas tenho poucos. O que eu quero é um emprego, mas a dificuldade de colocação é grande, tem muito a ver com a qualificação e com os últimos salários, com certeza (Adriana, 50 anos).

O caminho das publicações customizadas¹²² foi o encontrado por Júlia, 49 anos, em meados dos anos 2000, quando os *freelas* em jornalismo cultural, até então suficientes para manter a renda de sua família, começaram a rarear. Ela, que se enquadra na *Geração 2*, testemunhou a queda de retorno financeiro das atividades tradicionais do Jornalismo e reconhece a frustração ao se ver obrigada a migrar de área, mesmo considerando a estabilidade, a remuneração e as melhores condições de trabalho na editora de publicações customizadas. Ainda assim, ela aponta para uma das dimensões mais relevantes da precarização do trabalho no Jornalismo, a intensificação das jornadas e o acúmulo de tarefas, um crescente ao longo do tempo, como ela afirma:

Tem um preconceito com a customizada, mas acho que o crescimento das customizadas, lá em 2000, já era um sinal de que o mercado mudava. Claro, Jornalismo rolava lá no Estadão, na Folha, e o que a gente fazia ali era um Jornalismo misturado com publicidade. É o que virou o branded content¹²³ depois. Que é essa coisa do conteúdo para mídias sociais, que é um flerte, uma mistura de Jornalismo com publicidade. Eu acho que eles descobriram que o jornalista é mais barato que o publicitário, escreve bem, os caras da arte seguram bem a onda, então é uma mão de obra mais barata (...) Pagava bem. Eu acho que nessa época, 2006, 2007, já é um outro momento do mercado. Lá [na customizada] eu era P.J. Mas eu tinha décimo terceiro, tinha férias. E nesse período eu comecei como editora, depois de uns quatro anos fui contratada para ser diretora de redação de um dos títulos. Eu acho que as customizadas, também olhando em retrospectiva, é aquela coisa do profissional multiuso, que eu acho que é uma coisa neoliberal, que vem cada vez mais se fortalecendo. Você tem que saber todos os programas de computador, saber inglês, alemão e francês, saber servir cafezinho, saber dirigir, fotografar, é uma coisa multitarefa. O diretor de redação que fazia essa interface com o cliente. Mas nós não nascemos para isso. Porque nesse caso é um trabalho publicitário, de atendimento. E você ia contra tudo o que você aprendeu na faculdade, pelo menos o que eu aprendi, o que me levou ao Jornalismo, era totalmente o contrário do que eu fazia. Eu fiquei bem deprimida. Eu ganhava um salário ótimo porque era diretora de redação de duas revistas. Em 2012, já começou a minha crise profunda. Nunca foi muito tranquilo, mas eu ganhava bem (Júlia, 49 anos).

Há, ainda, uma clara supervalorização do jornalismo impresso das revistas, considerado mais aprofundado e, logo, mais difícil de se alcançar. Já a TV é vista como superficial. Vê-se, portanto, uma clara hierarquia entre veículos e editorias. A fala de Bruna contempla muito do que foi dito por várias entrevistadas. Ela, que se enquadra na *Geração 3*, afirma:

¹²² Publicações que servem de contato entre a empresa e o seu público, por meio de conteúdo exclusivo e informações específicas sobre o seu negócio, como as revistas de bordo das companhias aéreas, por exemplo.

¹²³ Conteúdo produzido pelas marcas em diversos canais, desde redes sociais e *blogs* a programas de TV.

Eu sempre fui bailarina, tocava piano, sempre fui ligada à área de cultura. Quando eu comecei a fazer Jornalismo, meu foco era fazer especialização em Jornalismo cultural e trabalhar em um caderno de cultura. Meu sonho era trabalhar na Ilustrada (...) Porque era mais moderna. Eu gostava de ler o Caderno 2, porque tinha espaço para escrever sobre tudo, porque escrever sobre cultura em espaço pequeno era horrível, mas a Ilustrada era moderninha e eu estava no auge da minha modernice. Eu lia a Bravo, eu lia a Cult. Mas se eu já achava impossível chegar em um jornal, imagina chegar em uma revista de cultura? A revista estava em cima e eu nunca ia alcançar (Bruna, 36 anos).

Independente de onde estão hoje, todas as entrevistadas relataram que seu objetivo quando escolheram o curso de Jornalismo era trabalhar na chamada grande imprensa e, das 23 mulheres ouvidas, apenas uma queria trabalhar em TV. As demais tinham no Jornalismo impresso sua aspiração profissional. A *Folha de S.Paulo* é citada diversas vezes pelas entrevistadas, especialmente por aquelas que ingressaram na universidade em meados da década de 1990. As únicas exceções, compreensíveis, são as duas cariocas, que tinham o *Jornal do Brasil* e *O Globo* como referências na juventude, mas acabaram por construir suas carreiras em veículos paulistas. O *Jornal do Brasil*, que gozava de prestígio nacional nas décadas de 1970 e 1980, foi citado por Mônica, da *Geração 1*.

O veículo mais citado entre os “sonhos” das entrevistadas – a *Folha* – é também o que conta com a pior reputação de condições de trabalho, também pela voz das próprias entrevistadas e entrevistados. Seja na própria *Folha* ou em outros veículos do mesmo grupo, como *UOL*, *Agora* ou a extinta *Folha da Tarde*, são vários os relatos de informalidade, jornadas extensas, excesso de plantões e abusos morais, como nos relatos abaixo. Questões que atingem também os homens, mas com reverberações distintas sobre suas vidas privadas, como será visto no *Capítulo IV*. Os testemunhos abaixo refletem momentos diferentes. Ana, da *Geração 2*, trabalhou na *Folha da Tarde* ainda nos anos 1990, enquanto Cristiane, da *Geração 3*, passou pela *Folha de S.Paulo* no final dos anos 2000. Em comum, porém, a afirmação de uma cultura de pressão e a frustração por se tratar de veículos alvo das aspirações das entrevistadas.

Eu fui fazer [a cobertura] internacional e eu gostava da editoria, mas não gostava do jornal. Você passava o dia inteiro, era meio exploratório, você praticamente morava na Folha, era muito desgastante (...) Era muito desgastante. Eu já tinha a minha filha. Era horrível (Ana, 53 anos).

A Folha era um lugar horroroso, que eu não gostaria de falar, pessoas nojentas. Fiquei lá um ano. CLT. Eu nunca mais trabalhei em veículo. Fui demitida. Jamais voltaria para veículo, porque o melhor de todos, na minha cabeça, era a Folha (Cristiane, 40)

Rodrigo, de 46 anos, enquadrado na *Geração 2*, somou quase 20 anos na *Folha*, entre idas e vindas. Entrou pelo programa de trainee do jornal ainda nos anos 1990, passou por diferentes editorias, cadernos regionais e outros produtos do grupo até ser demitido. Ele conta como a idealização do veículo é relevante em sua trajetória:

A Folha foi o primeiro jornal que começou a colocar foto colorida. Nos anos 1980 eu achava o máximo. Quando eu entrei de cabeça foi aquela época da FolhaTeen. Então o culpado do Jornalismo mesmo eu acho que foi a Folha. Eu tinha vontade de trabalhar lá (Rodrigo, 46 anos).

Paulo, 54, da *Geração 2*, queria cobrir política na *Folha*. Ter iniciado a carreira um pouco mais tarde que a média lhe deu maturidade para desmistificar impressões disseminadas no ideário dos mais jovens de sua geração. Sua fala, diferente da das mulheres, mostra também a confiança em alcançar seus objetivos, mesmo que com uma certa negociação quanto à editoria:

O veículo que eu queria era a Folha e a editoria que eu achava que ia ser era Esporte mesmo. Eu sei que o marketing da Folha é forte, mas a nossa impressão como jornalistas ali nos anos 1990 era de que a Folha era aberta a novas ideias. E então você tinha o Estadão que era sisudo. Tinha essa imagem. Eu cobri pelo jornal da faculdade uma reunião do sindicato dos metalúrgicos do ABC e apareceu uma repórter do caderno do ABC da Folha. Ela perguntou para mim o que todo aquele pessoal do PT estava fazendo na reunião. Foi aí que eu pensei que eu podia trabalhar na Folha, porque essa menina não sabia o que estava fazendo. Então, começou a desmistificar um pouco. Mas, naquela época, a Folha estava num auge de aumentar tiragem e tinha aquela coisa das Diretas. Você acabava meio que se identificando a Folha com a virada democrática do Brasil e os outros [jornais] mais como conservadores. Aí eu fui e era Esporte (Paulo, 54 anos).

Há, inclusive, a menção, por mais de uma vez, da já mencionada “cultura Folha”, verificada para além do próprio jornal e dos veículos do grupo e vivenciada também em outras empresas de comunicação. Thelma, 38, da *Geração 3*, hoje trabalha em uma empresa de conteúdo, mas esteve por quase 15 anos nas duas maiores redações de São Paulo, sete na *Folha* e sete no *Estadão*. Mesmo atuando em cadernos semanais, é ela quem inicia os depoimentos abaixo, corroborado, na sequência, por Bruna, da mesma geração, e por Alexandre, da *Geração 2*:

Eu acho que a Folha tem uma característica que você tem que se envolver muito para conseguir, você tem que entrar. Eu levo as coisas muito intensamente, tinha uma coisa muito de, ou você embarca naquilo e aquilo vira uma parte importante da sua vida, ou você vai sofrer muito porque eles ficam te pedindo isso. E eu sempre topei, achava divertido, aprendi muito lá, mas eu achava muito pesada a ideia de ser uma veterana da Folha e não ter nem 30 anos (Thelma, 38 anos).

Eu entrei nessa piração de trabalhar dez horas, 12 horas por dia por minha conta, ninguém me obrigou. Mas era isso, se eu quisesse espaço lá dentro eu tinha que cavar. Foi aí que eu comecei a engordar absurdos. Perdi namorado, parei de dançar, parei de fazer atividade. A alimentação virou um lixo. Por isso, eu comecei a engordar horrores, mas estava lá "Meu, tô na Folha" (Bruna, 36 anos).

Eu saí de uma estrutura mais soft e amigável com o trabalhador que era o Notícias Populares e fui para uma estrutura que não era amigável para o trabalhador, que era o Agora, que seguia mais o esquema da Folha. Acho até que tinha uma opressão que vinha dos chefes, que era uma coisa que eu panicava demais (...) Quando eu fui demitido, eu tive uma sensação de alívio gigantesco. Não ficou um peso. (Alexandre, 44 anos)

A ideia de que a “cultura Folha” extravasa os limites dos veículos do grupo e chega à concorrência. Nascido em meados dos anos 2000, o *G1* recrutou para sua criação um grande contingente de profissionais da Folha, que levaram consigo a cultura de trabalho da empresa dos Frias. Clarice, da *Geração 2*, trabalhou por seis anos no *G1* e observou em si mesmas as mudanças de ordem subjetiva que uma cultura de trabalho opressora podem causar. Seu depoimento é contundente.

Lá no G1 eu acho que todos os temas da sua pesquisa eu posso gabaritar. Você não pode errar de jeito nenhum, e era um ambiente de muita pressão. E no G1 as pessoas eram muito apressadas, muito cultura Folha (...) Meus chefes tinham todos vindos da Folha. E eles tinham muito orgulho de vir da Folha. E eu notava que era essa cultura de gritar. No final, quando eu saí do G1, teve um dia que eu tive uma briga com um chefe. E ele era uma pessoa estranha. E com mulher era pior ainda, porque ele era meio inseguro. E comigo tinha um negócio, ele gritava. E esse dia eu estava na chefia da pauta e tinha três homens comigo no plantão, um deles era meu namorado, inclusive. Aí estava rolando uma votação nos EUA, tinha saído uma nota que não era importante. E ele mandou eu pedir para o fulano fazer e eu pedi. O fulano era uma pessoa da mesma idade que eu, da mesma experiência que eu, do mesmo cargo que eu, eu não era chefe dele, ele era meu par. O fulano ficou enrolando depois que eu pedi, e o chefe estava falando comigo de casa. Deu 10 minutos, ninguém ia ler aquilo... O chefe saiu da casa dele, apareceu na redação e você acha que ele gritou com o menino que estava enrolando ou ele gritou comigo? Aí ele gritou: "Clarice, por que que não sai logo essa coisa?". Aí o menino ficou constrangido e falou que já estava fazendo. O chefe ignorou, continuou olhando pra mim, gritando, e falou assim: "Clarice, eu estou tentando te ensinar a trabalhar!". Gritando comigo. Foi em 2012, eu já tinha uns 8 anos de carreira. Aí ele veio vindo e eu estava no computador. Eu sou muito boazinha, mas quando acontece isso eu fico puta. E continuei retrucando, eu comecei a elevar a voz e ele começou a elevar a voz. E eu falei: "Cara, se passar daqui vai ser uma agressão física". E ele falou assim: "Aprende uma coisa, se você não grita com ele, eu grito com você". E assim eu entendi, cultura Folha. No G1, tinha essa cultura, mesmo quem era legal ia ficando escroto com o tempo, porque se você não gritasse com alguém, alguém gritava com você. E depois desse dia, eu resolvi que ia sair daquele lugar. Eu me peguei gritando com várias pessoas. Eu estava virando essa máquina (Clarice, 40 anos).

Marcelo, da mesma geração de Clarice, trabalhou no *G1* por quatro anos, na mesma época de Clarice, mas em editorias e endereços diferentes. Embora não se conheçam, seu depoimento corrobora as percepções da colega:

A sobrecarga de trabalho era muito grande no G1 porque ainda não existia as afiliadas, elas ainda não tinham os seus sites dentro do G1, isso começou a ser criado quando eu estava lá. Então, quando você falava em G1 SP, se entendia que era o G1 do estado de São Paulo. Quando acontecia um caso “bom” em Sorocaba, dava para a gente ir cobrir. Por isso a gente ia para Santos, etc.. Mesmo como subeditor era uma sobrecarga de trabalho muito grande. Eu tinha que pegar o retorno dos repórteres, muitas vezes eles tinham um notebook e era horrível mandar a matéria daquilo, eu tinha que atualizar a home do G1 São Paulo, eu tinha que ir na reunião para chamar o que a TV ia querer chamar da internet. Era uma sobrecarga de trabalho muito grande e com chefes que não sobreviveriam a uma questão de assédio moral. O G1 era praticamente formado por uma equipe que veio da cultura Folha. E essa cultura da Folha, eu nunca trabalhei lá, mais o que as pessoas contam, era isso. Cultura de assédio, de chefe pressionar, de grito, de chefe humilhar (Marcelo, 36 anos).

A influência da *Folha* sobre as gerações aqui estudadas, particularmente entre as entrevistadas e entrevistados que ingressaram no Jornalismo a partir do fim dos anos 1990, pode ser explicada pela reestruturação do jornal, ocorrida ainda nos anos 1980. A redemocratização foi o catalisador de um processo que levou tecnicidade e inovação tecnológica à redação. Como explica Niemietz (2017, p.87), é preciso considerar a concepção sociológica de que as diferentes formas de produção do mundo social possuem seu momento específico de formação, o que fica evidente na análise da mobilização dos jornalistas na virada para os anos 1980, profissionais ainda sob as repercussões do ganho de força dos movimentos sindicais que, inclusive, inspiraram a greve de 1979¹²⁴. No rescaldo da greve, nasceu o *Projeto Folha*, um conjunto de diretrizes que tinha o objetivo de modernizar o jornal, aproximando-o mais da tecnicidade do Jornalismo norte-americano. Niemietz cita Frederico Ghedini ao afirmar que a implementação do *Projeto Folha* foi marcado por uma profunda postura autoritária por parte dos diretores do jornal, que havia dado a maior e mais favorável cobertura da campanha das Diretas Já, um momento de grande mobilização popular em todo país, mas que havia demitido sumariamente jornalistas da greve de 1979 e iniciava uma cruzada pelo rejuvenescimento e alta produtividade da redação.

O tratamento opressivo contra seus próprios jornalistas gerava um clima até certo ponto surreal, esquizofrênico. Para fora, um defensor da democracia. Para dentro, a

¹²⁴ Em maio de 1979, na efervescência do movimento sindical do ABC e sob os ares de abertura política os jornalistas de São Paulo paralisaram suas atividades reivindicando melhores condições de trabalho e aumento salarial de 25%. Duas assembleias foram realizadas. A primeira, na Igreja da Consolação, no dia 17 de maio, com presença de 1.500 jornalistas. A proposta de greve, apesar de aprovada, não atingiu o quórum qualificado de dois terços dos votantes. A segunda, no início da noite do dia 22, no teatro da PUC de São Paulo, o Tuca, contou com a presença de 1.692 jornalistas. A proposta de greve geral foi aprovada por 90% dos profissionais presentes. Os sindicatos patronais não modificaram a proposta inicial de 16% de antecipação, a ser descontada na data base da categoria, em dezembro daquele ano. Diante do impasse, no dia 28 de maio o Tribunal Regional do Trabalho, por unanimidade, julgou a greve ilegal. O resultado abriu espaço para a retaliação das empresas, que iniciaram um processo de demissão de mais de 200 grevistas.

tirania, com várias ferramentas para controlar o comportamento profissional do jornalista, avaliações com notas (A, B e C), num processo profundamente constrangedor. A nota B era uma espécie de aviso prévio de demissão. Quem tirava C estava demitido (GHEDINI, 2012, p.163 *apud* NIEMIETZ, 2017, p.94).

Niemietz (2017, p.95) explica, ainda, que um dos principais pilares da nova direção da *Folha* naquele momento era o de que a redação precisava de um novo perfil, especialmente geracional, de jornalista, um critério de seleção pode ser observado na formação dos novos jornalistas ingressantes na empresa desde lá até os dias atuais.

Se por um lado, é difícil definir a trajetória acadêmica e profissional dos jornalistas que ocupavam a redação da FSP nos anos 1950 e 1960 – e isso se deve ao fato de que o aprendizado da prática jornalística costumava ser realizado no interior dos próprios jornais, sendo considerados pela velha guarda como as “verdadeiras” escolas de Jornalismo – por outro, entre os cursos frequentados pelos jornalistas que fizeram parte do Projeto Folha, nota-se não mais a variedade de formações – ou mesmo a ausência –, mas sim a predominância de uma formação universitária específica – a de comunicação social (NIEMIETZ, 2017, p.94).

O perfil dos jornalistas que colocaram em funcionamento o *Projeto Folha* parte de dois critérios principais: a formação acadêmica em comunicação social, com ênfase na habilitação em Jornalismo; e jornalistas recém-formados, sem as interferências da cultura jornalística dos seus pares mais velhos (NIEMIETZ, 2017, p.96). O que era um projeto de reestruturação empresarial e editorial se espalhou para toda a imprensa, ajudando a remoldar não só os fazeres jornalísticos, mas também as aspirações profissionais de toda uma geração de novos jornalistas. Na renovação da redação com o *Projeto Folha*, 72 profissionais foram demitidos e os computadores chegaram à redação (a *Folha* foi o primeiro jornal brasileiro a se informatizar). Mas o principal legado foi a criação e adoção de um *Manual de Redação* para padronizar as normas jornalísticas que todos os jornalistas da *Folha* deveriam obedecer, modelo adotado depois por toda a imprensa brasileira e vigente até hoje. Um novo modelo implementado não só objetivamente, sob a forma de um manual, mas principalmente culturalmente, já que alguns dos meninos e meninas dos anos 1990 que sonhavam em trabalhar conseguiram chegar lá e hoje são os chefes das mais diversas redações.

Uma das entrevistadas vivenciou o *Projeto Folha* no início de sua carreira. Mônica, 58, da *Geração 1*, foi contratada pelo jornal em 1985, vinda da revista *Veja*, onde iniciou sua carreira por meio do *Curso Abril*. Sua fala mostra uma cultura de pressão e exigência que se disseminou por meio da *Folha* e de profissionais formados por ela, mas a antecede. Merece atenção, ainda, que sua fala estabelece um marco temporal marcado por uma dimensão patriarcal: tudo muda quando o herdeiro assume a redação, o que remete diretamente para as

discussões abordadas na *Parte I* deste trabalho. Trata-se de um marco não só da entrada em vigor do *Projeto Folha*, mas também da sucessão, que altera o modo de produção da notícia naquele jornal. Monica conta:

A Veja já era a Veja, com todos os significados intrínsecos a isso. Depois de um ano lá, quando eu já estava deprimida, fui convidada para trabalhar na Folha, em Política. Eles tinham uma vaga e acho que eles gostavam de tirar as pessoas da Veja, pressupunha-se que elas já estavam formadas, talvez calejadas. E eu não titubeei. Primeiro porque era um aumento bem grande de salário, eu passei a morar sozinha. Eu já passei a bancar um apartamento com essa mudança para a Folha, me deu uma autonomia financeira maior. Foi um degrau importante. E eu queria sair da Veja. E eu entrei na Folha exatamente no ano que começou o bendito Projeto Folha. Foi quando o Otavinho assumiu a redação. Eu fui a primeira jovem contratada para a equipe de política. Eu fui a primeira. Então os editores e os subeditores já eram jovens, mas os repórteres não. Era uma equipe grande, numerosa, basicamente de homens velhos, ou mais velhos. E eu, uma garota nova do Projeto Folha, então também não foi fácil. Eu fiquei dois anos na Folha aqui em São Paulo quando recebi um convite, era uma época também que tinha muita mobilidade, essa coisa de receber convites... Então eu recebi um convite para ir para a Folha em Brasília, ainda em política. Eu tinha ficado 3 anos em São Paulo e fui para Brasília para cobrir a Constituinte (Mônica, 58).

As falas de entrevistados e entrevistadas evidenciam o desconhecimento dos meandros que levaram a cultura jornalística a ser o que é e, embora esta pesquisa tenha um recorte etário que impede que as aspirações dos profissionais com menos de 35 anos sejam detectadas, a *Folha* goza de um inegável prestígio. Fica evidente, também, a falta de informação que a geração de mulheres estudadas aqui tinha a respeito do cotidiano profissional das redações, um mundo idealizado que leva à frustração mesmo quando o almejado é alcançado.

Temos, então, os grandes jornais e revistas no topo da hierarquia de prestígio e, dentro deles, hierarquias internas entre as editorias, com *hard news*, especialmente política e economia, no topo. Esse seria o coração da profissão. Ao redor orbitam, dentro dos veículos considerados de prestígio, as editorias de *soft news*, como os cadernos semanais. Nas revistas, estariam no topo as semanais e as segmentadas são consideradas satélites. Exceção é a editoria de cultura, objetivo de muitas das entrevistadas quando iniciaram suas carreiras. Embora não se trate de *hard news*, esses ambientes povoavam o imaginário das jovens profissionais até início dos anos 2000, provavelmente pela aura intelectual incutida nele, atraente para jovens que escolheram o Jornalismo por “amarem escrever”¹²⁵.

¹²⁵ Essa é a resposta mais comum dada pelas entrevistadas quando questionadas sobre o porquê de terem escolhido o Jornalismo.

O jornalismo *online* ainda padece de desprestígio em relação aos impressos, um contrassenso, já que os impressos vivem uma crise financeira ainda maior que os *online*. *UOL* e *GI* contam com reconhecimento da audiência e dos pares, mas sobre eles há diversos relatos de ataque às condições de trabalho. A própria natureza do jornalismo online traz consigo intensidade, um fechamento imediato, a cada minuto. Além disso, as diversas formas de comunicar - texto, imagem, vídeo, áudio - em uma mesma plataforma gera jornadas intensas que, com redações cada vez mais enxutas, sobrecarrega os profissionais que lá atuam. A TV, que têm o maior reconhecimento do público em geral, não conta com o mesmo prestígio dentro da profissão. É reconhecido, por exemplo, que a *Rede Globo* é uma boa empregadora, mas o universo idealizado ainda é o texto.

Existem, ainda, as funções que se assemelham ao jornalismo no que diz respeito ao cotidiano da profissão - apurar, entrevistar, escrever, editar - mas com objetivos outros, como os veículos customizados e as agências de conteúdo. Ainda mais à margem está a assessoria de imprensa, considerada uma atividade de comunicação, mas não jornalismo, pelas entrevistadas que não atuam ou atuaram na área.

O que se vê é que o espaço social do jornalismo é organizado em extremos, de um lado as grandes redações, com prestígio e reconhecimento público, algo alinhado à ideia da função do social do jornalismo, com a produção de notícia relevante socialmente. De outro, atividades satélites, opções secundárias, ou editorias consideradas “perfumaria”. Paradoxalmente, são as atividades satélites que remuneram melhor e propiciam mais qualidade de vida aos profissionais. Ou seja, uma hierarquia de prestígio que não corresponde às aspirações das profissionais para suas vidas extratrabalho, com rotinas que, muitas vezes, impedem uma conciliação saudável entre vida profissional e afetiva. Tem-se, portanto, uma contradição: os lugares mais almejados pelas profissionais são aqueles em que se manifestam as diferentes dimensões da precariedade da profissão, da informalidade ao assédio moral, das infundáveis jornadas de trabalho à falta de perspectiva de ascensão profissional e estabilidade de carreira. A crise da imprensa reverberou também sobre o prestígio da profissão jornalista¹²⁶.

Aspirações alcançadas ou não, para a equação que constrói o que está sendo nomeado de *escalada da precariedade* a maior parte dos profissionais ouvidos nesta pesquisa não contabilizou variante fundamental: a crise da imprensa. Crise que fechou veículos,

¹²⁶ Há discussões e trabalhos da Comunicação acerca do desprestígio do jornalista diante da opinião pública relacionado à queda da credibilidade da imprensa profissional diante dos fenômenos políticos no Brasil pós-2013 e a ascensão das *fake news*. Essa é uma discussão fundamental, mas que não será abordada aqui, já que o objetivo aqui é investigar subjetividades das mulheres jornalistas sobre os fenômenos que as impactam pessoalmente. Portanto, os temas analisados são, principalmente, o que levantados por elas.

desempregou um grande contingente de profissionais e é sentida, embora de maneiras diferentes, pelas três gerações analisadas.

3.4. “Quantos jornais você já fechou?": o sentimento do desemprego

Sai de férias e recebi uma ligação falando "Olha, a redação toda foi demitida. Do office-boy à diretora de redação" (Júlia, 49 anos).

A crise da imprensa, que começa a se desenhar em 2000, mas se intensifica a partir de 2010, criou uma triste piada entre seus profissionais: quantos jornais você já fechou? O relato acima é mais comum do que se imagina e mesmo os mais jovens já passaram por isso. *Gazeta Mercantil, Jornal do Brasil, Jornal da Tarde, Diário Popular, Folha da Tarde, Notícias populares*, diversos títulos da *Editora Abril*, e até uma emissora de televisão, a *Manchete*, só para citar alguns nomes, são exemplos de veículos que já foram importantes empregadores na cidade de São Paulo e deixaram de existir. Por eles, passaram vários dos jornalistas ouvidos nesta pesquisa.

Se é verdade que um número relevante de veículos nasceu nesse mesmo período, especialmente os digitais, também é verdade que a leva de desempregados que cada um dos veículos despejava no mercado a cada falência contribuiu fundamentalmente para a deterioração das condições de trabalho e para o achatamento geral dos salários. Antes mesmo do fechamento definitivo, cada um desses veículos atravessou longos períodos de agonia, contribuindo para o processo que está sendo nomeado, neste trabalho, de *escalada da precariedade*.

Na hierarquia das editorias, embora preterida na aspiração inicial dos profissionais, o jornalismo econômico se converte em lugar de prestígio e é um importante empregador na imprensa. Por isso, o fim da *Gazeta Mercantil* é memória afetiva bem viva de muitos dos profissionais ouvidos na pesquisa. Como dito, ainda no início dos anos 2000, o jornal da família Levy foi vendido a Nelson Tanure após um histórico de atraso de salários e greves. Até então um oásis de bons salários e condições de trabalho, a *Gazeta Mercantil* se transformou da noite para o dia numa redação mal remunerada e sem direitos trabalhistas, cenário exposto na fala de duas entrevistadas, ambas sobre o seu início de carreira, uma no fim da década de 1980 e outra no início dos anos 2000. Começando por Sílvia, da *Geração 1*:

Eu fui procurar emprego e entrei na Gazeta Mercantil. E aí começa a minha trajetória, não tinha sido uma escolha de ser jornalista de economia, mas aí começa o meu primeiro emprego. Em Brasília eu fiquei só 7, 8 meses, eu cheguei em abril,

comecei a trabalhar em maio na Gazeta, era uma época fácil, tinha muito emprego por causa da constituinte, mas eu não gostei de morar em Brasília e no fim do ano eu pedi e a Gazeta me transferiu para a redação em São Paulo. Aí eu vim para São Paulo na mesma editoria, mas eu já vim grávida. Eu fiquei grávida, vim e fiquei na mesma editoria, e aí quando eu voltei da minha licença maternidade tinha uma vaga em Trabalho, que era uma área que me interessava mais, e aí antes de sair eu já tinha conversado sobre isso com a chefia em SP e aí eu fui transferida para Trabalho como repórter (...) Aí eu fiquei mais um ano e pouco e tive um convite para ir pro Jornal do Brasil pelo dobro de salário. E aí eu fui pro JB aqui em São Paulo, aí eu fiquei dois anos. A sucursal em SP, da economia, você fazia um pouco de tudo, mas eu fazia mais a área de mercado de trabalho e movimento sindical. Aí eu fiquei dois anos. Aí eu tinha acabado de ter a minha segunda filha. Antes, na Gazeta Mercantil, só trabalhava depois do almoço, que era uma coisa muito boa porque eu podia ficar com a minha filha de manhã, aí ela ia para a creche/escolinha de tarde e aí meu ex-marido buscava ela e ficava com ela à noite. Não tinha plantão de fim de semana. E aí eu fui pro JB, no começo, também eu tinha a maior parte das manhãs livres, mas aí no JB começou, aos poucos, a ter um pouco mais de demanda de manhã porque era da área que eu tinha que cobrir. No JB eu já tinha que trabalhar fim de semana (Sílvia, 53 anos).

Clarice, da Geração 3, chegou à Gazeta cerca de dez anos depois da saída de Sílvia e a realidade era outra. Disposta a aceitar qualquer coisa para iniciar sua carreira numa redação paulistana, em 2003, topou o emprego precário e para o qual não se sentia preparada. E foram as condições de trabalho que a levaram, novamente, dois anos depois a “aceitar qualquer coisa” para sair da Gazeta:

Eu sabia que a Gazeta já era falida na época, já tinha rolado aquela grande crise. E aí eu lembro que eu perguntei para um amigo se eles estavam pagando salário, ele disse que sim, que não atrasavam mais. E eu lembro que ele falou assim para mim: "Tem esses problemas todos, mas se você sair daqui, está no mercado". E para mim uma porta no mercado era valiosa. Fiquei indecisa entre um trabalho em assessoria, que ganhava melhor, e esse. Mas eu queria trabalhar em redação, então eu fui para a Gazeta. Mas eu não sabia nada de economia. Eu não sabia nem o que era oferta e demanda. Eu não sabia nada. E o meu cargo foi meio doido. Porque eu tinha que revisar, mas eu que publicava. Eu pensava que estava revisando o português, mas o que estava escrito economicamente... eu não tinha condição. Então eu peguei meu salário que era de 2 mil reais para pagar um quarto alugado e um curso de Economia "for dummies". Nunca tinha pensado em trabalhar com economia, mas desde que eu comecei a estudar, eu comecei a achar legal, nunca pensei que era chato, eu só achava difícil (...) O meu primeiro cargo foi meio que editora, eu tinha que publicar as notinhas e eu não sabia do que se tratava. Quando deu dois anos, a Globo ia abrir o G1. E, nessa época, a Gazeta cortava telefone, não tinha papel higiênico, estava um caos. Então meu chefe imediato foi para lá e me indicou para fazer uma entrevista. E eu lembro que eu cheguei lá e a chefe perguntou se eu queria e eu falei que queria qualquer coisa, [porque] estava bem ruim lá na Gazeta. (Clarice, 40 anos)

Olhando para a trajetória das profissionais que atuaram antes de si mesmas, é natural e compreensível que as entrevistadas mais jovens se sintam frustradas ao não experimentarem por um tempo maior algum nível de estabilidade. Mesmo aquelas que contam com algum nível de segurança profissional, se ressentem das instabilidades vividas. Elas observam que o investimento – emocional, afetivo e financeiro – é cada vez maior para um retorno, em termos

de renda e reconhecimento, cada vez menor. Enquanto as mais velhas se ressentem de uma aposentadoria precoce, de verem sua experiência desprezada em detrimento de profissionais mais jovens e mais baratos, as mais jovens se ressentem de sequer experimentar a estabilidade das mais velhas.

A crise da imprensa e suas demissões em massa têm duas consequências óbvias, o desemprego e, para os que ficam após um passarelho, a intensificação das jornadas. Esta segunda dimensão é preponderante para a deterioração progressiva das condições de trabalho nas redações nas últimas décadas que, por sua vez, chega à qualidade da notícia produzida. Os depoimentos abaixo atestam para a mudança das rotinas de produção com o progressivo enxugamento das redações. De gerações diferentes, Ana (*Geração 2*) e Iolanda (*Geração 1*) testemunharam essas transformações:

*Quando eu entrei na ***¹²⁷ eram dez pessoas da editoria *** e dez pessoas na ***. Depois de dois anos, as editoras foram unidades com dez pessoas ao todo. E dava para fazer. A verdade é que dava. E quando eu fui demitida, ficaram sete. Hoje, são quatro. Os quatro são antigos. É gente antiga que ganha salário de dois dígitos, mas deve estar fazendo um trabalho porco porque não dá, é muita coisa, não dá para fazer em quatro. Eu entrei lá em 2010, nós estamos em 2020. São dez anos, de 20 pessoas para 4, em dez anos. Não é nem metade (Ana, 53 anos).*

*Quando eu trabalhei no Jornal da Tarde, tinha um mesão com um editor, três editores assistentes e nós éramos cinco redatores para fechar. Hoje, na economia do ***, um jornal muito maior, tem um editor, três editores assistentes e só. E o Jornal da Tarde nem existe mais. Eu não tenho lido o ***, mas a economia é um caderno, não é? O pessoal me falava: "Quantas vezes eu coloco uma matéria no jornal sem ler?". Eu brinquei com essa pessoa que me falou isso: "É, pois é, outro dia eu coloquei um negócio sem ler e tinha um erro grave, virou meme" (...) Antes, quando você chegava em uma redação, ficava muito tempo aprendendo, uns dois meses, para aprender como funcionava, como não funcionava, vendo as pessoas trabalharem. Agora tem praticamente uma pessoa para tudo. E aí tem umas coisas loucas, gente que trabalha das 8 à meia-noite porque quer se sentir necessária, não quer perder o emprego, então às 8h da manhã está fazendo uma coisa e à meia noite está mandando outra. Tem gente com 30 e poucos anos, com filho, que faz isso. São pessoas muito competitivas, estão o tempo inteiro ligadas. Eu nem me afetava muito, eu só acho absurdo. Mas um repórter que não tem esse perfil, que quer chegar em casa e curtir o filho, curtir a família, ficar sem fazer nada, essa pessoa sofre, porque ela é comparada com aquela que fica 24 horas mandando coisa. Eu acho que é uma seleção natural. Essas pessoas, não sei se vão ter emprego em outro lugar, mas naquele lugar elas vão se manter. Agora, o que eles fizeram foi uma redução, acho que o mercado inteiro. Desde que eu entrei, há dez anos, as pessoas mais velhas e que estavam há mais tempo, foram sendo demitidas aos poucos. Reduziu pela metade, em dez anos. Aí começou entrar a "molecada" (Iolanda, 59 anos).*

¹²⁷ Como explicado mais detalhadamente na seção que trata da metodologia utilizada neste trabalho, nomes de pessoas, veículos e editorias são omitidos sempre que essas informações possam apontar para a identidade da entrevistada ou entrevistado. O objetivo é resguardar sua privacidade, condição primeira para que essas informações fossem obtidas.

É sabido que homens e mulheres experimentam o desemprego de maneiras diferentes, mas considerando o recorte desta pesquisa – mulheres que estudaram e buscaram conquistar uma posição na profissão que escolheram – o desemprego se converte em um trauma que transcende as necessidades financeiras para a sobrevivência, impactando suas identidades.

Ana, da *Geração 2*, já havia fechado jornais antes, sido demitida e vivenciado o desemprego, mas a falência do portal de internet em que atuava há até pouco mais de três anos foi um baque. Contratada formalmente como editora, confiava na saúde financeira da empresa. Alugara poucos meses antes um apartamento mais próximo da redação, deixando o seu, próprio, vago, para evitar um longo deslocamento diário. A discrepância entre a confiança que sentia naquele emprego e a demissão a afetou:

Eu perdi o chão. E eu fiquei tão louca que eu nem consegui pensar muito bem o que eu ia fazer. Ai depois eu fui procurar trabalho. Quando o aluguel do meu apartamento veio já melhorou um pouco. E eu comecei a procurar, só que não rolou. Eu bati nas portas de sempre, os linkedins, portas desconhecidas, a prática que eu fazia desde sempre. E não tinha nada (Ana, 53 anos)

Júlia, também da *Geração 2*, não passou por uma demissão traumática, mas a insatisfação com o trabalho em revistas customizadas motivou um acordo para sair da editora em que trabalhava em 2013. Voltou aos *freelas*, terreno conhecido de outros momentos semelhantes, mas a acelerada precarização, com redução do volume de trabalho e dos valores pagos, se tornou um problema. Com o apoio do marido voltou a estudar, concluiu um mestrado, mas além da necessidade de compor a renda doméstica, sente falta do trabalho e se sente perdida em ver mais portas fechadas do que abertas nas tentativas de reinserção. O que ela vê como possibilidade, é carregado de um sentimento de frustração e inadequação, como ela conta:

Eu nunca tive medo de ficar desempregada, sempre vivi do jornalismo. Sempre vivi e sempre vivi bem. Viajando, enfim, eu tive uma vida bem boa. Fiquei empregada até maio de 2013 e fiz um acordo para a minha saída. Eu não estava feliz, mas ao mesmo tempo eu tinha um lugar de trabalho, eu tinha uma mesa, um computador, assistentes. Você sai de um esquema desse, dinâmico e trabalhando nessa coisa, para um certo vazio, um terreno que você não sabe o que vai acontecer nos próximos meses, sem a grana que eu ganhava, que era uma grana muito boa, inclusive. Eu acho que eu não estou mais podendo deixar rolar, eu preciso realmente me reencontrar financeiramente, rápido. Eu estou vendo outras coisas agora, ver onde eu posso me encaixar, talvez em um centro cultural, começar a entender essa dinâmica. Eu não quero ir para redes sociais, que é uma coisa que está rolando bastante, me oferecem muitas vagas em agência para fazer conteúdo. Eu não quero isso porque eu sei que eu vou entrar e eu vou me deprimir. E eu também acho que se for esse jornalismo que está aí, eu não quero mais. Ai também eu me divorcio da profissão e vou procurar uma coisa que eu goste de fazer (Júlia, 49 anos).

Bianca, também da *Geração 2*, trabalhou por quase 20 anos em grandes redações, mas a falta de reconhecimento por parte da chefia e de perspectiva de ascensão a fez aceitar um convite para migrar para assessoria de imprensa. Dois anos depois foi demitida. Desde então se passaram quatro anos. Há dois, conseguiu se recolocar como editora-assistente na última agência de notícias em que tinha trabalhado. O achatamento progressivo dos salários no período teve um resultado bem prático em sua vida: desempregada, voltou a morar com a mãe. Mesmo empregada, ainda não conseguiu voltar a pagar o próprio aluguel. Ela fala sobre como o desemprego pode anular, em pouco tempo, a autoconfiança profissional conquistada em décadas de atividade profissional:

Foi a minha primeira demissão na vida, eu nunca tinha sido demitida. E foi a primeira vez como assessora de imprensa. E então eu me vi com 41 anos e desempregada. Bateu um desespero. Comecei a bater em tudo quanto foi porta, fiquei quatro meses assim, e em quatro meses acho que surgiu um freela. E eu alugava um apartamento, morava sozinha, tinha conta para pagar. Fiz um freela de quatro dias na área de construção, meio que recuperou minha autoestima. É incrível, você passa a desacreditar nas suas capacidades. Só quem passa por isso entende. Consegui um emprego e quatro meses depois a revista fechou. Isso em 2016. Fiz 42 anos em junho e passei esse final de ano de 2016 procurando também, meio desalentada. Consegui mais um freela por 6 meses. Ia passando os meses e eu ia vendo minha rescisão acabar, ia batendo o desespero. Quatro meses depois eu não sabia se eu ia ter emprego de novo. Aí fui morar com a minha mãe (Bianca, 45 anos)

Tânia, também da *Geração 2*, hoje trabalha em redação. Há cerca de dez anos, porém, migrou para assessoria de imprensa após o fechamento do jornal em que trabalhava. A migração, não desejada, foi a saída para a recolocação profissional, mas também o início de uma experiência de intensificação do trabalho ainda não experimentada¹²⁸. O depoimento dela aponta para interligações importantes entre os trabalhos de redação e extrarredação que, embora não seja tema desta pesquisa, pode ensejar investigações futuras.

Eu estava com uns 40 anos, já estava há um tempo desempregada depois que o jornal fechou, queria um emprego fixo e não conseguia. Aí eu comecei a achar que era idade. Mas consegui trabalhar na (empresa de assessoria de imprensa), um dos piores lugares que eu trabalhei na minha vida. Mau caratismo, mentira para os clientes. E aí aquela história de atender 500 clientes. Eu não ia no banheiro fazer xixi. Eu levava trabalho para fazer em casa. Sem hora extra (Tânia, 53 anos).

¹²⁸ O trabalho nos setores extra-redação não é tema deste estudo, mas as falas das entrevistadas que passaram por agências de comunicação corporativa apontam para uma escalada de precariedade também nesta área. Se até meados da década de 2000 muitos profissionais trocavam as redações pelas assessorias justamente em busca de melhores salários e jornadas de trabalho mais equilibradas, o aumento do desemprego nas redações se converteu em precarização também nas assessorias de imprensa.

Corroborando com a ideia de que a precariedade da profissão foi aumentando ao longo dos últimos anos, Bruna, da *Geração 3* e a mais jovem entre as entrevistadas, experimentou vários períodos de desemprego e tantos postos de trabalho temporários que já está na segunda carteira e trabalho. Mas a demissão mais dolorosa foi a da *Ilustrada*, da *Folha*, lugar em que sempre quis estar e para onde tinha conseguido migrar depois de passar pela editoria de *Cotidiano*. A frustração é carregada de um certo sentimento de culpa pelo desfecho de sua experiência no veículo em que almejava trabalhar.

Fui mandada embora no passaralho de 2012. Eu acho que se eu tivesse ficado, segurado a onda no Cotidiano, eu não teria sido mandada embora e poderia crescer de um jeito mais lento do que na época eu estava com saco para esperar. Na Ilustrada não deu tempo de mostrar trabalho. E então, o meu mundo caiu. De eu ficar sem chão. Eu fechava a Ilustrada e depois do fechamento da Ilustrada eu ia fazer a mesma coisa que eu fazia no Cotidiano, de caçar coisas por minha conta. E isso foram 2 anos e meio nesse ritmo extremamente desgastante. Por isso eu fiquei muito mal. Na Folha eu entrei por concurso e os outros jornais não têm concurso, então eu achava que não ia mais conseguir emprego (Bruna, 36 anos).

A idealização da *Folha* também foi o ingrediente que tornou a demissão de Daniela, também da *Geração 3*, mais traumática.

Quando eu fui demitida da Folha eu fiquei magoada com a situação, mas eu acho que com a Folha também. Hoje em dia, envergonhadamente, eu tenho que admitir que eu tinha aquela coisa de "Ah, eu trabalho na Folha". Hoje em dia, olhando para trás, depois de ter feito terapia, eu acho que foi mais uma coisa de eu ter me sentido rejeitada pela Folha, embora faça muito sentido o cara ter me demitido, eu tive um sentimento de rejeição muito grande. "Como eles não me querem mais se eu ficava lá até tarde, fechando, segurando a onda, fazia um milhão de plantões?". Eu fiquei magoada com aquilo (Daniela, 38 anos).

O sentimento de rejeição, comum em demissões, ganha contornos de rejeição pessoal em uma categoria em que a identidade do profissional se confunde com a do empregador, a precarização é naturalizada, por vezes glamourizada, e a entrega pessoal acaba por anular tudo que se enquadre no tempo de não-trabalho. Carla, também da *Geração 3*, considera “bizarra” essa glamorização, mas reconhece que trabalhar em determinados lugares ainda é sinônimo de *status* e quanto isso pesa na hora da demissão:

Você conhece jornalista que vai para o bar e não fala da profissão? Eu não conheço. Você cria uma simbiose com a empresa e você perde um pouco da sua identidade. Eu acho tão bonito quando eu vejo colegas meus que eram assim e que saem e descobrem outras habilidades e outras possibilidades pessoais. Mas é um processo dolorido. Muitos entram em depressão. Quando eu saí do Terra, fui demitida, eu senti um baque porque eu tinha todas as minhas condições de trabalho lá. Tinha um bom VR, equipamento profissional, inclusive para foto e vídeo. Eu

glamourizava a exploração do meu trabalho. Então eu sofri muito. Você leva um baque. Mas quando são colegas de grande mídia, de veículos tradicionais, abala muito mais (Carla, 38 anos).

Entre os homens, Rodrigo, da *Geração 2*, sonhava com a *Folha*, lá chegou e de lá foi demitido três vezes. Na última, de um cargo de chefia e depois de 17 anos seguidos de trabalho. Mais do que a dispensa, esperada, o incômodo veio da forma como a demissão foi feita. Ainda assim, Rodrigo seguiu fazendo *freelas* para o jornal até se recolocar, apenas três meses depois, em um portal de notícias.

Eu estava percebendo que a minha hora ia chegar. Mas aí baixou uma norma que as pessoas tinham que tirar as folgas acumuladas. E aí falaram, do nada, que eu devia ficar de dezembro até fevereiro em casa. Mas aí eu perguntei “Quando eu voltar eu não vou ser demitido, não?”. “Não, pode ficar tranquilo”. Porque eu tinha dois filhos e a gente podia negociar. E eu usava a folga para procurar emprego e aí em janeiro vida nova. E aí eles negaram. Mas não deu outra, eu voltei no meio de fevereiro e no mesmo dia que eu voltei eu fui demitido. Na hora que eu fui demitido eu virei as costas e não falei mais. Isso foi em fevereiro de 2019. Na hora que aconteceu eu tive muita raiva por conta desse contexto. Aí eu virei as costas, não me despedi de ninguém. Minha chefe ainda teve a coragem de pedir para eu segurar um pouco e não anunciar (Rodrigo, 46).

Assim como Rodrigo, Alexandre, *Geração 2*, foi demitido de um dos veículos em que sonhou trabalhar, a revista *Placar*, à época vendida pela *Editora Abril* para *Caras*.

*Embora eu tivesse feito uma coisa muito legal na Placar, a revista, como era, não ia mais existir, para mim era claro isso. Então todo aquele conhecimento que eu tinha de revista e todo aquele conhecimento que eu tinha de jornal, eu pensava “Cara, isso não vai servir para mais nada”. Eu fiz 40 anos naquele ano e tinha na cabeça que eu não ia conseguir emprego naquele ano. Isso foi no dia 31 de julho. E eu também tinha dúvidas se eu ia conseguir emprego. Eu planejei primeiro que ia ficar uma semana na praia. E eu tinha comprado até uma passagem para ir pra Cuba em setembro. Aí quando eu estava na praia, 3 dias depois, o editor-chefe de notícias do *** me escreveu dizendo disse que tinha uma vaga de editor (Alexandre, 44 anos).*

Com exceção de Paulo, 54 (*Geração 2*), desempregado há cerca de um ano após o fechamento do último jornal em que atuou, os demais homens da amostra, diferentemente das mulheres, não experimentaram longos períodos de desemprego e informalidade. Todas as mulheres da amostra que já foram dispensadas em suas carreiras perderam os empregos em passaralhos ou pela extinção do veículo em que atuavam e, ainda assim, via de regra, tiveram dificuldades para se recolocarem em posições semelhantes às aquelas perdidas. Por isso, chama a atenção o relato de Fernando, 49, também da *Geração 2*. Por mais de uma década ele foi

editor de um portal de notícias e cometeu um erro grave¹²⁹. O assunto repercutiu e o veículo se viu obrigado a demiti-lo. Recebeu todos os direitos e em poucos meses se recolou em outro portal de notícias, também como editor: “Eu assumi, errei. Mas foi uma demissão normal. Eles me demitiram com todos os direitos. E foi uma coisa bastante amigável, eu errei e assumi o erro na hora”.

Quando a questão é o desemprego, fica evidente que homens e mulheres são sujeitos às consequências da crise da imprensa e do enxugamento das redações. Porém, por alcançarem postos mais altos e mais estáveis, sofrerem menos com os preconceitos por gênero e idade. Via de regra, homens conseguem uma recolocação mais rápida que as mulheres e mais adequadas à sua experiência, enquanto as mulheres se veem com mais frequência obrigadas a migrarem de área ou partirem para postos de informais, aquém dos ocupados anteriormente, num constante rebaixamento financeiro, de *status* e de qualidade de vida.

3.5. A escalada da precariedade: prestígio, desprestígio e fragilidade profissional

A imprevisibilidade, a falta de condições de trabalho, as intensas jornadas e a violência da vida nas redações no topo da hierarquia de prestígio, seja pelo veículo, seja pela editoria, se mostrou o maior obstáculo para a permanência ou ascensão das mulheres nas redações. Se todas as mulheres entrevistadas queriam trabalhar em redações quando escolheram o jornalismo, e conseguiram passar um tempo na atividade, nem todas puderam se manter nela, ao contrário do que acontece com a maioria dos homens da amostra. Além disso, diferentemente dos homens da amostra, nem todas atuaram no que aqui é classificado como veículos ou editorias do topo da hierarquia. Nesta seção, serão abordados pontos que ilustram a intensificação das jornadas e a precarização dos vínculos, que trazem consigo a fragilidade profissional que tem, com consequência, um desprestígio crescente e rebaixamento estrutural da profissão.

A situação profissional atual das mulheres entrevistadas mostra de forma objetiva a deterioração do mundo do trabalho das jornalistas. Como já exposto, na *Geração 1*, composta apenas por mulheres, todas gozaram de longos períodos de vínculos formais que, inclusive, proporcionaram que quatro das seis que formam esse grupo tenham se aposentado. Uma delas já tem tempo de contribuição para também se aposentar, mas segue trabalhando em redação. A outra foi PJ por longos períodos e, por isso, não vislumbra a aposentadoria. Na *Geração 2* – formada por nove mulheres e quatro homens – já há a prevalência de vínculos precários.

¹²⁹ Não será dado mais detalhes sobre o assunto para preservar a identidade do entrevistado

Embora em plena idade produtiva, apenas cinco dos 13 jornalistas que compõe esse grupo são contratados formais na imprensa. Entre os oito restantes há três desempregados; duas *freelancers*; uma PJ; um sócio-quotista; e uma que abandonou a profissão e se tornou empresária do segmento de cuidados pessoais. Quatro dos nove jornalistas deste grupo são. Na *Geração 3*, composta por oito mulheres e um homem, há três contratados formais na imprensa - um deles, o homem do grupo -; uma jornalista tem emprego formal em assessoria de imprensa, portanto fora da redação; duas têm vínculos especiais (uma assessora de imprensa com cargo comissionado e uma correspondente internacional); uma é *freelancer*; uma é contratada PJ por projeto; e uma abandonou o jornalismo e hoje é professora de yoga.

Mara é a mais velha das entrevistadas, hoje com 63 anos e enquadrada na *Geração 1*. Está aposentada há quase dez anos. Com orgulho, ela afirma que “galgou todos os degraus da profissão”, do começo como redatora ao posto de chefe de redação, sempre em publicações de arquitetura e decoração. Ainda assim, experimentou o aumento da precariedade e da informalidade. Teve carteira assinada nos primeiros 15 anos de carreira, mas depois se tornou PJ, ainda nos anos 1990. A fala da entrevistada também expõe a influência da internet no aumento da intensificação da atividade.

Revista, graças a Deus, é bem diferente. Quando eu comecei a trabalhar na Casa e Jardim eu trabalhava seis horas por dia. A gente fazia uma revista linda e eram seis horas por dia mesmo. Quando eu fui para a Viver Bem, quando ela foi vendida para esse grupo da Exame, esses caras tinham uma cultura jornalística completamente diferente e aí eles surtaram e fizeram a gente surtar. Então o banheiro virou choródromo. Era um horror. Eles queriam que a gente apurasse até o último fiapo. Então aí a gente realmente sofreu, fechava a matéria 4 da manhã, 5 da manhã. Isso em 1999, quando começou a internet. Antes trabalhávamos na maior paz. E na Viver Bem, como diretora de redação, fazia parar tudo no horário do almoço, era sagrado, para tudo, a gente saía todo mundo junto para almoçar (Mara, 63 anos).

Os fechamentos¹³⁰ são algo inerente à atividade jornalística, sempre existiram. Mas o enxugamento das redações transformou essa rotina em um martírio de horas ainda mais longas, muitas vezes não compensadas, por exemplo, com uma folga no dia seguinte. Foram vários os relatos de profissionais que frequentemente ficavam até duas ou três horas da manhã de um dia, no fechamento, mas estavam escalados para o plantão da manhã seguinte, algo

¹³⁰ Trata-se do tempo que compreende o recebimento dos textos dos repórteres, a edição e o envio do material para a gráfica. Cada publicação tem um horário limite para esse envio, pois existe um horário determinado da gráfica para a impressão do jornal ou da revista. É comum que, por uma série de razões, os repórteres demorem para entregar seus textos, o que gera um tempo ocioso da edição seguido de intenso trabalho para “fechar” todo o material, já que tudo tem que estar pronto na hora determinada, independente de quando as primeiras versões das matérias foram entregues. Mas os repórteres também são incluídos nessas esperas, uma vez que só são liberados depois de seus textos aprovados. Por vezes, eles são as principais “vítimas”, já que é comum que tenham iniciado a jornada nas primeiras horas da manhã, para uma determinada cobertura, e têm seus textos finalizados já na madrugada.

inconcebível se há respeito, no mínimo, às leis trabalhistas. É ponto fundamental como essas jornadas reverberam na vida pessoal dos jornalistas, mas especialmente entre as mulheres. Para além de uma análise convencional, que poderia dar conta de que a vida pessoal tem mais “valor” para as mulheres do que para os homens, uma hipótese mais realista é uma conta pragmática: por que se sujeitar a tais jornadas se não há chance de reconhecimento e ascensão?

Os fechamentos eram o tormento de Júlia, da *Geração 2*, em seus anos de redação:

Por uma questão pessoal eu comecei a querer um pouco mais de liberdade, essa questão de ficar dentro de redação foi uma coisa que começou a me incomodar, eu me sentia meio presa dentro daquele esquema de ficar trabalhando muitas horas, o fechamento, o pós-fechamento, quando não tinha nada para fazer você tinha que ficar meio enganando, mexendo na internet, fazendo alguma coisa para falar que você estava útil (Júlia, 49 anos).

As horas à espera da liberação do fechamento também era o principal incômodo de Daniela, da *Geração 3*, que não via sentido nas longas jornadas, especialmente diante de uma nova dinâmica do próprio consumo da notícia e que ganha ares existências quando se coloca na mesa o tempo que o trabalho toma da “vida que pode ser vivida lá fora”:

Não queria ser empregada de redação naqueles moldes. De ficar lá, trabalhando até tarde. Fechamento é uma coisa que eu não quero fazer nunca mais na minha vida. Não faz nenhum sentido ficar até 23h fechando um jornal que 5 da manhã vai estar velho. Realmente era uma coisa que não fazia sentido mais (...) Uma coisa que me deixou traumatizada no Valor era o fechamento sexta-feira. Não tinha jornal sábado e eu saía de lá super tarde porque os repórteres demoravam uma vida eterna para escrever a matéria do jornal de segunda e tinha que fechar na sexta (...) Não fazia nenhum sentido eu ficar três horas sentada na frente do computador esperando um repórter fechar uma matéria. O que eu estou fazendo da minha vida? Eu podia estar vivendo! E no outro domingo, eu ia ter que voltar porque eu era plantão. Eu nem tinha tomado a decisão de ter filho, mas eu saquei que meu tempo estava sendo muito mal aproveitado (Daniela, 38 anos).

Ainda no início dos anos 2000, as rotinas já eram muito pesadas, conciliáveis apenas para jovens em início de carreira, o que já se apresentava como um estopim para um processo de expulsão precoce das mulheres da redação. Manuela, da *Geração 2*, é, entre as mulheres ouvidas, a que alcançou o mais alto posto na hierarquia das redações, uma exceção. Tendo o trabalho como “estruturante” em sua vida, ela via sentido no ritmo imposto desde o início de sua carreira. Ainda assim, é consciente da condição extrema a que foi lançada ainda jovem e coloca um novo ingrediente para o caldo da intensificação da jornada: com a *internet*, o fechamento passou a ser imediato. Ela descreve exatamente a rotina pesada, com as lacunas de cargo no jornal impresso, e a posterior rotina no *online*.

Eu tinha 26 anos e fui promovida. Ficou um tempo sem editora e aí a minha chefe me chamou e eu subi para subeditora, eu tinha um ano no jornal. Isso era até que mais ou menos comum. Eu era muito nova. Eu tinha cara de menina. Era insano. Eu ficava doente, porque não tinha editor e ficava eu ou outro sub lá. Só que não tinha muito editor para fechar, então eu entrava para a pauta 10h30, acabava ajudando no fechamento e saía umas 22h da noite. Dava tanto trabalho. Segunda começava trabalhando das 10h às 22h, e quando chegava quarta já ia quase até 00h, e sexta era o hard porque fechava o final de semana inteiro, ia até 3h da manhã. E tinha que torcer para não ter os plantões. Depois começou a internet, a gente já começava a entrar às 7h da manhã. O dia que eu saía às 18h era beleza. E eu sempre tive uma dedicação e um comprometimento muito alto. O trabalho sempre foi um negócio muito estruturante na minha vida (Manuela, 47 anos).

A internet foi um catalisador importante para a intensificação das jornadas de trabalho. Silvia, hoje aposentada e enquadrada na *Geração 1*, passou os últimos 20 em um jornal que tentava de várias formas e em diferentes ocasiões integrar as redações do online e do impresso, sempre com resistências por parte dos profissionais do impresso, que via de regra enxergam na agilidade do online superficialidade e pouco espaço para o desenvolvimento de pautas mais trabalhadas. É desta forma que ela descreve o processo que assistiu de perto, desde o nascimento, e que tem impactos também sobre o produto final das redações:

A chegada da internet teve um impacto profundo nas jornadas. Quem teve menos impactos eram subeditores porque esses eram separados, os subs do jornal entravam depois do almoço e no site tinha um sub de manhã até o começo da tarde, e outro do começo da tarde até a noite. Os repórteres não, para eles a carga de trabalho aumentou bastante. Acabou ficando uma jornada muito intensa. Que foi uma das coisas que, quando eu estava com 10 anos na edição, eu falei que estava batendo pino. Eu não aguentava mais essa jornada. Era uma jornada super pesada. No meu jeito de trabalhar, eu não podia pedir para as pessoas coisas que eu mesma não estava fazendo, entendeu? Eu acabava entrando 9h e saindo 21h. Eu comecei a fazer muito isso, uma jornada muito intensa. E eu não queria parar de fazer o trabalho que eu achava fundamental, que era poder sentar com cada repórter e ver o trabalho. Então, com o meu jeito de trabalhar, eu comecei a pirar, assim não dá. Foi a primeira vez que eu tentei negociar a minha saída (Silvia, 53).

Daniela é da *Geração 3*, mas iniciou sua carreira em jornal impresso, onde trabalhou pela maior parte da carreira. Foi em uma integração das redações de impresso e online – movimento que tem o objetivo de enxugar postos de trabalho e fazer com que os profissionais acumulem funções – que ela sentiu a pressão do digital. Além da óbvia sobrecarga, decisões desse tipo, como ela aponta, são mal comunicadas aos jornalistas, por vezes pegos de surpresa. A fala dela também aponta para algo já discutido, que é o prestígio do online em relação ao impresso:

Eu acho que a diferença entre impresso e internet é a dinâmica. O impresso é muito mais aprofundado e o online você tem que ter uma agilidade que o impresso não exige. No impresso, a coisa acontece e você vai tomar um café, conversar com o

chefe, fumar um cigarro, pode dar uma pensada. Quando eu voltei de viagem, tem uns 10 anos isso, tinha rolado a integração do impresso com o online na Folha e eu estava totalmente alheia a isso, ninguém me contou nada. Eu lembro que eu estava numa cobertura quando o chefe ligou: "o Estadão tá piscando"¹³¹. Você tem que mandar para o site". Ninguém tinha me falado, me avisaram no meio da cobertura que eu tinha que cobrir para o online. Aí eu sentei e peguei um computador emprestado para escrever uma matéria meio rápido. A partir daí, tinha essa coisa de que tinha que mandar uma matéria para o site, só que era uma coisa que a gente nem levava muito a sério, era só para o site ficar alimentado, e depois faríamos a matéria "mesmo", falando em off com um ministro, falar com um secretário no corredor, isso ia só para o jornal (Daniela, 38 anos).

Verifica-se, portanto, algo estrutural que abarca as diversas dimensões do mundo do trabalho dos jornalistas e resulta no cenário que se vê atualmente. Pesam as transformações do mundo do trabalho que atinge todos os trabalhadores, independente da profissão; as barreiras que impedem a estabilidade e a ascensão das mulheres no trabalho e a crise da imprensa.

Há, portanto, o que Bourdieu (2007) conceitua como desqualificação estrutural, que atinge, progressivamente, geração após geração:

A desqualificação estrutural que afeta o conjunto dos membros da geração, destinados a obter de seus diplomas menos do que teria obtido a geração precedente, está no princípio de uma espécie de desilusão coletiva que incita essa geração enganada e desiludida a estender a todas as instituições a revolta mesclada de ressentimento que lhe inspira o sistema escolar (...) Há uma defasagem particularmente marcante, em certas conjunturas e certas posições sociais, entre as oportunidades objetivamente oferecidas num dado momento do tempo e as aspirações realistas que são apenas o produto de um outro estado de oportunidades objetivas: essa defasagem é, mais frequentemente, o efeito de um declínio com relação à trajetória individual ou coletiva que se acha inscrita como potencialidade objetiva na posição anterior e na trajetória que conduziu a essa posição (BOURDIEU, 2007, p.163-165).

Um dos indicadores desse processo, que ajuda a desenhar a ideia de *escalada da precariedade*, é o aumento da procura pelos cursos de Jornalismo ao longo dos anos 1990, seguido de uma queda na década seguinte. A tabela abaixo mostra a concorrência por uma vaga no curso de Jornalismo da Universidade de São Paulo ao longo dos últimos 25 anos. Ele foi considerado o melhor do país na maior parte dos anos deste período, por isso foi tomado como referência.

¹³¹ *Piscar* é o jargão usado para a informação em tempo real, usada para fatos que precisam ser imediatamente publicados, na forma de apenas um título, mesmo que ainda não existam informação suficiente para uma matéria completa ou quando a matéria ainda está em produção.

Quadro 12: Evolução da concorrência no vestibular para Jornalismo na USP entre 1995 e 2020

ANO	RELAÇÃO CANDIDATO/ VAGA	POSIÇÃO ENTRE OS CURSOS MAIS CONCORRIDOS
1995	56,9	2º
2000	53,5	2º
2005	44,74	2º
2010	32,3	7º
2015	36,75	6º
2020	29,02	13º

Fonte: Fuvest/Elaboração própria

Importante notar, no entanto, que apenas três mulheres da amostra se formaram na USP, todas da *Geração 1* e as mais velhas da amostra. A Fundação Universitária para o Vestibular (Fuvest) só dispõe de dados a partir de 1995. Nota-se, ainda, que até 2005 a concorrência para Jornalismo fica atrás apenas de Publicidade e Propaganda, também na área de comunicação, depois cai progressivamente até atingir a 13ª posição entre os cursos mais concorridos.

Outras duas entrevistadas também estudaram em universidades públicas, mas em outros estados (Estadual de Londrina e Estadual de Ponta Grossa, ambas no interior do Paraná). O que se tem é uma maioria proveniente de instituições privadas, sendo nove jornalistas, ou 40% da amostra, egressas da Cásper Líbero, instituição privada que conta com o mais antigo e tradicional curso de Jornalismo do país. No vestibular 2020 foi a primeira colocada do país entre as escolas particulares e a quinta no *Ranking Universitário Folha*¹³², enquanto a USP é a quarta colocada no ranking geral, atrás das federais do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Santa Catarina, nesta ordem. Entre os homens, três vieram de instituições públicas: Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Bauru, no interior de São Paulo; Federal do Paraná, em Curitiba, e Federal de Juiz de Fora, no interior de Minas. Os dois restantes estudaram na Universidade Metodista, instituição privada do ABC paulista.

Não foi possível compilar o histórico da concorrência do vestibular da Cásper Líbero. As informações disponíveis na internet são dispersas¹³³, mas suficientes para compreender uma trajetória de desprestígio, assim como vista na USP. Em 1996, a concorrência para uma

¹³² Disponível em

<<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=48910&keyword=Casper&anchor=6130831&origem=busca&pd=e305d8f8246156effb43a470dbb296bd>> Acesso em 22/06/2020.

¹³³ O regime de atendimento da Cásper Líbero, afetado pela crise do coronavírus impediu que a pesquisadora obtivesse números diretamente com a faculdade. Mas foi possível colher dados dispersos em páginas de cursinhos e na imprensa.

vaga no curso diurno era de quase 30 candidatos, número que caiu para 18 em 2003 e 10 em 2016, média mantida até o último vestibular, de 2020. Outro dado chama a atenção: em meados dos anos 1990, o curso noturno da Cásper Líbero era mais concorrido que o diurno, mas desde o início da década de 2010 isso se inverteu e a concorrência no curso noturno é metade da registrada no curso diurno. Olhando para a concorrência de uma instituição de prestígio, mas paga, escancara-se o processo de elitização da profissão, especialmente porque vem acompanhado de um aumento do valor das mensalidades, como já apontado anteriormente.

Ao observar as seções anteriores, é possível concluir que mesmo com uma crescente deterioração das condições de trabalho nas redações, o jornalismo se elitizou. Com isso, mulheres de diferentes idades vivenciam carreiras, de modo geral, bem diferentes. Enquanto as mulheres da *Geração 1* e parte das da *Geração 2* puderam usufruir de longos períodos de trabalho formal, renda adequada, que em alguns dos casos possibilitaram uma aposentadoria confortável, além de direitos essenciais como licenças-maternidade, as mais novas experimentam a informalidade, instabilidade e imprevisibilidade.

Como já mencionado na introdução deste capítulo, entre as seis mulheres da *Geração 1*, quatro deixaram o jornalismo e se aposentaram e uma, mesmo com aposentadoria garantida, segue atuando em redação. Apenas uma não se aposentou e não vê condições para isso num médio prazo. Entre elas, quatro têm filhos, que nasceram quando elas atuavam em redações da grande imprensa. Gozaram de licenças-maternidade remuneradas e os conflitos entre trabalho e filhos¹³⁴ são considerados por elas os mesmos enfrentados por qualquer mulher que tem uma carreira, independente da profissão. Uma delas afirma que a profissão pesou sobre a sua não-maternidade.

A *Geração 2* conta com nove mulheres e apenas uma delas teve uma carreira formal que possibilitará a aposentadoria¹³⁵. Isso porque, estas mulheres já vivenciaram períodos de trabalho informal, seja como *PJ* ou *freelancer*, e desemprego prolongado. Entre as nove, seis são mães, três tardiamente (após os 42 anos), sendo duas mães adotivas solo. Aí, vê-se também o impacto da profissão em suas vidas privadas¹³⁶, já que elas alegam que o adiamento da maternidade foi resultado da intensidade do trabalho nas redações. Ambas as mulheres que optaram pela adoção deixaram o trabalho em redação após a maternidade.

¹³⁴ O tema maternidade é abordado com mais profundidade adiante, na seção 4.2.1

¹³⁵ Para efeito de comparação, embora muito relevantes, serão desconsideradas as mudanças no regime provenientes da última reforma da Previdência, de 2019. Grosso modo, aqui, é considerada uma contribuição de 30 anos ao sistema.

¹³⁶ O capítulo IV é dedicada a abordar as relações entre trabalho e vida afetiva e contemplará mais profundamente esse tipo de questão.

Por fim, na faixa etária mais jovem, a *Geração 3*, nenhuma imagina que será possível se aposentar, mesmo que algumas já acumulem cerca de 20 anos de carreira. A instabilidade, baixa remuneração e informalidade vividas impedem esse tipo de planejamento, que também pesa sobre a decisão de ser mãe. A não-maternidade é algo bem mais naturalizado entre elas. Das nove mulheres, que têm entre 36 e 44 anos, cinco são mães, mas as outras quatro descartam ser mães no futuro e têm na profissão o principal impeditivo.

O que se vê é que as mulheres mais velhas da amostra, da *Geração 1*, foram perdendo pouco a pouco espaço dentro dos veículos em que atuavam, seja para homens da mesma geração ou para homens e mulheres mais jovens. Protegidas pela formalidade ao longo das carreiras, a aposentadoria, ainda que precoce, é a saída encontrada por elas. Já aquelas da geração intermediária, a *Geração 2*, se veem expulsas do coração da profissão e passam a atuar em veículos menores ou em atividades satélites àquelas almejadas e experimentadas. Entre as mais jovens, as da *Geração 3*, o processo é semelhante, mas mais rápido. As dimensões gênero e classe se manifestam: na crise da imprensa, que tem o desprestígio da profissão jornalista como uma de suas consequências, se mantém em postos de qualidade - seja pela hierarquia, seja pelas condições de trabalho - os homens de qualquer classe social e as mulheres provenientes da elite.

A ameaça constante do desemprego acirra a competição, engorda o individualismo, pulverizando uma categoria que se reconhece cada vez menos como trabalhadora e, por isso, não se organiza como sujeita de direitos. A progressiva desproteção social é mais evidente entre as mulheres, o que as fragiliza como indivíduos independentes, atingindo suas identidades, o que será mais bem abordado a partir do *Capítulo IV*.

CAPÍTULO IV – IDENTIDADES E SUBJETIVIDADES: AS CONSEQUÊNCIAS DA ESCALADA DA PRECARIEDADE

4.1. Apresentação

Quais são as barreiras para que as mulheres alcancem os mesmos lugares de estabilidade e prestígio que os homens nas redações? O machismo que pauta as interações sociais, a desigualdade de oportunidades entre mulheres com diferentes origens sociais e a estrutura patriarcal das empresas de comunicação nos dão pistas robustas sobre quais são os impedimentos para o pleno desenvolvimento das carreiras femininas. Mas este capítulo se propõe a expor objetivamente, pela voz das mulheres que vivenciam esses processos, quais são os obstáculos que elas enfrentam ou enfrentaram ao longo de suas vidas profissionais.

A maternidade é ponto determinante, mas seus efeitos são sentidos de forma diferente de acordo com a geração a qual pertence cada mulher. As da *Geração 1* e as mais velhas da *Geração 2*, que experimentaram maiores períodos de estabilidade e proteção social, puderam vivenciar a maternidade com efeitos mais discretos sobre suas carreiras. Para as mais jovens da *Geração 2* e as da *Geração 3*, a intensificação das jornadas nas redações ao longo das últimas décadas, aliada à fragilidade dos direitos trabalhistas, acaba por impedir, em alguns casos, a conciliação entre maternidade e redação, as levando para atividades extrarredação ou para outras áreas de atuação profissional. Há, ainda, um relevante número de mulheres que não são mães e atribuem a decisão ao jornalismo.

Este capítulo tem como pilar a percepção, vinda da fala das mulheres, de uma tentativa constante de conciliação, muitas vezes conflituosa, entre vida afetiva e vida profissional, inclusive para as mulheres que não são mães. Uma guerra interna que gera frustrações, culpa, esgotamento e, por vezes, faz com que as mulheres busquem alternativas profissionais fora das redações, numa constante negociação entre o que gostariam de fazer e o que precisa ser feito em suas vidas. Aqui surge a busca por alternativas profissionais e a necessidade, negociada ou não, de apoio familiar. Os efeitos da *escalada da precariedade* chegaram também às profissionais mais velhas que, preteridas pouco a pouco das redações, optam pela aposentadoria.

Tais dilemas não existem para os homens das gerações que fazem parte do objeto de estudo desta pesquisa. Com redes invisíveis de apoio e proteção dentro e fora de casa, eles conseguem se desenvolver plenamente e vivenciam períodos de instabilidade mais breves que as mulheres. São vítimas, evidentemente, do etarismo, mas ele se dá mais tarde para eles do que para elas.

Por fim, este capítulo aborda questão fundamental e vivida de maneira equânime entre os homens e as mulheres ouvidos: a deterioração da saúde mental decorrente da pressão do trabalho nas redações. Se inicialmente este não era um tema relevante para a pesquisa, a fala de entrevistados e entrevistadas mostrou como é comum que a intensidade do trabalho nas redações e episódios de abuso e assédio afetem a saúde física e mental dos jornalistas e que, em alguns casos, recuperar o equilíbrio é o fator determinante para a saída das grandes redações.

4.2. Os desafios da conciliação para o desenvolvimento profissional das mulheres jornalistas

Entende-se por patriarcado o sistema de dominação e opressão em que homens ocupam o lugar mais alto nas hierarquias de poder e privilégio, um conjunto de relações sociais e comportamentos naturalizados pela sociedade que constitui uma rede de solidariedade entre homens que permite que as mulheres sejam mantidas abaixo deles em tal hierarquia. Base fundante deste sistema é a divisão sexual do trabalho.

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (HIRATA & KERGOAT, 2007, p.599).

O patriarcado precede o capitalismo, mas é nele que assume formas particulares de existência. Na industrialização, a partir da separação física entre os locais de moradia e de trabalho, passa a existir lugares determinados para a produção do valor e para a reprodução da vida. É na separação desses mundos que surge uma escala de valorização dos trabalhos feitos dentro e fora de casa: na fábrica, há produção de riqueza, em casa não.

Ao separar esses mundos, valorizando moralmente o mundo da produção e tornando o mundo da reprodução ideologicamente desvalorizado, o capital garante a produção e a reprodução, quando divide ao meio a classe trabalhadora, entre homens e mulheres, e não remunera as tarefas de reprodução, que, para ele, são essenciais, apesar de não gerarem valor. De quebra, ao dividir o mundo da exploração (que se dá no local do trabalho) do mundo da opressão (que se dá nas relações privadas, de gênero, etnia), obtém considerável ganho (SOUZA, 2006, p.105).

Quase 300 anos depois da consolidação da separação entre o espaço da casa e do trabalho, após inúmeras e fundamentais conquistas de emancipação e empoderamento das

mulheres, a casa ainda é território predominantemente feminino. Mas desse poder, pouco se extrai: meio século depois da entrada das mulheres no mercado de trabalho em profissões em que disputam lugares com os homens, ainda é a conciliação entre casa e rua, entre as obrigações profissionais e domésticas, o maior nó para a real emancipação profissional feminina. Se o dia tem 24 horas para homens e mulheres, são eles que realmente dispõem desse tempo para se desenvolverem plenamente. Às mulheres, além da tentativa de superar as barreiras estruturais ao seu pleno desenvolvimento profissional, cabe encaixar nas mesmas 24 horas todas as funções profissionais, a sociabilização necessária para a ascensão profissional, as tarefas domésticas, os cuidados com os filhos ou pais idosos e, por que não, os cuidados com o companheiro. Mesmo quando contam com trabalhadoras domésticas, além disso representar uma nova faceta da opressão de gênero, não se trata de uma terceirização completa: há funções que cabem exclusivamente às mulheres mesmo quando elas não são as únicas adultas da casa. A chamada “carga mental”, aquele conjunto de tarefas invisíveis de planejamento, organização e tomada de decisões domésticas, é exclusividade para todas as mulheres ouvidas por esta pesquisa, exceto para uma, cuja parceira é uma mulher. Entre os homens, os únicos que arcam com as responsabilidades domésticas integralmente são os que vivem sozinhos.

A maternidade, como será visto adiante, é o principal marco na vida das mulheres, definida por várias delas como “momento de repensar a vida”. Mas a ingerência da vida afetiva na vida profissional das mulheres vem antes disso: são recorrentes nos depoimentos mudanças de cidade motivadas por uma relação amorosa ou um rompimento, por exemplo. A relevância da vida afetiva para as mulheres, no entanto, extravasa marcos como maternidade e casamento: via de regra, as narrativas trazem o tempo todo fatos e histórias da vida privada, mesmo nas falas daquelas que têm o trabalho como algo mais estruturante em suas vidas. As narrativas dos homens, não. Só é possível saber fatos de suas vidas privadas quando questionados, as credenciais de apresentação deles são de suas identidades como profissional. Para elas, essa identidade é múltipla: elas se apresentam, sim, como jornalistas, como profissionais, mas também revelam, de cara, que são mães, são casadas, falam dos pais, dos irmãos. Ou seja: é evidente que mais do que conciliar funções objetivas de suas vidas pessoais que precisam caber na agenda, as mulheres conciliam identidades e papéis que se imbricam o tempo todo. Eles não, seus papéis público e privado são mais apartados. Como explica Souza (2006):

Recorrer às reflexões de Vigotski permite afirmar que o processo histórico não constitui diferentes funções psicológicas para os gêneros, criando algumas específicas para homens e outras para as mulheres. O que ocorre é que se alteram os nexos, entre as funções psicológicas e as determinações sociais, a forma como a educação, as instituições, as funções sociais, a ideologia é construída e mantida, fazendo com que se fortaleçam algumas funções psicológicas nas mulheres - por exemplo, a afetividade - e outras, nos homens - por exemplo a racionalidade. Estas funções psicológicas, exercidas diferentemente por homens e mulheres, 'aparecem' como biológicas, naturais, não como construídas e desta forma acabam se cristalizando como qualidade 'natural' de cada um, homem ou mulher (SOUZA, 2006, p.116).

As entrevistas mostram que o tempo das mulheres se torna mais escasso conforme novas responsabilidades afetivas surgem e não conforme elas ascendem profissionalmente. No início dos anos 1990, os estudos de Travancas (1993) já apontavam que, ao aderirem ao jornalismo, esses profissionais aceitavam sacrificar outras relações sociais como familiares e de parentesco, o que se converte em tarefa mais difícil quanto mais relevantes forem as relações fora do trabalho. A estabilidade, em detrimento da realização, ganha importância.

O relato de Cristiane, que iniciou sua carreira em 2001, mostra como a rotina jornalística exige uma dedicação extrema difícil de conviver com as obrigações afetivas que surgem com o passar do tempo. A fala aponta, ainda, para como em rotinas intensas as relações sociais mantidas no trabalho se sobrepõem àquelas fora dele e para a deterioração das condições de trabalho:

Lá em 2000 e pouco eu estava em política, revista semanal. O semanal era esquema bom. Você virava uma noite só na semana. Saía, enchia a cara, ficava mais 24h em coma e voltava para o jogo. Era ótimo. Era a minha vida. Eram meus amigos, meus horários. Tinha essa coisa charmosa, romântica do jornalismo. De fumante que fica batendo na máquina de escrever. Mas a internet já estava caminhando, né? A gente estava ali, vivendo um enterro do impresso quase, sem saber. A gente trabalhava que nem umas retardadas, a gente tava dando o sangue e ganhando muito menos do que deveria (Cristiane, 40).

Enquadrada na *Geração 3*, Cristiane se tornou mãe jovem, aos 26 anos. Não havia mais espaço para a noite virada da redação, “ainda que só uma por semana” e as prioridades mudaram, como ela conta:

Era uma decisão só minha e me parecia bem óbvio que a partir daquele momento eu nunca mais ia poder ficar sem grana. Mas também precisava ficar mais em casa (Cristiane, 40).

Mônica, 58 anos, é da *Geração 1*. Casada, mas sem filhos, trabalhou em grandes redações por 26 anos até se aposentar. Para ela, colocar a vida profissional em primeiro lugar

era um ativo para as empresas onde atuou. Ela lembra, ainda, do peso da profissão para a não-maternidade, mas pondera como o maior tempo à disposição do trabalho contribui para uma certa “liberdade” demandada pelo jornalismo:

Eu era um ativo que eles bancaram. E, claro, como eu me dedicava muito e eu não tive filhos, eu era aquela pessoa disponível [...] Eu queria ter filhos, mas eu adiei. Também porque eu adiei o casamento. Eu conheci meu marido com 31 anos, nós fomos morar juntos eu tinha 34 e eu comecei a querer ter filho nessa época. Eu fiz muitos tratamentos, eu tentei muito e não pude ter. Então, não é uma coisa assim "Não quero". Mas isso é uma característica da nossa profissão. Na minha geração, a maioria tinha filhos. Então isso para mim foi bom porque eu podia viajar. Tudo que precisava de viagem, eu ia, porque as pessoas não podiam ir porque os filhos eram muito pequenos. Na época que eu cobria política em Brasília, por exemplo, eu fiquei três meses uma vez no Ceará, isso é impossível com uma criança. Precisa viajar hoje à noite, eu que ia, quem é que podia? (Mônica, 58 anos, sem filhos)

É esse o ativo que as empresas procuram, uma disponibilidade que acaba por anular outras esferas da vida do indivíduo que não seja o trabalho. Marcelo, 36 anos, enquadrado na *Geração 3*, é solteiro e não tem filhos. As frequentes mudanças de turno bagunçam a vida privada, atrapalham seus relacionamentos, mas a disponibilidade para que isso aconteça é central no sucesso de sua carreira. Hoje editor de TV, turnos fora do convencional o acompanham desde o início da carreira, no rádio. Mais de 15 anos depois, os turnos cobram um preço alto da sua vida pessoal, mas o sucesso profissional, para ele, equilibra a balança. A fala dele, porém, mostra como a disponibilidade de tempo é “um pedágio para crescer” que, geralmente, as mães não podem pagar:

Na rádio, a gente fazia muita hora extra. A cada dois meses eu tirava uma semana de folga porque eles não pagavam hora extra, tinha um banco de folga. Eu passava boas temporadas em horários fixos, mas eles costumavam mudar bastante também. Me incomodava muito mais o fato de eu ser deslocado para funções que eu não queria fazer do que propriamente o horário (...) Na TV comecei das 3h da madrugada às 10h da manhã. É uma sensação de estar cansado o tempo inteiro. E não tem como. Se coloca um jornal às 6h da manhã, alguém vai ter que entrar na madrugada. Mas o clima de trabalho era dos melhores, então eu acho que isso ajuda muito e o fardo do horário pesa menos. Isso alivia muita coisa. Na minha cabeça era um pedágio para subir (...) Eu acho que o fato de ser homem e ser solteiro faz com que eles abusem mais das possibilidades de horário comigo. Então mulher casada naquele horário, mulher com filho naquele horário, só se for a última opção para ela ou se for um cargo de promoção. Agora, homem solteiro... E aí também eu não fiz nenhum curso ou não tinha nenhum compromisso. Eu estava disponível. Então acho que eram as duas coisas: eu estava disponível e era preciso essa disponibilidade. Mas para a vida pessoal é ruim porque você não se organiza, você tem que ter muita flexibilidade. Esse horário que eu estou agora, das 19h às 2h é muito ruim para a vida pessoal, eu não tenho vida pessoal durante a semana. Eu posso marcar almoço ou encontrar durante a semana. É completamente solitário (Marcelo, 36 anos).

Hirata e Kergoat estão entre as principais pensadoras das ligações entre gênero e trabalho. Seus estudos afirmam que a divisão sexual do trabalho tem uma enorme plasticidade, capaz moldá-la e transformá-la conforme se transformam as próprias relações de trabalho. A divisão sexual do trabalho também depende de relações de classe, mas o lugar em que ela se manifesta com mais força é dentro de casa e, conseqüentemente, dentro das relações amorosas heterossexuais. As autoras propõem quatro modelos de vínculo entre as esferas doméstica e profissional. No “modelo tradicional”, o papel doméstico é inteiramente da mulher e cabe ao homem o papel de “provedor”. No “modelo de conciliação”, cabe quase que exclusivamente às mulheres conciliar vida familiar e vida profissional, enquanto o “paradigma da parceria” presume a igualdade de estatutos sociais entre os sexos. Por fim, tem-se o modelo da “delegação”¹³⁷, quando mulheres das classes média e altas delegam parte de suas atribuições domésticas a outras mulheres, remuneradas ou não, um modelo que substitui ou se sobrepõe ao “modelo da conciliação”:

Contudo, é preciso rever agora a outra modalidade de teorização, a da divisão sexual do trabalho como “vínculo social”, pois é ela que fundamenta a tese, que hoje adquiriu o estatuto de política da “conciliação” vida familiar/vida profissional – política fortemente sexuada, visto que define implicitamente um único ator (ou atriz) dessa “conciliação”: as mulheres, e consagra o status quo segundo o qual homens e mulheres não são iguais perante o trabalho profissional. Na própria essência dessa política há um paradoxo: a vontade de chegar à igualdade pela promoção da conciliação (HIRATA & KERGOAT, 2007, p.603).

Considerando-se que a casa é o campo de disputa por essência para uma real e justa inserção das mulheres no mercado de trabalho, é entre os casais de jornalistas que os desequilíbrios ficam ainda mais evidentes. Paulo, 54, da *Geração 2*, é casado há mais de 20 anos com uma jornalista. É pelas palavras dele que surge a história de sua companheira, alinhada à dificuldade inerente às mulheres de alcançar uma real conciliação entre vida doméstica e profissional. Ela viu os filhos crescerem *freelando* em casa, ele alcançou postos do alto escalão de importantes veículos:

Ela trabalhou durante um período e se especializou na área feminina. Foi para a Abril, mas depois ela ficou só em freelas, tanto na área feminina quanto na cobertura de assuntos de TV. Meus filhos cresceram com ela dentro de casa freelando. Na verdade, quando as vagas foram rareando, ela foi ficando de fora. Mas ela quis ficar mais em casa quando nasceu o primeiro filho (Paulo, 54 anos).

¹³⁷ O modelo de delegação do trabalho doméstico a uma profissional remunerada é extremamente comum na classe média de sociedades como a brasileira. A maioria das mulheres ouvidas que não estão em situação de instabilidade mais grave ou desemprego contam com trabalhadoras domésticas em suas casas e não cabe a essa pesquisa problematizar a questão das trabalhadoras domésticas.

Raquel, 42 anos, da *Geração 2*, também é casada com um jornalista e tem duas filhas. Conheceu seu marido há cerca de 15 anos em uma redação, onde os dois, que têm a mesma idade, tinham os mesmos cargos. Atualmente ele é executivo de uma das maiores empresas de comunicação do mundo. É ela quem avalia: “*minha carreira no jornalismo mesmo foi mudando. Mas se pensar no jornalismo puro, ela teve uma queda em termos de salário, de prestígio e a do meu marido foi uma coisa ascendente*” (Raquel, 42 anos).

Kátia, 56, é da *Geração 1*. Foi casada por 25 anos com um jornalista, com quem teve dois filhos, ambos já adultos. Revendo sua própria história, acredita que a segurança oferecida em empregos com menos prestígio foi importante para os voos altos do ex-marido, apoiados não só pela rede de segurança doméstica fornecida por ela, mas também profissionalmente em alguns projetos encabeçados por ele. Ela conta:

Eu nunca fui muito ambiciosa em termos de carreira no jornalismo. Então eu casei. Me formei com 23 e me casei com 26, 27. Ele era jornalista também, trabalhava na TV. E a gente tinha vivência só com o jornalismo o tempo todo. Aí eu tive dois filhos. E o meu trabalho era bom por causa disso: eu entrava às 14h e saía às 20h. Então eu ficava a manhã inteira com eles. Tinha como fazer freelas para escrever, que era o que me satisfazia. Eu fazia algumas coisas para o meu marido, porque ele escrevia livro também. E fiquei meio acomodada. E eu tinha a chance de ficar com as crianças. Eu podia fazer academia, podia criar uma vida e me acomodei. E ele sempre foi menos estruturado do que eu, por isso que também tem essa razão de eu ficar muito tempo nos lugares. É que ele voava muito. Então ele saía de um emprego, e depois ele queria fazer projeto. Ou então ele se inscrevia em licitação de audiovisual. Ganhava, fazia, ganhava dinheiro e eu lá na retaguarda, eu ficava como a segurança. (Kátia, 56 anos).

O modelo de “conciliação” se mostra inviável mesmo quando sobreposto ao de delegação, particularmente em uma profissão com um alto índice de exigência de tempo e energia. O paradigma da parceria é algo utópico para as mulheres da vida real. Portanto, qual o real poder de negociação que essas mulheres têm em suas famílias se as obrigações pelo perfeito funcionamento da vida doméstica e de apoio aos parceiros ainda é entendido como naturalmente feminino? Como explicam Hirata e Kergoat (2007):

Um pensamento crítico da “conciliação” não pode se desenvolver fora do contexto de reflexão sobre as modalidades de reprodução da servidão doméstica. A socialização familiar, a educação escolar, a formação na empresa, esse conjunto de modalidades diferenciadas de socialização se combinam para a reprodução sempre renovada das relações sociais. As razões dessa permanência da atribuição do trabalho doméstico às mulheres, mesmo no contexto da reconfiguração das relações sociais de sexo a que se assiste hoje, continua sendo um dos problemas mais importantes na análise das relações sociais de sexo/gênero. E o que é mais espantoso é a maneira como as mulheres, mesmo plenamente conscientes da opressão, da desigualdade da divisão do trabalho doméstico, continuam a se incumbir do

essencial desse trabalho doméstico, inclusive entre as militantes feministas, sindicalistas, políticas, plenamente conscientes dessa desigualdade (HIRATA & KERGOAT, 2007, p.607).

Por outro lado, quando olhamos para o cotidiano masculino, a pesquisa de campo confirmou ainda em seus primeiros passos o que a literatura e a observação apontam. As mulheres se multiplicam para dar conta de todas as dimensões de suas vidas, enquanto os homens têm no trabalho sua única agenda, uma vez que têm respaldo doméstico para manterem a ativa a dimensão afetiva de suas vidas. Na marcação das entrevistas para este trabalho isso foi evidente. Enquanto mulheres buscavam um cantinho em suas agendas para acomodar a conversa, entre longas jornadas de trabalho (para aquelas empregadas), afazeres domésticos, assistência a filhos ou pais idosos, cuidados com a saúde e a aparência, atividades físicas... Os homens eram cirúrgicos: “trabalho das 9h às 19h, no resto estou livre”; “Não tenho nenhum compromisso de trabalho essa semana, pode ser qualquer hora”. A própria menção à família e à casa é secundária, feita apenas após questionamento. Poder ter no trabalho seu foco de preocupação, com as demais dimensões da vida delegadas, mesmo que inconscientemente, para uma mulher, abre um espaço imenso para o pleno desenvolvimento profissional masculino. O paradigma da conciliação, inerente à vivência das mulheres, não é uma questão para os homens. Mesmo com a desconstrução recente de inúmeros estereótipos de gênero e do aumento da participação masculina nas atividades de cuidado, ainda é predominante a ideia de que são elas as responsáveis “naturais” pelas tarefas domésticas – mesmo que apenas pela delegação delas – de cuidado, e pela administração das dimensões afetivas da casa. Eles participam, mas quando o trabalho permite, não há um real desafio de conciliação.

4.2.1. “Para ele não pesou em nenhum momento”: mãe jornalista, jornalista mãe

A maternidade provoca uma ruptura e as redações não estão dispostas a arcar com os custos da maternidade (Alexandre, 44 anos).

O mercado exige que você realmente esteja 100% disponível a ele. Com a internet isso só piorou: experimenta não responder um whatsapp à noite? E uma mulher com filho não está disponível 100%. Quando eu não estive disponível 100% deu alguma merda, algum rastro eu deixei, pelo menos na minha cabeça. Essa consciência que eu acho que a maternidade traz torna tudo muito difícil. Uma pá de minazinha que na Folha era “superrepórter” não acreditava que eu tinha filho: “como é que você tem filho e está aqui?”. Essas tiveram filhos e não voltaram mais. Não dá. E quando você tenta fazer a supermulher é mais frustrante do que admitir que você não dá conta. Porque você pode até dar conta no tempo, mas se você parar para pensar na qualidade de convivência que você tem com o seu filho quando você

está numa redação... O único jeito de tocar esse barco é sem pensar. Se você parar para pensar, você para. O que eu via era criança jogando as coisas no chão e empregada pegando. Eu pedia para ensinar, mas todas elas tinham dó de mim. Eu era digna de dó, a mulher do dinheiro que não podia ser incomodada. "coitada, ela está cansada". E eu pelo menos não era uma exploradora escrota com a minha ajudante, então ela tinha compaixão por mim. E minhas filhas também (Cristiane, 40)

O mundo do trabalho impõe uma série de desafios às mulheres, barreiras que elas enfrentam única e exclusivamente por serem mulheres. Nas profissões que exigem um alto nível de dedicação, de tempo e energia, como é o jornalismo, essas barreiras se tornam mais difíceis de serem ultrapassadas conforme aumentam as demandas domésticas e afetivas. Para as mães, há um acúmulo de obstáculos que muitas vezes inviabiliza a atuação nas redações, obstáculos tão evidentes que muitas das mulheres mais jovens ouvidas na pesquisa enxergam o jornalismo como um impeditivo à maternidade.

A fala que abre este capítulo, de Alexandre, da *Geração 2*, mostra apenas uma das facetas que colocam a maternidade como um ônus: o custo financeiro e operacional para as empresas. Há, ainda, a informalidade, que desprotege socialmente as mulheres e faz com que a ausência no trabalho, ainda que mínima, só seja possível para as mulheres que contam com apoio financeiro. No entanto, a questão vai além de pontos objetivos como os expostos acima: as barreiras invisíveis são inúmeras.

Entre as mulheres ouvidas na pesquisa, a história de Alessandra, 41 anos, da *Geração 3*, é emblemática. Divorciada e mãe de três filhos, foi mãe pela primeira vez como empregada formal, na *Folha de S.Paulo*, em 2006. Sua fala expõe de maneira bastante objetiva diversos aspectos abordados nesta pesquisa, que poderiam ser recortados e utilizados em outros pontos da dissertação. Optou-se, porém, por mantê-los juntos para dar a força necessária ao relato, no qual Alessandra fala desde a idealização de um veículo, passando pela informalidade, intensificação de jornadas, incompatibilidade de conciliação da vida familiar com a atividade em redação, até a ida para atividade extrarredação, onde atua hoje, com vínculo formal.

Comecei por paixão mesmo, achava superlegal. Meus pais assinavam a Folha, sempre li a Folha desde criança. Tanto que eu estava no primeiro ou segundo ano do colegial e vi na Folha uma vaga de editor de mundo, eu mandei uma carta, "Sei que eu não sei nada, mas eu super gostaria de trabalhar aí". Eu tinha essa coisa com a Folha. Era um veículo que eu conhecia bem, pela experiência pessoal, e foi super legal que eles responderam, mandaram uma carta "Daqui uns anos, quem sabe". Em 2002, formada, eu estava no Agora e lá era um plantão final de semana, sim e um não, então eu achei que não estava valendo a pena, o ganho não compensava eu perder meu fim de semana, aí você ficava acumulando folga que você não conseguia tirar nunca. Eu fiquei quase dois anos, nunca tirei férias e fazia plantão de final de semana, natal, ano novo... Só que com um salário bem abaixo do resto. Mas ainda solteira, sem filhos, sem grandes responsabilidades (...) O meu

mais velho nasceu quando eu estava na Folha. Eu tinha 27, 28 anos. Estava contratada. Tirei a licença, [tudo] certinho, mas continuava no mesmo esquema, trabalhava das 16h à 00h. E fazia plantão, e isso foi enchendo o saco. Meu filho era pequeno e eu tinha que sair de casa para fazer plantão. Meu marido é jornalista, e a gente intercalava plantão. E no meu, quando meu filho era muito pequeno, ele levava lá para mamar, então duas vezes por dia, no sábado e no domingo, meu filho estava lá na Folha comigo mamando. Aí foi ficando mais chato, não estava mais adequada à dinâmica. E eu não queria também. Para mim, não era um lugar legal para ser mãe. A Folha não tinha nenhum benefício extra, cuidado extra por ser mãe de filho pequeno. Eu continuava com horário ruim, com os plantões... E aí surgiu a oportunidade de ir para comunicação corporativa de um banco (Alessandra, 41 anos).

O ex-marido de Alessandra é jornalista e é ela quem faz a comparação entre a repercussão da chegada dos filhos sobre as carreiras dele e dela:

Para ele não pesou em nenhum momento. Quando a gente se conheceu ele nem tinha terminado a faculdade e foi terminar por insistência minha, [aquilo] de ficar no pé. Depois ele fez pós quando a gente estava casado, com as crianças em casa e sempre foi uma mágoa. Principalmente na licença, eu passava o dia inteiro com a criança, já estava cansada e "Hoje não posso ficar, já tenho aula, já tenho isso". A vida não mudou em nada. Quando eu estava grávida da minha filha, ele trabalhava na assessoria de algum órgão público, super certinho, horário comercial, final de semana. Mas ele sempre foi da área de esportes e ia ter Copa aquele ano, 2010. Ele chegou um dia em casa e falou que estava saindo do emprego porque conseguiu um freela para cobrir a Copa. Eu falei "Ah, que ótimo", Copa, aquela insanidade, todos os dias sem folga e eu grávida com uma criança pequena. Era uma coisa que para mim fez toda a diferença e para ele não fez alguma. E aí, para complicar ainda mais a história, eu acabei engravidando de novo (Alessandra, 41 anos).

Para ter o apoio de seus pais no cuidado dos filhos, na terceira gravidez Alessandra optou por voltar para sua cidade de origem, na grande São Paulo, o que incluiu em sua rotina quatro horas diárias de deslocamento. A distância, solução encontrada para ter o apoio familiar necessário, tornou-se mais um obstáculo aos olhos de potenciais contratantes:

Eu chegava do trabalho, ia para a casa da minha mãe, pegava ela e as crianças, a gente ia para a minha casa para ter alguém de manhã lá quando eu saísse. E aí a gente ficou nesse esquema de 2013 até 2017. Bastante tempo. Isso tudo trabalhando no banco. Toda essa história, tanto do deslocamento quanto dos filhos, eu sempre sentia que me prejudicava em relação aos outros. Antes de me perguntar, as pessoas já assumem que eu não poderia fazer alguma coisa, acabou virando um empecilho, mesmo que às vezes não fosse. Porque eu sempre falei "Eu moro longe, mas eu acordo 4 da manhã", se eu precisava ficar um dia até mais tarde, eu tinha apoio dos meus pais. Eu tentei ir para outras áreas, eu tentei outros cargos lá mesmo no banco, era superdifícil conseguir promoção, não conseguia me especializar, fazer curso. E teve uma época que foi a moda do MBA, todo mundo foi fazer MBA. Como eu ia sair de lá, ir pra aula e ir pra casa? Não tinha como (Alessandra, 41).

Alessandra deixou o banco após dez anos, em um programa negociado de demissões e com o plano de deixar o jornalismo para trás, iniciar uma carreira na área de educação.

Formada em Letras, foi fazer pedagogia, mas acabou voltando para o jornalismo, ainda que não para aquele que escolheu, mesmo contra a vontade dos pais, como ela conta na seção 3.2. *Origem social e elitização da profissão*. Hoje, ela atua em uma agência de comunicação, como assessora de imprensa, em uma empresa que oferece horário flexível e um dia na semana de *home office*. Sua fala exprime, ainda, a frustração de “não ter conseguido”, como se coubesse exclusivamente a ela o malabarismo da conciliação:

Nesse meio tempo todo, eu sabia que eu não podia voltar para jornal impresso porque com essa rotina de ser mãe solteira de 3 filhos era impossível, não dava para encarar plantão, sair tarde. Eu gosto de jornalismo de redação. Tenho saudade da redação, adorava jornal impresso, sempre gostei e sempre achei que fosse ficar naquilo. Até ter filho. E aí eu vi que não dava, é incompatível. Tem gente que consegue, eu não consegui. Para mim, foi e é incompatível, não dá. A disponibilidade exigida não é a que eu consigo oferecer (Alessandra, 41).

Manuela, da *Geração 2*, adiou ao máximo a maternidade. Com 22 anos de atuação em redações e quase 20 no mesmo veículo, chegou ao topo da hierarquia e pode usufruir dos benefícios de sua posição para ter seu primeiro filho aos 47 anos. Ela se autodenomina “neurótica com o trabalho”, sua prioridade nas últimas décadas. O desejo de ser mãe só surgiu após os 40 anos, em seu segundo casamento e gozando de um cargo estável, uma conjunção positiva de fatores, segundo ela:

Eu fiquei de licença desde que eu engravidei porque minha gravidez foi complicada. E o jornal foi fabuloso. Primeiro, eu fiquei de repouso, depois eu fiz muito home office, eu ia duas vezes por semana para redação, depois três, mas saía 16h, não ficava no fechamento do impresso, eu só mandava o conteúdo e deixava o sub fechar. Na verdade, eu acho que ela queria me promover, mas eu fiquei grávida. Mas eu voltei da licença com cargo novo. Eu mudei muito o meu foco, mas eu gosto de trabalhar. Antes eu tive muita firmeza de propósito mesmo. Eu sou meio banana com a minha equipe, mas para cima eu brigo mesmo. Mas eu também sou muito flexível, eu só não quero ficar parada. Eu já falei que vou sair às 17h e termino em casa, mas claro, tem dia que é mais complicado (Manuela, 47 anos).

Dentre as mulheres ouvidas, outras duas adiaram a maternidade. Silvana, de 47 anos, e Adriana, de 50, são mães solo de filhos adotivos. Embora de maneiras diferentes, nos dois casos, a chegada dos filhos foi ponto de inflexão de suas carreiras.

Silvana atuava em redações há 25 anos e era editora em uma agência internacional de notícias quando seu filho, então com quatro anos, chegou, em 2015. Um planejamento financeiro rigoroso que já vinha de antes, unido a uma saída negociada com verbas rescisórias expressivas, permitiu que ela deixasse as redações três anos depois para abrir uma franquia no segmento de cuidados pessoais. Ter tempo com o filho e qualidade de vida foram suficientes

para deixar para trás um emprego estável, com um bom salário, mas incompatível com a maternidade, decisão que ela vê como acertada:

Eu acho que, principalmente de 2013 para cá, depois das manifestações, foi insuportável. Tudo acontecia. E continua acontecendo. Nunca parou. Tempo real é pior, porque a gente não desliga nunca, a gente não pode falar "vou fazer daqui a pouco". Tem que ser agora. E meu filho chegou. Só que assim, era uma situação que éramos eu e ele. E eu, editora de tempo real, com tudo isso acontecendo. Eu ganhava muito bem naquela época, ele ficava no integral, numa escola super legal. Ele ia com a van 6h30 da manhã, eu buscava ele 18h30, ele estava exausto, dormia cedo. Ele chegava em casa, comia um lanche, porque ele jantava na escola inclusive, tomava um banho, beijo e boa noite. E aí o start foi um ano antes de eu sair da agência, que chegou o final de semana e ele falou "Ah mamãe, eu quero ficar só com você, estou com saudade". E aí eu vi que tinha alguma coisa errada. Eu tinha um cargo de chefia, mas eu via que claramente era só até ali. Ser diretora da redação, ou sub, ou ir para fora do Brasil, não era possível. A minha vida toda, até meu filho chegar, foi só para o jornalismo. Relacionamentos eu abri mão, fui para Brasília e tal (...) Porque daí meu filho não fica mais integral na escola, a gente almoça, janta. E isso fez dele um menino tão mais leve que já valeu para mim. É brega, mas foi por amor mesmo essa mudança. Se ele não estivesse na minha vida, certamente eu estaria lá na agência ainda. (Silvana, 47 anos).

Adriana, 50 anos (Geração 2), tinha 42 anos e um cargo executivo em um canal de TV por assinatura quando foi demitida. Dois anos antes ela entrara na fila de adoção e esperava que sua filha, hoje com 12 anos, chegasse a qualquer momento.

Eu falei no RH que eu não ia conseguir nenhum emprego porque eu estava na fila da adoção. Eu estava há dois anos na fila. Eu tinha 40 e poucos anos. E, enfim, não teve conversa, eu saí com um pacote muito bom de benefícios. A preocupação financeira não era imediata, mas eu queria trabalhar. E dinheiro acaba. Seis meses depois, minha filha chegou. Aí tinha uma coisa de adaptação e eu passei um tempo só na função mãe. E então, meio que começou ficar mais difícil. Quando eu comecei a procurar, eu ouvi muito não em função de que eu tinha tido um cargo muito alto. Eu trabalhei um tempo com assessoria de imprensa, estou fazendo assessoria de imprensa. Agora, por conta [própria]. Eu nunca tinha feito, sempre tinha odiado. Estou na busca até hoje, na verdade. Aí primeiro eu tentei me recolocar e não consegui porque eu estava esperando um filho. Saí em 2012 e estamos em 2020, vai fazer oito anos que estou na busca. Aí eu fiquei dois anos sem pensar só focando na minha filha, depois fiquei uns quatro, cinco anos meio que procurando. Esse dinheiro acabou oficialmente há uns seis meses. E aí de uns seis meses para cá eu estou com a corda no pescoço completamente (Adriana, 50 anos).

Nos dias de hoje, Manuela é exceção. Além dela, apenas Daniela, de 36 anos (Geração 3), tem filhos pequenos. Entre as mais jovens, é recorrente a ideia da não-maternidade, já que ter filhos, para elas, é incompatível com o jornalismo. Quando o assunto é maternidade – o eixo levantado pelas entrevistadas que mais intersecciona gênero e o fazer jornalístico – o obstáculo está na dedicação extrema exigida dos jornalistas nas editorias consideradas hierarquicamente mais nobres, como política e economia. A impossibilidade de conciliação

entre trabalho e vida privada, algo nunca requerido dos homens, se mostrou bastante presente na fala das jornalistas entrevistadas, especialmente para as que atuam ou atuaram com *hard news*, como Carla, 38 anos, e Clarice, 40 anos. Ambas da *Geração 3*, nenhuma das duas tem filhos:

Aos poucos, o jornalismo foi me mostrando que é muito difícil você conciliar a maternidade. Com o salário que se ganha no jornalismo, com o que se gasta com uma criança... É uma profissão que é muito cruel para você planejar a maternidade. Você junta as inviabilidades que a vida em redação te coloca, salário, estagnação, estresse, você chega em casa uma pilha. A qualidade de vida vai para o saco. Além de tudo, você tem uma questão biológica. Uma coisa que eu passei a observar melhor depois do ativismo é o quanto as minhas amigas que saíram de licença maternidade ficavam inseguras. Eu tenho duas amigas recentemente que voltaram da licença maternidade com a carteira de trabalho na mochila. Você colocar o filho no mundo é uma responsabilidade. E colocar em um cenário desse, em que você não sabe o que você vai devolver para esse filho... É muito cruel. Você não consegue planejar. Infelizmente, eu acho que hoje o jornalismo tirou isso de mim. Pode ser que amanhã eu mude, mas hoje é a minha visão. Eu ouvi muito tempo da minha mãe que o sonho dela era ser vó, aí depois que eu vim para São Paulo, ela parou de me falar. As minhas amigas que são mães, eu tiro muito chapéu para elas, é muita abnegação e coragem. Você enfrentar uma redação grávida... Eu vi cada cena de chefe gritar com amiga grávida (Carla, 38 anos, sem filhos)

Eu sempre falei que eu não queria ser velha em redação. E, na verdade, o que eu faço é assim, eu não tenho nenhum plano muito estruturado, mas, por exemplo, eu não tive filho. Eu sou muito mal resolvida até hoje. Eu já quis, não quis. Mas eu não quis o suficiente e, as vezes que eu tentei, não rolou. Agora eu estou começando a achar que eu não vou ter filho mesmo porque eu acho que eu não quero, mas não é muito bem resolvido. E eu sempre pensei isso: eu acho que eu não ia conseguir trabalhar do jeito que eu trabalho e ter filho. Não dá para trabalhar como eu quero e ser mãe como acho que precisa ser. Eu não vou dizer que o jornalismo inviabiliza, porque tem gente que faz as duas coisas. Mas ter filho eu não queria ter para deixar o dia inteiro numa creche e pegar à noite. Acho que se eu tivesse filho, ia sair da redação ou fazer freela. Eu não sei o que eu ia fazer, por isso que eu não tive, porque eu não consegui imaginar as duas coisas. E quando eu penso numa coisa que eu devia fazer antes de morrer, eu penso mais em escrever um livro do que ter um filho. Eu acho que eu gosto mais dessa parte (Clarice, 40 anos).

Raquel, 42 anos, tem duas filhas e foi contratada formalmente em redação por 18 anos. Diferentemente da maioria das mulheres da *Geração 3*, na qual se enquadra, gozou de licença maternidade nos nascimentos de suas duas filhas, mas a rotina no jornalismo em tempo real passou a pesar contra na balança com a vida pessoal. Primeiro, trocou o jornalismo econômico diário pelo trabalho de editora em uma plataforma internacional de informação para mães. Dois anos depois, o projeto naufragou. Habituada à independência financeira, admite que ela mesma resistiu a encarar a maternidade como trabalho durante o tempo em que buscava recolocação. Novamente, o ressentimento é a impossibilidade de conciliação:

É uma questão super angustiante porque, ao mesmo tempo que eu não estava feliz com a situação, eu também não me via voltando para uma redação e abrindo mão do meu tempo com as meninas. E aí é uma questão de querer tudo, não é? E a conta não fecha, o dia tem as mesmas 24h e é impossível eu ficar em uma redação sem hora para sair e querer buscar as crianças na escola e ir na reunião de pais. Eu continuo com essa angústia, querendo tudo, mas agora eu estou um pouco mais consciente de que não tem como ter tudo isso. Mas, para mim, foi muito difícil essa questão de dinheiro. Eu tinha guardado, não é uma coisa que fiquei sem nada, mas mesmo assim, eu não conseguia encarar as minhas tarefas com as crianças como trabalho. É um preconceito que a gente mesmo tem. E continuo não enxergando. E é um trabalho que às vezes é muito mais pesado do que passar um dia numa redação. É um trabalho que não acaba, que às vezes é super bem recompensado com as crianças felizes e às vezes não é. Às vezes é um dia inteiro exaustivo para chegar no final do dia a criança estar com um bico enorme, brava, chorando. É um trabalho difícil, mas que, ainda assim, eu mesma que tenho vivido tudo isso, não encarava como trabalho (Raquel, 42 anos).

O fator geracional é fundamental, uma vez que as profissionais da *Geração 1* e as mais velhas da *Geração 2* gozaram de vínculos estáveis que não estão mais à disposição das mais jovens. Sônia (*Geração 1*), que aos 57 anos ainda atua em redação, é mãe e se separou do pai de sua filha ainda na gravidez. Sua experiência com a maternidade, no início dos anos 1990, para além do amparo legal dos vínculos formais de emprego, contou com a solidariedade de colegas, algo não relatado pelas demais mulheres, mesmo entre as que atuam em áreas com predominância ainda mais forte de mão-de-obra feminina, como o jornalismo econômico. O acirramento da competição entre pares no ambiente de trabalho pode ter afetado também esse apoio. Sua filha tem 30 anos e ela se recorda:

É uma tentação largar tudo porque quando acabou a licença eu queria, sim, ficar com a bebê e não voltar mais para a redação. Para amamentar eu tinha que sair. Foi o ano que passou a não ter creche mais na empresa. Então eu tinha que ir em casa amamentar. Tinha amigos queridos que faziam meus plantões, ficavam até tarde fazendo a reportagem para eu voltar para casa. Eu sabia mais ou menos a hora que entrava, mas eu não tinha hora para ir embora. Com um bebê... Eu, por uma questão de sobrevivência, acabei tendo que ficar. Quem ia botar a comida na boca da minha filha? (Sônia, 57 anos)

Apenas alguns anos mais nova que Sônia, a maternidade para Tânia, 53 anos (*Geração 2*), veio antes da carreira. Mãe solo aos 18 anos, o apoio para seguir estudando e ter uma carreira veio de dentro de casa, mas de outra mulher, sua mãe. A fala de Tânia também mostra que, apesar de ter conseguido desenvolver sua carreira e atuar em redação atualmente, a maternidade pautou suas escolhas e oportunidades em muitos aspectos:

Me separei com 19 anos, meu filho tinha 1 ano. Foi aí que eu comecei a minha vida. Quando eu me separei, minha mãe falou que eu ia estudar, que ela ia me ajudar, ficar com o bebê. Ela criou o meu filho junto comigo. Eu era bancária quando entrei na faculdade. Eu tinha uma meta que era me formar, criar bem o meu filho,

conseguir um emprego legal, comprar uma casa. Todo o momento que eu podia ficar com meu filho eu ficava, eu morria de saudade dele. Mas era por um bem maior. Durante 90% da minha carreira eu tive mais de uma atividade. Por causa de grana, por causa do meu filho. Ele estudou em escola particular, teve várias medalhas de natação. Eu tinha pânico de não ser uma boa mãe. Eu nunca nem fiquei bêbada na minha vida. Com 18 anos a responsabilidade veio toda (Tânia, 53).

A fala de Raquel (*Geração 3*) expõe as dúvidas que as próprias mães têm sobre como solucionar pode dar uma pista para a solução do problema apontado por Alexandre na abertura desta seção, sobre o porquê da maternidade ser um ônus profissional apenas para as mulheres:

Por mais presente que o pai seja, tem um lance da maternidade que não adianta, que é uma coisa da mãe. Óbvio que tem algumas que conseguem conciliar a redação, mas... Tem isso: chega o momento da maternidade na vida da mulher... Eu não sei se é cultural, mas naturalmente é a mãe... Eu não sei dizer, só sei que todo mundo que eu conheço, em todas as famílias, é a mãe que acaba ficando. Eu não sei dizer o que é, mas na minha experiência e de todas as meninas que eu conheço, é assim. Chega uma hora que parece que o filho é mais meu do que do pai (Raquel, 42 anos).

Por isso, como afirmam Hirata e Kergoat (2007, p.608), é preciso, sobretudo, questionar, âmbitos psicológicos da dominação e a dimensão da afetividade. O trabalho é central na vida de homens e mulheres, assim como a esfera afetiva é estruturante também para ambos os gêneros. No entanto, é notório que a elas é imposta uma necessidade de escolha, já que é doloroso, por vezes impossível, manter todos os pratos girando de maneira correta e eficiente no alto dos bastões. Dos homens, não é esperado tal talento equilibrista: a imposição da conciliação inexistente para eles. Para além dos desafios da conciliação, a falta de reconhecimento de seu trabalho, com a consequente falta de perspectiva de ascensão tornam a tarefa mais ingrata. Tal impasse, além do sentimento constante de que algo não está sendo feito plenamente, tem impactos profundos sobre nas identidades das mulheres, as expulsando precocemente das redações e, por vezes, as levando a uma situação de dependência.

4.3. “Depender dos outros, para mim, é a morte”: expulsão precoce e alternativas

Conceitos como *fantasma da inutilidade* (SENNETT, 2006) e *fragilização da segunda metade da carreira* (GUILLEMARD, 2010), discutidos na primeira parte deste trabalho, são úteis para entender quais os mecanismos que levam profissionais mais velhos serem expulsos precocemente do mercado de trabalho e as dinâmicas sexistas fazem com que as mulheres sofram esses efeitos de maneira mais acentuada. Para Sennett (2006, p.84), como vimos, são três as forças que configuram a moderna ameaça do *fantasma da inutilidade*: a oferta global de mão de obra, a automação e a gestão do envelhecimento. Esta terceira força mostra

abordando como o amadurecimento penaliza mais as mulheres trabalhadoras, já que a idade afeta diretamente a questão do talento, pesando sobre a durabilidade de uma capacitação. Nesta estrutura laboral, a experiência perde valor quanto maior ela for, uma fórmula perversa para o trabalhador mais velho.

Dentre as seis mulheres da *Geração 1*, quatro são aposentadas. Apenas uma tem mais de 60 anos, e se aposentou há mais de dez anos. Há ainda uma entrevistada de 53 anos que também já se aposentou, ou seja, aposentadorias precoces se considerarmos que o jornalismo é uma profissão intelectual. No entanto, o que poderia ser apenas um direito adquirido após décadas de trabalho, esconde histórias de alijamento e desrespeito.

Sônia, de 57 anos, é a única entre as entrevistadas da *Geração 1* que ainda atua em redação. É interessante observar como ela apresenta um discurso condescendente em relação às transformações que assistiu em seus quase 40 anos de redação. Embora ela tenha empatia pelos inúmeros colegas que já viu serem demitidos ou empurrados para a aposentadoria, acredita que cabe ao profissional, unicamente, se adaptar, e vê com resiliência ser chefiada por profissionais com a mesma idade de sua filha.

Eu sempre tive muita facilidade de me adaptar, pique para isso não falta. E eu tive bastante apoio, nesse tempo, da chefia. Porque vai cortando, é uma loteria. Não é você, especificamente. Eu não sei, eu falo que eu sou muito abençoada (...) Acho que mudou e a gente tem que aceitar isso. Então é essa coisa de eu me reciclar. Isso é legal, independente da idade, você começar a olhar, a ver, se reciclar. Então eu não estou cansada. Se a empresa cessar amanhã ou depois, eu acho que eu cumpri a missão e vou procurar continuar me comunicando (...) Eu fico feliz que mudou, essa geração que está entrando, acho que eles estão conseguindo. Eu vejo isso até como positivo. No começo, até por conta de você estar ali trabalhando eu falava que era um risco botar só molecada para chefiar. Mas hoje eu penso que o mundo está mudando e você tem que testar. Hoje eu sou super aberta. É evolução, se você criar resistência, você dança. Por isso que eu acho que eu até fiquei mais tempo, até quando eu tive que ser chefiada por alguém que tinha a idade da minha filha. Eu estava na coordenação aí ela entrou e eu voltei para a reportagem. Muita gente falou "Nossa, mas você, experiente", não sei o que, no começo eu pensei "caramba, né?...", mas depois olha a grande lição. Eu mudei a maneira de ver. Eu nunca tive problema que ela tinha idade para ser minha filha. Nesse ponto, eu sempre fui tranquila (Sônia, 57 anos).

O mesmo cenário visto positivamente por Sônia, foi o que acelerou as aposentadorias de Mônica, 58, e Iolanda, 59 anos, ambas também da *Geração 1*. Mônica começou no jornalismo impresso em meados dos anos 1980, mas migrou para o digital logo na chegada da internet no Brasil. Gosta de tecnologia e não teve problemas para se adaptar às inúmeras mudanças do fazer jornalístico ao longo das décadas. Aos 52 anos, porém, preferiu a aposentadoria a conviver com o que ela via como um “desrespeito” ao seu trabalho. Dois anos antes da aposentadoria, aos 50, descobriu um câncer e ficou três meses afastada da redação

para o tratamento. À época, tinha 16 anos seguidos na mesma empresa. Voltou curada e pronta para reassumir suas obrigações, mas a recepção não foi exatamente como a esperada por ela. Nos anos seguintes, o olhar pragmático para a situação, com uma dose de sangue frio, a levou a optar pela aposentadoria precoce:

Eu não sei se isso foi apresentado como uma preocupação com a minha saúde, mas eu não vi assim: de chefe eu virei chefiada, num piscar de olhos, por uma pessoa extremamente mais nova do que eu, e eu não fui comunicada. Foi uma coisa bem desrespeitosa. Eu não fui comunicada como eu achei que aconteceria, eu fui informada em um e-mail que foi passado para a redação inteira. Mas eu precisei ter muito sangue frio porque eu não podia levantar e pedir a demissão já que eu precisava do plano de saúde até eu não ter mais que cumprir carência em um novo (...) Eu via as pessoas sendo demitidas por serem mais velhas, salvo uma ou outra exceção, as pessoas eram demitidas. Quando eu pedi demissão, teve toda aquela cena: não, não peça, nós queremos que você fique, você é isso, você é aquilo. Mas claro que me demitiram, não é? Agora, se eu não tivesse ficado doente, eu não teria tido iniciativa de pedir demissão, mas eles em algum momento iam me demitir. Eu me aposentei nesta época, porque era uma questão assim: se eu sáísse, se eles me demitissem, eu ficaria com o plano de saúde por três meses, na melhor das hipóteses por seis meses. Se eu me aposentasse eu poderia ficar com o plano de saúde pelo tempo que eu quisesse. Não era meu plano me aposentar, eu poderia, mas seria aposentadoria reduzida, achatada (Mônica, 58 anos).

A aposentadoria, especialmente a precoce, não traz consigo a ideia de ficar parada. Nos últimos anos Mônica fez *freelas* para veículos de imprensa, atuou em projetos de audiovisual e cursa Letras na USP. As décadas de remuneração segura e adequada, além da aposentadoria, proporcionam a renda necessária. Ela sabe que as gerações seguintes à dela enfrentam ou enfrentarão os mesmos desafios, mas sem a mesma segurança. A fala dela escancara a *escalada da precariedade*:

Outro dia eu fiz um curso sobre Facebook e era uma garotada, 90% eram bem jovens. E aí, no almoço, eu conversando com umas meninas que tinham 3, 4 anos de formadas, elas ganhavam menos que uma empregada doméstica. Elas ganhavam tão pouco, era menos do que o piso (Mônica, 58 anos).

Os anos de proteção social e empregos formais, porém, não fizeram com que Mônica deixasse de observar que o jornalismo é uma carreira curta, especialmente para as mulheres, e algo que não é de hoje. Ela atenta, também, para o papel do marido que, com uma carreira mais longa que a dela, é relevante na manutenção do padrão de vida do casal:

Meu marido tem renda, então eu vivo um padrão de vida que, se eu não fosse casada, seria menor. O fato de ser em dois faz com que a renda seja maior. Meu marido é economista, ele dá aula e faz pesquisa. Às vezes eu penso que devia ter feito Direito... [Na verdade] claro que não, eu não gostava de Direito, mas pelo menos uma carreira que durasse mais. É uma coisa que incomoda. Quando eu fazia

viagens para fazer cobertura no exterior, eu era uma menina nova, tinha 30 e poucos anos, e todo mundo era velho, homens velhos, todo mundo tinha cabelo branco nos outros países, eles me achavam muito nova, e eu dizia "Não, não sou nova, porque quando eu tiver a idade de vocês eu não vou estar mais trabalhando" (Mônica, 58 anos).

A aposentadoria, mesmo depois de uma demissão planejada por dois anos, pesou sobre a identidade de Mônica. Afinal, foram 30 anos de jornalismo, uma carreira desejada e estruturante de sua vida. Não foi fácil espantar o *fantasma da inutilidade*, de Sennett, quando a experiência perde valor à medida em que ela aumenta:

No começo, quando eu parei de trabalhar, eu fiquei bem abalada, por mais que eu tenha ido lá e pedido demissão. Eu saí da redação chorando, e chorei por vários dias. Fiquei bem abalada. Eu fui lá, pedi demissão, saí, não dava mais para aguentar aquilo. E aí não sei, você fica achando que seu telefone vai tocar e alguém vai te chamar para trabalhar, mas não. Não vai tocar, ninguém vai te chamar para trabalhar e aí você percebe que acabou. É uma coisa que te coloca numa situação muito infeliz. Você está em pleno domínio da sua profissão, tem um conhecimento que poucas pessoas têm, e você não tá fazendo nada com aquilo. Então eu tive de tomar um cuidado muito grande para não cair em depressão. Você fica meio que desamparada nisso tudo. E aí eu fui estudar. Fui fazer um curso de espanhol. Eu sempre me mantive ocupada com cursos. Curso de documentário. E eu peguei um freela uma época muito legal, um roteiro de um documentário sobre a Lava Jato. Então nisso já foi quase um ano trabalhando. As coisas vão surgindo.... (Mônica, 58 anos).

Quando Iolanda, 59, deixou a redação em seu último dia de trabalho, a sensação foi outra. Cansada do dia a dia do noticiário econômico, iniciou há alguns anos um bom planejamento para a aposentadoria. Tentou por vezes uma saída negociada, mas a empresa só aceitou demiti-la quando quis abrir espaço no orçamento para um profissional mais jovem. Há um certo ressentimento, mas a sensação que se sobressai é a de alívio, como ela conta:

Eu saí há uns 6, 5 meses. Eu agradeço todo dia. O meu dia a dia é tranquilo agora. A rotina é maravilhosa, eu acordo de manhã, vou para a academia, faço o meu exercício, volto, almoço. E à tarde eu vou fazer o que eu quero. Essa semana, pela primeira vez, eu sentei no computador. Porque eu não conseguia pensar em sentar em uma cadeira na frente do computador. Eu tinha dores nas costas absurdas. Essa semana eu sentei no computador e senti que estava bem ali, pela primeira vez em cinco meses (Iolanda, 59).

Sílvia, 53 anos, também é recém-aposentada, após 34 anos de redação. A saída do jornalismo diário, motivada pela insatisfação com a rotina e a impossibilidade de emplacar novos projetos no veículo em que atuava, abriu espaço para novas atividades e planos, inclusive para reportagens de fôlego como *freelancer* para o veículo no qual era editora. Também iniciou um mestrado em Políticas Públicas:

Tenho a aposentadoria, que é pouca, mesmo que seja próxima do teto do INSS. Ela é insuficiente para morar em uma cidade como São Paulo, mas ela ajuda, claro. E aí eu tenho feito freelas, estou trabalhando com o Centro de Estudos de Política e de Economia do Setor Público da FGV. Eu estou super ocupada. Aí estou trabalhando com alguns projetos porque o meu foco não é dinheiro: o pessoal do Fiquem Sabendo, que é uma agência especializada em Lei de Acesso à Informação, eu estou trabalhando com eles num projeto agora também. Tem muita coisa para eu aprender (Sílvia, 53 anos).

Se o direito à aposentadoria e as economias acumuladas em décadas de trabalho estável agora garantem a renda das mulheres mencionadas aqui, da *Geração 1*, não é possível prever quais serão as alternativas de renda que as mulheres ainda na ativa encontrarão. A reforma da Previdência, aprovada em novembro de 2019, mudou as regras para da aposentadoria e para o acesso a outros benefícios, como pensão por morte e auxílio-doença. A aposentadoria por tempo de contribuição deixou de existir, então as mulheres aposentadas citadas aqui não poderiam se aposentar pela nova regra. Antes da reforma, homens podiam se aposentar após 35 anos de pagamentos à Previdência e as mulheres com 30 anos. Agora, além da contribuição, mulheres precisam ter 62 anos para obterem o benefício e homens 65 anos. Os exemplos acima mostram que, mais do gozar da aposentadoria, a opção pelo benefício se deu pela insatisfação com as atividades executadas e pelo sentimento de desmerecimento da experiência.

A mudança nas regras da aposentadoria é apenas um dos pontos a ser considerado. Cabe interrogar também qual o impacto do aumento da precariedade ao longo das últimas décadas eliminou direitos com a cada vez mais frequente figura de *freelas* e *PJs*. Informais, é comum que jornalistas só se preocupem em fazer contribuições à Previdência perto dos 30 anos. Além disso, remunerações cada vez menores e a instabilidade da renda ao longo da carreira impedem planejamento e acúmulo de patrimônio que possa se transformar em renda no futuro ou em momentos de desemprego.

Torna-se cada vez mais frequente, como veremos agora, que as mulheres das gerações 2 e 3 se vejam dependentes financeiramente nos momentos de instabilidade e desemprego, o que pesa sobremaneira sobre suas identidades. Há um nítido incomodo com tal situação. Em um sistema que não só reverbera como retroalimenta as subordinações as quais as mulheres estão submetidas, se ver dependente de companheiros, pais ou amigos gera ansiedade. Há uma crise de identidade, a construção de um lugar em que essas mulheres, que construíram expectativas de independência, e por vezes as consolidaram, não se reconhecem.

Raquel, 42 anos (*Geração 2*) é mãe de duas filhas e contou com o marido, também jornalista, para alavancar um novo projeto depois que decidiu sair das redações:

Sai (do último emprego em redação) com um projeto de fazer alguma coisa de noticiário para adolescentes, com uma pegada de newsliteracy, que era lendo o noticiário quente da semana, mas numa linguagem, num visual, mais atraente para esse público, que tivesse uma compreensão da cozinha do jornalismo, porque hoje acho que faz diferença você expor o processo. E aí meio que fiz o acerto em casa também, de um sabático para me dedicar ao projeto e fiquei um ano me dedicando a desenvolver esse produto (Raquel, 42 anos).

O projeto começou a se desenrolar, mas a dependência financeira era um desconforto constante, especialmente porque, na prática, os papéis de gênero davam o tom. Ela não voltou para as redações, mas hoje trabalha em projetos de educação midiática, uma atividade mais conciliável com as demandas de sua vida privada, em especial com a maternidade. Como ela descreve, era a sua identidade como sujeito independente, mais do que a de jornalista, que estava abalada, apesar do acordo firmado com o marido:

Tem uma coisa financeira, obviamente, de eu achar um absurdo eu não ter o meu dinheiro. Como é que eu vou fazer a unha com um dinheiro que não é meu? Coisa minha, que em casa a gente conversou muito. E o meu marido sempre: "Que bobagem, é nosso dinheiro". Ele tinha muito clara essa ideia de que nós construímos uma família e cada um cedeu um pouco porque não dava para continuar no mesmo ritmo de antes e que eu tinha cedido, que eu estava dedicando mais tempo às meninas, e isso tinha um preço na carreira, mas que era absolutamente normal. E que, ao mesmo tempo que ele continuava ganhando, crescendo na carreira, ele tinha menos tempo com as meninas e que isso também era um lado ruim para ele e que a gente estava equilibrado, na cabeça dele. Mas, para mim, a gente não estava equilibrado. Por isso, depois que eu voltei a trabalhar tudo melhorou. Apesar de me sentir às vezes sobrecarregada, eu me sinto mais feliz quando eu estou fazendo as duas coisas. Quando eu tenho meu projeto, mas mesmo assim de manhã corre, bota uniforme, dá café da manhã... Eu me sinto muito mais realizada. (Raquel, 42 anos).

Júlia, enquadrada na Geração 2, é casada com um fotógrafo e também mãe de dois filhos. Atuava como *freelancer* quando viu os trabalhos, cada vez mais mal remunerados, minguarem. Não se identificava mais com a profissão e buscava algo novo, mas que pudesse também abrir novas fronteiras de atuação profissional. Negociou com o marido que ele arcaria com as despesas da casa enquanto ela faria um mestrado.

Eu comecei a ver que a minha vida de jornalista estava cada vez mais complicada porque os trabalhos diminuíram muito. Aí, nessa época, eu falei que eu precisava fazer alguma coisa que eu gostasse, que eu me encontrasse e que me desse algum prazer também. E quando você cai na vida de freela você meio que tem que fazer de tudo para fechar as contas. E daí, em 2015, eu comecei a estudar para o mestrado e passei 2016 e 2017 fazendo a pesquisa. E foi maravilhoso, mas do ponto de vista financeiro foi péssimo. Eu cortei tudo. Tudo. Eu cortei todos os meus gastos. Eu falei "já que o mercado tá assim, o país tá assim, eu vou focar nesse mestrado e vou viver com o pouco que eu tenho de economias". E foi isso que eu fiz. O lance é que eu comecei a entender que o volume de freela tinha caído bastante. Então não era nem que eu não quisesse trabalhar. Os freelas diminuíram e os valores também. (Júlia, 49 anos).

Submetidos a papéis estereotipados de gênero, é comum que homens reassumam com tranquilidade o papel de provedor, mesmo em arranjos familiares compostos por duas rendas. Mas o apoio do marido de Júlia, nas palavras dela, acabou indo bem além do financeiro.

Chegou um momento que eu precisava parar de fazer tudo porque senão eu não ia conseguir entregar a dissertação. E aí eu fiz esse ano inteiro, foi um ano de sacrifício pessoal, físico, eu trabalhei de fevereiro a setembro todos os dias, sem final de semana, sem feriado, de 7 da manhã às 11 da noite. Quiçá meia noite. Eu estava um caco. Acho que hoje eu estou pagando o custo físico. Foi uma loucura, a minha vida era escrever. E meu marido cuidou de tudo na verdade, dos meus filhos, final de semana eu não conseguia sair com eles e ele assumiu a casa em todos os sentidos, financeiros, afetivos. Meu marido é meu anjo da guarda, ele é um cara que eu divido muito e ele assumiu tudo, inclusive essa parte afetiva. De vez em quando eu vejo que alguns casais fazem arranjos, um cuida da grana e outro da educação, tem casais que tanto os homens cuidam da educação e as mulheres da grana, quanto vice-versa. Mas o meu marido abraçou tudo, e foi um grande desgaste. Inclusive da relação, porque eu acho que certas vezes ele ficava de saco cheio, e com razão. Eu não conseguia, eu não tinha cabeça, a minha cabeça estava totalmente focada (Júlia, 49 anos).

Passada essa fase, o foco de Júlia é recuperar sua independência financeira. Assim como Raquel, embora o acordo com o companheiro tenha sido fundamental para a concretização de novos planos, tais arranjos não apagam um profundo sentimento negativo em relação à dependência financeira. O futuro profissional, a reinserção no jornalismo ou em outro lugar que possa trazer de volta sua independência financeira, é descrito por Júlia como sua “grande angústia”:

Minha grande angústia hoje é que eu estou tentando entender para onde eu posso ir. Porque eu nunca dependi de dinheiro de ninguém, a não ser quando eu morava com os meus pais. Mas eu nunca dependi de ninguém, nem dos meus pais depois de formada. Depois de formada, a minha independência veio rapidinho. Até antes de me formar eu já fazia estágio, fui contratada durante o estágio. Eu já tinha a minha grana, eu sempre vivi do jornalismo. Então essa questão de depender dos outros, para mim, é a morte. Meu marido está segurando a onda, embora ele também venha sofrendo com a crise financeira que está pegando todo mundo. Mas a minha ideia é tentar um pouco mais no jornalismo nesses próximos meses (Júlia, 49 anos).

O apoio masculino extravasa a relação conjugal. Dentre as entrevistadas, duas saíram totalmente do universo da comunicação. Cristiane, da *Geração 3*, se tornou professora de yoga, alternativa que surgiu em meio de uma profunda crise pessoal com o jornalismo. Mãe solo de duas filhas, contou com a ajuda do pai até a nova carreira engrenar.

Eu não estava lidando com o jornalismo e com o dinheiro que ofereciam para você ouvir dez fontes, escrever textos enormes, trabalhosos. Ou então você ouvir duas e

ficar uma bosta. Eu comecei a virar essa pessoa que no começo eu não era. Deu para mim. Não tinha nada que pudesse me animar para sair da cama. Eu só acordava para fazer yoga. Aí começou, eu ia todo dia. Fiquei amiga da dona da escola. E você não acha que é uma possibilidade você fazer algo físico com quase 40 anos. Nisso, meu pai já me dava umas ajudas. Ele me deu uma casa depois que eu me separei. E eventualmente segurava uma onda, me emprestava uns 500 reais (Cristiane, 40).

Marta, da *Geração 2*, se autoclassifica como desempregada e busca recolocação no jornalismo, mas por três anos tentou uma nova carreira como *personal organizer*. Em 2014, a economia brasileira ia bem e ela pediu demissão da agência de notícias em que trabalhava para passar uma temporada na Inglaterra estudando inglês. A ideia era voltar e migrar para o terceiro setor, sair de redação para trabalhar com direitos humanos. Solteira, ela divide a casa com um amigo há 22 anos. Os planos não se concretizaram, mas é interessante notar que sua fala é mais desprendida do que a de suas colegas, mais incomodadas com lugares de dependência. Ela quer recuperar sua autonomia, afirma que sem dinheiro se deixa de “existir”, mas “cuidar” é visto por ela como algo mais aceitável, como conta:

Essa história dos direitos humanos não rolou, eu tentei umas coisas na ONU, mas não rolou. Tinha sobrado uma grana, mas eu mantive o meu padrão de vida e me quebrei. Foi a segunda vez que eu quebrei. Eu já tinha quebrado uma vez. E aquele moço fofo sempre seguiu as contas lá em casa. Ele banca tudo. Alimentação, conta de luz, mas eu continuei pagando minhas despesas com o que sobrou da viagem. Ele tem uma situação superconfortável, para ele não faz diferença. Ele tem um emprego bom numa multinacional, ganha bem para caramba, é diretor de não sei o que lá. Então, para ele, eu não faço muita diferença. E eu cuido dele. Eu cuido das roupas dele, cuido da casa, cozinheiro para ele. Aí eu estava cuidando da casa, conheci uma loja de coisas de casa que eu adoro e vi lá o papelzinho "Curso de personal, formação profissional....". Falaram que dava dinheiro, que estava bombando. Aí fiz o curso, todo o processo lá, e montei um negócio, com zero grana. E aí é que deu a merda. Eu não sei vender uma caneta, que você pode pagar e sabe para que que serve. Eu precisava vender uma ideia e eu não conseguia vender a ideia. Então foram cinco clientes em um ano, dez clientes no outro ano, quinze clientes no outro ano. Estava devendo até o rim para o banco porque fui pedindo empréstimo para as minhas despesas. E aí é aquela coisa, deixei de existir. Porque sem dinheiro você não existe. Você só existe se você puder pagar as coisas, tomar um café, ir no médico, andar de ônibus, tudo precisa de dinheiro.

As trajetórias expostas apontam para a clara expulsão precoce das mulheres das redações, mas com resultados diferentes de acordo com a geração a qual pertencem. Enquanto as da *Geração 1* conseguem optar pela aposentadoria quando se veem impedidas de atuar no jornalismo – seja pelo desemprego, seja por não aceitarem as condições impostas –, as mais jovens, das gerações 2 e 3 por vezes se encontram em situação de fragilidade e dependência financeira. Para além da segurança da carreira formal, que propicia a aposentadoria, ainda que precoce, as mulheres da *Geração 1* vivenciaram inteiramente uma fase de valorização da

carreira jornalística, que teve como resultados mais evidentes a proteção social, a estabilidade e a remuneração adequada. A qualidade dos vínculos e das condições de trabalho se deterioraram ao longo do tempo e a instabilidade passa a marcar a trajetória das mulheres. As mais jovens da *Geração 3*, ainda vistas como “produtivas” pelos empregadores, ainda atuam na área, embora que isso ocorra, por vezes, com vínculos informais e precários. As mulheres da *Geração 2* e as com mais tempo de carreira da *Geração 3* formam, então, um grupo que sofre particularmente os efeitos de todos os fenômenos descritos e discutidos neste trabalho: são consideradas “inadequadas” ao trabalho das redações cada vez mais cedo, mas seus anos de atuação já contam com períodos de desemprego e informalidade, o que não garante a elas proteção social ou segurança financeira.

4.4. “Existe vida fora da redação”: adoecimento e tomada de consciência

A frase que dá título a esta seção surgiu diversas vezes ao longo das entrevistas. Como afirmação para as profissionais que saíram das redações e como questionamento para as demais. Em comum, uma certa sensação de sufocamento, de falta de tempo, com o trabalho ocupando todas as dimensões de suas vidas, sem descanso, sem brechas para vivências que não incluam o jornalismo. Em 2003, José Roberto Heloani publicou *Mudanças no mundo do trabalho e impactos na qualidade de vida do jornalista*, até hoje uma das principais investigações sobre os efeitos da deterioração das condições de trabalho sobre a saúde e a vida dos jornalistas. O autor se questiona:

Se quase todos reconhecem haver uma instrumentalização da subjetividade no ambiente de trabalho, por que não desistem? Por que insistem na profissão? A dúvida que se colocava, afinal, era a do porquê jornalistas, geralmente bem qualificados e informados, formadores de opinião, se sujeitarem a condições como estas. O que se concluiu pelos depoimentos é que a maioria desses sujeitos simplesmente ama seu trabalho, são apaixonados pelo que fazem, fetichizam sua profissão. Apesar do “glamour”, do fetiche pelo jornalismo, alguns buscam outras saídas pois, ao contrário de outros colegas, não suportam mais adiar a felicidade e temem não mais aguentarem o ritmo de trabalho por muito tempo” (HELOANI, 2003, p.80)

Raquel, da *Geração 3*, por quase 20 construiu uma sólida carreira em agências de notícia de informação econômica em tempo real. Após o nascimento das filhas, seu tempo passou a ter outro valor e ela aceitou o cargo de editora em um portal de notícias sobre maternidade. O projeto acabou não dando certo algum tempo depois, mas voltar para uma redação não estava mais em seus planos, culpa das intensas jornadas. Atualmente, está envolvida em um projeto de educação midiática.

*Eu tinha experimentado a flexibilidade de horário que é algo que eu desconhecia. Isso não tem preço. Você poder levantar para fazer xixi porque não vai acontecer alguma coisa que você tem que piscar e mandar imediatamente. E uma outra coisa, além da flexibilidade e do tempo, teve também uma coisa de ver que tem vida fora das grandes redações. Porque até então eu só tinha passado por grandes redações e achava que o universo da grande imprensa era o que existia e ponto final. O *** ainda era grande, é o maior do mundo nesse tipo de cobertura, mas era fora do mainstream. E aí eu fui ver quanta coisa bacana estava surgindo, quantos projetos legais de jornalismo fora das grandes redações estavam surgindo e fiquei com vontade de fazer alguma coisa também que passasse pela formação dos novos leitores (Raquel, 42 anos).*

Entre as entrevistadas, Cristiane, também da *Geração 3*, é a que fez a mudança mais radical: tornou-se professora de yoga após onze anos em redações e nove em comunicação corporativa e campanhas políticas. Ela conta que, cada vez mais, se sentia desconectada do jornalismo, que deixou de fazer sentido, a despeito do enorme envolvimento que ela conta ter com a notícia, especialmente nos primeiros anos de carreira.

Eu achava que ser jornalista bastaria. Peguei essa ilusão. Mas não é porque você faz bem que você tem que fazer. Sempre escrevi bem. Então escolhi jornalismo por isso. Não sabia o que era, mas me apaixonei por reportagem. E deu no que deu. Sempre rolou, sempre saiu minimamente, e isso me por iludiu muitos anos. Não é que eu gostava, agora eu sei. Nem se compara como eu acordo agora e como eu acordei durante 20 anos (Cristiane, 40 anos).

Giovanni Alves (2011, p.3) afirma que o novo metabolismo social do trabalho instaura o que ele denomina de “crise do trabalho”, que se desdobra em uma tríplice crise da subjetividade humana: a crise da vida pessoal, a crise de sociabilidade e a crise de autorreferência pessoal. Ao longo deste trabalho, as três dimensões da crise do trabalho foram abordadas pelos diferentes olhares de entrevistados e entrevistadas. Como mostram recorrentemente as falas, o jornalismo conta com duas peculiaridades importantes, o intenso grau de dedicação exigido dos profissionais nas redações e uma hierarquia que organiza o valor das atividades de acordo com onde elas são exercidas, sejam posições na estrutura decisória, sejam editorias, sejam veículos. No entanto, fica claro também que são justamente as empresas e editorias de mais prestígio que mais exigem de seus profissionais, numa contradição gritante entre prestígio e qualidade de vida. Esse caldo de vaidades e frustrações atinge a autoestima dos profissionais de maneira particular. A frustração de não conseguir alcançar lugares almejados, ou não conseguir se manter neles, faz com que muitos dos jornalistas ouvidos falem de uma sensação de falta de perspectiva constante. A experiência de vida, os desafios ao longo de suas trajetórias e a maturidade pessoal e profissional desfaz mitos

e, por isso, a constatação de que *existe vida fora da redação* acaba por ser recorrente: é uma tentativa de lidar com a frustração da vida dentro da redação.

Nas condições do capitalismo global, a extensão do trabalho abstrato pela vida social, com as formas derivadas de valor, promove o fenômeno da “vida reduzida”. Na medida em que o homem que trabalha dedica a maior parte do seu tempo de vida à luta pela existência e à fruição consumista desenfreada, ele não se desenvolve como ser humano-genérico. Enfim, torna-se presa da “vida reduzida” que caracteriza as sociedades burguesas hipertardias. A “vida reduzida” é antípoda à “vida plena de sentido” que o homem que trabalha é incapaz de ter no sistema social do capital (...) A “vida reduzida” produz homens imersos em atitudes (e comportamentos) “particularistas”, construídos (e incentivados) pelas instituições (e valores) sociais vigentes (ALVES, 2011, p.23).

Bruna também é da *Geração 3*. Trabalhou em redações por 15 anos. Teve contratos precários, passou por demissões traumáticas e tem um histórico de adoecimento físico e psíquico atribuído, em grande parte, ao trabalho. Após a última demissão decidiu viajar para colocar a cabeça em ordem. Na volta, migrou para assessoria de imprensa e a realização passou a vir mais da vida pessoal, que enfim ela consegue coordenar de maneira saudável com o trabalho.

A minha vida era só jornal. Estava com o psicólogo todo cagado, mas estava amando. Quando fui demitida em 2017, pensando em não ia ficar doente como eu fiquei em 2012/2013, eu dei um tempo, peguei o dinheiro da rescisão e fui viajar. Aí fiquei 3 meses fora e foi a melhor coisa que eu fiz na minha vida para eu entender que o meu trabalho não sou eu. E que o meu trabalho não pode ser 100% o foco da minha vida. Que existe uma vida linda para viver fora da redação. Você pode fazer muitas outras coisas. Foi difícil porque tinha hora durante essa viagem que eu ficava muito incomodada de não estar trabalhando. Mas estava tudo bem, eu consegui alugar minha quitinete pelos 3 meses, eu tinha o dinheiro para pagar os 3 meses de viagem e, mesmo assim, eu estava incomodada por não estar fazendo nada (...) Como realização pessoal agora tá sendo ótimo porque eu estou tendo tempo para cuidar das minhas coisas. Voltei a dançar, a estudar e eu adotei uma cachorra. Não sei se você reparou, mas esse período todo eu estou sozinha. Sozinha. Sou eu sozinha na vida. E isso vai te endurecendo como pessoa, não é? E eu comecei a me isolar. E depois que eu mudei meus hábitos.... Antes eu era vida louca. Minha cachorra me faz muito bem, é maravilhoso cuidar dela. Eu tenho plantas na minha casa. Nos dez anos antes minha casa tinha um móvel dado, outro herdado, tudo meio no improvisado. Improvisado e provisório. Hoje eu busco estabilidade. E se o preço da estabilidade e da minha saúde mental é não voltar pra redação, por enquanto, tudo bem. (Bruna, 36 anos).

O depoimento de Bruna é exemplo da *crise da vida pessoal* conceituada por Alves. Para o autor, trata-se da crise do ser humano com seu espaço de vida, com o tempo de vida como campo de desenvolvimento humano e decorre do processo de redução do trabalho vivo à força de trabalho de trabalho como mercadoria. “A redução do tempo de vida a tempo de trabalho estranhado é uma operação cotidiana de despersonalização (...) O animal se torna

humano, e o humano animal”. Eis o significado essencial do que podemos denominar de barbárie social” (2011, p.27).

Foi também um período de desemprego que redimensionou a ideia de Bianca, da *Geração 2*, sobre o trabalho. Ela ainda atua em redações, mas se sente mais segura para impor limites para que o jornalismo não invada totalmente outras áreas de sua vida, como ela conta:

Quando eu fiquei desempregada eu me dei conta de como a minha rotina era que nem a de um ratinho de laboratório. Eu tinha que apertar o botão no começo do dia e o botão do final do dia para sair do trabalho. Quando você sai desse ritmo é que se dá conta de como a sua vida está restrita só ao trabalho. Tanto que depois que eu fiquei desempregada eu comecei a valorizar muito mais as outras coisas. Minha vida não se resume ao trabalho. Eu gosto de correr, eu gosto de sair com os amigos, de ir ao cinema, viajar. Só que assim, é o trabalho que te proporciona fazer todas essas coisas (Bianca, 45 anos).

Ao contar sobre sua experiência no portal *G1*, Clarice, da *Geração 3*, mostra outra dimensão da crise do trabalho que Alves conceitua, a “crise de autorreferência pessoal”. Em um mercado de trabalho concentrado e de alta competitividade, as empresas têm mecanismos subjetivos próprios para impor sua cultura e valorizar a si mesmas, geralmente subjugando o trabalhador. Clarice afirma:

*Era um ambiente que favorecia ser babaca. Eu fiquei seis anos lá, acho que por conta da minha baixa autoestima e porque o mercado sempre foi horrível. E quando você tá no *G1*, eles tem muito essa coisa da Globo, de colocar na sua cabeça que fora dali tudo é ostracismo. Mas no ano que eu saí, onze pessoas saíram também, nenhum demitido, todos porque quiseram, para ir para outros lugares. Todo mundo da minha geração. O *G1* era um projeto muito legal no começo, era inovador, era jovem, então para gente sair de lá, tudo parecia ruim. Era quase como se impresso não existisse mais, não viam muito para onde ir (Clarice, 40 anos).*

Marcelo, também da *Geração 3*, é ativo, confiante e inquieto, tem o perfil “pilhado” bastante valorizado nos jornalismo online e de tempo real, que tradicionalmente têm sobrecarga de trabalho e muitas tarefas a serem cumpridas ao mesmo tempo. Mesmo já experiente na área, ao chegar no *G1* questionou suas habilidades e quase “espanou”, segundo ele mesmo. Ainda assim, o medo do desemprego, mas principalmente o de fechar as portas em uma empresa de prestígio, o fez aguentar a situação até que surgisse uma oportunidade melhor, como ele conta:

Eu cheguei a questionar se eu tinha déficit de atenção e comecei a tomar ritalina. Era tanta coisa para fazer. E, na verdade, era mesmo tanta coisa que depois que eu saí o meu trabalho passou a ser feito por três pessoas. E não que as pessoas eram incompetentes, é porque realmente era uma sobrecarga imensa, era um volume absurdo. Eu achava que eu é que tinha um problema. Aí um amigo falou que eu

tinha déficit de atenção, me deu uma receita e pediu para eu procurar um médico para o tratamento. E aí eu passei a fazer o tratamento com ritalina e você tem que ir aumentando a dose, a sensação é que se caísse um copo atrás de mim eu pegava no ar. Só que aí eu comecei a ler sobre a doença. E não há relatos de manifestação somente na vida adulta, ela se manifesta desde a infância e eu não tenho nenhum dos sinais de déficit de atenção na infância. Aí eu parei de tomar o remédio e eu criei um método de me organizar. E se eu ficava nervoso, eu falava que não dava para fazer. Claro que isso gerava uma tensão, várias vezes eu achei que ia ser demitido. Eu lembro de uma vez que eu liguei para o meu pai chorando. Eu acho que o lado financeiro era pior. A gente já estava numa época de alta do desemprego. Havia esse temor financeiro. E eu sabia que se eu saísse do G1, eu estaria fechando uma porta. Talvez eu poderia voltar para a TV porque a coisa não era tão integrada, mas no G1, eu estava fechando uma porta (Marcelo, 36 anos).

Marcelo acabou descobrindo que seu diagnóstico não fazia sentido, mas para Rodrigo, da *Geração 2*, seu adoecimento foi real. Entre idas e vindas, foram quase 20 anos de *Folha*, nos mais variados cargos e editorias, assistindo dia a dia a redução de equipes e a deterioração das condições de trabalho.

Muito trabalho, pouco jornalista e uma pressão constante para que a qualidade e a quantidade do produto final fossem mantidas foi a equação que o levou a um quadro de depressão e ansiedade. Uma cobertura trágica, a queda do avião do time de futebol Chapecoense, em 2016, foi o estopim, como ele conta. Sua fala evidência, ainda, a falta de amparo da empresa em casos como esses.

A coisa que mais me incomodava era a quantidade de plantões que se fazia. E assim, uma coisa que eu acho que era injusta é que você trabalhava dois e ganhava só um de folga. A partir de 2015, teve muito corte, todo ano tinha que renovar a equipe. Estava eu, com experiência, e uma galera nova. Estava se tornando extremamente cansativo porque eu tinha que formar todo ano um grupo de jovens. Os melhores querem trabalhar lá. Só que chegava uma época que eu tinha que assumir o plantão. Em 2017, passou a ter dois passarálhos por ano e todo mundo que eu conhecia estava sendo demitido. Eu estava muito cansado, foi um período muito difícil. A partir de 2013, a gente começou a trabalhar demais. A gestão do governo Temer me deixou em estafa. Eu fazia jornadas absurdas. O que estavam decidido no Congresso às 22h não era a mesma coisa das 2h da manhã. E a equipe era pequena. E teve outros eventos, como Copa, Olimpíadas, e aí para cobrir o governo estava difícil. E aí teve o ano da eleição do Trump, que é normal, uma eleição importante, mas você não tinha gente. Ter notícia é ótimo, todo sonho do editor é ter notícia, só que não tinha braço e não tinha horário. Fiquei estafado, tive depressão. Totalmente ligado ao trabalho. E teve um dia que eu fiquei mal e que houve muito trabalho, muito acontecimento, naturalmente muita pressão, aí no dia foi um negócio estranho, caiu o avião da Chapecoense. Naquele dia, eu lembro até hoje: cheguei em casa e não tinha internet, estava chovendo forte, minha internet caiu. Eu cheguei em casa de uma jornada de 12, 15 horas e estava sem internet. A partir da 1h30, 2h começou a sumir do radar o avião da Chapecoense, mas eu estava sem internet, então fui dormir. Eu acordei 9h da manhã, voltou a internet e tinha 300 mensagens no celular. E na hora que eu cheguei na redação, tinha morrido, além de vários jogadores, um amigo meu. Eu fiquei numa tristeza. Eu me senti culpado de uma coisa que eu não era minha culpa, porque não tinha gente para trabalhar e eu só estava dormindo. Cheguei em casa meia noite e fui dormir. Levantei e liguei a internet, só isso que eu fiz. Fui meio que acusado de ser culpado de uma coisa que eu realmente não era culpado porque tinha que ter um editor na madrugada e não

tinha. E aí juntou com o acidente, que foi uma coisa bizarra. E naquele voo tinha muita gente da imprensa, gente que trabalhou comigo. E ali deu estafa, eu estava acabado. Eu fiquei muito assustado porque eu, por exemplo, eu comecei a ter contato com pessoas extremamente depressivas... As doenças mentais... Em 2002 eu tive uma experiência bem pesada, um amigo meu que trabalhava na Copa durante a madrugada, ele era realmente super complicado, e depois ele cometeu suicídio. Aí você vivia muito isso e de repente um dia eu acordei de madrugada sonso, achando que ia cair do prédio, eu acho que eu fiquei mais com medo, fiquei com muito medo de adoecer nesse nível. Procurei ajuda no mesmo dia. Eu fiquei muito assustado, tanto que fui no pronto socorro e depois no psiquiatra. Isso foi de 2017 para 2018. Eu estava muito mal, identificava que era o trabalho, mas eu não conseguia me movimentar para sair de lá porque a única saída era pedir demissão, e eu tinha que ser forte. Aí eu comecei a tomar o remédio, eles me deram um antidepressivo e resolveu naquele período curto, naquela semana. Mas eu comecei a perceber que a única vantagem é que eu não tinha mais vontade de fumar. Parei de fumar e perdi o apetite. Eu estava emagrecendo também. Mas perdi a vontade de comer, de beber, de fazer sexo. Você fica um zumbi. Não tentei licença médica porque não tinha abertura para isso. Em 2018 eu já estava melhor, eu estava em tratamento, mas o ritmo de trabalho era o mesmo (Rodrigo, 46 anos).

Bruna (Geração 3) também teve depressão e ansiedade e viveu duas experiências marcantes, ambas em coberturas que levam os profissionais ao limite: eleição e carnaval. A primeira escancara a falta de cuidado das empresas com seus profissionais. A segunda, uma situação limite, consequência da soma de sobrecarga de trabalho e assédio moral. Os acontecimentos ocorreram em veículos diferentes, de grupos empresariais diferentes: o primeiro em um portal de notícias e o segundo em um jornal impresso. Na eleição municipal de 2012, Bruna foi contratada temporariamente pelo portal especificamente para esta cobertura e ela fala de dimensão importante da precariedade, já tratada aqui anteriormente, que é a cobrança para que um só profissional cumpra tarefas antes destinada a uma equipe. E mais: de como muitas vezes episódios de assédio moral são naturalizados:

Eu lembro que levei um esporro. E aí fui ao banheiro e no caminho para o banheiro um monte de gente perguntando se estava tudo bem, que não era possível o que estavam fazendo comigo. Era problema daquele chefe, ele gritava comigo e com ela (a outra repórter contratada para a eleição). E, de novo, nunca nada estava bom, sempre querendo mais. Só que além da carga de trabalho ser grande, como toda cobertura de eleição, eles estavam naquela pilha de ter vídeo, foto, áudio e texto. Tudo um diferente do outro, não podia esquecer de nada. Você ia para rua segurando microfone, gravador... A mesma repórter tinha que fazer agenda, bastidor e dar furo. Uma repórter cobrindo tudo e em todas as mídias. Na cobertura de eleição, normalmente uma pessoa faz a agenda, que normalmente é um repórter mais novo, e outra mais experiente, que tem fonte nos partidos, vai fazer bastidor e, normalmente, ou o furo vem daí ou quando junta os dois. Sempre tinha de 2 a 3 repórteres de cada jornal em cada pauta. Mas lá éramos só nós duas, na mesma competição, cada uma cobrindo um candidato diferente. E ele [o editor], nisso, só à base de grito. Orientação, pauta, nenhuma. Era só cobrança. Eu acho que ele não tinha experiência de cobertura de política. Era tudo a gente [que fazia] na raça, descobrindo sozinha. Bom, aí qual foi o resultado dessa cobertura de eleição? O Haddad eleito, estou lá eu, no hotel onde ele ia dar a coletiva da vitória. Estava calor, a sala muito cheia, como eu sou baixinha fui desenvolvendo umas técnicas de coletiva. Aí eu corri para ficar no cordão, tinha um palco, um espaço e depois o

cordão. E eu estava lá para pegar tudo, já tinha deixado o texto meio pronto para subir rápido e só encaixar as aspas. Tudo isso no celular, já era a época de digitar no celular. Só que nessa eu esqueci de comer. Resumindo, eu meio que desmaiei, dei uma apagada. O Padilha (Alexandre Padilha, ministro da Saúde na época) saiu do palco para acudir. Meio que me segurou, me botou sentada. E aí imagina? Eu virei notícia. Eu fiquei mega envergonhada. E o chefe me deu uma puta de uma bronca porque eu não subi a matéria, porque eu demorei para subir a matéria. E ele me fez voltar para a redação porque tinha que dar a pauta do dia seguinte. E eu, muito burra, fui mesmo passando mal. E o Padilha twittou na época. Ele fez um tweet, não citou meu nome, mas ele falou algo tipo "Os veículos de comunicação precisam se atentar à saúde dos jornalistas. Hoje uma repórter passou mal porque ela não tinha comido. Isso é absurdo. O jornalista é um trabalhador como outro qualquer. Precisa ter tempo". Imagina, foi meio que escandaloso. E aí o chefe pegou mais birra de mim. E eu voltei meio que transtornada, eu fiquei muito nervosa com a situação, eu era freela, era um contrato de julho até dezembro. Eu sempre fico desesperada quando eu fico perto de perder um emprego porque eu sempre acho que não vou arrumar outra coisa (Bruna, 36 anos).

O medo do desemprego dita a pressão que leva ao adoecimento. Com a competição cada vez mais acirrada, devido aos inúmeros processos de reestruturação produtiva e enxugamentos exigidos pela organização, a questão ética fica ainda mais comprometida. Manipulação das informações, humilhações no trabalho e ausência de sindicalização parecem ser recorrentes (HELOANI, 2003, p.80).

Anos depois, Bruna passou pelo episódio que considera o mais grave: um apagão em plena cobertura do carnaval de políticos na Sapucaí, no Rio de Janeiro. Seu relato mostra um acúmulo de violências que passam pelo assédio e a sobrecarga, mas também pela violência contra seus valores éticos da profissão, como ela conta:

Tinha uma vaga numa coluna de política, que era para ser a repórter de política da coluna e depois eles iam me passar para a editoria de política. Aí foi muito difícil, porque a editora era muito difícil. Primeiro porque ela tem uns amigos empresários, às vezes acontecem fatos contra certas pessoas e não podia reportar porque os fulanos são amigos dela. Isso me incomodava demais. Teve um dia que ela alterou toda a aspa de um entrevistado. Aquilo foi um choque. O que me manteve segurando as pontas é que eu não assinava, o nome era o dela. Mas era nesse nível. E nisso ela começou a gritar comigo, falou que eu tinha muita ideologia, que ali não funcionava assim, que ela é quem mandava, e tudo aos berros. E nada de aparecer a tal vaga que tinham me prometido. Fiquei um ano nisso. Tive síndrome de Burnout, síndrome de pânico, depressão... Eu fui fazer a cobertura do carnaval no Rio de Janeiro e eu tive um surto. De delirar, foi bem feio, bem vergonhoso. Eu não tive como me defender profissionalmente. Eu deixei de entregar o texto porque eu estava delirando. E como além das questões do trabalho também envolvia coisas pessoais, eu não queria expor. Se eu fosse me defender, eu ia ter que me expor mais do que eu já estava exposta. Foi um misto de questões pessoais e trabalho. O que me falavam na terapia e no psiquiatra é que se eu não tivesse o assédio moral da minha editora eu não teria surtado como eu surtei, serviu como um gatilho e um agravante. Porque era na base da gritaria, da chantagem. Ali eles vivem muito na coisa do jabá e dos favores e eu não funciono assim. Tudo isso que eu aguentava ia contra os meus valores, à minha moral e minha ética, é como se me violentasse por dentro e eu estava segurando aquilo, passando por cima, para garantir o emprego (...) Meu psiquiatra falou que eu precisava ficar um tempo longe desse ambiente para separar o que era meu e o que era do trabalho. Ele me deu licença psiquiátrica

e no meio da licença a editora me ligou para voltar a trabalhar, que ela estava precisando de mim. Ela ligou uma vez, eu não atendi. Na segunda vez minha mãe falou que ia atender e que eu não tinha condições, que a minha licença ia até tal dia e que eu não ia voltar antes. E não deu nem uma semana afastada, foi coisa de uma semana, cinco dias. E foi para o físico de um jeito tão grande que todo mundo entendeu que eu estava doente porque estava estampado na minha cara e no meu corpo. Aí a coisa ficou muito insustentável, ela passou a pegar no meu pé muito mais. Quando eu voltei na semana seguinte eu menti para médico interno para não ter problema: falei que eu estava bem para não perder o emprego (Bruna, 36 anos).

Tânia, 53 anos e enquadrada na *Geração 2*, passou por muitas redações ao longo de sua carreira. Na atual empresa sofreu a primeira experiência de assédio, que acarretou um quadro de ansiedade e depressão. Coordenadora do principal jornal da casa, aceitou ir para um produto de menos visibilidade para recuperar a saúde mental, como ela conta:

Dá vontade de chorar só de pensar. Era uma humilhação atrás da outra, tudo o que eu falava era errado, mas uma semana depois ele (o âncora do jornal) ia lá e fazia. Fiquei um ano e dois meses assim. Aí surgiu uma vaga fora desse jornal, para eu coordenar um outro jornal, e eu fui correndo. O diretor falou: "já que ele não quer uma coordenadora, e você tem cargo de coordenadora e não exerce no jornal dele, eu preciso de você em outro jornal". Falei "Claro, por favor". Não era o jornal de maior audiência na casa, mas eu não estava interessada nisso, queria ir, trabalhar e voltar bem para a minha casa. Aí comecei a melhorar, tem uns 3 meses isso. Passava mal de ir para o hospital, mas optei por me tratar com homeopatia. Porque se eu fosse entrar nessa de tomar remédio eu não sei se eu conseguiria sair tão fácil. Atrapalhou meu casamento porque eu chorava copiosamente, passava a noite chorando. Eu parei de dirigir. Agora estou me sentindo muito melhor. Era totalmente o trabalho. Voltei a dirigir, estou dormindo melhor. Acabei de voltar de férias e essa viagem ajudou muito, mas no dia que eu cheguei lá ainda passei muito mal de ansiedade. Comecei a ver mensagenzinha, aí eu comecei a passar mal. Tomei dois comprimidos para ansiedade para poder dormir. E o meu marido puto, porque a gente estava de férias e eu estava nervosa por causa de trabalho. Foi muito difícil, com a minha idade, eu passar por uma coisa dessas. Pelo respeito aos meus cabelos brancos. O âncora que fez tudo isso tem cabelos brancos também e eu sempre fui muito amiga dele, mas ele criou um negócio na cabeça dele, deixou de ouvir todo mundo e eu virei uma inimiga. Imagina. Eu fiquei tão assustada, você não tem ideia de como eu fiquei assustada. Não tinha passado por nada assim. Desse jeito, foi novidade (Tânia, 53 anos).

Heloani (2003, p.80), com base nas entrevistas que realizou para seu trabalho de 2003, concluiu que o mais preocupante é um claro indicador de que as práticas organizacionais trouxeram, como efeito colateral danoso, não apenas a corrosão de certos valores básicos, mas, principalmente, a cisão da ideia de qualidade de vida e excelência no trabalho. Assim, a felicidade é sempre postergada, e, em decorrência disso, também o tempo para família, para os filhos, para o lazer e para o amor:

Seu corpo, que é o seu instrumento de trabalho, se “ressente” e a sua mente se “surpreende” com consideráveis níveis de stress (...) Não obstante haja um significativo grau de consciência no que concerne à deterioração da qualidade de

vida, quase todos os sujeitos tentam adaptar-se, como podem, a esse fato, por meio de saídas individuais (HELOANI, 2003, p.78).

Os depoimentos mostram que o adoecimento em decorrência do trabalho acomete homens e mulheres jornalistas, mas existe uma dimensão de gênero que precisa ser considerada, já que a origem do mal-estar em relação aos espaços e interações no seio do mundo do trabalho difere conforme o sexo das pessoas (BERCOT, 2015, p.112). Segundo a autora, estar exposto ao mal-estar não significa que não seja possível enfrentá-lo, mas há uma probabilidade grande do mal-estar se tornar sofrimento e, conseqüentemente, levar a patologias físicas e mentais. “O mal pode atingir totalmente o indivíduo e alterar sua capacidade de interagir com a vida” (p.121).

Silvana, da *Geração 2*, deixou as redações para abrir um negócio na área de cuidados pessoais depois que se tornou mãe. Se declara “apaixonada pela profissão” e não enfrentou episódios de adoecimento. Ainda assim, sua fala mostra a compreensão de que o trabalho anulava suas vivências em outras esferas da vida, inclusive em atos banais, como se expressar nas redes sociais:

Minha vida estava muito desequilibrada... Antes, eu ia para casa e continuava trabalhando. Tomando banho no celular, sabe? A gente não para. Eu acho que o dinheiro é muito importante, mas ele não paga tudo. E eu ainda até ganhava bem, mas não valia a pena. Agora acabou. Eu cortei tudo, antes de sair eu fiz todos os exames, porque eu tinha um plano de saúde bom, comprei todos os remédios que precisamos, fiz estoque. Por isso que eu falo: eu tenho orgulho do jornalismo, eu gosto e tal. Uma coisa super simples, mas que para mim foi muito legal, é que na última eleição eu pude colocar no Facebook o que eu achava (Silvana, 47 anos).

Uma mudança geracional de olhar captada nas entrevistas é a do reconhecimento das opressões particulares que as mulheres vivenciam nas redações. As mais jovens relatam com mais frequência que ser mulher, ou que experiências inerentes à condição feminina, impedem sua ascensão profissional ou uma maior estabilidade nas redações, forçando-as a buscarem alternativas fora dos veículos de comunicação. Há, também, um visível incômodo com a naturalização do machismo que parte das mulheres das gerações anteriores, especialmente quando estas atingem cargos de chefia, o que se converte em conflito.

Para Clarice, da *Geração 3*, o não acolhimento de sua chefe a um episódio de assédio foi determinante para a busca de um novo emprego.

Muitas mulheres estão se descobrindo feministas só agora e essa geração imediatamente mais velha que a minha é bem machista. Eu fui fazer uma matéria

*sobre um prêmio, eu fui falar com um empresário. Uma matéria super OP¹³⁸. Aí o cara falou assim "Ah, você tá no ****? Eu vou mandar umas coisas para você. O que que mulher gosta? Vocês mulheres gostam de sapato, não é? Eu vou mandar", foi meio que um assédio, meio que um suborno. Foi uma coisa sexista. Eu lembro que ele falou uma coisa muito machista. Na hora eu ri, porque eu fiquei nervosa. Depois eu falei não, é absurdo, mas primeiro eu ri. E aí eu cheguei e comentei com a minha chefe, mostrei a gravação, e aí a minha chefe ficou indignada e falou "Que absurdo, eu vou contar para diretora de redação". E contou. E aí virou um dossiê, falou que ia tirar o prêmio dele. Aí ela quis ouvir a minha gravação da conversa. Aí ela ouviu. Aí ela me chamou na sala, eu e a minha chefe, e falou "Então, acho que você riu, pareceu uma brincadeira". E eu falei "Eu quero deixar claro que eu acho isso ridículo porque vocês me expuseram, fizeram eu ouvir esse negócio, o jeito que eu dou risada na hora eu sei muito bem me impor, eu acho que eu não agi de maneira a dar entender nada. Eu achei ele um escroto e eu acho horrível que vocês vão dar um prêmio para um cara que faz isso". E ela respondeu: "Vamos deixar esse, vamos deixar passar, porque a gente tem medo que eles tenham retaliação contra a gente, contra você" (Clarice, 40)*

Os depoimentos Carla, também da *Geração 3*, e de Sônia, da *Geração 1*, mostram o conflito mencionado por Clarice, mas também apontam para um certo despertar para a questão de gênero nas redações:

As redações sempre foram muito mais de mulheres, mesmo lá nos anos 1990. Os chefes eram mais homens. Era interessante isso. Mas eu tinha uma chefe que era a mãezona. O que eu senti é que eu nunca vivi essa coisa de machismo. Tanto é que eles jogavam a gente para cobrir tudo. Mas eu senti que tinha um cuidado, eu cheguei nova. Mas eu nunca senti de ter alguma coisa porque eu era mulher. Eu via algumas histórias, que hoje a gente está muito mais ligada, hoje está muito mais evidente. E também de assédio... nunca. Porque eu tinha cara de 15 anos, então eu era mais filha, o pessoal perguntava se eu tinha idade para trabalhar (Sônia, 57 anos).

Nas minhas últimas experiências eu cansei de ver as poucas chefes mulheres, chefes priorizando contratações de homens. Por exemplo, saí agora de uma redação onde eu posso te dizer, seguramente, que de dez pedidos de demissão recentes ou demitidos, pelo menos oito foram preenchidos com homens. E muitas vezes quem dá a palavra final é mulher. Ela já está numa posição de chefia e ela não quer mais mulheres naquela posição. Eu já senti isso, insegurança de outras mulheres chefes. E aí o tratamento acaba sendo diferente. Eu cheguei a ouvir ano passado, de uma chefe, "fulano, você é meu repórter preferido", detalhe, éramos cinco repórteres, três mulheres e dois homens, e se dois repórteres homens são os preferidos, o que você diria? A própria mulher dizendo isso. Essa coisa do machismo me saltou muito aos olhos recentemente (Carla, 38).

A fala de Marta, da *Geração 2*, corrobora o que afirma Carla e escancara estereótipos. Muitas mulheres juntas criariam um ambiente “competitivo”, “hormonal”, “desequilibrado”. A “harmonia” masculina ganha pontos mesmo diante do reconhecidamente de que as

¹³⁸ Abreviação de “operação Portugal” ou “ordem do patrão”, jargão usado nas redações para matérias que servem para divulgar produtos ou prêmios da casa ou agradar anunciantes e parceiros.

mulheres são mais bem preparadas. Marta também afirma nunca ter sofrido machismo na redação.

Eu nunca senti uma problemática pelo fato de ser mulher na carreira. Aliás, na verdade, eu tive um momento em que eu passei a contratar só homens. Porque só tinha mulher nas redações, eu precisava dar uma equilibrada. Teve pelo menos dois lugares que eu fiz distinção, só estava recebendo currículos de homens. Porque além de tudo, quando você pega o currículo de uma menina e o currículo de um cara, você faz uma entrevista, as meninas dão de dez. Elas estão muito mais preparadas, muito mais no pique do que os caras, que são tudo meio devagar (Marta, 48 anos).

Se em 2003 Heloani constatou que “a deterioração da qualidade de vida no trabalho banalizou-se, ou melhor, naturalizou-se”, as vozes ouvidas entre 2019 e 2020 apontam para, pelo menos, alguma tomada de consciência. Desde então o adoecimento mental é visto com menos preconceito, e o tema tem gerado reações das próprias empresas. As Organizações Globo, por exemplo, instituíram, em 2015, um programa de *compliance*¹³⁹, elogiado pelos funcionários, para o combate de abusos e assédio moral.

As falas de Júlia, da *Geração 2*, e de Carla, da *Geração 3*, resumem uma ideia recorrente em muitas das entrevistas, que talvez aponte para uma mudança de olhar que possa combater a naturalização da falta de condições de trabalho e a glamourização da precariedade.

A gente mudou a relação que a gente tem com o trabalho. Por exemplo, para eu ficar oito horas dentro de uma redação, 10, 12 horas, é uma coisa inviável. E eu acho que muitos amigos e colegas que estão na mesma idade, ou até mais novos, enfrentam essa mesma questão. Querem uma outra forma de trabalhar (Júlia, 49 anos).

As pessoas ainda vestem muito o logo da empresa. E é cruel você ver isso porque elas vestem em fotos de plantão, em fotos em que está um dia lindo lá fora e elas estão confinadas ou estão na rua trabalhando e ganhando pouco, em péssimas condições. Eu percebo isso dos próprios colegas, uma glamourização do sofrimento. Isso eu acho bizarro. (Carla, 38 anos)

Se os jornalistas ainda resistem em assumir inteiramente sua condição de trabalhador, emerge a ideia de que não só existe vida fora das redações, como é urgente que exista vida também para quem está dentro delas. Mais uma vez citando Heloani:

Ao contrário do que supõem alguns entrevistados, as novas práticas político-econômicas e culturais não podem ser revertidas a partir de soluções individuais,

¹³⁹ Um conjunto de regulamentos corporativos que estipulam os padrões éticos de seus funcionários. Para implantar o Código de Ética e Conduta, a TV Globo trocou boa parte dos funcionários de recursos humanos, como também antigos chefes de setores. A emissora também apostou em pesquisa de clima, que são avaliações sobre lideranças, trabalho e organização, para medir a satisfação dos funcionários. Depois de implantado na TV, o *compliance* chegou também ao G1, alvo de muitas críticas de ex-funcionários ouvidos nesta pesquisa.

inócuas no atual contexto mundial, nem tão pouco por meio das organizações jornalísticas, pois o processo foi criado em seu próprio benefício. Se há um caminho para uma reversão dessa lógica, este deve iniciar-se no fortalecimento do coletivo, dos órgãos de representação, tal como associações de classe e sindicatos. Assim sendo, faz-se necessário que as instituições que formam os formadores de opinião, tal como universidades, comecem desde cedo a cultivar o senso ético, o amor à verdade e a reflexão sobre felicidade (2003, p.91-92).

Ou seja: experiências individuais de sofrimento só serão combustível para soluções coletivas a partir do real reconhecimento dos jornalistas de sua condição de trabalhador: sujeito de direitos e respeito por parte de seus empregadores. É, também, a tomada desta consciência que será capaz de estancar comportamentos que ainda perpetuam o assédio e a violência nas redações.

Considerações finais

Teoria, dados e a voz das jornalistas entrevistadas provam que a trajetória de deterioração do trabalho e da renda destas mulheres coincide com a própria deterioração do negócio imprensa e com o aumento da participação delas nas redações. A variação da faixa etária das entrevistadas teve a importante função de descrever, pelo caminho percorrido por elas, a própria trajetória do mundo do trabalho dos jornalistas, especialmente no século XXI.

Tomando como ponto de partida autores que já discutem as transformações da mídia, do trabalho e, principalmente, do mundo do trabalho dos jornalistas, a primeira parte desta pesquisa atualiza as discussões e desenha o percurso histórico que leva à segunda parte, onde a pesquisa de campo é o centro. Para isso, descrevemos a consolidação dos veículos de comunicação como empresas capitalistas e como esse fato profissionalizou as redações, melhorando a remuneração e alçando o jornalista a um lugar de trabalhador, num processo concomitante ao aumento expressivo do número de mulheres nas redações. A partir de meados dos anos 1980, a profissão de jornalista viveu cerca de 20 anos de melhora das condições de trabalho e renda, período que coincide com a ascensão do neoliberalismo como ideologia hegemônica e a constituição das empresas de mídia em conglomerados. A mídia digital, que colocou em xeque o modelo de negócio dos veículos tradicionais, se converteu também em nova fronteira profissional. No entanto, ainda não há uma fórmula de rentabilidade que tenha se apresentado eficiente para esses veículos. E os postos de trabalho criados pela mídia digital, além de insuficientes para absorver os demitidos dos veículos tradicionais, se apresentaram como ainda mais precarizados, tanto em vínculo quanto em condições de trabalho.

É também na *Parte I* que mostramos como a umbilical relação entre imprensa e Estado é marcante no desenvolvimento dos grandes conglomerados brasileiros de comunicação. A reconfiguração das empresas de mídia em grandes conglomerados empresariais coloca o jornalismo sob uma nova ótica. No entanto, embora dentro do jogo capitalista, as empresas de mídia no Brasil se mantêm familiares e as relações patriarcais se manifestam de diversas maneiras. Um dos achados importantes desta pesquisa é o alijamento das mulheres nos processos sucessórios das empresas de comunicação. Estão, portanto, expostas às peculiaridades da imprensa brasileira, em particular ao seu caráter marcadamente patriarcal. Ficou evidente, também, o quanto a financeirização destas empresas tensiona as relações de trabalho e de gênero. Surge uma nova empresa jornalística que, além de capitalista e familiar, é altamente financeirizada. A empresa jornalística que emerge destes processos é mais profissionalizada, mas às custas, justamente, de sua financeirização. Ou seja, as mudanças na estrutura do capital são fundamentais para a compreensão das mudanças na organização do

trabalho. O jornalismo se profissionalizou, o jornalista se profissionalizou, mas as empresas seguiram operando sob uma lógica familiar, preservando privilégios de herdeiros mesmo que às custas do sucateamento de seus negócios, desembocando no que foi nomeada aqui de *crise da imprensa*, que se inicia no início dos anos 2000, mas se aprofunda a partir de 2010.

Após a profissionalização do jornalismo, entre meados da década de 1980 e 1990, há uma rápida deterioração da qualidade do emprego nas redações. A chegada das mulheres no jornalismo, iniciada nos anos 1980, se torna expressiva no final dos 1990 e em 2000 elas passam a ser maioria nas redações. Ou seja: o processo de entrada das mulheres no jornalismo, em massa, coincide com o processo de precarização. Logo, todas as dimensões da precarização, como falta de vínculos formais, extensas jornadas de trabalho e a intensificação da atividade pesam especialmente sobre as mulheres. Assim, a primeira parte desta dissertação apresentou os processos históricos do ponto de vista das transformações estruturais da imprensa brasileira, contemplando suas especificidades. A partir disto, na segunda parte é descrito e analisado como essas transformações são vivenciadas pelas mulheres jornalistas.

É partindo desse contexto que a *Parte 2* mostra como as transformações dos meios de comunicação chegaram ao mundo do trabalho das mulheres jornalista, com as discussões se dando pela ótica delas. Para tanto, foram ouvidas 23 mulheres, de 35 a 63 anos, todas com experiência sólida em veículos de imprensa na cidade de São Paulo, para que elas analisassem como os impactos das transformações estruturais da imprensa repercutiram sobre suas histórias pessoais. Foram ouvidos, ainda, cinco homens, que constituíram um grupo de controle que se mostrou eficiente para que a pesquisa apontasse as discrepâncias entre as trajetórias profissionais de homens e mulheres.

Para tornar a análise do material obtido na pesquisa de campo mais eficiente, homens e mulheres foram divididos em três gerações, considerando o ano de ingresso destes profissionais no mercado de trabalho jornalístico. A divisão evidenciou a discussão estruturante desta pesquisa: a deterioração das condições de trabalho e vínculos com o passar do tempo, fenômeno nomeado de *escalada da precariedade*.

Na *Geração 1*, composta apenas por mulheres, todas gozaram de longos períodos de vínculos formais que, inclusive, proporcionaram que quatro das seis que formam este grupo tenham se aposentado. Na *Geração 2* – formada por nove mulheres e quatro homens – já há a prevalência de vínculos precários. Embora em plena idade produtiva, apenas cinco dos 13 jornalistas que compõe esse grupo são contratados formais na imprensa. Entre os oito restantes, há três desempregados; duas *freelancers*; uma *PJ*; um sócio-quotista; e uma que abandonou a profissão e se tornou empresária do segmento de cuidados pessoais. Por fim, na

Geração 3, composta por oito mulheres e um homem, há três contratados formais na imprensa - um deles o homem do grupo -; uma contratada formal em assessoria de imprensa; duas com vínculos especiais (uma assessora de imprensa com cargo comissionado e uma correspondente internacional); uma *freelancer*; uma contratada *PJ* por projeto; e uma que abandonou o Jornalismo e hoje é professora de yoga.

Organizar as trajetórias em uma espécie de linha do tempo mostrou, também, que enquanto é comum entre as mais velhas uma ascensão social em relação aos seus pais, entre as mais novas é comum que sequer haja a manutenção da posição da classe social de origem. Este processo está relacionado a uma progressiva elitização da profissão, ou seja, a manutenção na profissão está cada vez mais relacionada à renda familiar de origem, dado que se observa uma progressiva incapacidade, especialmente das mulheres, de garantir o seu padrão de vida e, em certa medida, a sua própria sobrevivência só com a renda oriunda do trabalho. Esse dado é relevante, pois são sobretudo as mulheres das famílias de classe média e classe média alta que sofrerem com a precarização crescente, logo, passando a enfrentar uma maior dependência. É comum que mulheres da *Geração 3* dependam de ajuda das famílias para completar suas rendas, mesmo quando empregadas. As mulheres de famílias mais abastadas são lançadas a uma profissão em declínio, marcada pela precarização e pelo desprestígio crescentes. Em comparação, vê-se que os homens jornalistas, na maioria da amostra, são filhos da classe trabalhadora ou da classe média baixa, dependente de seus próprios recursos para o acesso ao curso superior e para a construção de suas carreiras. Ainda assim, alcançam os postos de maior prestígio e segurança na imprensa. Essa diferença entre origem social de homens e mulheres jornalista é um tema relevante que merece mais investigação, uma vez que não era o foco desta pesquisa.

As trajetórias expostas apontam, ainda, para a clara expulsão precoce das mulheres das redações, mas com resultados diferentes de acordo com a geração a qual pertencem. Enquanto as da *Geração 1* optam pela aposentadoria quando se veem impedidas de atuar no jornalismo, as mais jovens, das gerações 2 e 3, por vezes se encontram em situação de fragilidade e dependência financeira. Para além da segurança da carreira formal, que propicia a aposentadoria, ainda que precoce, as mulheres da *Geração 1* vivenciaram inteiramente uma fase de valorização da carreira jornalística, com proteção social, estabilidade e remuneração adequada. Portanto, a qualidade dos vínculos e das condições de trabalho se deterioram ao longo do tempo e a instabilidade passa a marcar a trajetória das mulheres. As mais jovens da *Geração 3*, ainda vistas como “produtivas” pelos empregadores, atuam na área, embora isso ocorra, por vezes, com vínculos informais e precários. As mulheres da *Geração 2* e as com

mais tempo de carreira da *Geração 3* formam, então, um grupo que sofre particularmente os efeitos de todos os fenômenos descritos e discutidos neste trabalho: são consideradas “inadequadas” ao trabalho das redações cada vez mais cedo e seus anos de atuação já contam com períodos de desemprego e informalidade, o que não garante a elas proteção social ou segurança financeira para quando são expulsas do mercado de trabalho.

A proteção social também garantiu que as jornalistas das *Gerações 1 e 2*, apesar dos desafios, se tornassem mães se assim desejassem, mas com diferenças, já que a maternidade tardia se deu com mais frequência na *Geração 2*. Dentre as seis mulheres da *Geração 1*, quatro são mães, ou 66%. Na *Geração 2*, quatro dos nove jornalistas do grupo são homens e dois têm filhos. Entre as nove mulheres, seis têm filhos, ou 66%, mesma proporção da geração anterior. Mas, nota relevante, é que duas delas são mães solo adotivas. Na *Geração 3*, o único homem do grupo é solteiro e sem filhos. Dentre as oito mulheres, cinco são mães, ou 62%, pouco abaixo do visto nas gerações anteriores. Neste grupo, as três que não são mães afirmam que não pretendem ser. A precariedade dos vínculos e das condições de trabalho é citada como importante impeditivo do exercício desse direito reprodutivo. Portanto, a precarização da carreira impede os planejamentos financeiro e afetivo dessas mulheres. A opção é a dependência, mesmo que conjuntural, de arranjos familiares que acolham essas mulheres, prejudicando suas identidades como profissionais e mulheres independentes.

Se a imprevisibilidade, a falta de condições de trabalho, as intensas jornadas e a violência da vida nas redações no topo da hierarquia de prestígio pesam para a permanência ou ascensão das mulheres nas redações, o *paradigma da conciliação*, inerente à vivência das mulheres, se mostra determinante para que elas alcancem postos de prestígio ou se mantenham nas redações. Há, ainda, uma importante dimensão de falta de reconhecimento: o teto de vidro está presente na carreira profissional das mulheres independente do nível de entrega que elas tenham ao trabalho. Numa carreira que exige dedicação extrema, a conciliação entre vida profissional e pessoal se torna, muitas vezes, insustentável. Para os homens, os mecanismos construídos pela sociedade patriarcal dão os apoios subjetivo, e por vezes objetivos, necessários para a entrega exigida nas redações. O desafio da *conciliação* não é, portanto, uma questão para os homens.

As transformações do mundo do trabalho dos jornalistas estão, obviamente, inseridas nas transformações do trabalho como um todo. Com uma imprensa dominada por poucos grupos de mídia, com o fazer jornalístico entregue a profissionais jovens, mal remunerados e pressionados pela crise do setor, o exercício do jornalismo se enfraquece, enfraquecendo consigo sua função social de oferecer informação de qualidade para fortalecer, em última

instância, a democracia. Num contexto em que as mulheres são maioria, mas também as mais vulneráveis, tem-se um jornalismo mais frágil, com um contingente profissional feminino em crise também de identidade.

Mas há um alento: da mesma trajetória de deterioração das condições de trabalho emerge uma tomada de consciência, com mulheres percebendo progressivamente os diversos obstáculos que o gênero impõe e homens se esforçando para desconstruir conceitos ainda disseminados na sociedade, seja no mundo do trabalho, seja nas esferas privadas da vida. Além disso, os episódios de violência, precariedade e adoecimento vividos por ambos, homens e mulheres, já acenderam um importante alerta: não é mais viável naturalizar a precariedade. É urgente que das histórias particulares surjam soluções coletivas para que condições adequadas de trabalho e qualidade de vida sejam realidade não só para aqueles que viram que *existe vida fora das redações*, mas também para todos e todas que estão dentro delas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira. **A modernização da imprensa (1970-2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

AMARAL, Luiz. **A objetividade jornalística**. Porto Alegre: Sagra-Luzzatto, 1996.

AIRES, Janaine; SANTOS, Suzy. **Sempre foi pela família: mídia e políticas no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

ALVES, Giovanni. Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório: o novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha. **Revista Estudos do Trabalho**, São Paulo, ano V, n.8, p.1-31, 2011.

ALVES, M.A. e TAVARES, M.A. A dupla face da informalidade do trabalho: autonomia ou precarização. In: ANTUNES, Ricardo (org). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo, Boitempo, 2006.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____; DRUCK, Graça. A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra. **O social em questão**, Rio de Janeiro, ano XVIII, n.34, p. 19-40, 2015.

_____. **Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. Coimbra: CES/Almedina, 2013.

_____. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

_____; BRAGA, Ruy (orgs.). **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARAÚJO, Angela. Trabalho, precarização e Relações de Gênero em Tempos de Flexibilização e Reestruturação Produtiva. *In: XIII Congresso Brasileiro de Sociologia*. Recife, 2007.

Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji); Gênero e Número; Google Newslab. **Mulheres no jornalismo brasileiro**. São Paulo, 2017. 31 p. Disponível em: <http://www.mulheresnojornalismo.org.br/>

BECERRA, Martín; MASTRINI, Guillermo. Concentración de medios en América Latina: nuevos datos y dinámicas. *In: XIV Congreso de la Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación*. San José, 2018.

BERCOT, Régine. Gênero e mal-estar no trabalho. **Revista Ciências do Trabalho**, São Paulo, n. 4, p. 111-124, jun. 2015.

BOLAÑO, César. Economia política, comunicação e cultura: sobre a contribuição de Celso Furtado. *In: MELO, J.M. e FERNANDES, G.M (orgs). Pensamento Comunicacional Brasileiro: o legado das ciências humanas*. São Paulo: Paulus, 2015.

_____; VIEIRA, Eloy. Economia Política da internet e os sites de redes sociais. **Revista Eptic Online**, Sergipe, v. 16, n. 2, p. 75-88, mai./ago. 2014.

_____. A economia política da televisão brasileira. **Revista Brasileira de Ciência da Comunicação**, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 15-32, jul./dez. 1999.

BOURDIEU, Pierre. **Classificação, desclassificação e reclassificação**. *In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. (Orgs). Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. **O diploma e o cargo: relações entre o sistema de produção e o sistema de reprodução**. *In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. (Orgs). Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 2007.

BRANDÃO, Leonardo; SILVA, Michel Honório. A emergência do neoliberalismo no Brasil: um estudo sobre a revista *Veja* no contexto das eleições presidenciais de 1989. **Estudos em Comunicação**. Covilhã, n. 24, p. 27-42, mai. 2017.

CABRAL, Eula Dantas. Mídia no Brasil: Concentração das comunicações e telecomunicações. **Revista Eptic Online**, Sergipe, v. 17, n. 3, p. 16-28, set./dez. 2015.

CARDOSO, Fernando Henrique. **A arte da política**: a história que vivi. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CARVALHO, Vanderlei Souza. **Imprensa e neoliberalismo no Brasil (1995-1998)**: o posicionamento da revista Veja no primeiro governo FHC. 2004. 175 p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do trabalho. São Paulo: Editora Vozes, 2012.

CASTELLS, Manuel. **Comunicación y poder**. Madrid: Alianza Editorial, 2009.

CHARRON, Jean. A crise não é do jornalismo, mas do seu financiamento. **Intexto**, Porto Alegre, n. 45, p. 5-15, mai./ago. 2019. Entrevista concedida a Livia Guilhermano.

CHIARAMONTE, Aline. **Lutas simbólicas e doxa**: jornalistas e acadêmicos no caso da “lista dos improdutivos” da USP. 2015. 214 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

CHOMSKY, Noam. **Mídia: propaganda política e manipulação**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

DARDOT, P; LAVAL, C. (2016). **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo.

DELPHY, Christine. O inimigo principal: a economia política do patriarcado. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 17, p. 99-119, mai./ago. 2015.

FÉLIX, Jorge. **O Idoso e o mercado de trabalho**. In: ALCÂNTARA, Alexandre;

CAMARANO, Ana Amélia; GIACOMIN, Karla. (Orgs). **Política Nacional do Idoso:** velhas e novas questões. Rio de Janeiro: IPEA, 2016.

_____. O capital com “pressa” e o jornalista sem fonte. *In*: MARQUES, Rosa Maria *et al* (orgs). **O Brasil sob a nova ordem:** a economia brasileira contemporânea, uma análise dos governo Collor a Lula. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

FIGARO, Roseli; SILVA, Ana Flávia Marques da. A comunicação como trabalho no Capitalismo de plataforma: O caso das mudanças no jornalismo. **Contracampo**, Niterói, v. 39, n. 1, p. 101-115, abr./jul. 2020.

_____. (org). **As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídias.** São Paulo: ECA-USP, 2018

_____. O mundo do trabalho dos jornalistas: feminismo e discriminação profissional. **Brazilian Journalism Research**, Brasília, v. 14, n. 2, p. 570-591, ago. 2018b.

_____. (org); NONATO, Cláudia; GROHMANN, Rafael. **As mudanças no mundo do trabalho do jornalista.** São Paulo: Ed. Atlas, 2013.

FIGUEIREDO, Carlos. Algoritmos, subsunção do trabalho, vigilância e controle: novas estratégias de precarização do trabalho e colonização do mundo da vida. **Revista Eptic Online**, Sergipe, v. 21, n. 1, jan./abr. 2019.

_____. Jornalismo manufatureiro e jornalismo flexível: controle e subsunção do trabalho jornalístico ao capital. *In* **XIV Congreso de la Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación.** San José, 2018.

FIORUCCI, Rodolfo. Imprensa, política, crítica: divergências em torno do neoliberalismo nos anos 1990 e 2000. **História e Perspectivas**, Uberlândia, n. 50, p. 473-508, jan./jun. 2014.

FIRDION, Jean-Marie. Construir uma amostragem. *In*: PAGAUM, Serge. **A pesquisa sociológica.** Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

FONSECA, Virgínia; KUHN, Wesley. Jornalista contemporâneo: apontamentos para discutir a identidade profissional. **Intexto**, Porto Alegre, v. 2, n. 21, p. 57-69, jul./dez. 2009.

_____. **Indústria de notícias: capitalismo e novas tecnologias no jornalismo contemporâneo**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

_____. Questões sobre a identidade do jornalista contemporâneo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 5, n. 2, p. 129-140, jul./dez. 2008b.

_____; SOUZA, Paulo Henrique. O pós-fordismo na produção jornalística. **Intexto**, Porto Alegre, v. 2, n. 15, p. 1-18, jul./dez. 2006.

_____. A subordinação do jornalismo à lógica capitalista da indústria cultural. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 9, n.17, p. 126-141, 2002.

FUCHS, Christian. Atualidade de Marx para entender o trabalho na comunicação e na cultura. **Revista Eptic Online**, Sergipe, v. 17, n. 1, p. 67-75, jan./abr. 2015. Entrevista concedida a Roseli Figaro.

FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. Desenvolvimento e cultura. *In*: MELO, J.M. e FERNANDES, G.M (orgs). **Pensamento Comunicacional Brasileiro: o legado das ciências humanas**. São Paulo: Paulus, 2015.

GENTILLI, Victor Israel; SILVA, Thalita Mascarelo. As fontes de notícias enquanto promotores de notícias: como a estrutura fluida pós-industrial do trabalho jornalístico permitiu que isso acontecesse. **Vozes&Diálogo**, Itajaí, v. 18, n. 32, p. 6-19, jan./jun. 2019.

GERZSON, Vera Regina Serezer. **A mídia como dispositivo de governamentalidade neoliberal: os discursos sobre educação das revistas Veja, Época e IstoÉ**. 2007. 164p. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1989.

GOMES, Wilson. **Jornalismo, fatos e interesses: ensaios de teoria do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2009.

GORZ, André. **Metamorfoses do Trabalho: crítica da razão econômica**. São Paulo: Annablume, 2003.

GROHMANN, Rafael. O trabalho dos jornalistas como sintoma da lógica dos conglomerados. **Revista Alterjor**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 101-115, jul./dez. 2013.

_____. **Os Discursos dos Jornalistas Freelancers sobre o Trabalho**: comunicação, mediações e recepção. 2012. 273 p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicação e Arte, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

GUIMARÃES, Nadya; HIRATA, Helena; SUGITA, Kurumi (orgs.). **Trabalho flexível, empregos precários? Uma comparação Brasil, França, Japão**. São Paulo: Edusp, 2009.

GUILLEMARD, A. M. **Les défis du vieillissement, âge, emploi, retraite, perspectives internationales**. Paris: Armand Colin, 2010.

HARDY, Jonathan. **Critical Political Economy of the Media: An Introduction**. New York: Routledge, 2014.

HARTMANN, Heidi. Segregación de los empleos por sexos. In: EINSENSTEIN, Zillah (comp.). **Patriarcado capitalista y feminismo socialista**. Ciudad de México, Siglo Veintiuno, 1980.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HELOANI, José Roberto. **Mudanças no mundo do trabalho e impactos na qualidade de vida do jornalista**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas (FGV), 2003.

HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 17-18, p. 139-156, 2001.

_____; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.

KIKUTI, Andressa; ROCHA, Paula Melani. A feminização do jornalismo e a ausência da perspectiva de gênero nas editorias de tecnologia no Brasil. **Intexto**, Porto Alegre, n. 35, jan./abr. 2016.

LADEIRA, João Martins. A convergência recente entre os setores brasileiros de comunicação de massa e de telecomunicações. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 34, n. 2, p. 219-235, jul./dez. 2011.

LEITE, Aline Borghi. **Profissionais da mídia em São Paulo: um estudo sobre profissionalismo, diferença e gênero no jornalismo**. 2015. 235 p. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

LELO, Thales Vilela. **Reestruturações produtivas no mundo do trabalho dos jornalistas: precariedade, tecnologia e manifestações da identidade profissional**. 2019. 231p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

LEVY, Pierre. **Inteligência Coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. São Paulo: Loyola, 1998.

LOPES, Flávia Valério. A imprensa está nua: as mídias sociais colocam em xeque o monopólio da fala dos grandes veículos. In BRITTOS, Valério Cruz; LOPES, Ruy Sardinha (orgs). **Políticas de comunicação e sociedade**. São Paulo: Intercom, 2012.

MATOS, Carolina. **Mídia e política na América Latina: globalização, democracia e identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

_____. **Jornalismo e política democrática no Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2008.

MATTOS, Sérgio. Dilemas do jornalismo impresso em busca de um novo modelo de negócio. **Revista Eptic Online**, Sergipe, v.16, n.1 p.19-32, jan./abr. 2014.

MICK, Jacques; LIMA, Samuel. **Perfil do Jornalista Brasileiro**: características demográficas, políticas e do trabalho jornalístico em 2012. Florianópolis: Insular, 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Amostragem por saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, v. 5, n. 7, p. 1-12, abril, 2017.

MORAES, Denis (org.) **Por uma outra comunicação**. Mídia, mundialização cultural e poder. 2a ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MORAIS, Fernando. **Chatô, o rei do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MOSCO, Vincent. Economia Política do Jornalismo. *In* DOURADO, Jaqueline; LOPES, Denise; e MARQUES, Renan (Orgs). **Economia Política do Jornalismo: Tendências, Perspectivas e Desenvolvimento Regional**. Teresina: EDUFPI, 2016.

NEGRI, Antonio; LAZZARATO, Maurizio. **Trabalho imaterial: formas de vida e produção de subjetividade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NIEMIETZ, César. **Nova república, novo jornal**: disputas pela legitimação do jornalismo da Folha de S.Paulo na redemocratização. 2017. 141 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

NONATO, Cláudia. **Jornalistas, blogueiros, migrantes da comunicação**: em busca de novos arranjos econômicos para o trabalho jornalístico com maior autonomia e liberdade de expressão. 2015. 250 p. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

_____. **Comunicação e Mundo do Trabalho do Jornalista: o perfil dos jornalistas de São Paulo a partir da reconfiguração dos processos produtivos da informação.** 2010. 313p. Dissertação (Mestrado em Ciência da Comunicação.). Escola de Comunicação e Arte, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

OLIVEIRA, Denis de. Jornalismo, mídia e esfera pública: dimensões da ação ideológica. *In: XXVIII Congresso da Intercom*, Rio de Janeiro, 2005.

OLIVEIRA, Michelle Roxo de; MELLO E SILVA, Leonardo. Empreendedorismo e novas formas de mobilização da subjetividade no mundo do trabalho: implicações possíveis sobre o ethos profissional do jornalista. **Contracampo**, Niterói, v. 36, n. 02, pp. 100-113, ago. 2017/ nov. 2017.

ORMAY, Larissa Santiago; RODRIGUES, Theófilo Machado. Financiamento públicos da mídia privada no Brasil: notas para uma economia política da comunicação. **Revista Eptic Online**, Sergipe, v.16, n.3, p.32-43, set./dez. 2014.

PISMEL, Matheus; PONTES, Felipe. A crise de legitimidade dos jornalistas e a economia política: autonomia e heteronomia como chaves explicativas do jornalismo contemporâneo. **Comunicação e Sociedade**. São Bernardo do Campo, v. 40, n. 1, p. 367-392, jan./abr. 2018.

PONTES, Felipe. Desigualdades estruturais de gênero no trabalho jornalístico: o perfil das jornalistas brasileiras. **Revista E-Compos**, Brasília, v. 20, n. 1, p. 1-15, jan./abr. 2017.

POUPART, Jean. A entrevista de tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. *In. POUPART, Jean et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológico*. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

PULITI, Paula. **A Financeirização do Noticiário Econômico no Brasil (1989-2002)**. 2009. 314 p. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUT, Luc van. **Manual de investigação em ciências**

sociais. Lisboa: Gradiva, 1995.

RAMONET, Ignacio. O quinto poder. **Le Monde Diplomatique Brasil**, n. 45, outubro de 2003.

ROCHA, Paula Melani. **As Mulheres Jornalistas no Estado de São Paulo**: o processo de profissionalização e feminização da carreira. 2004. 249 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

SAAD, Beth. O jornalismo contemporâneo no Brasil: as mídias digitais como elo entre a crise e a busca de uma nova identidade. **Comunicação e Sociedade**, Braga, v. 9-10, p. 49-61, 2006.

_____. **Estratégias para a mídia digital: internet, informação e comunicação**. São Paulo: Senac, 2003.

SANT'ANNA, Lourival. **O destino do jornal**: a Folha de S.Paulo, O Globo e O Estado de S.Paulo na sociedade da informação. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SANTOS, Marli. Mulheres no jornalismo contemporâneo: desafios das tecnologias digitais. *In*: **14º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo**. Palhoça, 2016.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SENNETT, Richard. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

_____. **A corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SILVA, Marcia Veiga da. **Masculino, o gênero do jornalismo**: modos de produção das notícias. Florianópolis: Insular, 2014.

SILVA, Giuliander Carpes; SANTOS, Mathias Felipe; SANSEVERINO, Gabriela Gruszynski; MESQUITA, Lucia. Como as plataformas digitais provocaram uma ruptura no modelo de jornalismo consolidado no século XX. **Revista Eptic**, Sergipe, v. 22, n. 1, p. 161-178, jan./abr. 2020.

SORIANO, Jaume. La incorporación de la mujer a la profesión periodística en España. Crítica a la hipótesis de la feminización. **Faro**, Valparaíso, v. 1, n. 2, 2005.

SOUZA, Rafael Bellan Rodrigues. O trabalho do jornalista e suas contradições: uma ontologia da crise. **Matrizes**, São Paulo, v. 11, n. 3, set./dez. 2017.

SOUZA, Rose Mara Vidal. Para entender a comunicação como sistema de poder. In MELO, José Marques *et al* (orgs). **Pensamento Comunicacional Brasileiro: o legado das ciências humanas**. São Paulo: Paulus, 2015.

SOUZA, Terezinha Martins dos Santos. **Emoções e capital**: as mulheres no novo padrão de acumulação capitalista. 2006. 353 p. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

SOUZA, Vinícius. Quem vai pagar por isso? Um olhar sobre os modelos de negócios no jornalismo em mídias digitais. **Revista Alterjor**, São Paulo, v. 16, n. 2, p. 81-95, jul./dez. 2017.

STREECK, Wolfgang. **Tempo comprado**: a crise adiada do capitalismo democrático. São Paulo: Boitempo, 2018.

TASCHER, Gisela. *Folhas ao vento*: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TAVARES, José Nilo. Estado e meios de comunicação no Brasil. In MELO, J.M. e FERNANDES, G.M (orgs). **Pensamento Comunicacional Brasileiro: o legado das ciências humanas**. São Paulo: Paulus, 2015.

TERRANOVA, Tiziana. Free Labor. In: SCHOLZ, Trebor (org.). **Digital Labor: the internet as playground and factory**. New York: Routledge, 2013, p. 33-57.

TRAVANCAS, Isabel. **O mundo dos jornalistas**. São Paulo: Summus, 1993.

VEIGA, Marcia. **Masculino, o gênero do jornalismo: modos de produção das notícias**. Florianópolis: Insular, 2014.

_____. Gênero: um ingrediente distintivo nas rotinas produtivas do jornalismo. **Estudos de Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 490-505, jul./dez., 2012.

VELOSO, Ana Maria da Conceição. Um breve mapa das desigualdades de gênero nos meios de comunicação. In **40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Curitiba, 2017.

VICENTE, Maximiliano Martin. **História e Comunicação na nova ordem internacional**. São Paulo: Unesp, 2009.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate aberto. **Revista Temáticas**, Campinas, n. 44, ago./dez. 2014.

WAINER, Samuel. **Minha razão de viver: memórias de um repórter**. Rio de Janeiro: Record, 1989.